

José Claudinei Lombardi (Coord.)
Carlos Alberto Lucena
Cássia Ferri

HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: formação profissional e empregabilidade em Caçador – SC

Relatório de Pesquisa apresentado
à FUNCITEC – Fundação de Ciência e
Tecnologia, do Estado de Santa Catarina,
desenvolvida junto à UnC –
Universidade do Contestado, Campus de
Caçador, sob a Coordenação do Prof. Dr.
José Claudinei Lombardi.

UnC – Universidade do Contestado
Campus de Caçador
Programa de Mestrado em Educação

Caçador – SC – agosto de 2003

H673h

História, trabalho e educação: formação profissional e empregabilidade em Caçador-SC / José Claudinei Lombardi (coord.) et al. Caçador (SC): UNC, 2003. 126p.

1.História 2.Trabalho 3.Educação – Formação profissional 4.Caçador - Empregabilidade. I. Título.

CDD : 370

Equipe Técnica

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi – Coordenador

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena – Pesquisador

Profa. Dra. Cássia Ferri – Pesquisadora

Prof. Leonir Lorenzetti – Ap. Técnico e Gerenciamento

Prof. Ms. Nilson Thomé – Colaborador

Profa. Ms. Maria de Fátima R. Pereira – Colaboradora

Bolsistas:

Mara do Amaral e Silva (Bolsista-Informática)

Cristiane Brancher (Aux. Pesquisa)

Aline Cristine Pereira (Aux. Pesquisa)

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 - Exportação de madeiras por Santa Catarina de 1892 a 1940 (em contos de réis)
- Tabela 02 - Confronto entre as exportações de madeira de Santa Catarina e as importações do Brasil
- Tabela 03 - Receita bruta realizada nas estações da EFSPRG - 1934-1937
- Tabela 04 – Indústria Madeireira na década de 1930 na Região do Contestado
- Tabela 05 - Reserva de pinheiros com mais de 16” em Santa Catarina em 1940
- Tabela 06 - Demonstrativo da indústria da madeira do Município de Caçador/1955
- Tabela 07 - Indústria da Madeira de Caçador em 1961
- Tabela 08- Gêneros industriais na economia de Caçador: 1976 e 1991
- Tabela 09 - Árvores plantadas em Santa Catarina até 1976, por espécie e por área
- Tabela 10 - Reflorestamento e a área plantada em Santa Catarina - 1982 e 1984
- Tabela 11 – Total de participantes e cursos de qualificação profissional oferecidos, em 2002, conforme instituição
- Tabela 12 – Oferta, em 2002, de cursos de nível técnico, por instituição
- Tabela 13 – Grade curricular do curso Técnico em Segurança do Trabalho
- Tabela 14 – Cursos Básicos, oferecidos em 2002, com 50 ou mais participantes, conforme instituição
- Tabela 15 – Distribuição dos Trabalhadores da Região de Caçador, conforme o nível de escolaridade
- Tabela 16 - Nível de escolaridade dos trabalhadores da região de Caçador
- Tabela 17 - Escolaridade dos trabalhadores da região de Caçador

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 - Localização do Município de Caçador na América Latina
- Figura 02 - Localização Geográfica do Município de Caçador
- Figura 03 - Localização do Município de Caçador no Estado de Santa Catarina
- Figura 04 - Bacias hidrográficas do Município de Caçador
- Figura 04 - Fotos da Floresta Nacional de Caçador
- Figura 05 - Fotos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado
- Figura 06 - Detalhe do Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, com a região de Santa Catarina
- Figura 07 - Detalhe do Mapa “Brasil - Áreas Culturais” - com destaque para a região de Santa Catarina
- Figura 08 - Representação cartográfica da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina
- Figura 09 - Representação cartográfica da “Questão de Palmas”: disputa de limites territoriais entre Brasil - Argentina
- Figura 10 - Mapa com a Divisão Administrativa do Estado de Santa Catarina, em 1930
- Figura 11 - Fotos das ruínas da Usina Hidrelétrica de Caçador
- Figura 12 - Mapa da Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, com destaque para a região do Contestado
- Figura 13 - Foto da Estação Ferroviária de Rio Caçador, de 17 de dezembro de 1910
- Figura 14 - Foto da inauguração da Estação Ferroviária de Rio Caçador, de 17 de dezembro de 1910
- Figura 15 - Ponte provisória sobre o rio Timbó, no Ramal de São Francisco, em 1914
- Figura 16 - Ponte provisória sobre o rio Leão (SC)
- Figura 17 - Carta Rodoviária do Estado de Santa Catharina em 1933
- Figura 18 - Remanescente da mata nativa em Caçador
- Figura 19 – Vista do Bairro Gioppo com detaque para a Madeireira Douat e para a ponte de madeira coberta sobre o rio Caçador
- Figura 20 – Chaminé da antiga Indústria Reichmann – Caçador
- Figura 21 - Distribuição de atividades da Epagri no Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	4
<i>1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA: LOCALIZAÇÃO, ÁREA, LIMITES</i>	13
<i>2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: o processo de ocupação da região do Contestado</i>	18
2.1. Ocupação Pré-histórica	18
2.2. Ocupação da região do Contestado: da abertura dos caminhos de tropas e a implementação da atividade criatória	30
2.3. Aspectos políticos e legais da ocupação da região do Contestado: dos litígios de fronteira à criação do Município de Caçador	33
2.4. A colonização da região do Vale do Rio do Peixe: a ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul e a ocupação da região do Contestado	45
<i>3. ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DO CONTESTADO</i>	63
3.1. Da atividade criatória à agroindústria alimentícia	63
3.2. Da extração vegetal da erva-mate à indústria ervateira	71
3.3. Da floresta de araucária à exploração madeireira	75
3.4. A indústria e a produção madeireira no Município de Caçador	88
3.5. Transformações econômicas e a formação do complexo agro-florestal-industrial madeireiro	97

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE EM CAÇADOR – SC:	
<i>reflexões sobre trabalho e educação</i> _____	105
4.1. Formação profissional e empregabilidade em Caçador – SC: mapeando	
participantes e currículos dos cursos ofertados _____	105
4.2. Trabalho, qualificação profissional e transformações na organização da	
produção capitalista _____	118
4.2.1. O debate sobre o trabalho _____	118
a) A crítica ao trabalho _____	119
b) A aposta na categoria trabalho. _____	125
4.4.2. Transformações estruturais do modo de produção capitalista _____	130
b) Transformações estruturais do capitalismo e seus impactos no campo. _____	132
b) Transformações na organização técnica da produção. _____	138
4.4.3. Trabalho e qualificação profissional. _____	143
 OBSERVAÇÕES FINAIS _____	 159
 BIBLIOGRAFIA _____	 164
 ANEXO 01 _____	 177
ANEXO 02 _____	184
ANEXO 03 _____	186
ANEXO 04 _____	192
ANEXO 05 _____	200
ANEXO 06 _____	206
ANEXO 07 _____	211

INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados finais obtidos com o desenvolvimento do projeto de pesquisa que teve por título: “Educação, formação profissional e empregabilidade em CAÇADOR – SC”. A pesquisa foi desenvolvida desde março de 2002 a agosto de 2003, junto a UnC - Universidade do Contestado, Campus de Caçador, como atividade do Programa de Mestrado em Educação, em convênio interinstitucional com a Faculdade de Educação da UNICAMP. A pesquisa contou com o apoio financeiro da FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina. O financiamento da FUNCITEC foi fundamental para a realização da pesquisa, pois alavancou, juntamente com a contra-partida da UnC - Campus Caçador, a montagem da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do trabalho da equipe. Também foi fundamental para suporte das atividades de pesquisa, inclusive para o envolvimento de duas bolsistas que, com o projeto, puderam iniciar-se nos trabalhos básicos de uma pesquisa acadêmica.

A pesquisa teve por objetivo geral: investigar e analisar as articulações presentes entre educação, formação profissional e emprego no município de Caçador – SC. Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar e analisar as políticas de formação dos trabalhadores em Caçador; b) identificar as tendências curriculares nos cursos de formação profissional; c) identificar e analisar os índices de desemprego e as relações existentes entre qualificação e a empregabilidade em Caçador.

Quando da elaboração do projeto, a equipe tinha poucas informações sobre o tema objeto de investigação no Município e que constaram da “justificativa” do projeto então

encaminhado. Os dados do IBGE possibilitaram dimensionar que se tratava de um município com um índice de desenvolvimento social médio, habitado por 63.113 habitantes (Censo de 2000), 87,8 % dos quais residindo na zona urbana (eram 55.328 habitantes na zona urbana e 7.785 na zona rural).

Chamava a atenção o elevado número de empresas e a jovialidade das mesmas. Tínhamos disponíveis os dados do ano base de 1996, do cadastro geral de empresas fornecido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que informava existirem 1.617 diferentes sedes de empresas com CGC no município. Conforme se pode verificar na tabela abaixo, grande parte das empresas (38,7%) haviam sido criadas entre 1990 a 1994 e em seguida estavam as empresas criadas depois de 1995 (e que compreendiam 20,8%). As informações nos davam conta, portanto, de aceleradas transformações na economia caçadoreense, uma vez que 60 % das empresas registradas em 1996 tinham sido fundadas a partir de 1990.

No transcorrer da pesquisa atualizamos os dados, obtendo as informações relativas a 1998. Os dados obtidos eram ainda mais surpreendentes: em dois anos a economia do município havia sofrido forte mudança, com um estrondoso número de 1.793 empresas, um crescimento de 11% em dois anos. Os dados expunham, ainda, que ocorreu nesses dois anos redução das empresas criadas antes de 1990 e acelerada instalação de novas empresas: 30% das empresas haviam sido criadas entre 1990 a 1994 (o que indicava uma redução de 87 empresas em dois anos) e um vertiginoso crescimento de empresas criadas a partir de 1995 que saltaram para 38,5% do total. A tabela abaixo permite visualizar melhor esses números, comparando-se os dados de 1996 com os de 1998.

Número de empresas, por ano de fundação, Município de Caçador – 1996 e 1998

Ano de fundação da empresa.	No. de empresas - 1996	%	no. de empresas - 1998	%
Até 1969	76	4,7	66	3,7
1970 a 1974	67	4,1	61	3,4
1975 a 1979	90	5,6	78	4,4
1980 a 1984	119	7,4	103	5,7
1985 a 1989	303	18,7	256	14,3
1990 a 1994	625	38,7	538	30,0
<i>1995 em diante</i>	337	20,8	691	38,5
TOTAL	1617	100,0	1793	100,0

Fonte: IBGE

Em termos de geração de empregos, os dados de 1996 revelavam uma grande variação quanto ao número de pessoas ocupadas entre uma empresa e outra: a maioria das empresas (um total de 1189 empresas; correspondendo a 73,53% do total) empregavam de 1 a 9 empregados; em seguida se encontram as empresas que não possuem nenhum empregado (eram 288 empresas, ou 17,81% do total). Isso significa que em 1996 do total de 1189 empresas, 91% empregavam entre 0 a 9 trabalhadores. No extremo oposto, eram somente 02 empresas empregando entre 500 a 999 funcionários (correspondendo a 0,12% do total) e 06 empresas que empregavam mais de 1000 trabalhadores (compreendendo 0,37% de empresas sobre o total). A economia caçadoreense, portanto, era de extremos: um estrondoso número pequenas empresas empregando poucas ou nenhuma pessoa; no outro extremo, poucas grandes empresas, fundadas antes de 1989, empregando um número maior de trabalhadores.

Distribuição das empresas conforme o número de trabalhadores empregados e ano de fundação - 1996

Número de trabalhadores empregados	Empresas fundadas até 1989	Empresas fundadas entre 1990 - 1994	Empresas fundadas de 1995 em diante	TOTAL	%
0	141	80	67	288	17,81
1 a 9	417	509	263	1189	73,53
10 a 49	60	31	6	97	6,00
50 a 99	18	4	1	23	1,42
100 a 499	11	1	0	12	0,74
500 a 999	2	0	0	2	0,12
1000 ou mais.	6	0	0	6	0,37
TOTAL	655	625	337	1617	100,00

Fonte: IBGE

Comparando-se esses dados sobre o emprego em Caçador com os referentes ao ano de 1998, confirmavam que a maioria das empresas (um total de 1448 empresas; correspondendo a 80,76% do total) empregavam de 1 a 9 empregados; também mantendo-se na seqüência as empresas que não possuíam nenhum empregado, mas com redução dessas micro-empresas que passaram de 288 para 197 empresas, ou 17,81% para 10,99% sobre o total). Mesmo ocorrendo uma tendência de diminuição de micro-empresas sem emprego de trabalhadores assalariados e aumento no número das micro-empresas empregadoras de reduzida quantidade de trabalhadores.

Correspondendo a esse movimento de ampliação de micro-empresas empregadoras de poucos funcionários, houve aumento de empresas empregadoras entre 500 a 999 funcionários, de 2 para 4 empresas que passaram de 0,12% para 0,89% do total; porem reduziram-se de 06 para 3 as empresas que empregavam mais de 1000 trabalhadores (compreendendo uma redução de 0,37% para 0,17% no número de empresas sobre o total).

Distribuição das empresas conforme o número de trabalhadores empregados e ano de fundação - 1998

Número de trabalhadores empregados	Empresas fundadas até 1989	Empresas fundadas entre 1990 - 1994	Empresas fundadas de 1995 em diante	TOTAL	%
0	70	52	75	197	10,99
1 a 9	414	447	587	1448	80,76
10 a 49	50	35	23	108	6,02
50 a 99	12	3	2	17	0,95
100 a 499	11	1	4	16	0,89
500 a 999	4	0	0	4	0,22
1000 ou mais.	3	0	0	3	0,17
TOTAL	564	538	691	1793	100,00

Fonte: IBGE

Entre 1996 a 1998, portanto, a economia caçadoreense manteve a característica de constituir-se numa atividade de extremos: um estrondoso número pequenas empresas ou não empregando ou na qual trabalhavam poucas pessoas; no outro extremo, poucas grandes empresas, fundadas antes de 1989, empregando um número maior de trabalhadores. Um dado entretanto salta aos olhos: em 1996 a maior concentração de empresas era daquelas que empregavam entre 1 a 9 trabalhadores e que haviam sido fundadas entre 1990 a 1994 (eram 31,48% de empresas nessa condição). Dois anos depois 32,74% das empresas empregavam entre 1 a 9 trabalhadores também, mas haviam sido fundadas de 1995 em diante. A economia continuou predominantemente caracterizada pelas micro-empresas, mas de formação muito recente.

Os dados compilados ajudavam a equipe a melhor entender o mundo do trabalho em Caçador: revelavam que uma parte das pessoas ocupadas em empresas, o eram na condição ou de proprietários ou de agregados das mesmas. Os dados do IBGE, organizados na tabela a seguir, expressavam essa situação da seguinte forma: a média de Pessoas Ocupadas (PO) nas empresas em 1998 era de 7,82 pessoas, mas eram 6,72 pessoas a média de PO ASSALARIADAS.

Ilustram e completam os dados a situação das pessoas ocupadas, bem como da importância das grandes empresas na economia municipal: 22,34 % das Pessoas Ocupadas (POs.) trabalhavam nas 4 maiores empresas de Caçador, número que se expande para 1/3 da população ocupada (33,07% da PO) trabalhando nas 8 maiores empresas. Tomando os dados da população ocupada ASSALARIADA, pode-se verificar que 25,98% das POs. assalariadas tinham vínculo com as 4 maiores empresas; porcentagem que aumentava significativamente - para 38,4% - tomando-se os dados de emprego nas 8 maiores empresas.

O salário médio (Salário/PO assalariado) em Caçador é de 437,76, sendo que a porcentagem (%) de concentração de salários/ano nas 4 maiores empresas é de 28,90 salários e nas 8 maiores empresas é de 43,69 salários. Uma visão panorâmica da situação demográfica e econômica do Município de Caçador pode ser feita através da tabela abaixo, cujos dados constam da síntese de dados municipais fornecidas através do site do IBGE

Síntese de dados dos principais municípios da região - Ano base: 2000

	Unidade	Caçador
População	habitantes	63.322
População com 10 anos ou mais – ALFABETIZADA	habitantes	46.268
% População alfabetizada(1)	peessoas	73,07
Quantidade de EMPRESAS	empresas	1.860
Relação População / Empresas (2)	pop/emp	34,04
Pessoal OCUPADO (PO)	peessoas	14.551
Relação População / Pessoal Ocupado (3)	pop/PO	4,35
Média de PO nas empresas	peessoas	7,82
Média de PO ASSALARIADAS	peessoas	6,72
Média dos SALÁRIOS PAGOS	salários	38.229,91
Salário médio (Salário/PO assalariado)	salários	437,76
Média de PO - empresas fundadas até 1969	peessoas	0,00
Média de PO - empresas fundadas 1970 - 1974	peessoas	6,00
Média de PO - empresas fundadas 1975 - 1979	peessoas	1,00
Média de PO - empresas fundadas 1980 - 1984	peessoas	1,00
Média de PO - empresas fundadas 1985 - 1989	peessoas	2,29
Média de PO - empresas fundadas 1990 - 1994	peessoas	10,06
Média de PO - empresas fundadas de 1995 em diante	peessoas	3,32
% Concentração de PO nas 4 maiores empresas	peessoas	22,34
% Concentração de PO nas 8 maiores empresas	peessoas	33,07
% Concentração de PO ASSALARIADAS nas 4 maiores empresas	peessoas	25,98
% Concentração de PO ASSALARIADAS nas 8 maiores empresas	peessoas	38,40
% Concentração de salários/ano nas 4 maiores empresas	salários	28,90
% Concentração de salários/ano nas 8 maiores empresas	salários	43,69

Fonte: [<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Ca%>]

Após essas considerações iniciais, destinadas e explicitar a forma como fomos nos cercando de um entendimento mais aprofundados sobre a problemáticas econômicas, sociais e educacionais do município objeto de investigação, é importante afirmar que somente podemos dar a pesquisa por concluída para efeitos de elaboração do relatório;

faltou tempo para a coleta de informações mais detalhadas que possibilitassem uma análise ao mesmo tempo crítica e circunstanciada sobre a problemática de pesquisa.

O relatório encontra-se estruturado em quatro capítulos:

- O Capítulo 1 – “SITUAÇÃO GEOGRÁFICA: localização, área, limites” no qual buscar-se situar geograficamente do Município de Caçador;
- O Capítulo 2 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS: o processo de ocupação da região do Contestado, busca sistematizar informações bibliográficas e documentais que possibilitem entender os antecedentes históricos da região do Contestado e, no interior dela, de Caçador;
- Capítulo 3 – ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DO CONTESTADO – onde, também a partir das informações bibliográficas disponíveis, buscou-se delinear as linhas gerais do desenvolvimento econômico da região e do município;
- finalmente, no Capítulo 4 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE EM CAÇADOR – SC: reflexões sobre trabalho e educação – no qual é feita a exposição dos resultados da pesquisa e, a partir dos resultados obtidos, é feita uma incursão teórica sobre História, Trabalho e Educação.

Também encontra-se no relatório algumas breves páginas à título de considerações finais. A bibliografia encontra-se listada. Foram incluídos, ainda, 7 ANEXOS, de material de caráter histórico e que, para não serem incluídos no corpo do relatório, dado ao caráter descritivo, decidiu-se pela inclusão na forma de anexo. São eles a saber:

- ANEXO 01- Guia do Estado de Catarina – 1938-1940
- ANEXO 02 - EFSPRG - Mapa e Cronologia
- ANEXO 03 - Industriais da Madeira - Década de 1930
- ANEXO 04 - Industriais da Madeira - Década de 1940
- ANEXO 05 - Madeireiros Caçadorenses - décadas de 1940 e 1950
- ANEXO 06 - Indústria madeireira - anos 50-60
- ANEXO 07 - Indústria madeireira - meados de 1990

Certamente a pesquisa mais abriu portas que exigem a continuidade dos trabalhos de entendimento sobre o objeto de investigação, tendo conseguido trilhar poucas das picadas abertas, mal apurando o caminhar pela ampla estrada que é discutir sobre o controvertido tema da educação e trabalho.

Além do presente relatório, a pesquisa possibilitou o levantamento e a catalogação de um significativo volume de bibliografia (teses, dissertações, artigos e arquivos). Também foi grande o número de fontes documentais e iconográficas levantadas e servirão de subsídios para estudos futuros. Igualmente o volume de dados e informações quantitativas foi enorme, em sua maior parte pouco incorporado ao presente relatório.

Os resultados das pesquisas e levantamentos de campo, desenvolvidas junto às empresas e instituições educacionais promotoras de cursos de qualificação profissional, compuseram um banco de dados que foi sendo construído e alicerçou as conversas e discussões travadas pelos membros da equipe.

Parte do material (o presente relatório, o banco de dados e os anexos) estão num CD-ROM que esperamos possa trazer contribuições a pesquisas futuras sobre o tema. A idéia era elaborar um banco de dados multimídia com todo o conjunto de fontes, dados e textos produzidos. O tempo disponível não possibilitou irmos além do que foi produzido

1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA: LOCALIZAÇÃO, ÁREA, LIMITES

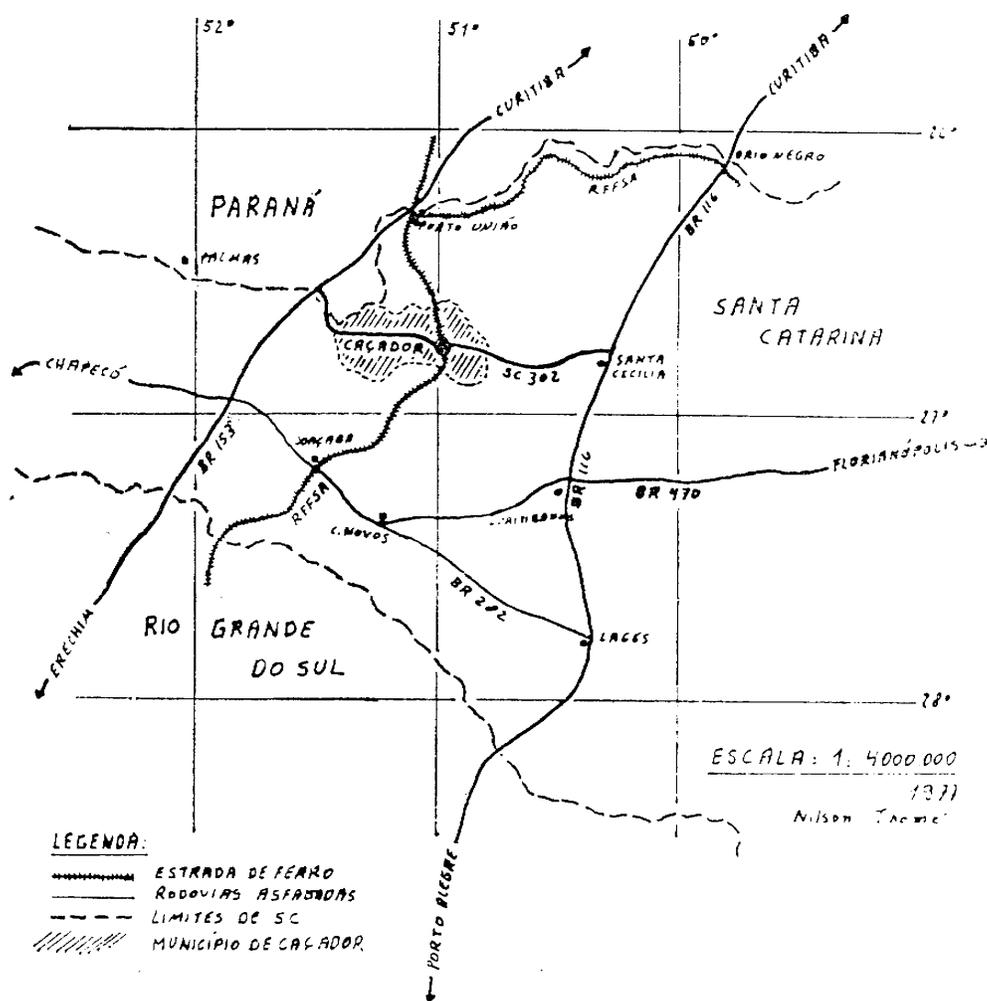
O Município de Caçador, espaço delimitado para o desenvolvimento da pesquisa, localiza-se na Região Sul do Brasil, no Planalto Ocidental do Estado de Santa Catarina, na zona fisiográfica do Alto Vale do Rio do Peixe, na Microrregião Geopolítica do Contestado. O território municipal situa-se entre os paralelos 26° e 27° de Latitude Sul e entre os meridianos 50° e 52° Oeste. A sede do Município está a 26° 46' 31" de Latitude Sul e 51° 00' 46" de Longitude Oeste. Segue a Figura 01 com visualização computadorizada da localização de Caçador; depois, a Figura 02 com a localização geográfica do município.

Figura 01 – Localização do Município de Caçador na América Latina



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

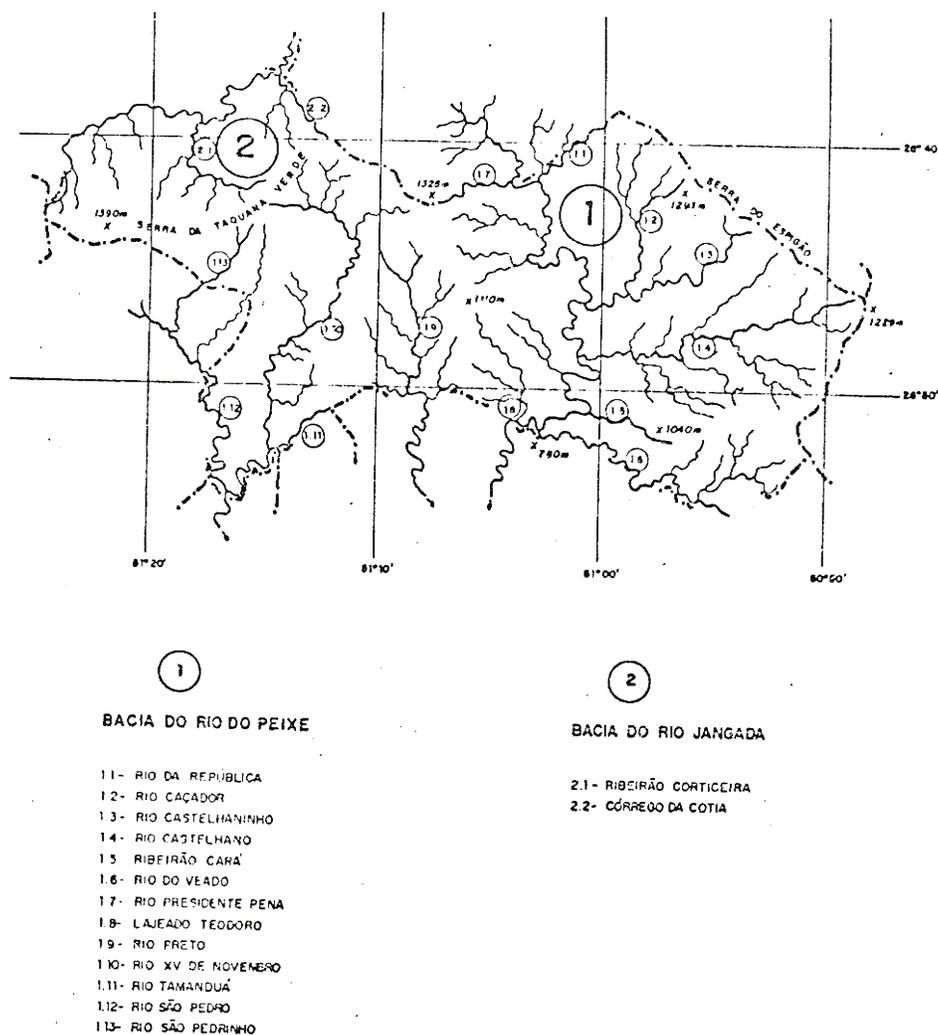
Figura 02 – Localização Geográfica do Município de Caçador



Fonte: THOMÉ, Nilson. Isto é Caçador. Caçador : Impressora Universal. 1978, p. 13

Criado em 1934, o Município tinha área superior a 1.600 km²; em decorrência do movimento crescente da urbanização populacional brasileira, vários desmembramentos territoriais ocorreram deste então, ficando o município com 1.219 Km² na década de 1970 – correspondendo a 1,26 % da área territorial do Estado de Santa Catarina (THOMÉ, 1978, p. 14) e em meados da década de 1990 com 970 km², equivalente a 1,02 % da área do Estado de Santa Catarina (THOMÉ, 1994, p. 14). Segue a Figura 02 com a localização de Caçador no Estado de Santa Catarina.

Figura 04 – Bacias hidrográficas do Município de Caçador - SC



Fonte: THOMÉ, Nilson. No Coração do Contestado. Caçador : PMC / INCOM, 1994, p. 25

O clima de Caçador apresenta inverno frio e seco e verão quente e úmido. Predominam os ventos de direção Norte, secundados pelos de direção Nordeste. As chuvas concentram-se mais na primavera e no verão. A temperatura média anual é de 16,6°C, com a máxima absoluta de 38,0°C tendo sido registrada em 06 de janeiro de 1948. "A mínima absoluta, que é recorde em todo o Brasil, aconteceu a 11 de junho de 1952, quando os termômetros apontaram a marca de -14,0°C (quatorze graus abaixo de zero)" (THOMÉ, 1994, p. 28). Segundo informações da estação meteorológica baseada no Município, com base em dados colhidos entre 1985 e 1995, a média anual da umidade relativa do ar é de

78,2%, a insolação média anual é de 2.012,3 horas, a precipitação média anual é de 1.613 mm. e, em média, ocorrem 26,2 geadas por ano, com maior intensidade entre os meses de maio e setembro.

Com frondosos pinheiros e imbuías, a primitiva Floresta da Araucária resiste em 14 mil hectares e os reflorestamentos com árvores exóticas, principalmente pinus, alcançam a 22 mil hectares. O território municipal possui 36 % de vegetação arbórea, 22 % de campos e pastagens e 16 % da área é utilizada para cultivos agrícolas. O IBAMA mantém em Caçador a Floresta Nacional de Caçador, próxima à sede do Distrito de Taquara Verde, numa área superior a sete milhões de metros quadrados.

Figura 04 – Fotos da Floresta Nacional de Caçador – SC



2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: o processo de ocupação da região do Contestado

2.1. Ocupação Pré-histórica

Vários grupos humanos habitaram a região do Contestado, deixando seus vestígios em sítios arqueológicos situados na região. Estudos arqueológicos realizados na região - por diversos arqueólogos amadores e profissionais¹ -, a partir de vestígios encontrados na superfície e em escavações no solo, desvelam que a região foi ocupada no mínimo por quatro antigas tradições, identificadas como:

- Tradição Umbu: habitava em cavernas, com petroglifos e material lítico de pedra lascada; era formada por tribos pré-ceramistas, caçadoras e coletoras. As fases mais antigas foram datadas em 9.600 anos; a fase intermediária em torno de 6.000 anos e a mais recente em torno de 300 anos;
- tradição Humaitá: habitavam em ambiente típico da floresta do planalto; eram pré-ceramistas, caçadores e coletores; produziam artefatos em pedra lascada e, também, em pedra polida. Ocuparam a região entre 8.650 anos e, mais recentemente, 930 anos;

¹ Registram-se os seguintes arqueólogos profissionais e amadores que realizaram investigações científicas na região: João Alfredo Rohr, Marilandi Goulart, Pedro Augusto Mentz Ribeiro, Nilson Thomé, Thomas Pieters, Igor Chmyz, Walter Piazza e outros.

- Tradição Taquara: habitaram as regiões altas do planalto; eram ceramistas e os vestígios arqueológicos dessa tradição são associados a habitações subterrâneas, escavadas e construídas nas regiões mais altas do planalto. As datações mais antigas são de 1.800 anos e as mais recentes de 200 anos;
- Tradição Tupi-Guarani: os grupos tribais dessa ampla tradição foram os últimos da seqüência migratória pré-histórica, sendo que seus vestígios têm datações desde 1.640 A.C.. Essa tradição é associada aos Guarani, tendo sido ceramistas e agricultores, geralmente construindo os aldeamentos nas terras baixas e vales dos rios. (THOMÉ, 1994, pp. 39-40).

Na região do Contestado, entre os campos e as matas, localizam-se centenas de sítios arqueológicos dessas tradições, contendo: vasos, potes e urnas de cerâmica lisa e decorada; inscrições rupestres; esculturas cerâmicas e líticas zoomórficas e antropomórficas; material lítico lascado (pontas de flecha, furadores, raspadores, facas e formões), material lítico polido (machados, pilões, mãos-de-pilão, enxós, boleadeiras, mãos-de-mó), etc.

Parte do material arqueológico e etnográfico pesquisado na região encontra-se incorporada ao acervo do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. A instituição padece dos males característicos aos museus e arquivos brasileiros, notadamente a falta de recursos financeiros, a precariedade de organização museológica e arquivística, a deficiente conservação das peças e do material de seu acervo, etc. Apesar das dificuldades de manutenção e ampliação do acervo e das atividades de pesquisa e cultura, o Museu do Contestado é o maior depositário de material arqueológico da região, bem como de documentação histórica sobre a região e sobre a Guerra do Contestado. Seguem, na Figura 05 fotos com imagem externa e interna do Museu do Contestado.

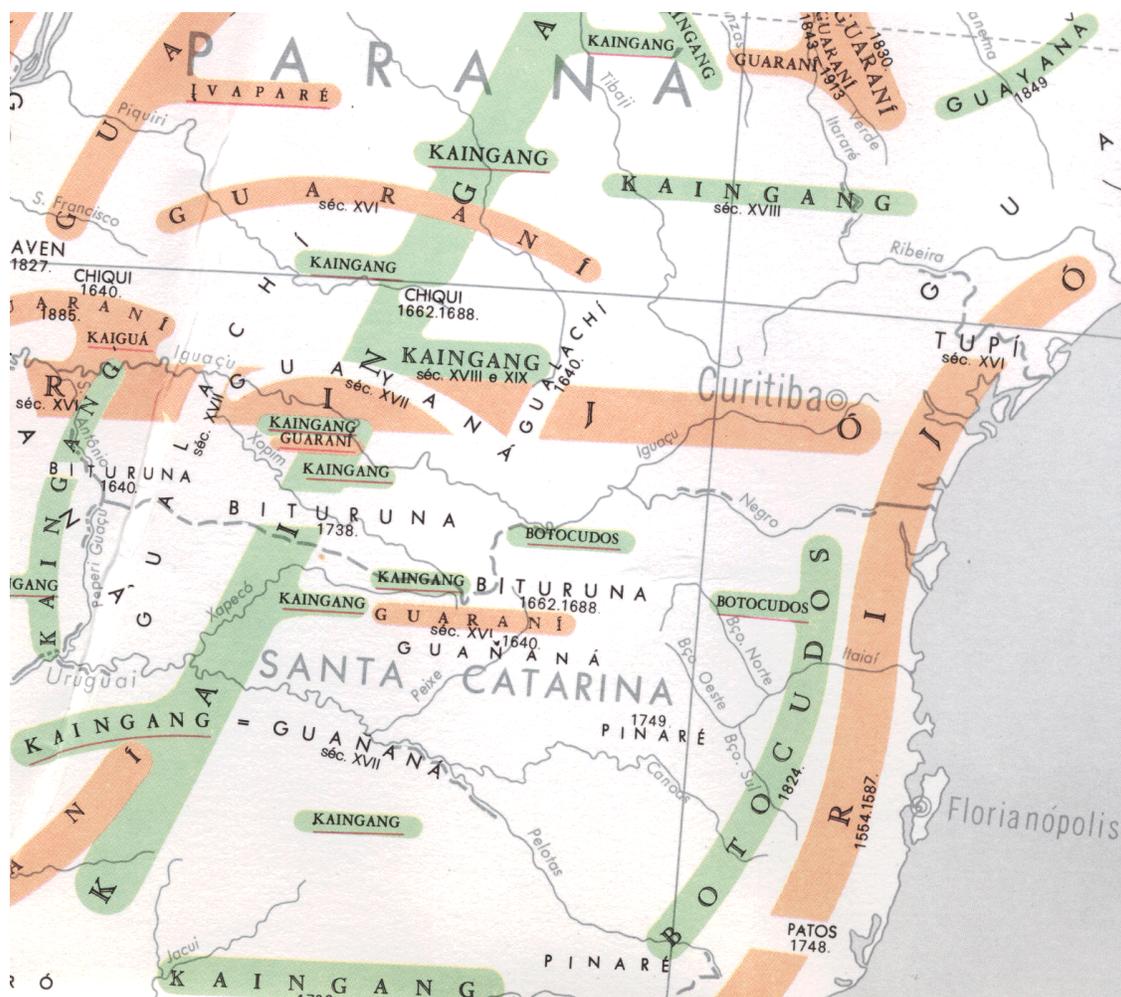
Figura 05 – Fotos do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

O imenso território que hoje compõe a Região do Contestado, no “Vale do Rio do Peixe”, na época do descobrimento e no transcorrer do período Colonial, era habitado por tribos indígenas vinculadas a três amplas famílias lingüísticas indígenas: Botocudos, Kaingang e Guarani, conforme o *Mapa etno-histórico do Brasil e adjacências*, de Curt Nimuendaju.

Figura 06 – Detalhe do Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, com a região de Santa Catarina



Fonte: NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro : IBGE, 1981.

Apesar do registro de Curt Nimuendaju quanto à existência de tribos indígenas de três troncos lingüísticos, vários autores registram o *habitat* de apenas dois Grupos Indígenas – Kaingang e Xockeng - na região. Essa questão, porém, não será objeto de discussão no presente trabalho, pois toma-se como pressuposto que aos grupos indígenas Kaingang e Xokleng (também denominados Botocudos) certamente estão incluídos os Guarani como habitantes históricos da região. Esse entendimento é endossado por Egon Schaden, profundo estudioso desse grupo tribal, inclusive quanto ocupação Guarani em

território brasileiro, e que registra a perambulação dos Guarani², o grupo Mbüa, na região. Sobre esse grupo e sua ampla região de perambulação, afirma o estudioso que:

“Mbüá (“gente”) é a autodenominação mais usada pelos Guarani, conhecidos na bibliografia como Kaingüá, Kaiuá et5c. ... Não raro, encontra-se também para estes índios a denominação Apüteré, ou seja, Apyteré... Entre os paraguaios são conhecidos pelo apelido de Baticolas, em atenção ao chiripá que usam entre as pernas. (...)

Ao sul de Santos vivem duas hordas de Mbüa nas aldeias de Rio Branco e Rio Comprido (perto de Itariri). Vieram do Paraguai medional nos últimos três decênios. No Oeste dos estados brasileiros de Santa Catarina e Paraná encontra-se por sua vez uma série de hordas Mbüa. Estive com estes índios no posto de Xapecó e na aldeia de Palmeirinha. Finalmente, contam-se numerosos Mbüa na região florestal do Leste paraguaio, especialmente no território de Guairá, mas também na parte setentrional da Argentina e do Rio Grande do Sul.” (SCHADEN, 1974, p. 3).

Essa caracterização da ocupação histórica da região pelos grupos indígenas Kaingang, Xocling e Guarani também pode ser inferida da leitura de *Os Índios e a Civilização*, de Darci Ribeiro. Fechando seu amplo estudo sobre a “integração das populações indígenas no Brasil moderno”, com base no conjunto das informações trabalhadas nessa obra, Ribeiro construiu um Mapa demonstrativo das “Áreas Culturais Indígenas” do Brasil. Esse cartograma temático, por sua vez, foi desdobrado em vários mapas relativos as onze “Áreas Culturais” abrangendo todo o território nacional brasileiro.

A área territorial do Contestado, abrange duas áreas culturais definidas por Ribeiro, a saber: “IX – Área Cultural Paraná” e a “X – Área Cultural Tietê-Uruguai”. Essas duas áreas, conforme pode-se visualizar através da Figura 07, contendo imagem escaneada das mesmas, abrange os territórios dos seguintes grupos indígenas: Guarani (Kaiuwá-guaraní; Nandéva-guarani; Mbua-guarani), Kaingang e Xocling (RIBEIRO, 1977, p. 460).

² Os Guarani podem ser divididos em três grandes grupos, conforme Schaden: os Ñandeva, os Mbüa e os Kayová (SCHADEN, 1974, p. 2).

atingiu as mais diferentes regiões do território nacional, nas quais vários grupos tribais indígenas ainda se mantinham isolados e autônomos.

O avanço dessa nova frente de expansão deu-se em várias regiões do território nacional e, em suas linhas gerais, caracterizou-se pelo mesmo movimento: florestas ainda indevassadas foram sendo ocupadas, a princípio por simples famílias de sertanejos que buscavam “terras sem dono” para instalar-se. A esses ocupantes sertanejos seguiram-se as frentes de expansão caracteristicamente capitalistas: ondas de ocupação, organizadas pelos grandes capitais que contavam com volumosos recursos financeiros, apoio oficial para projetos de colonização e até mesmo de tropas armadas privadas que garantissem as ocupações. Para essa expansão, as florestas foram rasgadas por estradas de ferro, os grandes rios passaram a receber navegação de barcos a vapor e todo o país foi, aos poucos, ligado pelos fios do serviço de comunicação telegráfica.

Nesse movimento, as terras tinham que ser ocupada pela forma característica de apropriação capitalista – a propriedade privada – e, com ela, implementava-se igualmente uma organização social capitalista, regida pela divisão da sociedade entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Outros estilos de vida considerados arcaicos, como o indígena ou o sertanejo, não tinham lugar nessa forma de organização e exploração da terra e do trabalho do homem.

Os diferentes grupos tribais indígenas foram, um a um, atingidos por esse movimento de expansão. Muitos grupos não tinham mais qualquer alternativa de sobrevivência autóctone e se submeteram ao “movimento civilizador”. Aqueles grupos indígenas que se opunham à invasão de seus territórios tribais, eram exterminados de modo extremamente bárbaro, pois neste movimento de expansão não era mais necessário poupar vidas que poderiam se transformar em força de trabalho cativo, o objetivo era de desocupar a terra para que se tornasse apropriável para a exploração lucrativa.

Seguindo as indicações do autor de “*Os Índios e a Civilização*” (RIBEIRO, 1977, p. 91-93), a região do Contestado foi afetada por dois dos movimentos de expansão ocorridos a partir de meados do século XIX:

- a) a expansão dos cafezais;
- b) a colonização por imigrantes.

A **expansão dos cafezais**, primeiro movimento de expansão a afetar, ainda que **de forma indireta**³, a região objeto de investigação, fez parte do movimento de expansão da cultura agrícola que tornou-se na principal atividade econômica brasileiro do século XIX até a terceira década do século XX. As grandes lavouras cafeeiras tiveram início nas matas próximas ao Rio de Janeiro, avançando para o vale do Paraíba – onde desalojaram os últimos remanescentes dos *Puri-Coroados*, avançando em seguida para São Paulo. Encontrando terras propícias à expansão do plantio, teve início a inexorável marcha da “onda verde”. Funcionando num movimento de expansão em busca de terras virgens altamente produtivas e que exigiam menor investimento de capital e rápido retorno, inclusive implementando inúmeras atividades articuladas à economia cafeeira, a marcha do café constitui-se numa fronteira em contínua expansão.

No final do século XIX a frente de expansão da economia cafeeira movimentava a vida econômica de várias regiões, alcançando as florestas que se estendiam do vale do rio Tietê ao vale do rio Paranapanema e deste às densas matas do Norte paranaense. Nesse movimento de expansão atingiu o *habitat* dos índios conhecidos como Coroados (ou Guaianá, ou Botocudos): a extensão da floresta atlântica que ainda permanecia intacta – em São Paulo, Paraná e Santa Catarina – acompanhando o curso dos rios Tietê, Paranapanema, Ivaí e Iguassú.

Anteriormente, grupos de Coroados que habitavam essas matas haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata desde Guarapuava, Ivahi e Palmas até o Rio Grande do Sul.

A expansão cafeeira foi rápida e foi ocupando territórios em várias frentes. Apesar disso, ainda havia a possibilidade dos indígenas buscarem refúgio em áreas ainda não ocupadas pela frente de expansão, como era o caso do vasto interior paranaense e catarinense. Entretanto o processo de expansão e ocupação de terras era extremamente rápido e, em lugar de simples caçadores ou sertanejos isolados ou em pequenos grupos a se instalarem nos vastos territórios interioranos, o composto por turmas numerosas que

³ A expansão cafeeira afetou de forma indireta a região do Contestado por duplo motivo: primeiro por transformar a região em área de refúgio para os Kaingang e, posterior, embate do grupo tribal com as frentes de colonização; em segundo, pela abertura Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, ligando Itararé, no Estado de São Paulo, a Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

trabalhavam para o Estado ou para Empresas Privadas encarregadas dos levantamentos e medições das terras e, depois, pelas próprias frentes de ocupação. Importante fator no processo de abertura de vastas regiões à ocupação econômica foi a implantação de estradas de ferro que, partindo do centro da economia cafeeira localizado em São Paulo, notadamente o Porto de Santos, principal escoadouro da produção cafeeira nacional, cortaram o território brasileiro em várias direções. Entre estas ferrovias destacam-se principalmente duas: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Santos (no litoral paulista) a Corumbá (no extremo oeste do Brasil, à margem do Rio Paraguai, na fronteira com a Bolívia); a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, ligando Itararé, no Estado de São Paulo, a Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Acompanhando essa abertura de novas regiões à ocupação econômica, os conflitos entre os Kaingang e os diferentes agentes da expansão cafeeira foram se agravando até os grandes ataques ocorridos a partir de 1905, notadamente contra as turmas que trabalhavam na abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Esses ataques ajudaram a aprofundar um clima já marcado por grande terror, e foi grande a mortandade de índios *Kaingang* (e de outros grupos tribais).

O cerco contra os *Kaingang* foi ficando cada vez mais fechado — formado, de um lado, pelos criadores de gado e pela frente de expansão que vinha do Rio Grande do Sul na direção Norte; do outro, pela Estrada de Ferro e pelos cafeicultores — na direção Leste - Oeste e Sudeste - Sul. O clima de terror envolvendo índios e não-índios é lapidarmente registrado por Darci Ribeiro:

... era tamanho o terror, tanto dos índios como dos civilizados, que todos viviam em vigília, interpretando cada sombra, cada ruído, como indício da iminência de um ataque. Os trabalhadores da estrada, penetrando na mata indevassada com a imaginação encandescida pelo medo, viam um índio atrás de cada árvore e os pressentiam no pio de cada pássaro.

A empresa fornecera armamento e munições à vontade, para todo o seu pessoal e a mata dia e noite ribombava de tiros contra índios que não se deixavam ver. A excitação se alastrava e uma turma, ouvindo à distância tiros da outra, metralhava também a mata para prevenir-se contra um provável ataque, mas, principalmente, para descarregar a tensão nervosa. Este era o ambiente na estrada, nas fazendas, nas pequenas vilas. Todos se sentiam ameaçados; ninguém se aventurava sozinho pela mata, certo de que estava cheia de índios; nunca abandonavam as armas. Trabalhava-se, comia-se e dormia-se com as carabinas ao alcance da mão.

(...)

Nesse ambiente de terror surgiram chefetes especializados em chacinar índios. Organizavam publicamente os bandos de bugreiros, planejavam seus ataques depois de aliciar os carabineiros e percorrer todas as fazendas vizinhas e o comércio angariando

donativos em dinheiro, mantimentos e munições. Tinham o cuidado de organizar as batidas sempre nos meses de chuva, porque nessa época os índios raramente se afastavam da aldeia para caçadas e pescarias coletivas, permitindo, assim, um extermínio mais completo.

As maiores batidas realizadas em 1908, 1909 e 1910 foram financiadas, principalmente pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, utilizando trabalhadores da construção por ela armados e municiados e entregues à orientação dos referidos especialistas. ... (RIBEIRO, 1977, p. 103-104).

O segundo movimento de expansão da sociedade nacional que acabou por afetar a região do Contestado, de maneira mais direta, foi a imigração de colonos europeus e, depois, de seus descendentes.

A colonização deu-se em Santa Catarina, em uma região da floresta atlântica dominada pela araucária e que abrangia uma vasta região desde o sul do Estado de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, até o Rio Grande do Sul. Essa mata era e ainda é o *habitat* da tribo *Kaingang* - ou *Botocudos*, ou *Coroados*, da qual fazia parte um grupo também conhecido como *Xokleng* ou *Aweikoma*. Viviam nas matas ricas em pinheirais, desde as proximidades da costa, até o centro de Santa Catarina, ao longo do rio Itajaí e seus formadores. Alguns bandos levavam suas zonas de ação ao norte, até o Paraná e ao sul até a região de campos ocupada por criadores de gado. Vivendo no seminomadismo em pequenos grupos, os *Xokleng* foram observados por Jacques Ourique, em 1887:

Desde as matarias luxuriantes que vestem as encostas marítimas da Serra do Mar até o rio Timbó, na bacia hydrographica dos rios Negro e Iguassú, ao norte da zona, e até o rio do Peixe, na bacia do Pelotas ao sul, dominam em toda a região contestada os índios conhecidos impropriamente por 'botocudos'. [...] ...que fogem a todas as tentativas de cathechese com horror e preferem a morte a viver ou manter relações com os homens civilizados. (apud THOMÉ, 1995, p. 25).

Largos trechos dessas matas foram destinados, em meados do século XIX, a colonos alemães, italianos e eslavos trazidos ao Brasil por iniciativa governamental ou de empresas particulares. Era uma nova fronteira de colonização, planejada para a ocupação do território nacional, baseando-se numa economia de pequenas propriedades de exploração agrícola intensiva. Esta expansão colonial, mesmo tendo contado com a ajuda de companhias de colonização privadas e com apoio governamental, não apresentou um caráter de deslocamento de massas humanas, como o que caracterizou a marcha dos cafezais.

O colono europeu, depois de conduzido a seu lote, permanecia isolado com sua família. Geralmente isolados na mata, defrontavam-se com o terror ao índio, armado de

flechas e tacapes, que vigiava todos os seus movimentos. Enquanto na marcha do café, os imigrantes estrangeiros contavam com sertanejos habituados ao trato com os índios, os imigrantes tiveram que aprender, na prática, a enfrentar os índios, evidentemente que contando com as idéias preconcebidas que traziam da Europa. Na prática, os resultados do contato entre índios e brancos eram idênticos em todos os lugares, já que sertanejos ou colonos viam o índio como uma fera perigosa pronta para atacar. Camponeses que só tinham empunhado ferramentas agrícolas, viam-se obrigados a se armar e a aprender o manejo de carabinas de repetição.

Após os conflitos que se seguiam a cada nova penetração, o pânico se apossava dos colonos; e grupos deles abandonavam a terra – ou dirigindo-se a São Paulo para trabalhar como assalariados, ou retornavam à Europa.

Em face de tal quadro, o governo de Santa Catarina tomou providências para estancar o êxodo dos colonos e promover a desobstrução do empecilho que dificultava o desenvolvimento da região... os índios Botocudos. A primeira foi destacar uma guarnição militar para expulsar os índios. A esta se seguiram outras medidas, através de toda a segunda metade do século XIX e início do XX, notadamente a formação de turmas de sertanejos armados para o extermínio dos índios, por conta do Governo provincial, do município de Blumenau e das companhias de colonização. Até falou-se em tentar meios persuasórios para a pacificação dos índios, mas poucas foram tomadas iniciativas concretas para tanto.

Foi à força das armas dos próprios colonos e, sobretudo, enchendo a mata de bugreiros profissionais, que a colonização prosseguiu pelo vale do Itajaí, levando a frente de lutas sempre para adiante. Mas com o avanço da colonização, estreitava-se cada vez mais o cerco das matas onde se refugiavam os índios e amiudavam-se os conflitos. Nos primeiros anos do século XX, em plena vigência do regime republicano, todos os governos estaduais e municipais das zonas que tinham índios hostis, tanto o de Santa Catarina como o do Paraná, destinavam verbas orçamentárias especiais para a contratação de bugreiros. É certo que essas carnificinas causavam revolta em muitos lugares, levando à criação de associações de amparo aos índios, mas nenhuma delas passou das pregações humanitárias.

... O espírito humano tem certas exigências e o colono precisava ver no índio um animal feroz para poder caçá-lo com a consciência tranqüila. (...)

No meio desse cerco feroz, os índios eram compelidos a um comportamento de fera. Esgueiravam-se pela mata, para não serem percebidos; esquivavam-se de todo encontro e quando ocorria, sabiam que a única chance era matar primeiro. (...)

Nem assim se punham a salvo das chacinas levadas a efeito por facínoras especializados em bater as matas para descobri-los. Bastava o menor indício da passagem de um índio por um lugar para os colonos ou criadores se juntarem, contratarem um bugreiro especializado para o ataque, sistematicamente planejado e levado a efeito com requintes de crueldade. O índio era considerado fora da lei, seu assassinato era não somente impune, mas estimulado e

reverenciado como obra meritória.(RIBEIRO, 1977, p. 108-109)

Em Santa Catarina, afirma Darci Ribeiro (1977, p. 109), os bugreiros profissionais, oficializados pela administração pública, alcançaram tal eficiência em suas batidas que deixaram para trás, como meros amadores, os bandos de celerados que caçavam índios em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Para corroborar com suas observações, reproduz Ribeiro trechos do relatório do inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Eduardo de Lima e Silva Hoerhen, escrito em 1910, e no qual relata as batidas dos bugreiros profissionais, tal como segue:

“Infinitas precauções tomam, pois é preciso surpreender os índios nos seus ranchos quando entregues ao sono. Não levam cães. Seguem a picada dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, sem fumarem, aguardam a hora propícia. (...) O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois praticam o morticínio. Compreende-se que os índios, acordados a tiros e a facão, nem procuram defender-se e toda heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carne inerte de homens acobardados pela surpresa”.

Depois das batidas dividem-se os despojos que são vendidos a quem mais der, entre eles os troféus de combate e as crianças apresadas.

Nos municípios de Araranguá e Tubarão existiam e existem quiçá, os celebérrimos Veríssimo, Maneco Ângelo e Natal Coral, os três grandes capitães das batidas. Eram tidos como heróis e como tais, respeitados. Visitavam-nos, aplaudiam-nos e citavam seus nomes como se fossem de prestantes cidadãos.

Em Nova Veneza os morticínios levados a efeito por Natal Coral e Ângelo a mando do diretor da colônia, foram numerosos. Em cada município onde existiam índios, havia os tais caçadores. (...) Falemos, agora, do mais célebre de todos: o famigerado Martinho Marcelino ou Marcelino Bugreiro, o homem pago pelos governos estaduais, para dizimar os *Xokleng*. Conseguiu reunir pequena fortuna com a sua profissão; sua fama estendeu-se pelo Estado e, desse modo, mandavam-no chamar, gratificavam-no principescamente para levar aos índios o terror, para aprisionar crianças, para vender armas e utensílios indígenas. Nos seus diferentes ataques, matou mais índios do que todos os outros bugreiros reunidos. Só numa dessas batidas, quando foi aprisionada a menina Korikrã, junto a onze outras crianças, morreram centenas de pessoas de todas as idades e sexos, conforme narrou aquela moça, cujo nome mencionei acima, filha adotiva do Dr. Hugo Gensch”’. (apud RIBEIRO, 1977, p. 109-110).

Para solucionar a questão indígena, promovendo ações que, em última instância, tornassem ocupáveis pelo capital as regiões ainda habitadas por populações indígenas, foi criado em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Pequeno trecho de Darci Ribeiro sintetiza a atuação desse órgão da administração pública federal:

(...) Graças à sua atuação, imensas regiões do país, entre quais se encontram algumas das que hoje mais pesam na produção agrícola-pastoril e extrativa nacional, foram ocupadas pacificamente pela sociedade brasileira; e os índios que as habitavam, passaram a viver nos Postos Indígenas, assentados em pequenas parcelas dos antigos territórios tribais. (RIBEIRO, 1977, p. 149-150).

Os dois ramos *Xokleng* do grupo *Kaingang* que habitavam as matas de araucária nos Estados do Paraná e Santa Catarina, foram pacificados em 1914. A atração do grupo paranaense, que era menor, foi iniciada por Fioravante Esperança em Rincão do Tigre e teve desfecho trágico.

O grupo catarinense, mais numeroso e aguerrido, foi pacificado em 1911 por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, depois de vários anos de atuação.

2.2. Ocupação da região do Contestado: da abertura dos caminhos de tropas e a implementação da atividade criatória

Inserido na Floresta da Araucária, nas regiões de matas e de campos, a região hoje denominada de Contestado começou a ser conhecida pelos bandeirantes paulistas que adentraram pela região em suas expedições para o Sul. A entrada dos primeiros representantes da sociedade colonial ocorreu no decorrer do século XVIII, quando da abertura do "Caminho do Sul", estrada de tropeiros destinada à condução de tropas de muares e de bovinos dos campos do Rio Grande do Sul a São Paulo.

Esse caminho foi aberto em 1728 e ligava Viamão, no Rio Grande do Sul, a São Paulo, passando pelos campos de Lages, e foi por ele que começou a ser transportado o gado sulino (BLEICHUVEL, 2000, p. 24). A partir dessa expansão paulista aos campos de Guarapuava, no Paraná, em 1771 foi fundada a vila de Lages, a partir da qual foram ocupados os campos de Curitiba, Campos Novos, São Joaquim e outros, e a partir desses núcleos populacionais, foram surgindo os primeiros "pousos", "currais" e "registros" e, a seguir, as primeiras fazendas de criação de gado no planalto catarinense (THOMÉ, 1995, p. 26).

Foi somente após a chegada da família real ao Brasil, e como resultado da preocupação com a efetivação da conquista da região sul, que D. João VI em 1810 determinou a concessão de sesmarias, buscando ligar os campos de Guarapuava aos campos sul-rio-grandenses (BLEICHUVEL, 2000, p. 25). A concessão de sesmarias e a abertura de fazendas era uma forma importante da estratégia portuguesa de ocupação territorial e que também foi usada na ocupação da região. De acordo com Bleichuvel:

(...) As fazendas a forma mais rápida e barata de ocupar territórios, por atingirem grandes extensões de terras, sem necessidade de uma população muito numerosa. Foi assim que nos campos de Guarapuava formaram-se diversas fazendas, que foram ocupando todo o espaço de campos próprios para a criação de gado. (BLEICHUVEL, 2000, p. 25).

A ocupação ocorreu gradativamente, em conformidade com os planos geopolíticos do Império, também englobando a partir de 1838 a vasta região dos campos de Palmas e que englobava todo o atual oeste catarinense e parte do sudoeste do Paraná. Esse processo de ocupação, com a formação de inúmeras fazendas, cujo centro irradiador era Palmas, notadamente após a transformação da Vila em Freguesia em 1855, conforme Wilmar da Rocha D'Angelis. É ilustrativa a observação do autor:

Quando a documentação oficial fala dos campos de Palmas está se referindo, sobretudo, às terras do atual oeste catarinense. Por extensão Palmas passou a designar a região, sobretudo após 1855, ano da criação da freguesia. A freguesia de Palmas ia até os limites da província do Paraná com São Pedro do Rio Grande, ou seja o rio Uruguai; a oeste ia até os limites então indefinidos com a Argentina. (D'ANGELIS, 1995, p. 141).

Foram estabelecidas várias fazendas de criação na região, quase sempre resultado da distribuição de terras entre os que participavam das expedições à região. Essa frente de expansão pastoril que se instalou nas regiões de Palmas e Guarapuava assegurou a posse das áreas de campo, mas ainda era incipiente a presença brasileira na região das matas, onde a criação de gado era mais difícil, pois dependia do trabalho de desmatamento. A esse respeito observou Ruy C. Wachowicz:

A oligarquia campeira nunca se preocupou em colonizar as áreas que não fossem de campos, justamente em função das dificuldades que teriam que enfrentar. A ocupação foi se desenvolvendo em forma de arquipélagos, com imensos vazios demográficos, ficando a cidade ou vila apenas como um apêndice dos campos de criação. (WACHOWICZ, 1985, p. 156)

Dessa característica decorria, segundo Wachowicz, um preconceito bastante forte contra a agricultura, pois as pessoas preferiam trabalhar como peões ou tropeiros que agüentar um arado ou uma enxada. A agricultura acabava sendo desenvolvida somente em terrenos que não serviam para a criação, em áreas onde eram instalados os imigrantes. Estes é que produziam alimentos, normalmente fornecidos também às fazendas. (WACHOWICZ, 1985, p. 156).

Quanto mais ocorria a expansão da fronteira, mais se fazia necessário um caminho ligando Palmas à região das Missões sul-rio-grandenses. Para tanto, de acordo com

Wachowicz, em 1845, para a abertura da estrada foi encarregado o alferes Francisco da Rocha Loures. O roteiro da estrada deveria cruzar o rio Chapecó, passando pelas vilas de Goio-ên e Nonoai até a de Cruz Alta. Com o trânsito das tropas, logo começaram a ser formadas algumas vilas nos pousos ao longo do caminho. Esse novo caminho tinha a dupla vantagem de permitir o transporte do gado sem necessidade de parada para descanso e, também, de escapar do pagamento dos altos impostos cobrados na vila de Lages. (WACHOWICZ, 1985, p. 156).

Observa Ecleides de F. Bleichuvel que a nova estrada passava por uma região rica em ervais, explorada em função do crescimento da indústria ervateira. Assim, tão logo as tropas começaram a circular, os ervais ao longo da estrada passaram a ser explorados e, para dar infra-estrutura à exploração, diversas feitorias ao longo do rio Uruguai foram instaladas. Para a autora a construção da estrada trazia esperança de povoamento e ocupação por brasileiros, pois a penetração de argentinos era preocupante para o governo brasileiro, principalmente em função da questão de limites ainda indefinidos nessa região de fronteira entre o Brasil e a Argentina. Entretanto, a estrada resumiu-se a um caminho de tropas e a ocupação da região limitou-se à exploração da erva-mate, comercializada justamente com os argentinos, utilizando-se o rio Uruguai para seu transporte. (BLEICHUVEL, 2000, p. 28).

Em decorrência direta da preocupação brasileira com a ocupação da região, face a ausência de definição de fronteiras, em 1862 o major Manoel Marcondes de Sá foi encarregado de abrir um novo caminho que deveria seguir pelo divisor de águas entre os afluentes dos rios Uruguai e Iguaçu, exatamente no centro da região contestada. Além da ocupação do território, o caminho tinha como objetivo fundamental possibilitar acesso à região de Corrientes, grande produtora de muares, facilitando o transporte de tropas para os cafezais paulistas. (BLEICHUVEL, 2000, p. 28).

Para Jaci Poli, as tentativas de ocupação e colonização do oeste catarinense não podem ser consideradas frustradas, embora a empreitada não tenha sido suficiente para assegurar a colonização e, com ela, a indiscutível apropriação brasileira da região. Não tendo conseguido assegurar a colonização brasileira no oeste catarinense, mais tarde houve a necessidade de formação das colônias militares de Chapecó e Chopim (POLI, 1995, p. 81). Pode-se pressupor que o principal resultado da abertura desses caminhos foi que,

gradativamente, foram se instalando muitas famílias de “caboclos” que passaram a ocupar terras devolutas e inexploradas na condição de "posseiro", posto que era dificultado o acesso a títulos de propriedade da terra. Convivendo com os indígenas, aprenderam a conviver com a natureza proporcionada pela Floresta da Araucária, dela retirando o necessário à sua sobrevivência, como a madeira para suas construções, os animais selvagens, as frutas e mel nativo, o pinhão e a erva-mate, e os rios para a pesca.

2.3. Aspectos políticos e legais da ocupação da região do Contestado: dos litígios de fronteira à criação do Município de Caçador⁴

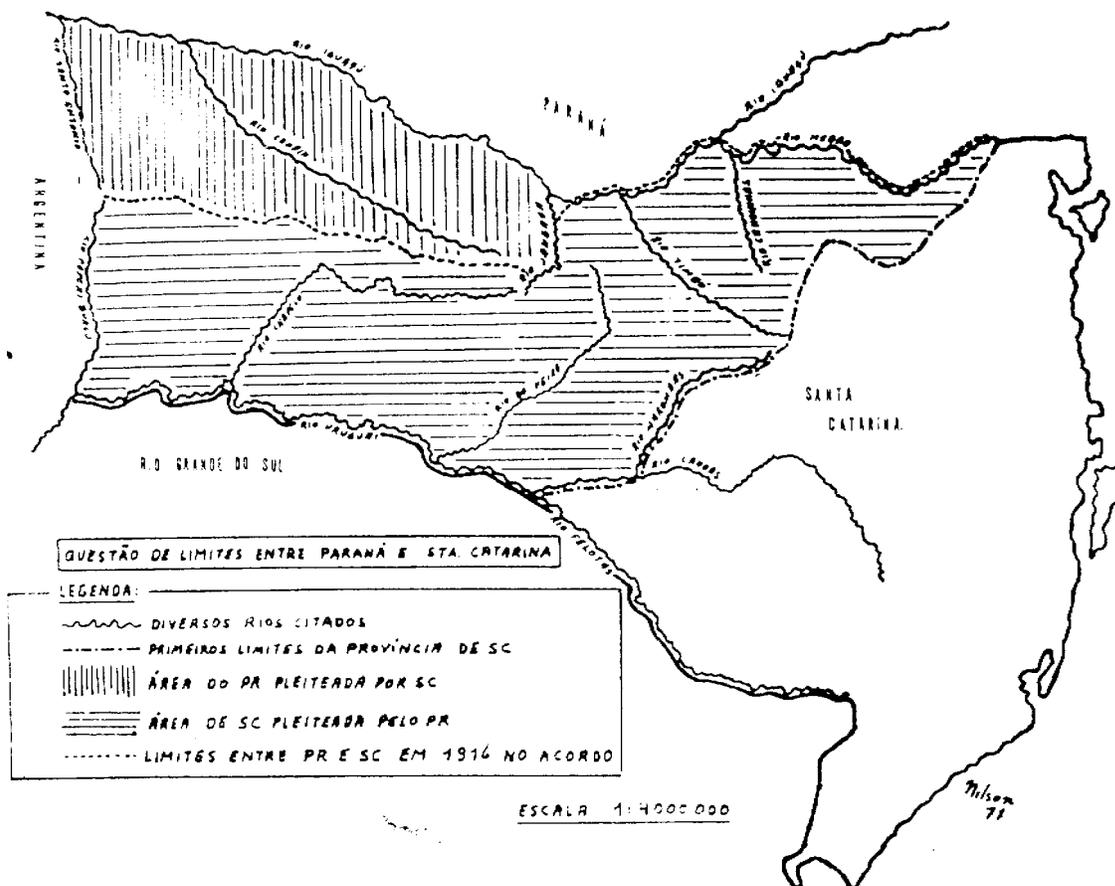
[O texto abaixo é de caráter preliminar, apenas para situar o processo político e legal de ocupação do Contestado e, particularmente, de Caçador. Carece de uma análise teórica que seja explicativa do processo ocorrido]

A ocupação da região do Contestado foi, conforme observado, marcada por profundas contradições e conflitos. Além dos observados anteriormente, é de se destacar os litígios políticos e legais e que decorriam de disputas territoriais e fronteiriças. Em linhas gerais, os litígios envolviam duas disputas fronteiriças: uma interna e a outra externa.

A disputa entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina, ocorreu ainda em meados do Séc. XIX. Essas disputas por território resultaram dos desmembramentos resultantes da Lei 704, de 29 de agosto de 1.853, pela qual o Imperador D. Pedro II criou a Província do Paraná, com território parcialmente desmembrado da Província de São Paulo e pelas terras da região Oeste da Província de Santa Catarina. Como a delimitação das fronteiras entre as duas Províncias não ficou suficientemente clara, começaram a ocorrer divergências quanto aos limites entre as Províncias do Paraná e Santa Catarina. As administrações das duas províncias passaram a incrementar ações visando à ocupação e colonização de seus territórios, notadamente a criação de núcleos populacionais.

⁴ Esta parte do trabalho foi, em sua quase totalidade, baseada em THOMÉ, 1978, pp. 43-48.

Figura 08 – Representação cartográfica da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina



Fonte: THOMÉ, Nilson. Isto é Caçador. Caçador : Imprensa Universal. 1978, p. 45

Na região compreendida pelo atual município de Caçador, a Província de Santa Catarina, na margem esquerda do Rio do Peixe, criou em 16 de junho de 1854, o Distrito de Campos Novos, no município de Lajes. Em 22 de março de 1869, pela Lei 535, Santa Catarina criou o Distrito de Curitibanos, também pertencente ao Município de Lajes. Em 11 de junho de 1.869 Curitibanos passou a Município, o mesmo ocorrendo com Campos Novos, em 30 de março de 1.890.

Na mesma região, a Província do Paraná elevou, em 1855, o povoado de N. Sra. da Vitória para a categoria de Freguesia da Vila de Palmas, que em 1860 passou a denominar-se Vila Porto União da Vitória. Pelo Decreto 54, de 27 de março de 1.890, a Freguesia

passou a Distrito do Município de Palmas. Com essas ações o Paraná reivindicava as terras da margem direita do Rio do Peixe.

Além da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, também a Argentina reclamava do Brasil a faixa territorial compreendida entre os rios Chapecó e Chopim, das nascentes à foz, pendenga de limites que foi chamada “Questão das Missões” ou “Questão de Palmas”⁵.

As questões envolvendo limites da fronteira do Brasil com vários dos países vizinhos, bem como as existentes entre as Províncias arrastaram-se por todo o período do Império. De acordo com Adelar Heinsfeld, a reivindicação Argentina baseava-se nos limites com o Brasil nos rios encontrados pelos demarcadores espanhóis em 1788 e 1791: o Pequeri-Guazu (Chapecó) e San Antonio Guazu (Chopim). Para garantir o território o governo imperial brasileiro cheio, pelo Decreto Imperial no. 2502, de 16 de novembro de 1859, no território da então Província do Paraná, duas colônias militares junto aos rios Chopim e Chapecó. A efetiva instalação dessas colônias, entretanto, somente ocorreu em 1881. Face à determinação de implantação das colônias pelo Ministro da Guerra, o ministro argentino no Rio de Janeiro, Dr. Luís Dominguez, por julgar que essas seriam instaladas a oeste daqueles rios, advertiu verbalmente o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, e avisou o governo de seu país. (HEINSFELD, 1997, p. 71-72). A Figura 14 apresenta cartograficamente a disputa de limites entre o Brasil e a Argentina.

⁵ Há um estudo sobre assunto intitulado: A Questão de Palmas entre o Brasil e a Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe, de Adelar HEINSFELD (1997).

Bocaiúva, e da Argentina, Estanislao Zeballos, assinaram um tratado dividindo o território em litígio por uma linha ligando a foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim. O tratado não foi aprovado pela Câmara dos Deputados brasileira e novamente foi retomado o caminho do arbitramento pelo presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América.

O litígio implicado na “Questão de Palmas” acabou resolvido em 1.895, graças ao arbítrio do Presidente Cleveland que, em 6 de fevereiro de 1895, emitiu a seguinte sentença:

Que a linha entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, naquela região que foi submetida ao meu arbitramento e decisão, é constituída e será estabelecida pelos rios Peperi (também denominado Peperi-Guaçu) e Santo Antonio, isto é, os rios que o Brasil marcou na Exposição e documentos, como constituindo a linha de limite, e que neste laudo denomina de Sistema Ocidental. (apud HEINSFELD, 1997, p. 86).

Com isso ficou definitivamente sob controle do Brasil as terras do Sudoeste Paranaense e do Oeste Catarinense. Tratava-se de uma área que abrangia 30.621 quilômetros quadrados e que, conforme o Censo de 1890, tinha 5.703 habitantes (HEINSFELD, 1997, p. 84).

Também com a Proclamação da República a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, que passaram a denominar-se Estados, e não mais Províncias, teve continuidade. Entendendo que o território da margem direita do Rio do Peixe era pertencente a seu território, o Estado do Paraná criou, pela Lei 415, de 01 de abril de 1.901, o Município de Porto União da Vitória, desmembrado de Palmas, e formado pelos distritos de Timbó, Nova Galícia, São João dos Pobres (hoje Matos Costa) e Taquara Verde (em terras hoje pertencentes a Caçador). Para efetivar o controle sobre o território, criou o Estado do Paraná uma Agência Fiscal de Rendas em Erval, ao qual criou e subordinou o Posto Fiscal de Caçador. Pela Lei 1.623, de 04 de abril de 1.916, o Paraná oficializou o povoado de Taquara Verde, no Distrito do mesmo nome, pertencente a Porto União da Vitória. Somente para registro, segue cópia transcrita (*apud* VARELLA e THOMÉ, 1972, s/p), dessa LEI:

LEI Nº 1.623
de 4 de abril de 1916

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. único - Fica o Governo autorizado a conceder a Camara Municipal de União da Vitória mil hectares de terras devolutas no lugar Taquara Verde no mesmo município para formar uma povoação já iniciada no mesmo lugar; revogadas as disposições em contrário. O Secretário dos Negócios de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas faça executar.

Palácio da Presidência do Estado do Paraná, em 4 de abril de 1916.
28º. ano da República.

(as.) Affonso Alves de Camargo
Caetano Munhoz da Rocha

Somente em 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Pelo acordo, o território disputado foi dividido ao meio, com limites pelo Rio Saí-Guaçu, Rio Negro, Rio Iguazu, Rio Jangada e uma linha seca no divisor de águas dos rios Iguazu e Uruguai, até a fronteira com a Argentina.

O Governo paranaense celebrou o acordo em 03 de fevereiro de 1.917, pela Lei 1.653, aprovado pela Assembléia Legislativa em 23 de fevereiro de 1.917. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina reconheceu o documento em 03 de abril de 1.917, sendo que em 03 de agosto de 1.917 foi homologado pela Lei Republicana 3.304.

Em consequência do acordo, em 25 de agosto de 1.917, através da Lei 1.147, objetivando ocupar o território acordado, Santa Catarina criou simultaneamente quatro municípios: Mafra (desmembrado de Rio Negro), Porto União (desmembrado de Porto União da Vitória), Cruzeiro (hoje Joaçaba), e Chapecó, mantendo os municípios de Curitiba, Campos Novos e Lages. Pela Resolução nº 3, de 15 de setembro de 1917, no Município de Porto União, criou a administração catarinense, os distritos de Porto União (sede), São João dos Pobres (hoje Matos Costa) e Vila Nova do Timbó, por sua vez extinguindo os distritos de Taquara Verde e de Nova Galícia, herdados do Paraná.

Em linhas gerais, o “Acordo de Limites” entre Paraná e Santa Catarina, também determinava os limites municipais catarinenses na região: Campos Novos ficou com as terras da margem esquerda do rio do Peixe e do Rio Caçador; Porto União ficou com o território da margem direita até à margem esquerda do rio 15 de Novembro; e Cruzeiro (hoje Joaçaba), com as da margem direita desse último rio. O povoado de Rio Caçador passou a fazer parte do distrito de Rio das Antas, por sua vez pertencente ao Município de Campos Novos; Taquara Verde e Santelmo, do Município de Porto União.

Ainda com relação ao povoado de Rio Caçador, o fim dos conflitos fronteiriços e da Campanha do Contestado, teve como resultado o crescimento do núcleo habitacional,

levando à tomada de medidas administrativas e legais: em 1918 foi instalada a primeira Agência Postal, tendo por Agente o sr. Virgílio Formigari; do mesmo ano consta a existência de um posto Fiscal de Rendas Estaduais, cujo titular era o Sr. Carlos Sperança. Ao redor da estação e nas duas margens do Rio do Peixe o povoado crescia e tomava forma: no lado esquerdo do rio, nas terras da Fazenda Fachinal do Bom Sucesso, situava-se o povoado denominado Rio Caçador; no outro lado do rio, a partir da construção de uma ponte de madeira, nas terras da EFSPRG, surgiu a Vila "Caçador".

Em 1923 foi criado o Distrito de Rio Caçador, sob a jurisdição do Município de Curitiba; a povoação de Santelmo foi elevada à sede distrital, ainda sob o domínio de Porto União. Nesse ano chegaram os primeiros colonos à região: os Baseggio, Zampronio, Sorgatto e Bortolan, procurando os primeiros o Rio Cará e Linha S. Francisco. Nesse ano consta a existência de duas serrarias no povoado: uma de propriedade de Luis Tortatto e José Gioppo e outra de Alfredo Kochenborger. O Distrito de Rio Caçador foi criado pela Lei 289, de 9 de janeiro de 1.923, do Município de Campos Novos, sendo o Distrito desmembrado do Distrito de Rio das Antas. Pela Lei 58, de 16 de julho de 1.923, o Município de Porto União voltou a criar o Distrito de Taquara Verde.

Em 1924 consta o funcionamento de uma escola primária particular, sob a direção do Sr. Marcírio da Cruz Maia. O mestre-escola também organizou uma banda de música que animava as festas cívicas.

Em 1927, por iniciativa de Pedro Bortolin, foi construída a primeira ponte sobre o rio do Peixe, ligando Rio Caçador ao Santelmo. Nessa localidade, Victor Kuroda organizou um loteamento, na praça do mesmo, tempos depois, deu-se a construção do Ginásio Aurora.

Pela Lei 93, de 14 de fevereiro de 1.928, criou o Distrito de Santelmo, separado do Distrito de Rio Caçador e localizado na outra margem do Rio do Peixe. Também em 1928 iniciavam os preparativos para a abertura da estrada de Rodagem Rio Caçador - Curitiba. Para trabalhar no serviço de terraplanagem da mesma, veio para o povoado o Dr. Dante Mosconi e sua esposa Da. Albina Mosconi. Esta, por sugestão do Sr. Victor Kurudz, abriu uma escola no Largo Santelmo que constitui-se no marco inicial do Ginásio Aurora.

Nesse ano a proposta de emancipação do povoado foi formalizada com a organização de uma comissão, composta pelos seguintes senhores: Dr. Leônidas Coelho de Souza, João Palermo, Victor Kurudz, Aristeu Anjos, Solon Coelho de Souza, Pedro

Bortolon, Domingos Sorgatto, Luiz Tortatto, Lycurgo Coelho de Souza, Angelo Paganelli, Neif Savoia e outros.

Em 1929 teve início a construção da estrada para Curitibaanos.

Em 1930 o edifício do Colégio Aurora começou a ser erguido. Em 1931 começou a funcionar o Curso Comercial e, em 1933, o Curso Complementar, no estabelecimento do dr. Dante Mosconi. Por largo tempo o Colégio Aurora, contando com internato, foi o único oficializado na região compreendida entre as estações ferroviárias de Porto União e Marcelino Ramos.

Mais que texto escrito, um mapa certamente permitirá visualizar o processo de ocupação da região no período de 1930. Para tanto, na Figura 15 encontra-se um cartograma ilustrando a Divisão Administrativa do Estado de Santa Catarina em 1930.

Figura 10 – Mapa com a Divisão Administrativa do Estado de Santa Catarina, em 1930



Fonte: BLEICHUVEL, 2000, p. 220.

Em 1932, o Distrito de Rio Caçador passou para o Município de Curitiba, enquanto que o de Rio das Antas continuou a ser de Campos Novos.

Em 1933 foi iniciada a construção da estrada ligando Caçador a Palmas. A construção dessa via abriu à exploração novos pinheirais e novas terras de cultura. Na construção dessa estrada, na sede do Distrito de Taquara Verde, constatou-se o afloramento de petróleo. Esse fato teve grande repercussão e, posteriormente, foram realizados trabalhos de prospecção, mas sem resultados significativos.

Em 1º de janeiro de 1934 foi criada a Paróquia de São Francisco de Assis, entregue aos Padres Missionários de São Francisco de Sales. Foi também nomeado o primeiro vigário da paróquia, o Padre Francisco Déage. Para registro, segue abaixo transcrição (*apud* VARELLA e THOMÉ, 1972, s/n) do *Decreto Episcopal* de criação da Paróquia de São Francisco de Assis, então pertencente ao Município de Curitiba:

Dom Frei Daniel Hostin OFM, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, bispo de Lages; – Aos que este Nosso Decreto virem, saudação, paz e bênção em N. Sr. Jesus Christo. Pelo presente decreto, atendendo ao maior proveito espiritual de uma porção de Nosso Amado rebanho, depois de ouvido o parecer dos reverendíssimos Consultores Diocesanos: Havemos por bem, usando de Nossa jurisdição ordinária, criar uma paróquia em território das freguezias de Campos Novos, Curitiba e Porto União parte de seus territórios transferindo-a para a nova paróquia a qual canonicamente a Erigimos e Instituímos dando-lhe os seguintes limites:

AO NORTE... A LESTE... AO SUL.... AO OESTE.... – Limitada assim a nova paróquia. Submetemos à Jurisdição e ao cuidado espiritual do sacerdote a quem Nos aprouver confiar a sua regência, e dos que canonicamente lhe sucederem no cargo, todos os habitantes de seu território, aos quaes Mandamos que reconheçam o dito sacerdote por seu legítimo vigário ... Erigimos em Igreja Matriz da nova paróquia a igreja de São Francisco de Assis na vila do Rio Caçador, a qual, assim elevada passa a ter todas as prerrogativas e privilegios que competem às igrejas matrizes... Mandamos que seja creado o arquivo da nova paróquia, possuindo o mesmo todos os livros parochiaes e o mais que nelle se deve encontrar.... E considerando as circunstancias peculiares desta diocese, de acordo com o C. 454: § 3 Direito Canonico Declaramos amovível esta nova paróquia. Aos Srs. Vigários das Freguezias de que foram desmembradas as partes de território que formam a paróquia, para sua sciencia e de seus parochianos, seja remetida uma copia deste Decreto, o qual Mandamos que seja lido pelo rev. Vigário que por Nós for primeiro nomeado na igreja Matriz da nova paróquia, transcrito integralmente no Livro do Tombo e devidamente archivado. Dado e passado nesta cidade de Lages, sob o Signal e Selo de Nossas Armas, a 10 de Janeiro de 1934.

+ DANIEL
Bispo de Lages

O Município de Caçador foi criado pelo Decreto Estadual 508, de 22 de fevereiro de 1934, ASSINADO PELO Interventor Federal, Cel. Aristiliano Ramos, compreendendo território formado pelos distritos de Santelmo, Taquara Verde e parte de São João dos Pobres (região de Adolfo Konder), vinculados ao Município de Porto União; pelo Distrito

de Rio Caçador, pertencente ao Município de Curitiba; pelo Distrito de Rio das Antas, vinculado ao Município de Campos Novos; pelo Distrito de São Bento (região de Macieira), então pertencente ao Município de Cruzeiro.

O novo Município ficou formado e dividido em três distritos: o de Caçador (Sede), resultante da união de Santelmo e Rio Caçador; o de Taquara Verde e o de Rio das Antas. Ainda na década de 1930, o Município de Caçador criou novos distritos: o de Vitória (parte do hoje Município de Videira), o de Rio Preto (depois chamado Princesa Isabel e hoje Distrito de Ipoméia, hoje pertencente a Rio das Antas), e o de São Luiz (hoje Distrito de Iomerê, pertencente à Videira). Através de duas fotos de 1935, constantes das figuras em seguida, pode-se ter uma idéia precisa das características urbanas básicas das duas principais vilas que formaram o Município de Caçador.

Ainda para registro, segue transcrição (*apud* VARELLA e THOMÉ, 1972, s/n) do texto legal de criação do Município de Caçador:

DECRETO Nº 508

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando que os atuais distritos de Santelmo, Taquara Verde, Rio Caçador, Rio das Antas, São Bento e parte de São João dos Pobres, possuem população, território e rendas suficientes e bem assim desenvolvimento econômico capaz para se constituírem em Município, e

Considerando que de sua renda própria os Municípios a que pertencem tiram grande percentagem da tributação arrecadada nesses distritos; ainda

Considerando que essa cooperação forçada impede e dificulta enormemente o desenvolvimento desses distritos;

Considerando mais que ha muito os seus habitantes vem procurando realizar a sua emancipação administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica creado o Município de Caçador, cujo territorio será contituico dos distritos de Santelmo, Taquara Verde e parte do de São João dos Pobres, desmembrados de Pôrto União; Rio Caçador, de Curitiba; Rio das Antas, de Campos Novos, e São Bento de Cruzeiro; com os limites abaixo e constantes do mapa incluso:

Ao Norte: - Com o Estado do Paraná e o Município de Pôrto União; partindo da cabeceira do Rio Jangada, por este abaixo até encontrar o marco da divisa da Fazenda Lumber antiga São Roque, por essa divisa até alcançar o Rio do Bugre, por este abaixo até à sua foz no Rio do Peixe, por este abaixo até o seu primeiro afluente da margem esquerda denominado Lageado Tortato, por este acima até à sua cabeceira, daí em linha reta rumo Leste até encontrar o Rio Caçador, por este acima até a sua mais alta nascente.

A Leste:- Com o distrito de São Sebastião das Perdizes como segue: Partindo da mais alta cabeceira do Rio Caçador seguindo o divisor das aguas até a mais alta cabeceira do Rio Veado e por este abaixo até a linha sêca que vai em rumo sul até o Rio das Pedras.\

Ao Sul:- Com os municipios de Campos Novos e Cruzeiro; pelo Rio das Pedras abaixo até a barra do Loteamento do Salto e deste ponto em linha sêca até encontrar a mais alta cabeceira do Arroio "Lageado dos Vicentes" e por esse arroio abaixo até a sua foz no rio do Peixe. Deste ultimo ponto, pelo Rio do Peixe abaixo até um seu afluente da margem direita

denominado “Arroio do Lucas” e por este acima até a sua mais alta nascente. Dai, em linha sêca em rumo do Oeste, até o Rio S. Bento.

A Oeste:- Pelo rio São Bento acima até a barra do Rio Bentinho e por este acima até o marco da Imbuia, marcada, cravada no travessão da Fazenda Raimundo Mendes, por este até alcançar o Rio Santo Antonio, por este rio acima até a sua mais alta cabeceira e daí em linha réta, até o ponto de partida na cabeceira do Rio Jangada.

Art. 2º. - A séde do novo Municipio será constituído pelos povoados de Rio Caçador e Santelmo, que se denominará Caçador.

Art. 3º. - O Municipio ora creado ficará jurisdicionado à Comarca de Porto União.

Art. 4º. - A instalação do Municipio de Caçador se procederá no dia 18 de março vindouro

Art. 5º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno em Florianopolis, 22 de fevereiro de 1934.

ARISTILIANO RAMOS
Plácido Olimpico de Oliveira

No dia 7 de março, pela Resolução no. 3.364, o Interventor Federal nomeou o Dr. Leônidas Coelho de Souza como Prefeito Municipal. Como em 18 de março a instalação não pode ser feita, novo decreto foi baixado, com o número 545, de 14 de março de, fixando o dia 25 para a instalação festiva da nova unidade administrativa do Estado de Santa Catarina.

Ainda nesse dia 7 de março, através da Resolução no. 3365, o Interventor constituiu o Conselho Consultivo do Município, nomeando seus membros os “probos cidadãos”: Pedro Drissen, Pedro Bortolon e Aristeu Pereira dos Anjos.

No dia 5 de Novembro de 1934, pelo Decreto nº 698, Caçador passou a ser sede de Comarca. Para registro, segue abaixo transcrição (apud VARELLA e THOMÉ, 1972, s/n) do teor desse decreto:

DECRETO N. 698

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a Comarca de Porto União compreende um território vastissimo, dificultando a distribuição da Justiça e tornando-a onerosa aos seus jurisdicionados;

Considerando mais que com a elevação a Municipio de territorio constituído dos distritos de Caçador, São Luís, Taquara Verde, Rio Preto e Rio das Antas ainda mais se desenvolverão os trabalhos do fôro da Comarca de Porto União;

DECRETA:

Art. 1. — Fica creada a Comarca de Caçador, costituída de territorio que compreende o Municipio do mesmo nome.

Art. 2. — A séde da nova Comarca será a do Municipio de Caçador.

Art. 3. — A comarca ora creada terá dois oficiais de Justiça, o primeiro, compreenderá o Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis; o segundo, será constituído das Escrivanias de Crime, Cível e Comércio, Feitos da Fazenda Provedoria e Resíduos, Orfãos e Ausentes e

Protestos em Geral.

Art. 4. — O primeiro provimento vitalício d'esses officios será feito livremente pelo Govêrno.

Art. 5. — As causas de qualquer natureza e os demais atos ainda em andamento, concernentes a Comarca ora creada, serão remetidos ao respectivo Juiz de Direito, perante quem passarão a correr.

Art. 6.— Para a instalação da Comarca de Caçador o Govêrno designará dia oportunamente.

Art. 7. — Os vencimentos mensais do Juiz de Direito e Promotor Público, serão, respectivamente, de 1:200\$000 e 600\$000.

Art 8.— Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 9. — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno em Florianópolis, 5 de novembro de 1934.

ARISTILIANO RAMOS
Plácido Olímpio de Oliveira

A Comarca teve sua instalação em 26 de janeiro de 1935, sendo seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Osmundo Wanderley da Nóbrega e o Promotor Público o Dr. Olinto de Campos. (VARELLA e THOMÉ, 1972, s/n).

Mesmo com a emancipação, o Município progrediu lentamente, com base, principalmente, na exploração dos recursos florestais e, como desdobramento da atividade extrativa da madeira, também com empreendimentos voltados à industrialização da madeireira. Para tornar possível o desenvolvimento e implantação de indústrias extrativo e agro-industriais, ainda em 1934, Atilio Faoro colocou em funcionamento a primeira usina de 30 HP e, em seguida, o primeiro moinho de cereais movido a eletricidade. Face ao crescimento da atividade produtiva, logo depois a pequena usina hidrelétrica de Atilio Faoro aumentou sua capacidade para 125 KVA. Após 6 anos, os serviços de fornecimento foram entregues à Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, quando foi inaugurada uma nova usina com a capacidade de 250 KVA. Para registro, seguem duas fotos das ruínas da usina hidrelétrica.

Figura 11 – Fotos das ruínas da Usina Hidrelétrica de Caçador – SC



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

Em dezembro de 1935, as Irmãs de São José, sediadas em Curitiba, decidiram abrir uma escola no novo Município. Em 19 de fevereiro de 1936 ocorreu a chegada das Irmãs: a Provincial, Madre Lêonie, e as Irmãs Madre Maria Beatriz, Irmãs Ludovica Idalina e Verônica. No mês seguinte começou a funcionar uma escola primária. A primeira construção do prédio da escola foi de madeira, substituída, mais tarde, pelo edifício de alvenaria onde ainda funciona o Colégio Nossa Senhora Aparecida, sob a direção das Irmãs de São José.

2.4. A colonização da região do Vale do Rio do Peixe: a ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul e a ocupação da região do Contestado

Com relação à área em que atualmente localiza-se o Município de Caçador, não há indícios de estada demorada de alguém nestas paragens, antes de 1881, época em que Francisco Corrêa de Mello, saindo da vila do Espinilho, no Município de Campos Novos, fixou-se na região com sua família, nas proximidades do local que viria a chamar-se Rio Caçador e cujo nome acabou decorrendo das atividades desse primeiro morador, conforme narra a crônica caçadorenses⁶. Para Varella e Thomé, em *Notas para a história de Caçador*,

⁶ Consta que a denominação Caçador ao rio e localidade “deveu-se às atividades venatórias de Francisco Corrêa de Mello; ele e seus filhos, para manutenção... fizeram... uma espera às antas, caietus, veados e outras

acompanhando as informações constantes da crônica caçadoreense, Francisco Corrêa de Mello e sua família (mulher e 10 filhos) foram os primeiros habitantes “civilizados”, do que seria mais tarde o Município de Caçador (VARELLA e THOMÉ, 1972, s/p).

Alguns anos depois, também procedente da vila do Espinilho e seguindo a picada aberta por Francisco Corrêa de Mello, também veio para a região Pedro Ribeiro, em 1888, localizando sua morada às margens do Rio Veado. Logo após, em 1891, Tomás Gonçalves Padilha, juntamente com Domingos Ribeiro da Cruz, escolheram a margem esquerda do Rio 15 de Novembro para habitar, mas logo depois, mudou-se próximo aos caminhos em direção a Palmas. Registram os autores das *Notas para a história de Caçador* a relação de parentesco ou agregamento dos que seguiram Francisco Corrêa de Mello: Tomás Gonçalves Padilha era seu genro, e Pedro Ribeiro seu compadre (Idem, ibidem).

O processo de ocupação, em termos concretos, deu-se com a abertura da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, quando então teve início o povoamento do núcleo que Francisco Corrêa de Mello iniciou.

Era evidente a importância da construção de tal tronco ferroviário, pois interligaria o sistema ferroviário central já existente, abrangendo o Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que tinha como ponto ferroviário, ou limite na parte sul, a cidade de Itararé. (WACHOWICZ, 1984, p. 45)

Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, o governo cedeu largas faixas de terra, acompanhando os trilhos, à empresa estrangeira Southern Brazil Lumber and Colonization Company, para a extração de madeiras e para a implantação de projetos de colonização nas zonas marginais aos trilhos. Ocorre que as terras eram ocupadas por sertanejos e, com isso, o livre uso das terras devolutas pelos posseiros gerou muita intranqüilidade.

Em vista da importância e dos desdobramentos ocorridos com a construção dessa ferrovia, convém abrir um parêntese para registrar os principais lances desse processo, tomando por base a síntese sobre o assunto escrita por Nilson Thomé, em *Ciclo da Madeira* (THOMÉ, 1995, pp. 28-20). De acordo com o autor, para construir uma estrada ferroviária

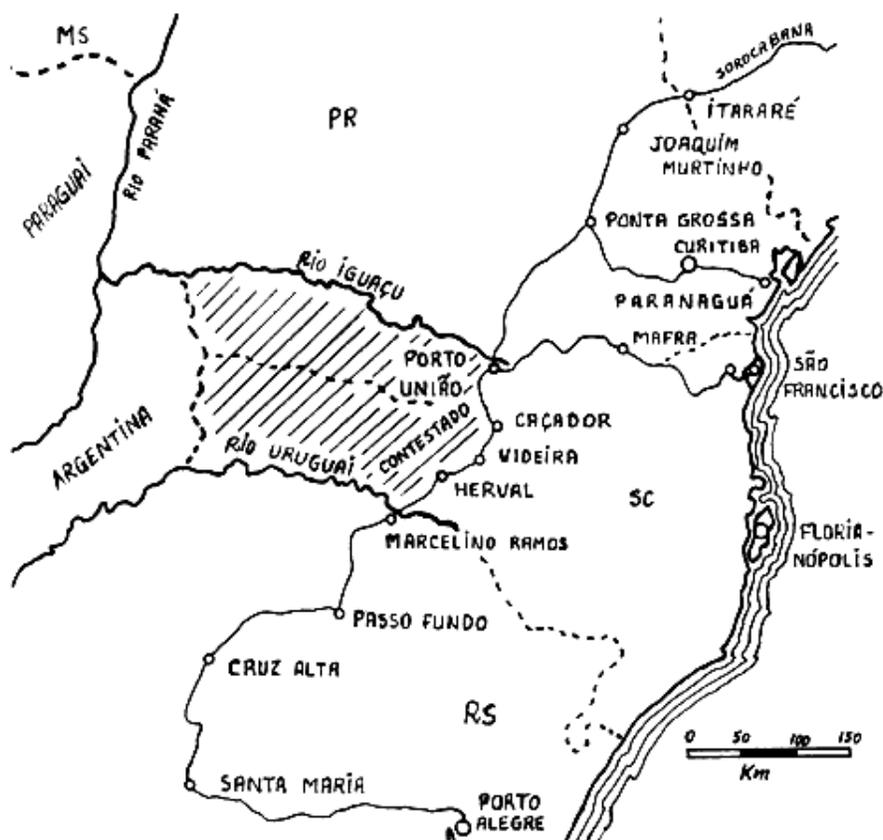
caças de porte. (...) Conhecido então por rio do caçador, ou rio Caçador, quando dos trabalhos das picadas para o estabelecimento da estrada de ferro, passou a ser marco designativo do local.” (VARELLA e THOMÉ, 1972, s/p).

ligando Itararé, em São Paulo, a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, no apagar das luzes do período imperial brasileiro, em 9 de novembro de 1889, o Império do Brasil assinou contrato com o engenheiro João Teixeira Soares, dando em garantia ao capital investido, a concessão das lavras de minério que fossem descobertas e uma faixa de 30 km., para cada lado do eixo da linha principal e ramais, de terras devolutas para a colonização.

Com o advento da República, em 7 de abril de 1890, a concessão foi ratificada, mas com a redução da faixa para 15 km. de cada lado dos trilhos. Mesmo assim, a concessão federal compreendia um total de 6.696 km². de terras no trecho entre os rios Iguaçu e Uruguai. Entretanto, como pela Constituição de 1891 as terras devolutas passaram da União aos Estados, Santa Catarina não ratificou a concessão dos 3.348 Km². na margem esquerda do Rio do Peixe, no lado Leste dos trilhos. O Paraná, além da concessão de sua parte de 50%, compensou a companhia titulando-lhe glebas de terras em áreas mais distantes, a ocidente.

Em 1890, foi constituída a *Compagnie Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*. Nesse mesmo ano foram iniciadas as obras da EFSPRG, em Santa Maria (RS), rumo a Itararé (SP). Em 1891 a concessão foi repassada à *Companhia União Industrial dos Estados do Brazil* que, em 1894, veio a transformar-se em *Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande*.

Figura 12 – Mapa da Ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, com destaque para a região do Contestado



FONTE: <http://www.vfco.com.br/ferrovias/efsprg/18contestado03.htm>

Nesse ano de 1894 foi inaugurado o primeiro trecho da EFSPRG, entre Santa Maria e Cruz Alta (RS), com 142 km. Em 1896 o Rio Grande do Sul encampou a malha ferroviária gaúcha, reduzindo a ferrovia para a extensão de Itararé ao Rio Uruguai, com a previsão inicial de 594 Km. no Paraná e de 347 Km. nas terras contestadas por Paraná e Santa Catarina, além dos ramais.

Sob o controle da Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, vários trechos foram sendo concluídos:

- 1900 - foi inaugurado trecho de 132 km da EFSPRG no Paraná, entre Ponta Grossa e Rebouças;
- 1904 - novo trecho de 132 km. foi inaugurado, de Rebouças a Porto União (PR), no rio Iguaçu;

- 1905 - Inaugurado o trecho gaúcho de Cruz Alta a Passo Fundo, a 336 km de Santa Maria;
- 1906 – a EFSPRG inaugurou trecho paranaense de Joaquim Murtinho a Jaguariaíva.

Em 1906 o empresário norte-americano Percival Farquhar, líder do "Grand Trust Farquhar", constituiu nos EUA a empresa *Brazil Railway Company* que adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, quando a linha já estava pronta entre Ponta Grossa e União da Vitória, vindo a concluir a ligação com Itararé (em 1908). A concessão de terras devolutas ao longo dos trilhos, reduziu-se ao equivalente a 18 Km., nove para cada lado, até o limite máximo de 15 Km. em cada direção da linha, para cada trecho.

Em 1906 foi iniciada a construção do trecho do Rio Iguaçu (em União da Vitória) até o Rio Uruguai, no sentido Norte-Sul, chegando os trilhos aos campos de São João (60 Km. abaixo) em 1907. Em dezembro de 1907 ficou determinado um prazo de três anos para a conclusão dos trabalhos, projetando-se a linha pelos campos de São Roque (Calmon) até alcançar a cabeceira do Rio do Peixe e, por sua margem esquerda, até a junção com a linha gaúcha, na ponte sobre o Rio Uruguai (em Marcelino Ramos). Em 1908 foi inaugurado o trecho de Joaquim Murtinho (PR) a Itararé (SP), de 134 km. Em 1909 o presidente Afonso Pena inaugurou o primeiro trecho da EFSPRG no Contestado: 103 km entre Porto União da Vitória (PR) e Taquaral Liso, hoje Presidente Pena (SC).

Ainda em 1909 os trilhos da EFSPRG atingiram Rio Caçador (SC), em julho, e Rio das Pedras em setembro. Cerca de oito mil trabalhadores construíram esse trecho, sob a direção do engenheiro Achilles Stenghel, inaugurando-o em 17 de dezembro de 1910. A estação ferroviária de Rio Caçador, foi inaugurada em 1910, no processo de abertura da linha de trens do centro ao extremo-sul do País, pelo planalto. Seguem as Figuras 09 e 10 da inauguração da Estação Ferroviária de Rio Caçador. A Figura 09 traz uma foto preparada para efeitos de registro, trazendo em destaque a equipe de trabalho da estação. A foto da Figura 10 traz uma tomada da estação, repleta de autoridades e convidados, no momento da chegada do trem.

Figura 13 – Foto da Estação Ferroviária de Rio Caçador, de 17 de dezembro de 1910



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

Figura 14 – Foto da inauguração da Estação Ferroviária de Rio Caçador, de 17 de dezembro de 1910



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

Em 1910 foram terminados trechos faltantes no Paraná (Ponta Grossa a Joaquim Murtinho), no Contestado (Santa Catarina) e no norte gaúcho. A ponte provisória de madeira em treliça, sobre o rio Uruguai, foi inaugurada a 17 de dezembro de 1910, último dia do prazo para a construção. A primeira composição regular percorreu os 1.403 km de Itararé a Santa Maria, à velocidade média de 30 km/h e 41,6 km/h nos trechos melhores. Rampa máxima: 2,99% e raio mínimo: 917 m, exceto no RS. Total da viagem de São Paulo a Porto Alegre: 72 horas (exceto paradas e 4 baldeações em Itararé, Porto União, Marcelino Ramos e Santa Maria), ao longo de 2.152 km.

Além dos trechos do tronco principal da ferrovia, a companhia, desde 1901, tinha concessão para a construção de um ramal entre União da Vitória e o litoral catarinense. A construção começou em 1904, do porto marítimo em direção ao interior, chegando a Canoinhas em 1913. Tratava-se de um trecho do Ramal de São Francisco, previsto para

ligar o litoral catarinense a Assunção, no Paraguai; quando as obras atingiram Marcílio Dias, no km 204, ocorreram os primeiros ataques, marcando o início das ações da Guerra do Contestado. De 1913 até 1916 os trabalhos entre Canoinhas e União da Vitória foram prejudicados pela Guerra do Contestado, razão pela qual essa linha-ramal só foi inaugurada a 17 de setembro de 1917.

Figura 15 – Ponte provisória sobre o rio Timbó, no Ramal de São Francisco, em 1914

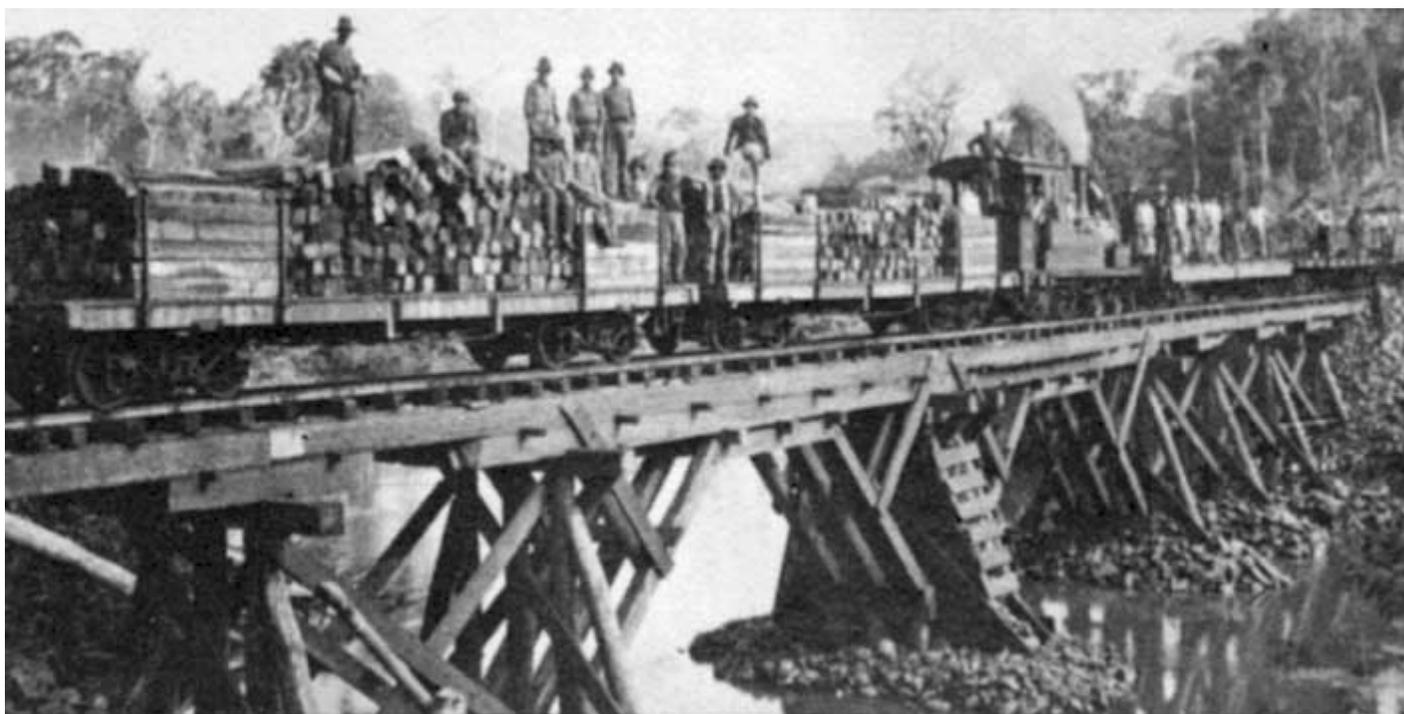


FONTE: <http://www.vfco.com.br/ferrovias/efsprg/18contestado01.htm>

Para substituir a madeira destinada às pontes provisórias, como as registradas nas Figura 11 da ponte sobre o rio Timbó e na Figura 12 da ponte sobre o rio Leão, às estações e dormentes, até então importada da Europa e dos Estados Unidos, a Southern Brazil Lumber voltou-se à exploração florestal da região. Desde 1903 que a Companhia recebeu autorização do governo federal para explorar a madeira existente na chamada "zona privilegiada" de até 15 km. para cada lado da linha, nas terras devolutas, além daquelas que pudesse vir a adquirir, para ser serrada em oficinas próprias. A abundância do pinheiro, da

imbuia e outras espécies de madeira-da-lei na região, fez com que, em 1907, entrasse nos planos da empresa a constituição de outra companhia, destinada à exploração madeireira e à colonização das terras devolutas recebidas. Em 1909, o truste Farquhar organizou a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, para atuar na colonização das terras ao longo da estrada de ferro e para explorar os grandes pinhais existentes nas terras recebidas, principalmente nos vales dos rios Negro, Iguaçu, Timbó, do Peixe e Canoinhas.

Figura 16 – Ponte provisória sobre o rio Leão (SC)



Pontilhão de madeira com base de pedras e pilar central em pedras "engradadas", sobre o rio Leão (SC)

FONTE: <http://www.vfco.com.br/ferrovias/efsprg/18contestado01.htm>

De acordo com Thomé (1995, p. 29), entre 1909 e 1913, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Co.*, além das terras da chamada “zona privilegiada”, adquiriu um total de 3.248 Km². de terras cobertas pela floresta da araucária na região do Contestado. Em Três Barras também adquiriu 180 mil hectares, para sediar a empresa, que viria a ser o maior complexo industrial madeireiro da América do Sul, com equipamento norte-americano e tecnologia canadense. Nos campos de São Roque foram adquiridos 21.797 alqueires, para

exploração por quatro serrarias menores, a mais importante localizada junto à estação ferroviária de Calmon.

A grande serraria da Lumber, em Três Barras, estava abrigada em diversos pavilhões, com serra-fitas circulares automatizadas, com capacidade para serrar mais de 300 m³. de madeira a cada jornada de 10 horas. O complexo madeireiro era alimentado por quatro geradores, que totalizavam 2.275 HP. de força, suficientes para as máquinas de serrar, para a fábrica de barricas, fábrica de gelo, fábrica de compensados e para a luz elétrica na sede. Para se alimentar de matéria-prima, a empresa construía linhas férreas mato-a-dentro para a coleta das toras, carregadas em vagões-plataforma dotados de guinchos tracionados a vapor comprimido. Em seus 40 anos de funcionamento, calcula-se que a Lumber deve ter cortado mais de 15 milhões de pinheiros na região do Contestado, além de imbuías, cedros, canelas e perobas.

Juntamente com a construção da ferrovia e a exploração madeireira, também teve início o processo de colonização, pela Brazil Railway Co., empresa transnacional concessionária da ferrovia. Foram abertas diversas áreas de colonização, para as quais afluíram colonos de várias e nacionalidades (poloneses, teutos, italianos), bem como imigrantes oriundos do Paraná, do Rio Grande do Sul e do próprio Estado de Santa Catarina. Entre 1910 a 1912, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, chegou a instalar núcleos perto das estações, como em Nova Galícia, Presidente Pena, Rio das Antas e Piratuba, com algumas famílias alemãs e polonesas.

O resultado da abertura da nova frente de expansão, que tinha como principal instrumento e mecanismo a construção da estrada de ferro pela Brazil Railway Co., também foi a criação, na região, de um novo espaço de manifestação das contradições que acompanham a selvagem expansão capitalista, como destacado no item anterior. Como os conflitos com os imemoriais habitantes da região, os remanescentes indígenas Kaingang e Xockleng, foram tratados anteriormente, merece destaque que a abertura da região também afetou drasticamente a população de nacionais que habitavam a região há décadas e que passaram a ser expulsos de suas posses por guardas armados da empresa multinacional.

A expulsão dos “sertanejos” alimentou um clima de revolta, ampliado pelo início da colonização das “terras devolutas”, pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), com imigrantes estrangeiros, pelas intrigas políticas entre fazendeiros rivais,

pelas disputas quanto aos limites fronteiriços. As contradições eram alimentadas, ademais, pelo fanatismo da religiosidade cabocla. Como resultado desse processo de conflitos e contradições, a região centro-oeste catarinense foi sacudida, entre 1912 e 1916, pelas tropelias dos seguidores do monge José Maria, acontecimento que foi batizado com o nome de “Campanha do Contestado” ou “Guerra do Contestado”⁷. Os caboclos formaram o chamado "Exército Encantado de São Sebastião", reunindo cerca de dez mil pessoas precariamente armadas, a enfrentar as tropas do Exército Nacional, as forças policiais e os piquetes civis da Guarda Nacional, combatendo até meados de 1916. A denominação oficial de “Campanha” ou “Guerra do Contestado” decorreu do entendimento do Governo Federal que o conflito era resultado da disputa territorial fronteiriça interna (entre Paraná e Santa Catarina) e externa (entre o Brasil e Argentina) e que será melhor caracterizada em próximo item.

Em setembro de 1914 a serraria da Lumber na região de São Roque (Calmon) foi arrasada pelos caboclos do "Exército Encantado de São Sebastião" que incendiaram os depósitos de madeiras e a estação ferroviária.

A EFSPRG tornou-se, ao mesmo tempo, infraestrutura para movimentação de tropas e alvo principal dos sertanejos, que invadiam estações, dinamitavam as pontes provisórias de madeira em treliça, arrancavam trilhos e os fios do telégrafo.

Ainda durante a construção, a EFSPRG foi palco do primeiro assalto brasileiro a um trem pagador, por um empreiteiro da própria obra, Zeca Vaccariano.

O ambiente pioneiro, construções de madeira em estilo europeu, pontes de madeira em treliça (substituídas depois por estruturas metálicas), cortes em pedra e aterros ainda sem cobertura vegetal, as serrarias a vapor — tudo forma um cenário perfeito para a reprodução em escala.

Felizmente, tudo foi bastante documentado, inclusive pelo fotógrafo oficial da EFSPRG, Orestes Augusto Alves. ... (Trecho de “A ferrovia na guerra do Contestado”, de Flávio R. Cavalcanti. In: [<http://www.vfco.com.br/ferrovias/efsprg/18contestado01.htm>])

Encerrados os combates em 1916, a Lumber reconstruiu as suas instalações, a EFSPRG reiniciou o tráfego normal de trens e começou a comercializar as terras no Vale

⁷ As principais obras sobre a “Guerra do Contestado” são: *João Maria – interpretação da Campanha do Contestado*, de Oswaldo Rodrigues CABRAL (1960); *Os Errantes do Novo Século*, de Douglas Teixeira MONTEIRO. (1974); *Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado*, de Nilson THOMÉ (1980); *Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do contestado - 1911-1916*, de Maurício Vinhas de QUEIROZ (1981); *A Guerra Sertaneja do Contestado: organização da irmandade cabocla*, de Marli AURAS (1984); *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*, de Delmir José VALENTINI (1998).

do Rio do Peixe e no Planalto Norte. Na parte das terras contestadas que lhe coube, em 1917 Santa Catarina criou os municípios de Mafra, Porto União, Joaçaba e Chapecó, mantendo ainda Canoinhas, Curitibanos e Campos Novos.

Somente para registro, a área mais alta do Vale do Rio do Peixe, na região onde mais tarde se localizaria o Município de Caçador, a demarcação das terras foi realizada em 1914, mas a colonização começou em 1917 de maneira mais lenta, pois para ela convergiam os limites dos municípios de Porto União, de Joaçaba, de Curitibanos e de Campos Novos, ao mesmo tempo em que eram muitas as terras tituladas a fazendeiros e as requeridas por posse por caboclos, envolvendo ainda uma grande parte da propriedade da Lumber (Sul da Fazenda São Roque).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que somente em 1917 começou efetivamente a colonização. Nesse ano, as terras demarcadas pela EFSPRG foram repassadas a uma subsidiária, a *Brazil Development and Colonization Company*, que as dividiu em propriedades, sub-divididas em colônias. Algumas colônias permaneceram vinculadas à EFSPRG, mas a grande maioria passou à subsidiária e outras foram vendidas inteiras a empresas colonizadoras particulares, constituídas por empreendedores gaúchos.⁸

Paralelamente, depois de criar os novos municípios na região, o Estado de Santa Catarina vendeu muitas propriedades também a empresários do Rio Grande do Sul, para que estes promovessem a colonização. Essa colonização se deu concomitante à disputa com a Brazil Railway Company, na Justiça, os direitos sobre boa parte destas glebas, por ações que tramitaram até 1924.

As questões fundiárias, que se arrastavam nos tribunais, inibiram o povoamento uniforme de todo o Contestado, uma vez que algumas áreas foram abertas à colonização antes de outras. A partir de 1921, na medida em que as ações jurídicas eram favoráveis ao

⁸ Walter Piazza relaciona as seguintes empresas particulares que se dedicaram a promover a instalação dos colonos egressos do Rio Grande do Sul no Oeste de Santa Catarina: Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle, Bertaso, Maia & Cia., Companhia Territorial Sul Brasil, Luce, Rosa & Cia., Empresa Chapecó-Pepery Ltda., Bley & Maia, Sociedade Volksverein, Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda., Selbach, Matte, Opermann & Cia., Kroeff, Selbach & Cia., Freitag, Geib e Deiss, Kurudz & Bortolon Ltda., Picolli & Canduro Ltda., Colonizadora Rio Branco Ltda., Nardi, Rizzo, Simon & Cia., H. Hacker & Cia., Bernardi & Paludo, De Carli Irmãos & Cia., Colonizadora Irmãos Coelho de Souza. (PIAZZA, 1983. p. 521-549).

grupo norte-americano, a colonização passou a ser efetuada sem esperar do Estado a legitimação dos títulos. Isso possibilitou o ingresso de levas de imigrantes ainda na primeira metade da década de 1920. Os lotes “coloniais” iam sendo ocupados pelos imigrantes que se voltavam à agricultura na esperançosa de produzir o necessário para o sustento, bem como de excedentes comercializáveis que possibilitariam a aquisição de equipamentos de produção e de produtos para o consumo.

Concomitantemente, junto às estações ferroviárias iam se formando pequenos povoados, abertos em clareiras na mata. O mesmo ocorria nas proximidades dos escritórios avançados das companhias colonizadoras. Essas povoações atraíam o imigrante voltado para as atividades de natureza mais urbana, como indústria, comércio e serviços.

As empresas colonizadoras, na maioria organizadas no Rio Grande do Sul durante o transcurso da década de 1920, propagandeavam para os colonos a possibilidade de adquirirem áreas de terras maiores do que as ocupadas em solo sul-rio-grandense, por preços bem mais baixos.

Aos colonos gaúchos se juntavam os descendentes de europeus (italianos, alemães, poloneses e ucranianos) que, anteriormente, colonizaram as terras no Sul do Paraná e no Nordeste de Santa Catarina, ali instalados pelo Poder Público e por empresas particulares, igualmente atraídos pela propaganda das colonizadoras, e que vislumbravam a possibilidade de vida mais promissora nas colônias em implantação no Planalto Norte, no Vale do Rio do Peixe e no Alto Uruguai. No Alto Uruguai e Vale do Rio do Peixe o fluxo migratório foi, principalmente, de oriundos do Rio Grande do Sul; no Planalto Norte a imigração registrava muitas pessoas vindas das colônias do Paraná e do Nordeste de Santa Catarina; a região de campos, então estruturada em latifúndios dedicados à pecuária extensiva, quase não recebia imigrantes, com exceção da zona ocidental de Campos Novos, margeada pelo Rio do Peixe.

Certamente que boa parte dessa população imigrante era composta de “colonos”, que para a região se transferiam com o objetivo de implementar atividades agrícolas e criatórias. Além dessa massa de colonos, foi significativa a imigração de profissionais liberais, como médicos, advogados, farmacêuticos e engenheiros, mais praticantes de diversos “ofícios” (ou profissões da área dos serviços), comerciantes lojistas, hoteleiros e pequenos industriais. Com isso, além da ocupação da zona rural, também os povoados, as

vilas e as cidades cresciam, graças à imigração, e com ela, também surgiam variados estabelecimentos econômicos, geralmente dispostos de produtivas “linhas coloniais”.

As condições geo-morfológicas e os diferentes tipos de terrenos se encarregaram de diferenciar os cultivos. As terras do Planalto Norte, abrangendo os vales dos rios Negro e Iguaçu e principais afluentes, mais planos e férteis, proporcionaram melhor rendimento do solo. A Sudoeste, nos rios tributários da Bacia do Uruguai destacam-se os relevos serranos do Vale do Rio do Peixe e do Alto Uruguai, reduzindo sensivelmente o aproveitamento do solo. Nessa região, as encostas íngremes, aqui e acolá suavizadas por patamares, dificultam o trabalho com a terra, inclusive, a manutenção de animais de tração nas propriedades, devido à exigüidade de superfícies adequadas ao apascentamento. (Lago, 1988, p. 289).

A construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, além de provocar o início do fluxo imigratório para Santa Catarina, favoreceu o processo de ocupação de toda região do Contestado, predominantemente por colonos sul-rio-grandenses. A ocupação da região pode ser visualizada através da Figura 00 com uma carta rodoviária do Estado de Santa Catarina, de 1933, no qual aparece em destaque a Estrada de Ferro cortando todo o Vale do Rio do Peixe.

oriunda de diversas regiões do próprio Estado de Santa Catarina, mas em número não muito expressivo (Lago, 1968, p. 111).

Até por volta de 1928 o maior fluxo migratório de sul-rio-grandenses foi para as terras do Vale do Rio do Peixe; esse fluxo mudou nas décadas seguintes, tomando rumo das terras localizadas na região extremo Oeste. Superando o Centro-Oeste, a partir de Xanxerê, Chapecó, Xaxim, São Miguel d'Oeste e outras localidades, o extremo Oeste registrou aumento populacional relativo de 118,0% entre 1940 e 1950, e de 161,4% entre 1950 e 1960. Lá, num primeiro momento, foram colonizadas as terras mais próximas às barrancas do Rio Uruguai, para, em seguida, serem abertas as fronteiras mais ao Norte. Esse êxodo sul-rio-grandense atravessou a fronteira Setentrional, alcançando o Sudoeste e o Oeste do Paraná, momento em que as levas migratórias foram reforçadas por descendentes catarinenses dos “gaúchos”. Seguindo o vale do rio do Peixe e os demais situados ao ocidente, a ocupação foi aos poucos atingindo os limites com o Paraná e com a Argentina. Diferentemente do rumo tradicional Leste-Oeste, o movimento migratório se realizava no sentido Sul-Norte.

Na região do Contestado, o incremento populacional, entre 1940 e 1950, foi maior na zona do Vale do Rio do Peixe, polarizada por Caçador, Videira, Joaçaba e Concórdia (59,1%), do que nos Campos de Lages, compreendendo também Curitiba e Campos Novos (32,3%) e do que no Planalto de Canoinhas, abrangendo ainda Mafra e Porto União (19,6%). Por outro lado, com o deslocamento da atividade madeireira, entre 1950 e 1960, o incremento nos Campos de Lages foi maior (43,4%), do que no Vale do Rio do Peixe (21,8%) e do que no Planalto de Canoinhas (10,6%).

Para Idaulo José Cunha, em *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina* (1982), juntamente com o Oeste catarinense, o Centro-Oeste do Estado vivenciou o fenômeno da migração interna sul-brasileira, destacando-se a do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, imediatamente seguida pela do próprio Estado sulino e mais a de Santa Catarina em direção ao Sudoeste e Oeste do Paraná. Segundo ele, no período de 1920 a 1940, o saldo da “imigração menos emigração”, direcionado de um meio rural para outro meio rural, resultou no acréscimo populacional de quase 90 mil pessoas para a região. Esse movimento demográfico resultou, predominantemente, do crescimento vegetativo da população e da imigração interna, esta representada por sul-rio-grandenses de origem

italiana e germânica que transpuseram a divisa Sudoeste de Santa Catarina e ocuparam as terras do Vale do Rio do Peixe e do Oeste do Estado. A imigração interna líquida de brasileiros natos, entre 1920-1940, foi de 88.807 pessoas, das quais, 76.394 habitantes nasceram no Rio Grande do Sul.

As conseqüências econômicas desse processo de colonização, ainda conforme Idaulo José Cunha (1982), podem ser apreendidas dos dados censitários de 1920 e 1940. Em 1940, a área dos estabelecimentos rurais do Estado era de 4.312 mil ha. Sendo que os naturais do Rio Grande do Sul possuíam 521 mil ha. (12, 08 % da área total), porém contribuindo com 16,1% do valor da produção agrícola e registrando excepcional produção média por estabelecimento. A rápida ascensão econômico-demográfica do Vale do Rio do Peixe e do Oeste reflete e corrobora a assertiva. Esse movimento migratório, que beneficiou, de início, Santa Catarina e, após, o Paraná, decorreu, sobretudo, da constituição de excedentes populacionais nas zonas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul (mesmo aquelas de ocupação recente) e da atração exercida pela abundância de terras nas regiões captadoras (Cunha, 1982, p. 123).

Nilson Thomé (2003, p. 3-4) destaca, como resultado do processo de colonização, a construção de estradas rodoviárias que, ligando os povoados e as propriedades, resultou em ampla malha que foi cobrindo a zona rural de todos os municípios da região. A abertura das estradas resultou de exigência do governo catarinense para com as empresas colonizadoras. As empresas colonizadoras eram autorizadas, pelo governo catarinense, para comercializarem as terras, com compromisso contratual de abertura de estradas rodoviárias que ligassem as sedes das colônias aos núcleos coloniais, em conformidade com o projeto de ocupação e povoamento de cada gleba contratada. Nem sempre a exigência era cumprida pelas empresas colonizadoras, levando os próprios colonos a terem que cumpri-la.

As estradas foram construídas manualmente, à base da foice, machado, enxada, pá e picareta, atravessando as matas, geralmente com a largura de quatro metros no leito, ladeadas por desmatamentos de oito metros em cada lado. O trabalho era extremamente pesado, com jornada diária em torno de 12 horas, e a alimentação precária. A comida era sempre a mesma: feijão preto com charque e arroz acompanhado de café preto. Dormia-se

em ranchos, precariamente erguidos à beira da estrada. Um bom trabalhador ganhava, por dia, 6\$000 (seis mil réis), além da comida (Schreiner, 1996, p. 60).

3. ASPECTOS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DO CONTESTADO

[O texto abaixo é preliminar, elaborado para possibilitar o entendimento histórico das transformações econômicas de Caçador e região do Contestado. O tempo não foi suficiente para coletar, organizar e analisar dados mais atualizados sobre a economia, em suas várias dimensões e ramos de atividade.]

3.1. Da atividade criatória à agroindústria alimentícia⁹

A criação de suínos foi a mais antiga atividade produtiva da região do Contestado, iniciada ainda quando da instalação das primeiras fazendas de criação de gado, competindo em importância apenas com a erva-mate e com o tropeirismo. Dos nativos porcos-do-mato e dos introduzidos porcos “Macau”, tratados a pinhão e milho, os habitantes da região retiravam apenas a carne e a banha necessárias ao seu sustento.

Com relação à produção de derivados de carne bovina e da banha suína, em *Nhá Marica, Minha Avó* (1969), Alvir Riesemberg lembra a presença da colonização alemã no Planalto Norte, ocorrida desde 1829, e que foi semelhante com o ocorrido no Rio Grande do Sul, onde as Colônias Alemãs também surgiram na mesma época.

⁹ Esta parte do trabalho foi, em sua quase totalidade, baseada em THOMÉ (2003)

A influência alemã foi (e ainda é) perceptível pelo tipo de uso das carnes, não só no modo de prepará-las, mas também quanto à sua conservação. A salsicharia ali desenvolveu-se sob o influxo do imigrante alemão

o, mais tarde também do colono italiano. As salsichas do tipo Viena e Frankfurt, os chouriços de fígado e de sangue, as pastas de carne, a que os alemães davam, respectivamente, os nomes *wienerwurst*, *loeberwurst*, *blutwurst*, *schmierwurst*, assim como as lingüiças e vários tipos de salames, caracterizaram as novas formas de preparar e conservar a carne. A estas novas formas manteve-se a forma portuguesa de conservação da banha, a gordura do porco era conservada sob a forma de toucinho, sobre fumeiros, sendo derretida no momento em que devia ser empregada. (Riesemberg, 1969, p. 109).

É necessário registrar que a suinocultura era, naqueles tempos, uma atividade com características peculiares. Criar porcos soltos era uma atividade alternativa que dava sustentação a fazendeiros e caboclos, como também aos primeiros colonos que chegavam à região. Sobre a criação de porcos “baguás”, soltos nas matas, ouvindo antigos criadores do Sudoeste do Paraná, Ruy Wachowicz explica o processo:

Inicialmente, a quantidade de pinheiros no sudoeste era tão grande que quando chegava o inverno, as pinhas se soltavam e forravam o chão de pinhão, ficava até avermelhado em baixo das matas. Não era portanto de se admirar que no inverno o pinhão tornava-se o principal alimento dos porcos. Nesse sistema de criação, que os caboclos chamavam de *porco alçado* ou de *porco plantado*, o único trato que os animais recebiam era o sal. Os caboclos que tinham um pouco mais de capricho, construía um mangueirão. À tardinha, jogavam um pouco de milho no mangueirão, o que atraía os porcos. Passavam a noite no local. De manhã, no dia seguinte, jogavam um pouco de milho fora do mangueirão fazendo com que os animais saíssem e ali no mato passavam o dia. [...]. Outros ainda, quando à tardinha jogavam milho para chamar os porcos para o pernoite, tocavam uma buzina, desenvolvendo nos animais um sistema de reflexos. Todos então corriam para o mangueirão. (Wachowicz, 1985, p. 90).

Outro sistema de “engorda” dos porcos era o da “safra” anual. Os caboclos queimavam uma porção de mato, onde plantavam milho e, no ano seguinte, depois do “tempo do pinhão”, reuniam e conduziam os animais para o interior da roça, para engordarem e comer sal. Os maiores porcos gordos, depois de recolhidos pelos “safristas”, eram conduzidos até os compradores, instalados, geralmente, junto às vilas e cidades da região. As “tropeadas” de porcos xucros, eram feitas “a pé” pelos tropeiros, desde as origens até os mercados ou os abatedouros do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e até de São Paulo. A partir de 1911, com a abertura das estações ferroviárias, os

“criadores” passaram a utilizar os vagões da estrada-de-ferro; depois, com o advento das estradas rodoviárias, o caminhão transformou-se no principal meio de transporte.

A época era auspiciosa para o chamado “porco-tipo-banha” e, conseqüentemente, para as variedades rústicas existentes no Brasil, originariamente introduzidas pelos portugueses e oriundas do continente africano. O porco “Macau” era uma delas, largamente utilizado nas colônias. A banha de porco era tão importante que, à exceção do azeite de oliva, importado, o uso de óleos vegetais era inexistente na cozinha brasileira. O uso de óleos originários de diversos de plantas e semente oleaginosas, dava-se em locais restritos, como era o caso do azeite de dendê no litoral do Nordeste, onde concentravam-se grandes contingentes populacionais de descendência africana. A banha, enfim, era um produto de valor, inclusive para conservar alimentos nas áreas rurais e nas periferias urbanas (Lago, 1988, p. 289).

Com o processo de colonização, a região do Contestado foi se transformando em importante zona de produção agrícola. A implementação da produção rural, porém era apenas uma das possibilidades de acumulação propiciadas pela apropriação dessa frente pelo capital. Em toda a região do Contestado, inclusive nas terras destinadas à colonização, a empresa colonial tinha à sua frente densas e gigantescas florestas, em sua maioria composta por frondosos pinheirais. Se isso aparentemente era fator impeditivo para os loteamentos de pequenas propriedades destinados à agricultura, por outro lado, os pinheiros chamaram a atenção dos proprietários das colonizadoras e de sul-rio-grandenses e paranaenses mais abastados e que viam a floresta como sinônimo de rápida fortuna, através da exploração madeireira.

No âmbito da atividade agrícola, na medida em que se consolidavam as frentes de povoamento no Vale do Rio do Peixe, Nilson Thomé encontrou registros da produção de: arroz em casca, linho, aveia, centeio, cevada, fumo, alfafa, melancia, abóbora, milho, trigo, batata-doce, batata inglesa, mandioca, amendoim, ervilha, feijão, lentilha, alho e cebola, além das hortaliças e das frutíferas, como uva, figo, maçã, pêra, laranja, limão, caqui e tangerina. No Alto Uruguai, a produção agrícola inicial foi marcada com os cultivos de: milho, feijão, trigo, arroz em casca, batata-doce, batata-inglesa, mandioca, laranja, lentilha, cana-de-açúcar, alfafa, amendoim, além das hortaliças e das frutíferas, como laranja, limão,

tangerina, bergamota e banana. Esses mesmos produtos também eram cultivados em Campos Novos e em Curitibanos, só que em menor escala, considerando que boa parte do território era coberta por pastagens naturais (como eram os Campos de Lages) e, nestes municípios, em latifúndios, os fazendeiros dedicavam-se à criação de gado bovino. (THOMÉ, 2003, pp. 6-7).

Walter Fernandes Piazza, em *Santa Catarina: sua História* (1983), analisando o período posterior a I Guerra Mundial, que praticamente coincidiu com a abertura das terras à colonização, registra que a economia na região do Contestado, era marcada pela exploração da madeira e, após a retirada desta, por intensa atividade agrícola.

O extremo-oeste, à beira do rio Uruguai, funcionando como via integradora, é, inicialmente, uma área de exportação de madeira, e, à proporção que se vão localizando as suas margens e nas dos seus tributários os refluxos populacionais, oriundos das antigas colônias alemães e italianas, do Rio Grande do Sul, desenvolve-se como área de produção agrícola e, subsidiariamente, de suinocultura.

No meio-oeste, ao longo do vale do rio do Peixe, após a solução da “Questão do Contestado”, recebendo elementos do Rio Grande do Sul, refluxos populacionais das antigas colônias alemães e italianas, também, se desenvolve uma intensa atividade agrícola, baseada, principalmente, nas culturas do milho e da vinha, expandindo-se, depois, para um desenvolvimento industrial ligado á agricultura.

No planalto sedimentar norte-catarinense, ao lado da indústria extrativa da erva-mate, vai, desde o princípio do século XX, tendo grande incremento a extração da madeira, que lhe dá grande pujança, ao lado das culturas agrícolas, próprias dos climas frios, como o trigo, a aveia, a cevada e o linho, desenvolvidas graças à tradição cultural dos elementos poloneses, ucranios e rutenos que, ali, se localizaram.

Na região de pastagens naturais, centralizada por Lages, é a criação de gado a sua razão de viver (Piazza, 1983, p. 609).

Na atividade agrícola, Thomé (2003, p. 9) entende que foi a produção de milho a viabilizadora do desenvolvimento da atividade agro-criatória, com base na suinocultura, e esta, por sua vez, viabilizou a configuração do eixo agro-industrial no Centro-Oeste catarinense, pela instalação das primeiras unidades frigoríficas de carnes suínas. Como expõe Paulo Fernando Lago (1988, p. 289), “O binômio milho/porco era, pois, o caminho, embora estreito, para a viabilização da empresa colonizadora dos vales do Planalto”.

A instalação dos colonos sul-rio-gradenses no Alto Uruguai e Vale do Rio do Peixe, a partir da década de 1920, nas cidades-sedes dos municípios, nas vilas distritais e nos povoados, gradativamente provocou a abertura de estabelecimentos voltados à industrialização da riqueza animal. As primeiras propriedades rurais da região

caracterizavam-se por possuir, simultaneamente, as lavouras, o potreiro e a estrebaria, o chiqueiro e o galinheiro.

Complementarmente à produção das lavouras e das criações, nas pequenas propriedades rurais também se produzia leite *in natura*, ovos, mel e cera de abelhas silvestres, carnes de aves (galinhas) e de ovelhas, e sabões à base de gorduras. Entretanto, esta produção destinava-se mais ao consumo interno, com vendas a terceiros apenas dos excedentes. A produção de excedentes levou ao estabelecimento, junto às estações ferroviárias, de mercadores que adquiriam os produtos dos colonos e os remetiam, através do trem, para mercados consumidores.

As atividades criatórias foram as propulsoras da agroindústria de alimentos na região do Contestado, já a partir da década de 1930, quando os municípios começaram a se destacar pela industrialização de carnes de bovinos e de suínos, ainda que em caráter artesanal. Os principais produtos dessa indústria artesanal, antes portanto da entrada em operação de frigoríficos voltados às carnes refrigeradas e congeladas foram: banha de porco, lingüiças, salsichas, presuntos, toucinhos salgados, salames, charque, queijos e manteiga.

Essa agroindústria artesanal de produtos de origem animal e instalada na “Zona Colonial do Rio do Peixe” ou “do Meio-Oeste” (como o IBGE classificava o Alto Uruguai e o Vale do Rio do Peixe juntos), não surgiu na região por acaso. Na época inicial da colonização do Contestado, nas colônias de imigrantes sul-rio-grandenses, tanto de origem alemã como italiana, foram instalados os primeiros frigoríficos dedicados à industrialização dos excedentes das propriedades rurais e, concorrendo em importância com as vinícolas, os moinhos e os curtumes.

Baseando-se na publicação comemorativa ao cinquentenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, de 1925, Nilson Thomé observa que, na década de 1920, eram conhecidos o “salami”, a “mortadelle”, o “lombi” o “prosciutti”, o “ossocolli”, o “strutto”, a “carne affumicata”, de Antonio Peiruccini & Filhos (de Caxias do Sul), de Della Pasqual, Duvina & Cia., da Lunardi, Scandroglio, Sottili & Comp.(de Alfredo Chaves), de Soccol, Seganfredo & Comp. Ltda., da Franciosi, Nardi & Comp., de Antonio Fonini & Comp. (de Guaporé), da Bortoli, Somavilla, Zuchetti & Cia. (de Lagoa

Vermelha), de Allegretti & Comp. (de Viadutos), de Cesa Giuseppe & Cia. (de Antonio Prado), só para citar alguns dos mais conceituados estabelecimentos de italianos nas colônias rio-grandenses. (THOMÉ, 2003, pp. 9-10).

Na colonização sul-rio-grandense no Município de Erechim, por exemplo, criado em 1918, cujo território encostava na margem esquerda do Rio Uruguai e reunia os distritos de Boa Vista do Erechim, Marcelino Ramos, Erebangó e Barro, estava ocorrendo a colonização pelas empresas Luce, Rosa & Cia. e Jewish Colonisation Association. Menos de dez anos depois, haviam “57 segherie, 36 molini, 9 calzolerie, 6 farmacie, 3 orologerie, 6 macellerie, 16 sellerie, 1 fabbrica di casse, 5 lattonieri, 23 fabbrì, 7 fornai, 1 fabbrica di birra, 2 di gazose, 3 fabbriche di salumi e uma fabbrica di sedie” (In: *Cinquantesenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sul*, 1925, p. 218).

O crescimento populacional exigia a ampliação da oferta de produtos e, dessa circunstância, a diversificação de indústrias transformadoras de produtos de origem agrícola e animal foi se dando gradativamente. Para tanto, nos espaços urbanos, as famílias de colonos italianos e alemães, tradicionalmente apreciadores da carne de porco e de uma constelação de produtos e derivados, dominavam as técnicas necessárias a essa produção. A rede de suprimento de matéria-prima industrial estava disponível e a qualidade da mão-de-obra industrial era indiscutível e abundante (Lago, 1988, p. 291).

Com base em informações documentais, Nilson Thomé (2003, pp. 10-11) registrou o quadro agroindustrial de alguns municípios da região do Contestado e que ajudam a elucidar esse processo de conformação da produção e comercialização de produtos de origem animal.

Em Videira, a chegada de Luiz Kellermann, em 1931, para instalar uma fábrica de produtos suínos (da empresa Fritz Lorenz), ensejou, três anos depois (1934), a associação de Ângelo Ponzoni e de Saul Brandalise – vindos do Rio Grande do Sul – que logo constituíram a Ponzoni, Brandalise & Cia., transformada em sociedade anônima no ano de 1945. Esta empresa, que lançou produtos com a marca *Perdigão*, dedicou-se à exploração de loja comercial, curtume, fábrica de produtos suínos, moinho de trigo, serrarias, pecuária e cereais, dominando o mercado no Médio Vale do Rio do Peixe. Em 1949, destacava-se

também a empresa Irmãos Bressan Ltda., em Pinheiro Preto, depois Irmãos Bressan S/A, com cantina, fábrica de banha e casa comercial.

Em Piratuba, no ano de 1936, foi fundada a empresa Freitas, Assmann & Cia. Ltda., para explorar a industrialização de suínos e que, em 1943, fundiu-se com o Armazém Ipira Ltda., dando origem à Industrial e Mercantil Ipira Ltda., transformada em sociedade anônima em 1945, como Frigorífico Ipira. O Município de Piratuba destacava-se, em 1949, pela exportação de lingüiças, banha frigorificada e colonial.

No Alto Vale do Rio do Peixe, o Município de Caçador, em 1948, quando ainda congregava Rio das Antas e Ipoméia, contava com uma fábrica de sabão, quatro fábricas de banha e uma fábrica de salsichas. Em seguida, foi aberto o Frigorífico Caçadoreense S/A, com produtos marca *Dom Porquito*, empresa que se manteve até a década de 1960. Em Ipoméia, consta a Adolfo Franz Groth.

Em 1949, o Município de Tangará dispunha de onze açougues e fábricas de banha e lingüiças, havendo, entre elas, as de Fredolino Kilpp, Orestes Balbinott, Antonio Soligo, Frederico Dresch, Roberto Bender e de Severino Zanotto.

No Baixo Vale do Rio do Peixe, em 1949, Joaçaba – que na época agregava Herval d'Oeste – sediava filial da empresa Saule Pagnoncelli S/A, que tinha matriz em Erechim (RS), que explorava um matadouro e o Frigorífico Confiança. Em Capinzal, incluído Ouro, logo se destacava a organização das Indústrias Reunidas Ouro S/A, com fábrica de conservas e gorduras, banha refinada, salames, presuntos, copas, paio, bacon, lombinho de porco, mais olaria, serraria, fábrica de caixas, tanoaria, loja e viti-vinícola.

Na região, o Município de Concórdia consolidou-se como o maior produtor de suínos de Santa Catarina. Nessa cidade, o Senhor Atílio Fontana (que antes havia se estabelecido com casa comercial em Luzerna), em 07 de junho de 1944, organizou a S/A Indústria e Comércio Concórdia, inicialmente estabelecida com moinho de trigo, fábrica de conservas e gorduras, banhas, salames e outros produtos derivados da suinocultura. A empresa adotou a marca “Sadia”, registrada em 1947. No Distrito de Seara, pouco depois, a família Paludo criou o Frigorífico Seara S/A, dedicando-se inicialmente à moagem de trigo e à produção de banhas, salgados, frescais, presuntos, lingüiças e salames defumados.

Este sucinto quadro da produção agroindustrial em alguns municípios da região do Contestado permite inferirmos que, a exemplo do que ocorria em outras regiões e Estados do Brasil, os primeiros estabelecimentos de uma incipiente indústria de transformação, praticamente surgida a partir da produção colonial regional, sofreram incremento a partir e ao longo da década de 1930. A indústria na região surgiu umbilicalmente ligada à produção agrícola e criatória, daí compor-se, geralmente, de moinhos coloniais (de cereais), torrefações de café, fábricas de bebidas (vinhos, cervejas, refrigerantes e licores), charqueadas, frigoríficos, fábricas de banha e embutidos, olarias para a fabricação de telhas e tijolos de barro, curtumes, fábricas de queijos e manteigas, fábricas de carroças, de correias, de cola, de ladrilhos e panificadoras.

Uma visão panorâmica da economia da região do Contestado pode ser obtida através dos anúncios dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços constantes do *Guia do Estado de Santa Catarina*, nos volumes *Suplemento para o Ano de 1938* (1938) e *Parte Commercial do 2º Volume do Ano de 1940*, publicado em 1941 pela Livraria Central, de Alberto Entres, instalada em Florianópolis. Apesar de interessante o arrolamento das empresas anunciantes do *Guia*, a listagem poderia ser enfadonha ao leitor, razão pela qual decidiu-se incluí-la sob a forma de ANEXO 01, a partir de um mapeamento elaborado por Nilson Thomé (2003), constando os estabelecimentos aglutinados e organizados em alguns ramos de atividades. Sobre o arrolamento dessas informações obtidas do Guia de Santa Catarina, apesar de reconhecer que se tratam de informações incompletas, Nilson Thomé destaca a importância das mesmas para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico da região do Contestado, conforme segue:

Da leitura destes volumes do *Guia de Santa Catarina*, concluímos que nem todos os empreendimentos econômicos da indústria, do comércio e dos serviços, estão nele relacionados. Falta-nos um volume deste “Guia”, para completarmos as devidas menções aos pioneiros. Sabemos da existência de outros estabelecimentos, implantados ainda na década de 1920, que funcionaram na década de 1930, e que, por motivos vários, deixaram de existir quando do levantamento em 1940. Também sabemos de outros, não inseridos nestas publicações do “Guia”. Entretanto, os registros dos estabelecimentos que constam nas obras são considerados valiosos, principalmente pelo fato de revelarem o espírito de empreendedorismo da nova população do Contestado, aqui, no caso, além dos investimentos na atividade madeireira. (THOMÉ, 2003, p. 17).

3.2. Da extração vegetal da erva-mate à indústria ervateira¹⁰

Outra atividade econômica importante o sertanejo encontrou na exploração da floresta: a) no aproveitamento do pinheiro, do qual se valia do pinhão como alimento, do nó-de-pinho para o fogo, do tronco para suas madeiras e dos galhos para lenha; no extrativismo da erva-mate (*Ilex paraguayensis*). Em vista da importância da atividade madeireira, a mesma será tratada nos próximos itens. Antes, porém, convém algumas observações sobre a exploração ervateira.

A *Ilex paraguayensis* é uma árvore cujo porte faz lembrar o da laranjeira, com caule de cor acinzentada, medindo geralmente de 20 a 25 centímetros de diâmetro e com altura variando conforme a idade, a natureza do solo e as condições climáticas, atingindo a média de 6 a 10 metros. Nativa, seu habitat abrange as bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

A erva-mate é de uso tradicional dos índios Guarani e, quando da colonização, também foi uma bebida adotada pelos conquistadores espanhóis e portugueses. O uso do mate foi observado por Saint-Hilaire, em 1821, quando de suas andanças pela região Sul:

O uso dessa bebida é geral aqui. Tomasse-o ao levantar da cama e, depois, várias vezes ao dia. A chaleira d'água quente está sempre ao fogo e, logo que um estranho entra na casa, se lhe oferece o mate. [...] Há muitos méritos nessa bebida, dita diurética, própria para combater dores de cabeça, para amenizar as cansações do viajante, e na realidade é provável que o seu amargor torne-a 'estomáquica' e, por conseguinte, necessária a uma região onde se comem enormes quantidades de carne sem os cuidados da perfeita mastigação. (SAINT-HILAIRE, 1935, p. 110)

Em decorrência da generalização de sua utilização, passou a fazer parte da pauta de exportação para as metrópoles européias. Fundamental na pauta de exportação das reduções jesuítas, foi somente no século XIX, quando o Paraguai dificultou a exportação do seu produto para Buenos Aires e Montevideu, que a região Sul do Brasil encontrou na erva-mate importante fator de divisas. Com isso os ervais existentes no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e também no Mato Grosso do Sul, constituíram não apenas meio de sobrevivência para o caboclo, que se encarregava da extração, mas como produto que adquiriu importância na pauta de produtos brasileiros exportados. Inicialmente, a

¹⁰ Esta parte do trabalho foi baseada em THOMÉ (1995, pp. 30-34)

extração feita na região do Contestado era exportada para os países vizinhos da América do Sul diretamente através das fronteiras terrestres de Guaíra, Campo Erê, Foz do Iguaçu e região missioneira do Rio Grande do Sul. Na medida em que foi se transformando em importante produto, as exportações passaram a se realizar pelo Porto de Paranaguá.

Nos primeiros tempos, os "mateiros" como eram conhecidos os cortadores de erva na floresta, buscavam exclusivamente a *Ilex paraguayensis*. Mais tarde, sem que houvesse qualquer fiscalização, começaram a misturar o produto com folhas de outras espécies da família das aquifoláceas do gênero *Ilex* à qual pertence a erva-mate, como a caúna-da-serra (*Ilex brevicuspis*), a congonha (*Ilex microdonta*), a caúna-dos-capões (*Ilex dunosa*), a caúna (*Ilex kleinii*), a congonhinha (*Ilex chamaedryfolia*) e a orelha-de-mico (*Ilex theezans*).

O viajando Roberto Avé-Lallemant, assim registrou a extração da erva-mate, em 1858:

Encontramos homens que seguiam com burros carregados, em geral, de mate; em muitos lugares ouvimos falar e chamar de mate; muitos estavam espalhados à distância, ocupados em 'fazer' mate, como se diz na linguagem profissional. [...] Mate, mate e mais mate! essa a senha do planalto, na floresta e no campo. [...] Conforme a acessibilidade do lugar e do número de participantes (caboclos ervateiros), seguem então para o erval muitos homens com carrêtas ou burros e, antes de mais nada, lá edificam um rancho para instalarem uma residência durante semanas, ou meses, pois muitas vezes o erval fica até a 30 léguas da morada de origem. (AVÉ-LALLEMANT, 1953, p. 251)

Na mata, os ervateiros faziam todo o processo de preparo da erva-mate. O processo de trabalho do ervateiro pode ser apreendido pelas observações feitas por Aujor Ávila da Luz:

Cada ano, de julho a setembro, o caboclo, de facão afiado na mão, mete-se pelos matos onde abunda a ilex, e de herval em herval anda à procura das árvores que não foram podadas na safra anterior. E assim vai de árvore em árvore, desbastando-as, golpeando-lhes os galhos de baixo para cima e amontoando os ramos de espaço em espaço; como o cauchêro, caminha assim quasi o dia todo, percorrendo grandes distâncias. Depois reúne todos os ramos cortados no local escolhido para a primeira fase de beneficiamento: a sapéca. Acêsa aí uma fogueira, vai passando galho por galho, ligeiramente sôbre as chamas; as folhas murcham crepitando. Québra então os galhos maiores e os vai colocando num cercado de páus, o raído, de modo a formar um fardo de forma cúbica que é amarrado com cipós. Então transporta êstes fardos, segundo a que se destina, ao chimarrão ou à exportação, para o carijo ou para o barbaquá. (LUZ, 1952, p. 52)

O extrativismo vegetal, ou seja, o corte das ervaíras, constitui o ponto-de-partida da indústria ervateira. A atividade é considerada extrativista até a fase do "cancheamento",

depois de passar pelo "sapeco", da segunda secagem em "carijos" ou em "barbaquás" e da "trituração" das folhas. Depois desta fase vem a etapa da industrialização do mate, o beneficiamento, que é uma fase complementar de preparo, apresentação e embalagem do produto para o consumidor final. Esta distinção é importante para se compreender os registros históricos da exportação desse produto no Brasil, às vezes como "erva-cancheada" e outras como "erva- beneficiada", pois ao cancheador se atribuía a titulação de "produtor de erva" e ao beneficiador a de "industrial da erva". Entre estas duas categorias, a atividade incluía um intermediário, o "bodegueiro", comerciante estabelecido no interior e que comprava dos produtores a erva cancheada para revendê-la aos industriais.

Em Santa Catarina, até meados do século XIX, a atividade ervateira caracterizava-se pelo extrativismo vegetal, não havendo engenhos de beneficiamento. A extração e a produção eram realizadas por caboclos, que vendiam a erva cancheada aos bodegueiros que buscavam compradores onde houvesse mercado. Gradativamente foram sendo instalados engenhos beneficiadores, movidos por força hidráulica e por tração animal, sendo substituídos, depois, pelas máquinas a vapor, abrindo assim perspectivas para a industrialização.

Já antes da virada do século XIX, a indústria ervateira constituiu-se na principal atividade econômica do Norte do Estado, lembra Idaulo José Cunha que a atividade só era superada pela produção açucareira:

"...em 1880 os estabelecimentos de processamento de mate, localizados em Joinville, apresentavam representatividade ímpar e só eram superados pela grande usina de açúcar. (...) Santa Catarina, excepcionalmente, foi favorecida nessa época pela aplicação de recursos e experiência administrativa de paranaenses, visando a industrialização do mate". (CUNHA, 1982, p. 57)

Em seu estudo sobre a indústria ervateira, Rufino Almeida aponta a importância da abertura da estrada rodoviária Dona Francisca, no Norte catarinense, para animar essa atividade:

"...evidenciava-se a Estrada Dona Francisca, ligando Joinville a São Bento, concluída em 1877, e logo estendida até Rio Negro, permitindo, entre outros, o transporte de crescentes volumes de erva-mate e transformando Joinville, num curto espaço de tempo, no centro comercial e industrial do mate da província". (ALMEIDA, 1979. p. 12).

No período compreendido entre 1892 e 1906, a erva-mate preponderou nas exportações catarinenses para o exterior, com a participação oscilando entre 45% a 85% do total. Esses dados, porém, não refletiam a realidade, pois a principal zona produtora situava-se no território do Contestado, ainda sob domínio do Paraná, para o qual eram carreados os impostos e atribuída a produção.

A importância da indústria ervateira para Santa Catarina pode ser aquilatada, em 1907, comparando essa atividade com a madeireira: nesse ano haviam 9 engenhos de erva, ocupando 336 pessoas, respondendo por 26,7% da produção total do Estado; a indústria da madeira possuía 13 empresas, ocupando 141 empregados, com participação de apenas 2,5% sobre o total.¹¹

Gradativamente, porém, a produção ervateira passou a perder a privilegiada posição na pauta dos produtos exportados, primeiro para a madeira e depois para os têxteis.

"Foi a partir de 1934 que a erva-mate deixou de ser o segundo produto mais importante da economia catarinense. Seu principal mercado era a Argentina que, no entanto, também inicia a sua produção e, além de não mais importar, passa a exportar para o Chile e o Uruguai, tradicionais compradores de Santa Catarina". (BOSSLE, 1988. p. 94).

O Brasil transformou-se em tradicional exportador de erva-mate para a Argentina, Uruguai e Chile na primeira metade deste século, criando forte dependência comercial. Quando estes países reduziram as importações, provocaram a conseqüente diminuição na produção brasileira. Se em 1928 o Brasil exportou-lhes 88.180 toneladas, este número caiu para apenas 40.870 toneladas em 1965, chegando a 23.000 toneladas em 1983.

[Faltam dados mais atualizados sobre esse ramo de produção. Quantas indústrias ervateiras ainda existem na região do Contestado? Qual a produção e a que mercado se destina?

¹¹ Entre 1901 a 1918 a produção nacional de erva-mate oscilou entre 40 e 70 mil toneladas anuais. A partir do final da I Guerra Mundial, a média passou para 85 mil toneladas/ano. A produção total brasileira bateu recorde em 1930 com 279.400 toneladas, mas a seguir foi caindo gradativamente, baixando para 65.280 em 1943. (THOMÉ, 1995, p. 32-33)

Quantos trabalhadores atuam no setor? Que conhecimentos e habilidades são necessárias ao desenvolvimento do trabalho? Etc.]¹²

3.3. Da floresta de araucária à exploração madeireira¹³

Originariamente a Região do Contestado possuía quatro formações fitoecológicas distintas:

- a) a Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Pluvial da Costa Atlântica, na parte oriental, acima da Serra Geral, apresentando alguns avanços alternados em direção ao Oeste;
- b) a Floresta Estacional Decidual ou Mata Caducifólia, na parte ocidental e mais às margens do rio Uruguai;
- c) a Savana ou Campo, distribui-se por áreas extensas ou de permeio aos bosques de Araucária;
- d) a Floresta Ombrófila Mista ou Floresta da Araucária, cobrindo 3/4 da região, onde predomina a árvore em forma de cálice - o pinheiro brasileiro - entre as imbuías, erva-mate, cedro, canela e camboatá, difere da Mata Atlântica e da Mata Caducifólia;

Grande parte do Planalto Meridional do Brasil, principalmente no Paraná, no Oeste de Santa Catarina e no Norte do Rio Grande do Sul, constituíram o ambiente propício para o desenvolvimento natural da Floresta Araucária que, no início deste século, ocupava cerca de 200 mil Km². Também como formação esparsa ao sul do Estado de São Paulo e na Serra da Mantiqueira.

A Floresta da Araucária era formada, além dos "pinhais" (maciços de araucárias), também os "ervais" (setores onde predomina a erva-mate), os "imbuiais" (grandes concentrações de imbuías), os "faxinais", as "catanduvras" e as "capoeiras".

¹² Os dados estatísticos do IBGE sobre o Município de Caçador dão a produção de erva mate como não existentes em Caçador, em 1993. Visitou-se uma única empresa dedicada à produção ervateira: a Ind. e Com. De Erva-Mate MAZZUTTI Ltda., localizada na Rodovia SC 303, no Município de Rio das Antas – SC.

¹³ Também esta parte do trabalho foi baseada em THOMÉ (1995, pp. 38 e ss.)

Analisando as exportações de Santa Catarina no período de 1892 a 1945, Bossle, em *História da Industrialização Catarinense*, mostra que a madeira aparece na pauta de exportações já em 1892. Os dados são meramente demonstrativos e certamente não são precisos, inclusive porque até 1917 parte da exportações referentes ao Planalto Norte era creditada também ao Paraná, em decorrência da questão de limites entre os dois Estados. A partir de 1917, a madeira começou a ter maior peso nas exportações catarinenses em decorrência de dois fatores: 1º. foi quando a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* entrou em plena fase de produção em Três Barras e em 2º. lugar nesse ano foi resolvida a questão dos limites. Os saltos da produção madeireira de Santa Catarina pode ser demonstrado pela Tabela 01, que traz dados compilados por Henrique BOITEUX e citados por Nilson THOMÉ (1995, p. 75). A exportação madeireira de Santa Catarina no período de 1892 a 1940, na qual pode-se verificar que os valores das exportações passavam de 14.390 em 1915 para 37.799 contos de réis, um crescimento de 162,68%, seguido do período 1929-25 no qual a produção teve um crescimento de 131,03 %.

Tabela 01 - Exportação de madeiras por Santa Catarina de 1892 a 1940
(em contos de réis)

Anos	Valor	Crescimento
1892	4.723,00	
1900	7.256,00	53,63
1907	10.254,00	41,32
1915	14.390,00	40,34
1920	37.799,00	162,68
1925	87.327,00	131,03
1935	108.081,00	23,77
1937	170.118,00	57,40
1940	280.402,00	64,83

Fonte: DEE-SC,1941. In: BOITEUX, Henrique. **Madeiras de Construção de Santa Catarina**. Fpolis: IBGE/DEE-SC,1942. (Apud THOME, 1995, p. 75)

Outro registro que elucida a importância histórica que a exploração madeira foi adquirindo reside no fato de que foi exatamente a partir de 1917 que o Brasil deixou de importar madeira, passando a abastecer-se na Floresta da Araucária. Os dados constantes da Tabela abaixo possibilitam a comparação entre as exportações catarinenses de madeira e as importações do Brasil.

Tabela 02 - Confronto entre as exportações de madeira de Santa Catarina e as importações do Brasil

<i>Ano</i>	Exportações de SC (a)	Importações do Brasil (b)
1910	626	8.564
1913	855	14.197
1916	355	4.562
1917	1.139	-
1818	2.768	-
1919	3.152	-
1920	3.075	-

Fonte: THOMÉ, 1995, p. 55

A transformação do Brasil em exportador de madeira, em plena segunda década do século XX, não decorria da casual “descoberta” das reservas florestais localizadas em território nacional, ou na região Sul do Brasil, mas da exploração desse recurso natural pelo capital internacional que participava ativamente da frente de expansão econômica do período. Ilustrando o processo de hegemonização do capital monopólico internacional na economia brasileira em geral e na catarinense em particular, a *Lumber Company* ocupa uma posição central. Apesar de não existirem dados disponíveis sobre a produção madeireira desse conglomerado empresarial, certamente foi o maior empreendimento madeireiro do Brasil da primeira metade do século XX. A atuação da empresa, simultaneamente colonizadora, construtora de ferrovia e colonizadora, expressa numa grande voracidade em tirar altos lucros dos empreendimentos, é plenamente apreendida por Henrique Boiteux que, em 1931, assim se pronunciou na reunião da Sociedade Brasileira de Agricultura:

Quando ao pinheiro, a Lumber deixa à gula da gralha a execução do seu contrato. Desbastada a floresta, vende a terra ao caboclo, que se sente ainda contente de não ter o

trabalho de derrubar as colossais árvores, perdendo, embora, o pinhão que lhe serve de alimento e aos seus suínos e vacas. Há bem mais de vinte anos que, nas serrarias da Lumber o seu fogo não se extingue, alimentado pelos cascalhos e serradura das fito-vestais das cercanias, trazidas a tratores. Se ainda esses detritos fossem aproveitados para obter celulose para o fabrico do papel, da seda vegetal? Nem sequer é aproveitada a potassa; o que se quer é a madeira. (apud THOMÉ, 1995, p. 56)

Desempenhando seus múltiplos papéis empresariais, a Lumber Company subdividia as áreas de onde já havia retirado o melhor da cobertura vegetal, para vender os lotes aos imigrantes que chegavam à região. Algumas terras, ainda cobertas por pinhais, também eram vendidas, não sem antes a Lumber deixar firmado em contrato cláusula com reserva das madeiras de lei excedentes a determinado número por alqueire. Somente em 1940 o governo federal desapropriou todos os bens da Lumber e vinculou a empresa à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, que foi desativando-a gradualmente até 1948. Nesse ano foi autorizada a venda dos bens ainda existentes e que foram adquiridos por um consórcio de empresas, formado pela Sociedade Madeireira e Colonizadora São Roque Ltda., a Sociedade Pinho & Terras Ltda. e a Indústrias Gropp Ltda.

Figura 18 – Remanescente da mata nativa em Caçador - SC



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

Localizado em meio a Floresta da Araucária, no centro da região do Contestado, o povoado de Caçador tem sua história construída a partir da estação ferroviária de Rio Caçador. No território de Caçador, as propriedades Lageado Liso, Rio Preto, XV de

Novembro, Serra da Esperança, Rio Caçador e Rio das Antas, foram retalhadas em quatro mil lotes coloniais e cerca de dois mil lotes urbanos nas vilas projetadas para a área. Colocadas à venda, com ênfase numa suposta pobreza do solo e pela abundante cobertura florestal, as terras não despertaram grande interesse por parte dos colonos que vinham conhecê-las.

Apesar de não ter motivado interesse pela exploração agro-pecuária, o potencial florestal atraiu madeireiros do Rio Grande do Sul que, com o esgotamento da disponibilidade de terras e de árvores naquele Estado, buscavam novas reservas florestais para a continuidade de sua atividade econômica. Assim, ao contrário dos colonos dedicados à agricultura, que compravam lotes rurais de 25 a 75 hectares, os madeireiros começaram a adquirir áreas de 100 a 1.000 alqueires, ou até maiores, escolhidas entre as que apresentavam maior cobertura por pinhais. De modo geral, consta que na região existiam de 500 a 1.000 pinheiros de grande porte por alqueire, nas partes de mata densa.

A venda de terras para a exploração madeireira não era uma prática lícita, pois as terras deveriam ser vendidas para o exercício de atividades agrícolas e pastoris. A empresa, com base no argumento de que, depois de extraídas as árvores, os terrenos poderiam ser utilizados para a agro-pecuária, a EFSPRG incentivava a comercialização de grandes glebas, antevendo na produção madeireira a ampliação de fretamento para seus trens.

As primeiras serrarias começaram a ser instaladas a partir do final da segunda década do século XX em meio aos pinhais distantes do povoado, pelos próprios imigrantes. Eram constituídos por um conjunto de locomóvel, quadro-de-serra e apetrechos. O conjunto de máquinas de serrar era transportado por via férrea e desembarcado na estação mais próxima da área em que seria instalada a serraria. Da estação, o equipamento era levado em carroções puxados por várias duplas de mulas ou bois, através de tortuosas picadas nas matas, em jornadas que avançavam sequer um quilômetro por dia. Junto com a maquinaria, vinham os próprios madeireiros e suas famílias, de modo a auxiliarem nas etapas do transporte e instalação das serrarias, construírem os barracões e casas e plantarem as primeiras roças.

A primeira serraria de Caçador foi construída por Luiz Tortatto e José Gioppo, em 1918, na margem esquerda do Rio do Peixe, uns 500 metros antes da foz do Rio Caçador. Era um "engenho-de-serrar" movido à força de uma máquina a vapor que utilizava lenha e

água para funcionar. Vindo do Paraná, em 1920, o alemão Alfredo Kochemberger construiu a segunda serraria do lugar, tendo como sócio Leopoldo Schreiner. A estas seguiram-se também as serrarias de Gumercindo Carneiro e Adelmyr Pressanto (em 1923), da Exportadora de Madeiras (1924), de Lotario Pereira (em 1925) e, em 1926, as de Antonio Cararo e de Fruet & Gomy.

Nilson Thomé registra o depoimento de um dos antigos madeireiros de Caçador, Darssis Colla (da empresa Augusto Colla & Cia), no qual ficam revelados detalhes da atividade naquele tempo:

Os locomóveis, com força de 8 HP, eram suficientes para acionar os quadros com serracentro. Cada unidade tinha capacidade para serrar, em jornada diária que ia das cinco da manhã às oito horas da noite, de seis a oito pinheiros. Cada pinheiro abatido resultava em três toras de 14 pés (4,30 metros). As árvores com diâmetros de 80 cm. acima rendiam um mínimo de 2 dúzias de tábuas (30' x 1') por tora, sendo que as maiores até cinco dúzias. Não eram raros os pinheiros que proporcionavam 15 dúzias de tábuas de primeira.

No mato, os 'toreiros' ganhavam 'por feito' para derrubar e cortar os pinheiros e levar as toras aos estaleiros, de onde eram transportadas por carroças à serraria. Havia o foguista (que cuidava do locomóvel), o auxiliar (que alimentava o quadro com as toras), o serrador (que atendia a serra) e os circuleiros. As tábuas recebiam acabamento e corte final no comprimento, passando às mãos dos empilhadores que, retirando-as do barracão, as empilhavam para secagem ao ar livre. (THOMÉ, 1995, p. 39).

Depois de secas, as tábuas eram transportadas em carretões até a estação ferroviária mais próxima, para seguir destino para os mercados consumidores. Os produtores nacionais, tinham então que se defrontar com o papel contraditório desempenhado pela *Lumber Company* e pela EFSPGR. O poderoso *trust* de Farquhar, através de seus vários tentáculos, protegia os interesses do conglomerado e, para a região, isso se refletia nas dificuldades que encontravam os madeireiros em vendem e transportar sua produção madeireira, pois a Estrada de Ferro, parceira incontestemente do *trust* Farquhar, garantia à madeireira Lumber o transporte de toda a produção, tanto diretamente aos portos de São Francisco do Sul e de Paranaguá como a Curitiba e São Paulo, sem estender esta garantia aos demais serradores do Paraná e de Santa Catarina.

O empresariado da região tinha conhecimento das manobras das manobras a que estavam submetidos. Manuscrito citado por Varella e Thomé, registra a posição de um desses primeiros serradores, Adelmyr Pressanto, que assim escreveu em 1923:

... para que se faça uma ideia do facto, basta citar que um vagão de madeira regularmente, deixaria de saldo bruto 500\$000, como também o facto do remetente da madeira estar sujeito ao frete, no ponto de destino, em virtude do desinteresse do comprador. Quando o

chamado romaneio apresentava um saldo superior a 1:000\$000 se contava como uma venda extraordinária. Assim que movimentava-se então com extraordinária velocidade a produção para aproveitar os preços, mas acontecia sempre a mesma fábula-alegria em casa de pobre dura pouco - como costuma ser no momento actual; o Paraná tem ascendência sobre o nosso estado, e o nosso comércio de madeira; os vagões desapareciam, e só vieram novamente a aparecer, quando o preço da madeira não é mais interessante aos industriais do Paraná. (Apud VARELLA e THOME, 1972, p. 40)

Esta pressão econômica foi um dos freios ao desenvolvimento da indústria madeireira em toda a região, inclusive em Caçador, por muitos anos. A *Lumber Company*, em toda sua existência, até sua encampação pelo governo federal, tinha na ferrovia uma poderosa aliada, através do seguinte procedimento: quando subia o preço da madeira no mercado, a EFSPRG não liberava vagões para os madeireiros; quando o preço baixava, sobravam carros; na alta, o transporte era exclusividade da Lumber. O controle era tão poderoso que, às vezes, as tábuas produzidas pelas serrarias ficavam por até dois anos empilhadas ao longo dos trilhos, à espera de embarque. A Rede atendia os serradores através de "requisições" aos chefes das estações. Em vista de sua produção, o madeireiro requisitava vagões necessários ao transporte para o chefe da estação. Estabeleceu-se, com isso, não só o privilegiamento da Lumber, mas o transplante para o transporte ferroviária de uma "indústria dos transportes", um amplo esquema para extorquir gorjetas e vantagens na distribuição dos vagões.

Na entrada dos anos 30, o bom lucro na atividade, levou muitos madeireiros a comprarem as terras de imigrantes ou caboclos que não conseguiram viabilizar-se na atividade agro-pecuária. Interessados na madeira, não necessariamente na terra, aos madeireiros interessava apenas a compra das árvores, com prazo estipulado para a retirada, copiando o sistema transplantado para a região pela *Lumber*. Como na região imperava a opinião que terra era sinônimo de riqueza, muitos proprietários fundiários não se importavam em vender as florestas e seus pinheirais, sem se desfazer das terras. Em decorrência do longo prazo contratado para a retirada dos pinheiros, que às vezes chegava a 50 anos, os madeireiros compravam barato e, mais tarde, vendiam a produção a preços muito melhores. Isso ocorreu principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, quando a madeira serrada atingiu elevados preços. Com isso, muitos madeireiros fizeram fortuna.

Não é difícil entender a alta lucratividade do negócio madeireiro, comparando as cifras obtidas por Nilson Thomé (1995, p. 40) em pesquisa nos cartórios de registros de escrituras do Município de Caçador: na cidade os lotes urbanos mediam 750,00 m²., na média, e eram comercializados a preços entre 200\$000 e 400\$000, dependendo da localização. Os valores dos imóveis rurais variavam de acordo com a cobertura vegetal, sendo que, na média, lotes de dez alqueires valiam em torno de um conto de réis (1:000\$000). Na mesma época, árvore de pinheiro-em-pé, acima de 18 polegadas, medido e marcado na base, era comercializado à base de 2\$000 (dois mil réis).

Essa pesquisa (THOMÉ, 1995, p. 41) resultou, ainda, na descoberta de muitos dos primeiros contratos de compra-e-venda de madeiras, entre madeireiros e proprietários fundiários. Reservados os nomes das partes contratantes, dois exemplos ilustram a importância e os volumes financeiros envolvidos nesse tipo de transação. Num contrato de 1925, os possuidores de uma gleba venderam apenas as imbuías da propriedade, tendo sido contadas e demarcadas 6.026 árvores, avaliadas no total de 47:314\$000, ou 7\$850 por pé. Em outro contrato, um fazendeiro proprietário de 580 alqueires, em 1927 vendeu mil imbuías a 15\$000 por pé de bitola de 20 polegadas acima e altura mínima de dois metros, e os pinheiros, obtendo 6\$000 por pé de 16 polegadas, 2\$500 por pé de 13 polegadas.

Outros dados obtidos pela pesquisa de Nilson Thomé desvelam a importância da produção madeireira pela região do Contestado e, particularmente, no interior dela, da Estação de Rio Caçador. Como a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande era a única alternativa para o escoamento da produção madeireira da região, apreende-se de seus registros que, de 1920 a 1937, existiam três importantes centros produtores de madeira de pinho na área: Caçador (Alto Vale do Rio do Peixe), Canoinhas (no Planalto Norte) e Três Barras (exclusivamente a Lumber).

Tabela 03 - Receita bruta realizada nas estações da EFSPRG - 1934-1937

Estações	1934	1935	1936	1937
Três Barras	1.346:707\$100	1.156:977\$900	1.194:094\$800	1.441:718\$500
Canoinhas	1.244:678\$800	1.354:412\$100	1.339:370\$700	1.696:637\$150
Rio Caçador	400:177\$450	638:249\$450	1.251:167\$800	2.089:628\$600

Fonte: Relatório da RVPSC, 1938. Apud THOMÉ, 1995, p. 41.

Consta nos quadros estatísticos que, três anos depois da criação do município, a Estação de Rio Caçador era a quarta mais importante da Rede e a primeira em Santa Catarina em volume de cargas embarcadas, contribuindo com 4% de toda receita bruta da ferrovia nos dois Estados, tendo à sua frente apenas as estações de Curitiba, Ponta Grossa e Jacarezinho; em 1940 a Estação melhorou sua posição e ficou em segundo lugar no Paraná e Santa Catarina, atrás apenas da Estação de Curitiba. Também é significativo que, em quantidade e valor, as serrarias de Caçador, juntas, conseguiram ultrapassar a *Lumber Company* entre os anos de 1936 e 1937. No ano de 1936, enquanto a Lumber produzia 24 mil dúzias de tábuas de pinho por mês, a produção de 44 pequenas serrarias de Caçador chegou a 31.920 dz./mês.

Em decorrência do aumento de produção madeireira, na década de 1930 o Contestado era conhecido como "a grande região produtora de madeiras de Caçador". Para a elaboração de sua monografia "Ciclo da madeira: História da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da Indústria da Madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX", Nilson Thomé levantou no "Livros de Registros de Licenças de Indústrias e Profissões do Município de Caçador, de 1936 a 1940, e em outros documentos, as empresas ligadas ao setor madeireiro no período imediatamente posterior à criação do Município de Caçador, em 1934. A partir dos dados levantados por Nilson THOMÉ (1995, p. 47-50) elaborou-se a Tabela 04 onde organiza-se os dados referentes ao setor madeireiro na região: os dados levantados referem-se ao período de 1936-40 e quantificando a relação de empresas pelas regiões obteve-se um total de 361 serrarias e algumas poucas empresas – exatamente 8, todas localizadas na região de Caçador – dedicadas a outros produtos ligados ao complexo madeireiro. Como os dados obtidos decorrem de documentos oficiais, onde foram registradas somente as empresas formal e oficialmente constituídas, pode-se pressupor que a quantidade de empresas era ainda maior o que explica, portanto, a rapidez da exploração madeireira na região e seu caráter predatório.

Tabela 04 – Indústria Madeireira na década de 1930 na Região do Contestado

REGIÕES	Serrarias	Fábrica de pasta mecânica	Fábrica de caixas	Indústria integrada	Fabrica de cabos
Região de Caçador	115	1	5	1	1
Parte Setentrional do Contestado	164				
Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe –Terras Marginais de Campos Novos e de Joaçaba	82				
TOTAL GERAL	361	1	5	1	1

Fonte: THOMÉ (1995, p. 47-50)

REGIÕES / LOCAIS E ESTAÇÕES	serrarias	Fábrica de pasta mecânica	Fábrica de caixas	Indústria integrada	Fabrica de cabos
REGIÃO DE CAÇADOR	115	1	5	1	1
Região de São João dos Pobres e de São João de Cima hoje Municípios de Matos e de Calmon	17				
Norte do Município de Caçador: estações Presidente Pena e Adolfo Konder	6				
Sul de Caçador, distritos de Rio das Antas e Princesa Izabel (hoje Ipoméia)	34				1
Distrito-sede de Caçador e distrito de Taquara Verde	58	1	5	1	

PARTE SETENTRIONAL DO CONTESTADO	164				
Estações de Nova Galícia e de Porto União	8				
Estação de Lança	3				
Poço Preto	2				
Estação de Valões	7				
Estação de Felipe Schmidt	6				
Km. 379 e estações de Paciência e de Santa Leocádia	7				
Estação de Lagoa	10				

Estação de Taunay	4				
Estação de Canoinhas	36				
Estação de Marcílio Dias	4				
Ramal de São Francisco: de Três Barras a Barracas (estações de Bugre, Canivete e Turvo)	28				
Estação de Mafra	21				
Estação de Rio Negrinho	28				

MÉDIO E BAIXO VALE DO RIO DO PEIXE - as terras marginais de Campos Novos e de Joaçaba	82				
Estação de Perdizes (hoje Videira)	19				
Estação de Pinheiro Preto	1				
Estação de Rio Bonito (hoje Tangará)	25				
Estação de Gramado	4				
Estação de Bom Retiro	4				
Estação de Herval (Hoje cidades de Herval d'Oeste e de Joaçaba)	10				
Estação da Barra do Leão	3				
Estação de Rio Capinzal (hoje Capinzal e Ouro)	6				
Estação de Rio do Peixe (hoje Piratuba e Ipira)	5				
Estação da Barra do Pinheiro	5				

Como a exploração florestal foi realizada de modo predatório, visando exclusivamente a lucratividade do capital, as suas conseqüências rapidamente se fizeram sentir. Para o entendimento do acelerado processo de devastação florestal verificado em Santa Catarina, incluindo a Região do Contestado e o Município de Caçador, Nilson Thomé elaborou cálculos estimativos da reserva florestal do Estado naquele ano, a partir de uma tabela elaborada em 1940 pelo Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, procedendo de levantamento realizado em colaboração com o Sindicato Patronal dos Madeireiros de Santa Catarina. Os números foram obtidos num momento em que a Região Serrana (área B) estava iniciando a extração de pinheiros, não aparecendo como produtora potencial de madeiras, pelas dificuldades de transporte da época, enquanto que no Planalto Norte e Alto Vale do Rio do Rio do Peixe, a devastação da floresta vinha ocorrendo desde 30 anos antes, com o escoamento de madeiras facilitado pela ferrovia (área C). Segue a

Tabela 05 com os dados obtidos, os dados foram organizados a partir das regiões que possuem semelhanças em termos florestais, a saber: A - Região Norte, no encontro da Floresta Araucária com a Mata Atlântica; B - Região Serrana dos campos de Lages, Curitiba e São Joaquim; C - Alto Rio do Peixe e Planalto Norte (eixos das linhas da EFSPRG).

Tabela 05 - Reserva de pinheiros com mais de 16'' em Santa Catarina em 1940

Áreas	Municípios	Nº de árvores	Área Km².	Densidade pés/Km².
A	Rio do Sul	673.000	3.639	184,94
	São Bento do Sul	644.400	1.342	480,18
	Campo Alegre	240.200	466	515,45
Sub-total		1.557.600	5.447	285,96
B	Bom Retiro	5.888.200	3.813	1.544,24
	Curitiba	15.950.000	4.000	3.987,50
	Lages	31.800.000	10.071	3.157,58
	São Joaquim	10.970.000	3.892	2.818,60
Sub-total		64.608.200	21.776	2.966,95
C	Itaiópolis	1.777.000	1.814	979,60
	Mafra	1.666.550	1.774	939,43
	Canoinhas	4.301.100	4.375	983,11
	Porto União	1.565.000	2.660	588,35
	Caçador	1.512.290	1.190	1.270,83
Sub-total		10.821.940	11.813	916,10
Total		76.987.740	39.036	1.972,22

Fonte: THOMÉ (1995, p. 45-46)

A tabela permite alguns cálculos que ajudam a entender a exploração madeireira na época, como segue. Considerando-se a densidade média de pinheiros por quilômetro quadrado da Região Serrana (de 2.967 pés/Km².), onde, em 1940, os pinhais eram considerados "virgens", e multiplicá-la pelos 11.813 Km². da área "C" do Planalto Norte e Alto Vale do Rio do Peixe. O resultado da multiplicação é de 35.049.171 pinheiros que, em tese, deveriam existir frondosos antes do início da sua extração; tomando-se, porém, a

média existente em Curitiba (3.987,50 pés/Km².), pois a cobertura vegetal deste município é muito parecida com a da parte setentrional do Contestado, obtém-se algo em torno de 47 milhões de pinheiros. Como o levantamento apontou a existência de 10,8 milhões de pinheiros, ainda em 1940, facilmente deduz-se que no período de 30 anos, nas terras próximas à ferrovia, foram extraídos de 25 a 37 milhões de grandes pinheiros. As restantes dez milhões de árvores foram serradas depois de 1940 juntamente com aquelas que neste ano tinham menos de 16 polegadas de diâmetro e que nos anos seguintes alcançaram e ultrapassaram esta medida.

Para o caso de Caçador, especificamente, vale o mesmo raciocínio. Multiplicando a área municipal de 1.190 Km². pela densidade média de 3.987,50 pés/Km². de Curitiba, município vizinho de Caçador, chega-se a 4.745.125 pés de pinheiro 16" acima, em 1940, que seria a reserva florestal existente trinta anos antes. Deduzindo os 1.512.290 ainda existentes em 1940, tem-se que no período de 1910-30 foram extraídos 2.962.835 pés de pinheiros. Thomé cita um artigo publicado na imprensa caçadoreense, em 1950, por autor identificado pelas iniciais "I. R.", que assim registrou a devastação dos pinheirais na época:

Caçador ensaiou seus primeiros passos na senda do progresso que hoje desfruta, ao influxo da indústria extrativa da madeira. [...] Como era de esperar-se, atrás da primeira iniciativa seguiu-se uma verdadeira invasão de serradores que imprimiram novos rumos à economia nascente na localidade. [...] A queda estrondosa dos pinheiros, o ruído característico das serras e o apito estridente dos locomóveis, passaram a constituir a sinfonia permanente do trabalho que forjava a grandeza e a prosperidades desta boa terra. A devastação dos pinheirais foi assumindo um ritmo cada vez mais acelerado. Mas a vila crescia à medida que o pinheiro tombava. (I. R. A viti-vinicultura, a triticultura e o futuro econômico de Caçador. In: **Jornal de Caçador**. Caçador : ed. 14, ano I, 23/07/1950, p. 3. Apud: THOMÉ, 1995, p. 46)

O autor da matéria jornalística não vislumbrava a exploração predatória da floresta e dos pinheirais. Não podia imaginar que a saga madeireira, promotora do desenvolvimento das vilas e cidades, resultaria numa destruição florestal sem retorno. Reproduzia em Caçador a ideologia do progresso e do desenvolvimento, imaginando a queda das árvores, os apitos e o ruído das máquinas como uma sinfonia, animada pelo trabalho e suor dos homens.

Com relação à indústria madeireira, na Região do Contestado (Centro-Oeste) e englobando também a Região Serrana e o Extremo-Oeste, Nilson Thomé se debruça sobre as fontes de informação disponíveis e arrola as principais empresas dedicadas ao extrativismo florestal, a indústria e ao comércio de madeiras e derivados, existentes no ano

de 1940. Essa trabalho de descrever as empresas, pelos principais Municípios e distritos da região pode ser encontrada no “Anexo 04 - Os industriais da madeira dos anos 40”, tal qual encontra-se no citado trabalho de Thomé¹⁴. O autor organiza as informações dos seguintes municípios ou então distritos: São Bento do Sul; Rio Negrinho; Campo Alegre; Mafra; Canoinhas; Porto União; Chapecó; Videira; Tangará; Baixo Vale do Rio do Peixe e Curitiba.

3.4. A indústria e a produção madeireira no Município de Caçador¹⁵

De acordo com Nilson THOMÉ (1995, p. 52), até a emancipação do Município, em 1934, metade da madeira produzida em Caçador era vendida à Lumber Company. A partir de então, os madeireiros locais começaram a conquistar seus próprios mercados. Para tratar da produção madeireira na região do Contestado, e de modo particular em Caçador, Thomé (1995, p. 52-55) coletou informações em várias fontes, de forma a ir montando um quadro explicativo para diferentes períodos históricos. Assim, do *Relatório da RVPSC de 1937*¹⁶, foram extraídas informações que mostravam estarem cadastradas em Santa Catarina, em 1936, junto à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (que absorveu a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande), 381 serrarias, 180 ao longo da Linha Porto União-Rio Uruguai (25% delas vinculadas à Estação de Rio Caçador), produzindo 173.680 dz./mês, ou 2.084.160 dz. por ano. No planalto Norte, junto à Linha Porto União-São Francisco, haviam 201 serrarias, com produção de 164.000 dz. mensais, ou 1.968.000 dz./ano, a maior parte correspondendo à própria serraria da Lumber.

De acordo com esse relatório de 1937, o Município de Caçador tinha 44 serrarias, registrando uma produção mensal de 31.920 dúzias de tábuas de pinho, ou 383.040 dz./ano. Para o transporte da produção eram usados 399 vagões/mês, ou 4.788 no ano de 1936. Ampliando esses dados para toda a região produtora de Caçador, que compreendia as estações ferroviárias de São João, Calmon, Presidente Pena, Adolfo Konder, Rio Caçador,

¹⁴ Transcrito de THOMÉ (1995, p. 58-63).

¹⁵ Esta parte do trabalho também foi baseada em THOMÉ (1995, pp. 52-55)

¹⁶ REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA. Relatório do ano de 1937. Curitiba: Paranaense, 1938.

Rio das Antas e Princesa Isabel, eram 87 serrarias que nesse ano embarcaram nos trens da Rede um total de 836.100 dúzias de tábuas de pinho. Esse volume de produção representou 11% de toda a madeira transportada pela Rede nos Estados do Paraná e Santa Catarina; a produção caçadoreense representava 20,63% da produção catarinense.

Relata Thomé que das negociações entre Victor Kurudz e o judeu argentino João Malamudi, resultou a criação de uma empresa exportadora própria em Caçador, entre os anos de 1937-38: a Companhia Brasileira de Madeiras que passou a exportar a madeira caçadoreense para os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, e para Buenos Aires e Montevideú.

Também destaca Nilson Thomé a entrada do grupo joinvilense Douat em Caçador, em 1938. A Madeireira Douat S/A. escolheu como denominação comercial *Indústria Madeireira Caçador Ltda.*, dedicando-se à fabricação de caixas e beneficiamento em geral de madeiras de pinho, bem como compra e venda de pinho serrado, tanto para o mercado interno como para exportação. Segue a Figura 20 com foto da época do Bairro Gioppo e na qual a Madeireira Douat aparece em destaque. Na fora também merece ser destacada a ponte de madeira coberta sobre o rio Caçador e os imensos amontoados de madeira serradas e em processo de secagem.

Figura 19 – Vista do Bairro Gioppo com detaque para a Madeireira Douat e para a ponte de madeira coberta sobre o rio Caçador



Madeira Douat, no Bairro Gioppo. Pode-se observar a ponte coberta de madeira sobre o Rio Caçador

A Madeira Douat S/A, com matriz no Rio de Janeiro e filial em Caçador, entre 1940 a 1980 financiou diretamente muitos empresários caçadorenses para a aquisição de pinhais e instalação de serrarias, com eles fechando contratos antecipados que lhes garantiam a comercialização de toda a produção. De acordo com Thomé era comum o fato de serrarias menores venderem sua produção a outras serrarias, maiores, que então a comercializava como se fosse sua, prática que livrava os pequenos empresários das inconveniências da burocracia contábil-financeira.

Tomando por base dados do *Indicador Agro-Pecuário, Industrial, Comercial, Bancário e Postal Telegráfico*, do IBGE/DEE-SC, descontando a produção negociada com as empresas exportadoras, as indústrias caçadorenses comercializaram no ano de 1940: 41.193 m³. de madeiras serradas, 6.144 Kg. de artefatos de madeira não especificada, 152.232 Kg. de cabos de vassoura, 10.107 Kg. de palitos para mesa, 106.150 Kg. de caixas vazias, 211.532 Kg. de tacos para assoalhos, 232.350 Kg. de pasta mecânica, e 8.673.605 kg. de caixas desarmadas.¹⁷ De acordo com o *GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA*

¹⁷ SANTA CATARINA. Indicador Agro-Pecuário, Industrial, Comercial, Bancário e Postal Telegráfico - Ano I. Florianópolis: IBGE/DEE-SC, 1941. p. 94-101.

DE 1941. Industria Extrativa, o município “... é riquíssimo em pinheirais, imbuías, cedros, cabriúvas e outras madeiras de lei, estando em atividade 75 serrarias”.¹⁸

Nilson Thomé também com relação ao Município de Caçador relaciona as empresas que foram surgindo ao longo da década de 1940, expandindo a relação para os anos 50. Para não alongar demasiadamente o texto do presente capítulo, a relação completa foi colocada no presente relatório como o "Anexo 05 – Madeireiros Caçadorenses nas décadas de 1940 e 1950”, tal qual encontra-se no citado trabalho de Thomé¹⁹. Observa o autor que, na década de 40, já não existiam mais muitos dos negócios implantados nos anos 20 e 30. As pequenas serrarias instaladas junto aos pinhais eram desativadas tão logo cessassem as ofertas das árvores, muitas delas tendo sido revendidas a outros recém chegados. As empresas, na grande maioria de administração familiar, constituíam-se e dissolviam-se rapidamente. A exceção ficou por conta dos empresários com visão empresarial e que reinvestiam seus lucros na aquisição de mais terras e pinheiros.

Nessa época – anos 1940 - a família Busato implantou em Caçador um dos maiores complexos industriais madeireiros do Estado, com a formação da Ind. e Com. Busato & Cia. Ltda., depois transformada em Indústrias Busato S/A. A empresa tinha composição ferroviária própria (locomotiva e vagões), para garantir o escoamento de sua produção: madeiras serradas (tábuas, vigas, ripas, vigotes), madeiras beneficiadas (resserradas, aplainados, longarinas), cabos de vassoura, caixas (para tomates, cervejas, sabões, uvas, doces, produtos químicos), tacos de madeira para assoalhos e outros derivados de madeira. A empresa entrou em falência no final dos anos 40, sendo seus bens vendidos em concorrência pública em 1952. Tomando por base o Edital de Concorrência, Nilson Thomé registra que o patrimônio da empresa compreendia: 4.972.800 m². de terras rurais, 77.457 m². de lotes urbanos, reserva florestal de 18.377 pinheiros com mais de 35 cm., em três pinhais, 23 construções (casas, prédios e pavilhões), sete caminhões, oficina mecânica, três serrarias com locomóveis de 35 a 75 HP e seis quadros "Tissot", e a fábrica

¹⁸ GUIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1941. **Industria Extrativa**. Florianópolis: Entres, 1941. p. 199.

¹⁹ Transcrito de THOMÉ (1995, p. 63-66).

de caixas instalada na cidade, com locomóvel de 120 HP, nove serras e cinco plainas, como se lê no edital publicado na imprensa.²⁰

Em 1944 o município contava com 159 indústrias, 135 das quais ligadas à madeira (85%). Nesse ano a diversificação industrial compreendia as novas fábricas de laminados e de compensados, surgidas a partir da criação da Companhia Laminadora Caçador. Citando relatório da administração municipal do prefeito Manoel Siqueira Bello, Thomé registra que haviam 92 serrarias, 11 fábricas de caixas, 2 fábricas de laminados, 2 de compensados, 21 de pasta mecânica, 1 de carroças, 4 de móveis, 1 de palitos e 1 de vassouras.

Desse período áureo da exploração madeireira em Caçador, Thomé deixou registrado em sua monografia a importância que as fábricas madeireiras tinham para a cidade, com suas imponentes chaminés, hoje legadas a monumentos históricos, e os apitos das fábricas a regular e marcar a vida da população.

²⁰ JORNAL DE CAÇADOR. **Edital de Concorrência**. Caçador: n° 103, ano II, ed. 13/04/1952. p. 5-6.

Figura 20 – Chaminé da antiga Indústria Reichmann – Caçador - SC



Fonte: <http://www.cacador.com.br/>

Junto às fábricas de caixas, principalmente, próximas aos pavilhões onde se localizavam as diversas máquinas operatrizes, erguiam-se enormes "chaminés", na verdade fornalhas para a queima de "serragem" (como se denominava a maravialha naquela época), construções de tijolos maciços, cujos dutos cilíndricos para expelir a fumaça alcançavam 20 metros de altura. Mais tarde, depois da desativação destas indústrias, quase todas as "chaminés" foram demolidas, restando apenas duas em 1994, no centro da cidade - a da Reichmann S/A e a da Castelli S/A - hoje verdadeiros monumentos do patrimônio histórico-cultural de Caçador.

Nos locomóveis que forneciam a força para as máquinas das serrarias e de beneficiamento da madeira através de largas e compridas correias de lona trançada, muitos industriais instalaram "apitos", iguais aos que existiam nas locomotivas ("maria-fumaça") dos trens. Os apitos, tais como as sirenes modernas, eram usados para marcar o início e o fim da jornada de trabalho. Na memória dos caçadorenses, entretanto, permanece o silvo dos apitos diários das seis horas da manhã, quando os maquinistas produziam algo comparável a uma sinfonia para acordar a população. E concorrendo com os acordes do sino da igreja matriz, as máquinas a vapor acionavam seus apitos para alertar os moradores quando da ocorrência de incêndios, mesmo a altas horas das madrugadas. (THOMÉ, 1995, p. 66)

Em 1949 os dados para o município registravam a existência de 223 estabelecimentos, mas os dados já indicavam os primeiros sinais de declínio quantitativo de serrarias: nesse ano haviam 88 serrarias, 11 fábricas de caixas, 6 fábricas de vassouras, 3 de pasta mecânica, 1 fábrica de papelão (Tedesco), 2 de laminados e uma de compensados.

Em 1951 a indústria de madeira de Caçador havia sofrido nova redução, embora ainda fosse a principal atividade do município: 58 serrarias, 16 fábricas de pasta mecânica, duas de camas, duas de carroças, duas de laminados e compensados, cinco de móveis e esquadrias, uma de palito, uma de papelão, duas de cabos de vassouras, dez de caixas desarmadas, três carpintarias e três de beneficiamentos. Em relatório do prefeito Pedro Castelli, registrava-se que as dez fábricas de caixa faturaram Cr\$ 105 milhões, contra Cr\$ 51 milhões das 58 serrarias. Outros dados de 1951 da RPVSC registram que a Rede Ferroviária carregou 2.041 vagões na estação de Caçador, somando 42 milhões de quilos de carga, sendo a maior parte com pinho serrado (17 milhões de quilos em 830 vagões), caixas (19 milhões de quilos em 830 vagões), caixas (19 milhões de quilos em 898 vagões) e compensados (2,2 milhões de quilos em 107 vagões), além de toras de imbuia, pasta mecânica, papelão e outros produtos. Esses dados da RPVSC devem receber a necessária ponderação, pois na época os caminhões Ford, Chevrolet, FNM, Scania, GMG Marítimo, Mercedes-Benz, Federal, Fargo e International, passavam a trafegar pelas estradas rodoviárias, fazendo o escoamento da produção caçadoreense diretamente aos portos e aos centros consumidores do País.

Em 1955 haviam no Município de Caçador 144 empresas no setor madeireiro, assim distribuídas: 9 indústrias de caixas; 51 de produtos de serrarias; 2 de laminados e compensados; 5 de madeiras beneficiadas; 6 de esquadrias e móveis; 2 de camas; 20 de pasta mecânica; 1 de papelão e 8 de outros produtos. Nilson Thomé (1995, p. 54-55) apresenta alguns dados demonstrativos da indústria madeireira para esse ano e, além da quantidade de empresa, trazendo dados sobre o volume e valor da produção e que constam da Tabela 06 abaixo.

Tabela 06 - A indústria madeireira no Município de Caçador, em 1955

Atividades	Empresas	Volumes	Valor CR\$
Caixas desarmadas	9	53661 m ³	75.000.000,00
Produtos de serrarias	51	89.846 m ³	44.000.000,00
Laminados e compensados	2	3.579 m ³	6.000.000,00
Madeiras beneficiadas	5	2.175 m ³	3.500.000,00
Esquadrias e móveis	6	16.515 m ²	3.500.000,00
Camas	2	27.058 un	4.500.000,00
Pasta mecânica	20	1.256.951 kg	3.200.000,00
Papelão	1	500.000 kg	3.500.000,00
Outros produtos	8	-	1.000.000,00
TOTAIS	104		144.200.000,00

Desde a década de 1950 já se observava uma redução da atividade das serrarias, entretanto a partir de 1960 a produção madeireira entrou em declínio, principalmente graças à redução das reservas florestais de pinheiros. De acordo com Nilson Thomé (1978, p. 138):

“Foi uma triste década para Caçador, quando muitos industriais preferiram ir embora ao invés de aplicarem seus capitais aqui em outros ramos de atividades. Reduzida a produção de madeira, esta ainda foi significativa até 1970, quando Caçador retomou impulso com a diversificação industrial”.

A redução do número de empresas que se dedicavam à indústria da madeira é observada na Tabela 07 e na qual encontram-se sistematizados dados de 1961:

Tabela 07 - Indústria da Madeira de Caçador em 1961

Atividades	Empresas
Serrarias	39
Fábricas de Pasta Mecânica	16
Fábricas de Camas	3
Fábricas de Laminados	2
Fábricas de Caixas	10
Fábricas de Papel e Papelão	2
Fábricas de Móveis e Esquadrias	5
Beneficiamento de Madeiras	4
Fábrica de Palitos	1
Fáb. de Resina de Nós	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Caçador, 1961

Face à queda na disponibilidade de pinheiros, muitos empresários do ramo que ainda possuíam reservas florestais buscaram alternativas de produção, através da incorporação às serrarias de novas unidades voltadas à fabricação de móveis, lâminas, esquadrias e embalagens; outros empresários, ainda, lançaram-se a investimentos nas indústrias do couro, calçado, plástico e mecânica. Apesar da busca por diversificação da produção, em 1976 as empresas dedicadas à atividade madeireira, mobiliário, papel e papelão, representavam 67,32% do total de empresas de Caçador, sendo que as serrarias ainda eram responsáveis por 47,48% de todo o movimento econômico industrial. A vertiginosa queda da indústria da madeira é melhor apreendida comparando-se os dados a economia caçadoreense de 1976 com os de 1991. Num lapso de tempo de 15 anos pode-se observar a sensível redução da produção de madeiras serradas e o considerável aumento da indústria papelreira e moveleira, como pode-se verificar na Tabela 08.

Tabela 08- Gêneros industriais na economia de Caçador: 1976 e 1991

Gêneros	1976	1991
Madeiras serradas	47,48%	9,60%
Papel e Papelão	14,38%	41,98%
Mobiliário/Esquadrias	5,46%	15,35%
Couro e Calçado	16,13%	17,01%
Mecânica/Metalurgia	11,84%	4,58%
Plástico	1,17%	7,04%
Alimentos/Moagem	2,55%	1,97%
Vestuário	-	1,88%
Outros	0,80%	0,37%

Fonte: Prefeitura Municipal de Caçador
1976: Censo Industrial do IBGE, 1975
1991: Movimento Econômico, 1991

O quadro econômico certamente sofreu alterações, conforme explicitam os dados. Houve redução da importância econômica das serrarias e um aumento, quase na mesma proporção do papel e papelão e do mobiliário. Certamente ocorreram mudanças, entretanto as atividades econômicas ligadas à produção, transformação e comercialização da madeira continuaram a ser hegemônicas na economia caçadoreense.

3.5. Transformações econômicas e a formação do complexo agro-florestal-industrial madeireiro ²¹

A exploração predatória da Floresta da Araucária na Região do Contestado, e também nas demais em que esta se encontrava, causou irreparáveis perdas ambientais: além da própria devastação florestal, a retirada da cobertura vegetal é responsável pelo

²¹ Esta parte do trabalho também foi baseada em THOMÉ (1995, pp.73 e ss)

assoreamento dos cursos de água, também prejudicou a fauna que utilizava a vegetação das matas como alimento e como abrigo.

O declínio da indústria madeira na região do Contestado, antes delineada, teve várias causas, como a redução do estoque madeireiro na região, entre outros. Seguramente, entretanto, o fator que mais pesou para o fechamento de inúmeras serrarias e a diversificação da atividade madeira, ocorreu ainda durante a década de 1960: a escassez de pinheiro adulto, matéria-prima básica para a indústria madeireira, começou a subir de preço, assustadoramente, no mercado. Ao mesmo tempo, a madeira serrada e seus derivados mantiveram preços estacionados, com reajustes periódicos que nem sempre acompanhavam a inflação.

Apesar da evidente ação predatória das madeireiras, o aumento dos preços da madeira acabavam tendo um resultado diametralmente oposto do esperado: mantendo ou até ampliando a exploração predatória. Em meados dos anos 60 o abate de árvores em Santa Catarina, para fins madeireiros, atingiu a média de 2,6 milhões de m³/ano, na obtenção de lenha alcançou a 11 milhões de metros cúbicos.

Os resultados disso se fizeram sentir na década seguinte, de 1970, pois os madeireiros que já haviam extraído das suas matas as árvores de maior porte, para abastecer suas serrarias tinham que comprar pinheiros de terceiros. A produção, então, caiu vertiginosamente a partir de 1975, o que fez com que as madeiras serradas também subissem de preço na mesma proporção, atingindo níveis de 120% ao ano. O encarecimento da madeira de pinho fez com que o mercado se retraísse, abrindo perspectivas para produtos de outras espécies, as latifoliadas, e logo a seguir, das árvores exóticas que recém haviam sido plantadas, como o Pinus.

Os dez anos compreendidos entre 1975 e 1985 constituem um marco para a mudança no perfil da produção de madeiras do Paraná e de Santa Catarina: foi nessa época que os produtos e sub-produtos do pinho deixaram a primazia na exploração florestal do Sul do País. De acordo com Thomé (1995, p. 73) já por volta de 1978, a produção que tinha como matéria-prima a araucária entrou em processo de gradativa diminuição, em linha descendente, alcançando a quase total extinção no final da década de 80. Paralelamente ocorria o auge da exploração da imbuia (*Ocotea porosa*), quando milhares das centenárias e

grandes árvores foram extraídas para abastecer as indústrias produtoras de móveis, esquadrias, tacos e lambris. Esse mesmo ano de 1978 também serve de marco como início, de forma racional, da produção, dos desbastes de reflorestamentos e da industrialização de madeiras de Pinus.

Apesar desse quadro de esgotamento da exploração florestal nativa, Antonio Karas assim se manifestou recentemente, quando um levantamento da Fundação SOS Araucária de 1990 detectou que, ainda de 1985 a 1990 foram desmatados mais 144 mil hectares:

Em 40 anos de atividades dizimou-se mais de três milhões de pinheiros centenários. O pior é que para cada árvore derrubada nem uma só roseira foi plantada. Hoje, também em nome da ocupação territorial e da colonização, estão permitindo e também facilitando a extinção da Floresta Amazônica. Será que não vamos aprender nunca com os erros do passado? (KARAS, Antonio. **O pinheiro do Paraná está ameaçado de extinção**. Gazeta do Povo. Curitiba, ed. 20/06/1993. p. 19. Apud THOMÉ, 1995, p. 76)

Não se tratava de mero terrorismo de uma organização ambientalista, pois as informações do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL - acabam indo na mesma direção. O consumo de produtos florestais nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 1989, era de 63 milhões de metros cúbicos. Nesse ano – 1989 – os cálculos indicavam que 100 mil hectares de florestas eram dizimados, consumindo mil quilômetros quadrados ao ano das atuais reservas, que são de 30.000 Km². As áreas reflorestadas, anualmente, eram de apenas 24 mil hectares ou 240 Km². por ano.

É importante assinalar que, paralelamente ao esgotamento das reservas naturais, começou a haver estímulo ao reflorestamento, por parte do Governo Federal com o surgimento do Instituto Nacional do Pinho²², criado para fiscalizar a extração, a

²² O Instituto Nacional do Pinho, 1949, ainda no início de seu funcionamento, dedicou-se a reflorestar diversas áreas do Sul do Brasil com a araucária, aproveitando os recursos obtidos pela taxa cobrada dos exportadores de madeiras. Para tanto, possuía 8 (oito) estações florestais, a saber: uma no Estado de Minas Gerais, uma em S. Paulo, duas no Paraná, uma em S. Catarina e três no Estado do Rio Grande do Sul. Até o ano de 1949 havia plantado um total de 16.469.000 de covas de pinheiros. [...] No Estado de S. Catarina, o INP possuía uma Estação Florestal, localizada no Município de Canoinhas, com uma área de 1.864 alqueires, estação essa, em que foi plantado no ano de 1946, 3.147.500 covas. (THOMÉ, 1995, p. 80)

comercialização e a exportação do pinho, além de regulamentar a obrigatoriedade de reposição florestal, proporcional aos volumes de madeira processados em cada serraria.

O momento histórico apontava em direção a duas diretrizes básicas: explorar racionalmente as florestas nativas e replantar as áreas devastadas. Esta política exigia a pronta ação do governo e a imprescindível participação da iniciativa privada. A política de reflorestamento no Brasil estruturou-se na década de 60, com a edição do novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e que absorveu o antigo Instituto Nacional do Pinho (INP), e da implantação de programas de reflorestamento incentivados pela Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966, e do surgimento das primeiras escolas de técnicas florestais. A Lei nº 5.106 permitia às pessoas físicas e jurídicas a aplicação de parte do imposto de renda em programas de reflorestamento incentivados, na ordem de 25%, juntamente com outros 25% destinados ao PROTERRA e ao PIN (Programa de Integração Nacional).

A partir desta política de reflorestamento incentivado, as empresas privadas iniciaram o plantio do *Pinus* em grande escala, lideradas pelas indústrias de celulose, papel e papelão, particularmente interessadas em aumentar o suprimento de matéria-prima. As empresas instaladas ou em instalação em Santa Catarina, como a Tedesco (em Caçador), a Olinkraft (Otacílio Costa), a Rigesa (Três Barras), a Klabin (Lages) e outras, que já tinham realizado experiências com eucaliptos, adotaram o *Pinus elliottii*.

Levantamento da economia caçadoreense, realizado em 1961 pela Associação Comercial e Industrial de Caçador, refere-se ao plantio de 600 mil mudas de araucárias plantadas pela Fábrica de Papel Primo Tedesco S/A, o documento menciona que a empresa estava iniciando projetos de reflorestamento com 300 mil mudas da espécie álamo (*Populus alba*), de origem canadense, o mesmo acontecendo com a firma Arthur Barichello S/A, que no mesmo ano iniciava o plantio de 100.000 árvores desta mesma espécie álamo.

Thomé (1995, p. 81) cita um levantamento realizado também em Caçador em 1973, por alunos da FEARPE, e que apontou que, juntas, as 19 maiores empresas do ramo madeireiro de Caçador possuíam, no ano de 1965, uma reserva de 524.339 pinheiros com diâmetro superior a 40 cm. e que a 20ª delas (a Tedesco S/A), sozinha, tinha 6.500.000

árvores deste porte, com o que a reserva atingia a 7.024.339 pinheiros, distribuídos em Caçador e nos municípios circunvizinhos.

Esse levantamento de 1973 informa que vinte das maiores empresas produziram juntas, em 1973, um total 13.941 m³. de pinho serrado, 550 m³. de madeira beneficiada, 180.000 m². de lâminas, 200 toneladas de pasta mecânica, 200 toneladas de papelão, 5.200 toneladas de papel e 21 mil esquadrias. Nesse ano o patrimônio do grupo Tedesco registrava mais 8.512.000 pinheiros com diâmetro abaixo de 40 cm., seguido pelas 19 empresas que possuíam outros 5.344.000 árvores pequenas e médias.

O Estado de Santa Catarina, em 1976, em relação aos diversos tipos de lavouras no Estado, a área utilizada para reflorestamento era inferior apenas à ocupada com plantações de milho. As microrregiões do Alto Vale do Rio do Peixe, do Planalto de Canoinhas, e Serrana de Lages, compreendiam 80% de toda a área catarinense que recebeu a nova cobertura vegetal, que chegou a quase 600 milhões de árvores em mais de 250 mil hectares. A tabela 09 apresenta os dados do reflorestamento catarinense em 1976, por espécie e área plantada: a predominância do pinus é evidente, ocupando 80,56 % do total de árvores plantadas e 81,39 % de toda a área plantada; bastante distanciada encontrava-se a araucária com 8,39 % do total do reflorestamento, com uma área de 7,62 % da área total reflorestada. Em seguida o eucalipto com pouco mais de 5 %, quer em árvores ou área.

Tabela 09 - Árvores plantadas em Santa Catarina até 1976, por espécie e por área

Espécies	Nº de árvores	%	Nº de hectares	%
Gênero Pinus	471.371.645	80,56	215.397,40	81,39
Eucaliptos	30.597.601	5,23	13.982,60	5,28
Araucária	49.069.955	8,39	20.168,20	7,62
Kiri	423.275	0,07	468,7	0,18
Outras nativas	33.662.482	5,75	14.622,90	5,53
Totais	585.124.958	100,00	264.639,90	100,00

Fonte: IBDF/SC, 1977

É difícil saber quantas mudas de pinus foram plantadas no Município de Caçador. Informações levantadas por Nilson Thomé (1995, p. 84-85) junto ao Sindicato da Indústrias

da Madeira de Caçador, dão conta que foram plantadas, de 1967 a 1985, um total de 75 milhões de mudas por 21 empresas reflorestadoras; também, que na região, num raio de 60 Km. a partir da cidade de Caçador, na área formada por 13 municípios do Alto Vale do Rio do Peixe e parte do Planalto Norte, o total de mudas plantadas pelas mesmas 21 empresas chegou a 220 milhões, número ao qual pode ser acrescido o do volume de plantio de outras empresas, não sindicalizadas, de cerca de 80 milhões, com o que se alcança a 300 milhões de pinus plantados em, aproximadamente, 120 mil hectares.

Com o montante de mudas de pinus plantadas, a região de Caçador detinha, na metade da década de 1980, mais da metade da quantidade plantada em todo o Estado de Santa Catarina. No Estado a quantidade de árvore plantada totalizada mais de 723 milhões de plantas, das quais o total de pinus era de 539 milhões de pés, como atesta Tabela abaixo:

Tabela 10 - Reflorestamento e a área plantada em Santa Catarina - 1982 e 1984

	Quantidade (pés)		Área (hectares)	
	1982	1984	1982	1984
Eucaliptos	112.051.000	145.747.000	49.599	63.949
Pinheiro brasileiro	72.190.000	71.973.000	30.585	33.941
Pinus americano	538.988.000	543.850.000	275.274	284.311
TOTAL	723.230.982	761.571.984	357.440	384.185

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1985

De acordo com Thomé, a este número pode-se acrescentar cerca de 30 milhões de novas mudas, plantadas de 1985 a 1994 na região. Com isso, no período de 1967 até 1994, levando em conta os desbastes que foram realizados, chegou-se a meados da década de 1990 com uma quantidade de, aproximadamente, 130 milhões de pés de pinus, das mais diversas idades, dos quais estima-se de 20 a 30 milhões em solo caçadorenses. Essa estimativa encontra referência nas estatísticas da Prefeitura Municipal de Caçador, que na distribuição espacial de seu território, em 1991, computava 30 mil hectares (24,61%) como o total do espaço coberto por reflorestamentos de espécies exóticas.

Explica o autor que, em Caçador, desenvolveram-se dois sistemas de manejo nos novos maciços arbóreos: um direcionado para a produção de celulose, papel e papelão e,

outro, para a produção de madeiras e para o setor mobiliário. Buscou-se, desde o início, sementes melhoradas geneticamente, bem como novas técnicas de produção de mudas e plantio; igualmente foi necessário desenvolver conhecimentos e técnicas adequadas para o desbaste e, igualmente, para a poda, operação que consiste na retirada das ramificações inferiores das árvores que, sem finalidade, secavam e quebravam, provocando nós secos resultantes da morte natural dos galhos. Com estes cuidados, as madeiras serradas têm melhor qualidade, despontando nos anos 90 como as melhores entre as oferecidas no mercado.

No passado a empresa madeireira conformava um complexo florestal extrativista e industrial. Com as transformações que foram ocorrendo no setor, gradativamente, foi sendo conformado um complexo empresarial que envolve a atividade agro-florestal-industrial. Isso tem implicado não somente o domínio das técnicas de manejo florestal, mas igualmente o investimento de capital na modernização do parque industrial, através da incorporação de novas tecnologias. Tal qual o que vinha ocorrendo com todos os demais ramos da indústria nacional, também a indústria madeireira teve que investir na automação de sua produção, adquirindo carros automáticos, refiladeiras, circulares múltiplas, esteiras transportadoras e estufas para secagem. A automação da maquinaria deu-se com a importação de máquinas e equipamentos de empresas européias. Também ocorreram transformações na organização da produção e no aproveitamento das matérias-primas. De acordo com Nilson Thomé, de 1980 ao final da década de 1990, ocorreu crescente aumento da produção: “... da produção zero de madeira de pinus em 1980, as indústrias caçadorenses alcançaram a produção de 15.000 m³. mensais entre 1990/91, aumentando-a consideravelmente para 20.000 m³. em 1992 e 1993, estimando-se alcançar 25.000 m³. até o final de 1995” (THOMÉ, 1995, p. 86).

As transformações ocorridas no setor agro-florestal-industrial conformam um parque industrial caçadorenses que foi se consolidando nos anos 1990 e dividido em quatro gêneros de atividades que, de forma direta ou indireta, dependem ou do extrativismo vegetal ou do reflorestamento:

- a) Fábricas de pasta mecânica, celulose, papel, papelão e embalagens de papel e papelão;

- b) Serrarias, indústrias de beneficiamento, de laminados, compensados, palitos, tacos, lambris e parkês;
- c) Fábricas de esquadrias (portas e janelas), divisórias e móveis (armários, estantes, dormitórios, salas, etc.);
- d) Artefatos e utensílios, e outras extrativistas de vasos de xaxim, resina, cola, breu e carvão vegetal.

Nilson Thomé, em seu trabalho monográfico, obtém dados que permitem caracterizar o complexo agro-florestal-industrial, em 1992, englobando atividades dos setores primário e secundário da produção, em 1992 reunia 81 empresas com 92 estabelecimentos (incluindo filiais), representando 63% do total das empresas existentes no Município. Este agrupamento empresarial absorveu 69,60% do total dos trabalhadores empregados em indústrias e 48,87% de todos os assalariados de Caçador, tendo ainda respondido por 74,93% do valor adicionado (saídas menos entradas de mercadorias) pela indústria, e por 57,18% do valor adicionado por todos os 1.043 estabelecimentos existentes e atuantes em todos os setores que geravam impostos ao Estado (THOMÉ, 1995, p. 87).

[Para possibilitar um melhor entendimento da região e da situação de Caçador, é necessária a continuidade dos trabalhos, buscando coletar, organizar e analisar dados históricos e atualizados sobre a economia, em suas várias dimensões e ramos de atividade.

Na continuidade do estudo é necessário, além da re-construção da história econômica, buscar dados e informações quanto a organização do trabalho, por setor da economia e ramos de atividade. Notadamente, deve-se buscar informações que possibilitem entender quais os conhecimentos e habilidades foram sendo exigidos dos trabalhadores. Certamente essas informações serão extremamente ricas se conseguirem apreender o processo de transformação histórica do mundo do trabalho e das exigências de conhecimentos e capacitação, Etc.

Pelas características econômicas e sociais da região, o estudo da relação entre trabalho e educação no setor agro-industrial (no qual também está compreendido o complexo madeireiro, será de grande importância].

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE EM CAÇADOR – SC: reflexões sobre trabalho e educação

4.1. Formação profissional e empregabilidade em Caçador – SC: mapeando participantes e currículos dos cursos ofertados²³

A atualidade é marcada por um cenário complexo e contraditório, especialmente no que diz respeito às transformações no mundo do trabalho. Uma das polêmicas que se destaca é a da formação profissional que se vê frente às novas tendências tecnológicas e organizacionais que se configuram no processo de reestruturação produtiva de um capitalismo mistificadamente globalizado.

A necessidade de criação de cursos e currículos que aproximem a educação das tendências produtivas como flexibilização da produção e reestruturação das ocupações, integração dos setores da produção, multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores, valorização dos saberes dos trabalhadores, recupera a atualidade do debate sobre trabalho e educação, no interior do qual se coloca a qualificação profissional.

Refletir sobre essas questões torna-se importante e é o principal objetivo deste trabalho de pesquisa, principalmente quando encontramos programas de qualificação profissional, no município de Caçador, que assim expressam seus objetivos:

1. Qualificar e requalificar pessoas desocupadas, preparando-as para a competitividade do mercado de trabalho.

²³ Esta parte da pesquisa foi originalmente sistematizada por Cássia Férris

2. Requalificar trabalhadores sob risco de desocupação, proporcionando atualização de novas tecnologias e alternativas adaptando-os para as mudanças do mercado de trabalho.
3. Instrumentalizar pequenos e microprodutores acerca dos mecanismos disponíveis para o incremento de suas atividades.
4. Requalificar e estimular pessoas que trabalham por conta própria a adoção de novos métodos, técnicas e estratégias que resultem na ampliação dos investimentos e produção de bens e serviços.
5. Qualificar, requalificar e oportunizar a participação de outras clientelas integrantes da PEA, disseminando tecnologias adequadas às demandas do mercado de trabalho (UNIVERSIDADE DO CONTESTADO, 2001).

Consolidado pelo modelo taylorista-fordista de produção, o conceito de qualificação tem segundo Schwartz (apud RAMOS, 2002, p.206) três dimensões: conceitual, social e experimental. A primeira define qualificação como a função do registro de conceitos teóricos e formalizados, associando-a aos títulos e diplomas. A segunda diz respeito às relações sociais que se estabelecem entre conteúdos das atividades e classificações hierárquicas, bem como ao conjunto de regras e direitos relativos ao exercício profissional construído coletivamente. A terceira relaciona qualificação ao conjunto de saberes postos em jogo quando da realização do trabalho.

É observável, se usarmos a classificação feita por Schwartz, que no atual contexto a dimensão experimental se sobressai e coloca em pauta a noção de competência. De acordo com Ramos (2002, p.406), a emergência da noção de competência atende a dois propósitos:

- a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho/educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador, em suas implicações subjetivas com o trabalho;
- b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e gerir internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionais.

Com tal entendimento, competência associa-se, então, às noções de empregabilidade e torna-se a pedra de toque da educação profissional, chamando a atenção para os atributos subjetivos mobilizados no trabalho, sob a forma de capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras.

Os dados empíricos da pesquisa, levantados em Caçador ao longo de 2002, em órgãos como SENAI, SENAC, Escolas Profissionais e Universidade do Contestado, indicam que a educação profissional no município tem se comprometido integralmente com esses princípios, tal como pode-se observar na afirmação abaixo:

A organização curricular dos cursos de educação profissional do SENAI/SC é baseada nas competências requeridas pelo mundo do trabalho, entendendo-se como competências a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho profissional (SENAI, 2003).

Esse entendimento da organização curricular dos cursos profissionais, pressupõe que a qualificação e a requalificação profissional são imprescindíveis para possibilitar a construção da autonomia do trabalhador contemporâneo, diante da instabilidade do mundo do trabalho e das mudanças das relações de produção. Decorrencia de tal pressuposição é que a permanência do trabalhador no mercado de trabalho passa a depender das competências adquiridas e constantemente atualizadas que proporcionariam ao trabalhador a empregabilidade (RAMOS, 2002).

De acordo com tal visão, durante muitas décadas a educação profissional no Brasil, também denominada de educação para o trabalho, permaneceu entendida como formação de pessoas pertencentes às classes mais desfavorecidas da população para uma atividade que garantisse a sobrevivência; ou seja, a educação profissional era entendida como preparação de mão de obra. Esse entendimento era característico ainda no início do século XX: a defesa de uma educação técnica era justificada pela necessidade de formação de técnicos e trabalhadores qualificados para atender às demandas de um país em processo de industrialização e de modernização. A expansão da rede de escolas técnico-profissionais públicas e a criação, na década de 1940, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e outros órgãos similares para o setor rural e de transportes, são exemplos dos mecanismos oficiais utilizados na época para a preparação da mão-de-obra necessária nos diferentes setores da economia nacional.

Na mesma direção, o final do século, em especial a década de 1990, é entendido como o momento em que se colocou em pauta, para as instituições de educação profissional, os desafios trazidos pelo desenvolvimento e influência de tecnologias como as da telemática, mecatrônica, microinformática, etc. A justificativa é a de que novos modos de produção (isto é: novas formas de organização da produção, bem como a transformação

das técnicas implicadas na produção) requererem maior nível de escolaridade e contínuo processo de qualificação.

A aprovação da Lei 9394/96 e do Decreto nº 2.208/97 impuseram um conjunto de reformas à educação profissional no país, sendo a principal delas a separação estrutural entre o ensino médio e o técnico. O texto afirma que a educação profissional exige “foco no mercado” e não se confunde com a educação básica, que inclui o ensino médio, cujo objetivo volta-se para os direitos universais do cidadão. Os documentos oficiais indicam que a

(...) finalidade a prática pedagógica seria propiciar o exercício contínuo e contextualizado dos processos de mobilização, articulação e aplicação dos saberes, por meio dos esquemas mentais, o que leva as DCNs e os RCNs a proporem que o currículo se organize por conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas (RAMOS, 2002, p.413).

A análise realizada nas ementas dos cursos de educação profissional oferecidos em Caçador (pelas seguintes instituições: Universidade do Contestado, SENAI, SENAC, SEBRAE e SINE, entre outros), oferece dados interessantes, conforme pode-se observar na Tabela 11 e que se encontra a seguir:

Tabela 11 – Total de participantes e cursos de qualificação profissional oferecidos, em 2002, conforme instituição²⁴.

INSTITUIÇÕES	Nº de cursos oferecidos	%	Total de participantes	%
Colégio de Aplicação da UnC	1	0,61%	27	0,45%
Escolas SID Informática	4	2,42%	308	5,17%
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa	10	6,06%	315	5,29%
Escola de Informática CDI	3	1,82%	720	12,09%
Universidade do Contestado – Campus Caçador	40	24,24%	870	14,60%
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	46	27,88%	934	15,68%
Escola Profissional Feminina Irineu Bornhausen	23	13,94%	1199	20,13%
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	38	23,03%	1584	26,59%
TOTAL	165	100,00%	5957	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2002).

De acordo com as informações acima um contingente de 5.957 (cinco mil, novecentas e cinqüenta e sete) pessoas frequentaram 165 (cento e sessenta e cinco) ofertas de curso e, portanto, oficialmente participaram de atividades de educação profissional, seja no nível básico, seja no técnico. As cinco instituições que mais ofertam cursos em Caçador são:

- SENAI, com 27,88% dos cursos ofertados;
- UnC – Campus Caçador, com 24,24% dos cursos;
- SENAC, com 23,03% dos cursos;
- Escola Prof. Feminina Irineu Bornhausen, que ministra 13,94% da oferta de cursos;
- SEBRAE, com 6,06% da oferta.

²⁴ Informações mais detalhadas desses dados podem ser obtidas no Banco de Dados que encontra-se no CD-Rom resultante do Projeto de Pesquisa.

A ordem dessas instituições se altera quanto ao contingente de participantes dos cursos ofertados, evidenciando que necessariamente a instituição que oferta maior quantidade de cursos não é a que atinge o maior número de participantes:

- SENAC, com 26,59% dos participantes;
- Escola Prof. Feminina Irineu Bornhausen, com 20,13% dos participantes;
- SENAI, com 15,68%;
- UnC – Campus Caçador, com 14,60%;
- Escola de Informática CDI, atingindo 12,09% dos participantes dos cursos ofertados.

Antes de avançar, é importante lembrar que a atual legislação sobre Educação Profissional²⁵, qual seja: aquela destinada a capacitar jovens e adultos para o exercício de atividades produtivas, compreende três níveis (básico, técnico, tecnológico). No Decreto nº 2.208 /97, em seu art. 3º, a educação profissional compreende os seguintes níveis:

- I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III – tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Em vista da legislação nacional, chama a atenção nos dados coletados em Caçador – SC que, dos 165 cursos oferecidos, que apenas 4 (quatro) são caracterizados como de nível técnico, conforme demonstra a tabela abaixo:

²⁵ Decreto Federal nº 2.208 / 97, Parecer CNE / CEB nº 16 / 99 e a Resolução CNE / CEB nº 04 / 99.

Tabela 12 – Oferta, em 2002, de cursos de nível técnico, por instituição.

INSTITUIÇÕES	CURSOS	Total de participantes
Colégio de Aplicação da UnC	Técnico de Segurança do Trabalho	27
SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Técnico em Celulose e Papel	02
SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Técnico em Eletromecânica	06
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Aprendizagem Industrial – Mecânica Geral	18
TOTAL		43

Fonte: Pesquisa de campo (2002)

Não há margem para dúvidas, apesar do discurso de que se ofertam cursos técnicos objetivando a qualificação para o trabalho, os dados indicam que apenas 43 (quarenta e três) pessoas das 5.957 (cinco mil, novecentas e cinquenta e sete) - o que representa 0,72% - participaram dos 4 cursos de educação profissional em nível técnico ofertados – 2,42% do total de cursos. De acordo com a legislação, portanto, menos de 1% dos que participantes dos supostos cursos técnicos, efetivamente obtiveram (ou obterão) certificação compatível a este nível educacional.

No que diz respeito à grade curricular dos cursos técnicos ofertados, um dos objetivos propostos para esse trabalho, na seqüência observa-se, pontualmente, a matriz curricular do curso de Técnico em Segurança do Trabalho, oferecido pelo Colégio de Aplicação da UnC - Campus Caçador, no ano de 2002.

Tabela 13 – Grade curricular do curso Técnico em Segurança do Trabalho

DISCIPLINAS	Carga Horária 1ª Fase	Carga Horária 2ª Fase	Carga Horária 3ª Fase	Carga Horária Total
Administração e Legislação Aplicadas	60	60	40	160
Desenho Técnico	60	60	-	120
Ergonomia	-	-	80	80
Higiene do Trabalho	60	80	80	220
Medicina do Trabalho	-	80	80	160
Prevenção e Controle de Perdas	-	-	60	60
Princípios de Tecnologia Industrial	80	-	-	80
Psicologia do Trabalho	80	-	-	80
Técnicas e prevenção no combate a Sinistros	-	100	-	100
Segurança do Trabalho	100	80	80	260
Estágio Supervisionado	-	-	480	480
TOTAL	460	480	860	1800

Fonte: Colégio de Aplicação da UnC – Campus Caçador, 2002.

A análise da grade curricular possibilita afirmar que, independentemente do discurso das *Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico*, que indica o deslocamento do foco dos conteúdos para o das competências, os currículos explicitam apenas que são “*encarados como conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas*” e não “*mais centrados em conteúdos ou necessariamente traduzidos em grades de disciplinas*”. Com isso se quer afirmar, simplesmente, que para além do discurso atualmente em moda, o eixo que orienta o currículo do curso técnico caracteriza-se *simplesmente* pelos processos de treinamento do trabalhador.

A proposta desse curso, e também dos outros cursos em nível técnico oferecidos em Caçador, mantém a racionalidade técnica na definição de seus conteúdos e disciplinas. A formação técnica vinculada ao treinamento caracteriza-se pelo domínio das técnicas de execução de atividades e tarefas no setor produtivo e de serviços. Esta formação, segundo Oliveira (2002) diferencia-se da formação tecnológica que teria o compromisso, por parte

do trabalhador, do domínio dos processos físicos e organizacionais ligados aos arranjos materiais e sociais e de conhecimento aplicado e aplicável, pelo domínio dos princípios científicos e tecnológicos próprios a um determinado ramo de atividade humana.

É isso o que decorre da análise das ementas dos diversos cursos oferecidos nas instituições de educação profissional e que revelam a manutenção da lógica do ensino técnico fundamentado no domínio de técnicas e tarefas específicas ao setor produtivo a que se destina. E, nesse sentido, como afirma Oliveira (2002, p.46)

(...) não há como negar, um ponto nevrálgico: o reforço à denominada dualidade estrutural, historicamente presente no Ensino Médio e que implica trajetórias escolares diferentes, hierarquizadas, de qualidade diferente, para clientela diversificadas, cujas diferenças não são, por certo, explicadas por competências que elas trazem, com base em critérios naturais e/ou de esforço e mérito individuais.

É também esta lógica que é norteadora dos 161 cursos oferecidos em 2002, pelas diversas instituições que atuam na qualificação profissional em Caçador – SC, e que legalmente devem ser caracterizados como básicos²⁶.

Para possibilitar uma visão panorâmica dos cursos que são ofertados, foram selecionamos aqueles cursos que tiveram número de participantes igual ou superior a 50 participantes, objetivando com isso obter uma amostra dos mais procurados, de forma a demonstrar os aspectos em discussão.

²⁶ Conforme Decreto nº 2.208 / 97, art.4º - A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

Tabela 14 – Cursos Básicos, oferecidos em 2002, com 50 ou mais participantes, conforme instituição.

INSTITUIÇÕES	CURSOS	Nº de participantes
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Leitura e Interpretação da ISSO 9001:2000	57
	Refinação da massa	91
Escola SID Informática	Office 2000	243
Escola de Informática CDI	Express	120
	Cursos de Informática – I período	300
	Cursos de Informática – II período	300
SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Técnicas de Atendimento	59
	Desenvolvimento Gerencial	55
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Desenvolvimento de Equipes	85
	Oratória	70
	Operador de Microcomputador	252
	Cabeleireiro	73
	Atendimento ao público	72
	Vendas	50
	Redes de Computadores	60
	Técnico em Enfermagem	80
	Aperfeiçoamento para garçom	50
Escola Profissional Feminina Irineu Bornhausen	Bordado/Macramé	64
	Pintura em tecidos/tela/estopa	135
	Corte e costura	100
	Informática Básica	238
	Cestaria	60
	Atualização para profissionais de supermercado	170

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo (2002).

Os dados apontam que dos 161 cursos ofertados, apenas 23 (correspondendo a 14,3% do total) tiveram um número igual ou superior a 50 participantes. Merece destaque os cursos que oferecem conhecimentos básicos em informática, uma vez que 1513 (hum mil quinhentos e treze) pessoas procuraram qualificar-se ou re-qualificar-se nessa área.

O setor de serviços e as atividades oferecidas pela Escola Feminina merecem destaque à parte. Para tanto, selecionamos alguns exemplos dos ementários dos cursos ofertados, como segue:

Curso: Desenvolvimento Gerencial

Ementa: Administração do tempo; O que é gerenciar; Liderança e estilos de liderança; Flexibilidade, delegação; Estratégia de aproveitamento de pessoal; Avaliação individual de desempenho; Comunicação: Instrumento de trabalho para o gerente; Motivação no trabalho; Criatividade e percepção; PDCA - É um ciclo das etapas de planejamento: P – Planejar; D – Desenvolver; C – Controlar; A – Avaliar.

Fonte: Pesquisa de campo (2002).

Curso: Técnicas de atendimento

Curso: Técnicas de atendimento

Ementa: Perfil do atendente; Importância de conhecer a empresa; Necessidades humanas; Postura profissional; Elementos da comunicação; Organização para o trabalho; Psicologia do atendimento; Tipos de clientes; Problemas de atendimento; Como encantar clientes.

Fonte: Pesquisa de campo (2002).

Curso: Aperfeiçoamento em costura industrial

Ementa: Introdução; Objetivos do curso; Ponto de costura: diversos à mão, diversos à máquina; Corte: regata, saia justa, saia mesgada, blusa, camisa, spencer sem gola, vestidos, shorts, blusas com gola, calças, conjunto de saia e blazer, malha, camiseta e outros; Sistemas diversos de corte; Utensílios empregados; Como cortar; Aproveitamento de tecidos; Elaboração de moldes (no tecido e no papel): Interpretação de moldes, como riscar, como tirar medidas, como anotar medidas, como transportar o molde para o tecido.

Fonte: Pesquisa de campo (2002).

Observando-se os exemplos do ementário acima transcritos, é possível sintetizarmos os seguintes problemas:

- a atividade profissional parece reduzir-se a comportamentos elementares cuja aquisição obedece a um processo cumulativo;
- o conhecimento requerido para determinada atividade reduz-se a desempenhos observáveis;
- a atividade profissional traduz-se por comportamentos e desempenhos treinados constantemente.

Não é difícil, pois, constatar-se que, para além de discursos formais, as atuais construções curriculares refletem a continuidade no ideário pedagógico da abordagem do *eficientismo social*²⁷ que compreendem a escola e o currículo como um instrumento para produzir os produtos que a sociedade e o sistema de produção necessitam num dado momento. Esta idéia básica tem recebido muitas versões, tem atualizado seus esquemas e sua linguagem, porém é evidente que esse esquema básico tem persistido coerente com uma visão utilitária do ensino e da educação em geral.

De forma geral, os documentos curriculares que atualmente norteiam a educação profissional fundamentam-se numa concepção (neo) pragmática de conhecimento “(...) que pode vir a legitimar construções curriculares centradas na prática, que subordinam os conceitos aos limites de sua instrumentalidade ou de formulações espontâneas” (RAMOS, 2002, p.418).

²⁷ A influência dessa perspectiva nos estudos de currículo deve-se, principalmente, a Bobbitt e Tyler. Os livros “The Curriculum” escrito por Bobbitt em 1918 encontraria sua consolidação com a publicação em 1949 do texto de Ralph Tyler “Princípios Básicos de currículo e ensino”. “Na proposta de Bobbitt, a educação deveria funcionar de acordo com os princípios da administração científica propostos por Taylor (...) Tal como uma indústria Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa e formas de mensuração que permitissem saber com precisão se eles realmente forem alcançados. O sistema educacional deveria começar por estabelecer de forma precisa quais são seus objetivos. Esses objetivos, por sua vez, deveriam se basear num exame daquelas habilidades necessárias para exercer com eficiência as ocupações profissionais da vida adulta. O modelo de Bobbitt estava claramente voltado para a economia. Sua palavra-chave era “eficiência”. (SILVA,1999,p.23)

É essa concepção e é esse o sentido dos cursos oferecidos em Caçador – SC (e, conseqüentemente, suas ementas) como possibilidade de educação profissional, pelas diversas instituições do município de Caçador. Certamente Caçador não é uma ilha desconectada do contexto econômico, social, político e educacional e essa a situação ali encontrada é a que seguramente pode ser constatada em outras lugares.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho apontam para uma relação entre ciência e trabalho, na qual as formas de fazer – determinadas com base em processos técnicos simplificados, restritos geralmente a uma área do conhecimento e, portanto, facilmente identificáveis – passam a ser substituídas por ações que articulem conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e capacidade de intervenção crítica e criativa perante situações não previstas que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade.

Essa nova realidade exige novas formas de mediação entre o homem e o conhecimento, que já não se esgotam no trabalho e no desenvolvimento da memorização de conteúdos ou formas de fazer e de condutas e códigos éticos rigidamente definidos pela tradição taylorista/fordista, compreendida não só como forma de organização do trabalho, mas da produção e da vida social, na qualidade de paradigma cultural dominante nas sociedades industriais modernas(KUENZER, 2000, p.19).

Certamente é preciso redirecionar a educação profissional, retirando-a do papel de “(...) alternativa compensatória para a classe trabalhadora, privada de uma autêntica educação tecnológica afinada com os modernos padrões de produção e com os conhecimentos científico-tecnológicos e sociais mais avançados” (RAMOS, 2002, p.425).

4.2. Trabalho, qualificação profissional e transformações na organização da produção capitalista²⁸

4.2.1. O debate sobre o trabalho

As transformações no mundo do trabalho estão em discussão. Entendê-las implica estudar mais profundamente as transformações que ocorrem na sociedade e que afetam o modo de viver, trabalhar e pensar dos homens em sua existência social. As transformações no mundo do trabalho não ocorrem como resultado de iniciativas isoladas, mas de um conjunto de fatores sociais e historicamente determinados que dialeticamente articulam o desenvolvimento das forças produtivas e suas respectivas relações sociais de produção, destas com o conjunto das relações econômicas e sociais. Essas transformações não ocorrem como resultado de um processo histórico-social harmônico, tomando contornos diferenciados de acordo com o nível de resistência dos atores sociais.

A análise da qualificação profissional dos trabalhadores em diferentes segmentos produtivos implica, antes de tudo, em um esforço teórico que dê conta da articulação existente entre as diversas relações entre os homens – e a qualificação é uma delas - e os movimentos articuladores do capitalismo, percebendo as suas continuidades, rupturas e contradições.

Com efeito, a análise sobre a qualificação profissional e a empregabilidade, em Caçador, no Estado de Santa Catarina, deve ter como referência os movimentos do capitalismo monopolista, debatendo as suas continuidades, rupturas e contradições.

Analisar como atualmente se realiza a qualificação dos trabalhadores, necessariamente implica em contextualizá-la nas atuais transformações do capitalismo monopolista. Ao contrário do que apregoam os defensores do fim do trabalho, as transformações que atualmente ocorrem no capitalismo monopolista são delineadoras de mais um ciclo desse modo de produção, mantendo a centralidade da categoria **trabalho** e, com ela, a atualidade das análises levadas a cabo por Marx e Engels. Isso implica em considerar que o trabalho, independentemente do constante reinventar do capital, é central

²⁸ Esta parte da pesquisa foi originalmente sistematizada por Carlos Alberto Lucena.

para a análise e transformação da sociedade capitalista e que são os homens – e não as máquinas ou as técnicas - que exercem o papel mais importante na constituição das forças produtivas. São humanas as decisões do que produzir e para quem produzir. São os homens, com seu trabalho, que produzem todas as riquezas existentes na sociedade, entretanto o domínio destas é privado e não social. O capitalismo produziu e produz muitas riquezas, mas não consegue distribuí-las de forma igualitária, pois se assim o fizesse estaria negando a sua principal característica: a acumulação. Essa reflexão apóia-se em Marx e Engels que afirmam que é o trabalho que torna o homem um ser social, que produz e reproduz sua existência, em condições sociais e historicamente determinadas. O trabalho é uma forma de existência exclusivamente humana.

Entendemos, portanto, que a categoria trabalho proporciona desafios teóricos para a análise das transformações na organização da produção capitalista nas últimas décadas. Essas transformações, fruto de uma multiplicidade de iniciativas, notadamente dos homens que controlam o centro nevrálgico da acumulação capitalista, não acontecem ao acaso ou como fenômenos naturais, mas se articulam como estratégias para a perpetuação de um modo de vida, de um projeto de sociedade, em que está em jogo a reprodução do capital.

O debate sobre a categoria trabalho não é homogêneo, apresentando posições divergentes quanto a sua centralidade. O trabalho, na sua dimensão concreta e abstrata, é concebido pelos seus críticos como a materialização do sofrimento humano e para os seus defensores como a possibilidade real e concreta da humanização da humanidade.

a) A crítica ao trabalho

A crítica à categoria trabalho deve ser compreendida tendo como referência as transformações no capitalismo monopolista que estão em curso nas últimas décadas. Essas transformações se materializaram com a grande crise do capitalismo do final dos anos 60, através das lutas dos movimentos sociais que afetou consideravelmente o nível de produtividade da máquina produtora de mais-valia, tiveram seqüência na metade dos anos 70 com os dois grandes choques do petróleo. Um aprofundamento teórico das dimensões da crise do capitalismo pode ser encontrado nos trabalhos de Ianni (1997), Harvey (1996),

Hobsbawm (1998), Offe (1994), Mészáros (2002), Lucena (2001), Bernardo (1991a e 2000b), Pochmann (2001), Bauman (1999), Antunes (1999) entre outros.

A crise do capitalismo monopolista teve impacto no pensamento de uma parcela da intelectualidade mundial comprometida com um pensamento crítico em relação aos desdobramentos do modo de produção capitalista. Os seus impactos e a implementação de transformações sociais conservadoras implicaram na elaboração de críticas que colocaram em cheque os movimentos sociais, a luta de classes, o emprego, os impactos da terceira revolução tecnológica e, principalmente, o fim do trabalho enquanto categoria epistemológica que permeia as relações da humanidade com natureza. É nesse sentido que deve ser compreendido o pensamento de Kurz, quando afirma que a luta de classes não é o motor da história, mas sim o fetiche da mercadoria. É dessa forma que deve ser verificado o pensamento de Gorz ao dar “adeus ao proletariado”, entendendo que a noção do proletariado enquanto classe social está superada. É também dentro dessa concepção que Habermas, representante da 2ª fase da Escola de Frankfurt, aponta a incapacidade do homem se desvincular de uma racionalização crescente e, em uma crítica severa ao marxismo, defende que a teoria do valor perdeu a sua legitimidade. Acreditamos ser fundamental retomar as principais idéias desses autores como forma a visualizar os princípios que norteiam a crítica ao conceito de trabalho.

Jürgen Habermas (1997) entende o trabalho como uma forma de interação, a forma como os homens se comunicam com os outros através da linguagem. A linguagem é a expressão da consciência que sintetiza a razão comunicativa por permitir a elaboração de estratégias interativas entre os sujeitos. A fala, por atribuir nomes e tratar dos objetos como distintos da consciência, promove a diferenciação entre ser e consciência, permitindo que os homens venham a se reconhecer e interagir. Para Habermas (1997) a linguagem é a atividade que relaciona o homem e sua humanização. A linguagem, e não o trabalho, é o locus em que o sujeito se reconhece como portador de uma razão representacional que confere sentidos aos objetos e permite o seu entendimento. Enquanto que no trabalho é a consciência astuta que governa os seus atos, na linguagem é a consciência que dá nomes quem preside sua realização. E dar nomes é atribuir sentidos e efetivar mais amplamente a liberdade alcançada pela astúcia. O trabalho, mesmo o realizado individualmente, exige um processo de simbolização que só é possível pela presença da linguagem. O mesmo não

ocupa a centralidade formativa da subjetividade. Para que o trabalho aconteça é necessária a linguagem e esta pressupõe o diálogo e a interação.

Conforme afirmamos anteriormente, Habermas dialoga com Weber, tanto aceitando, como negando as suas afirmações. Weber acredita que o trabalho, assim como a sociedade, vêm-se perpassados por uma intensa e progressiva racionalização. De acordo com Lowi (1999), Weber percebe as contradições e os limites da racionalidade moderna, o seu caráter formal e instrumental, e a sua tendência a produzir efeitos que levam à derrubada das aspirações emancipatórias da modernidade. Contraditoriamente à tradição da Luzes, Weber percebe uma contradição profunda entre as exigências da racionalidade formal moderna e as da autonomia do sujeito que age. Trata-se de um diagnóstico sobre a crise da modernidade que é retomada por suas relações. Habermas, por sua vez, discordando tanto de Weber como da Escola de Frankfurt, acredita em um processo de retomada do projeto inicial das Luzes, apostando em uma forma de racionalidade, que é a razão comunicacional.

Weber parte do princípio que a ciência é um aspecto do processo de racionalização característico das sociedades ocidentais modernas. A mesma representa um fenômeno singular, uma vez que não houve em outras culturas uma compreensão singular equivalente à compreensão racionalizada do funcionamento e desenvolvimento das sociedades modernas. A ciência positiva e moderna apresenta duas características fundamentais que são o não acabamento essencial e a objetividade. A mesma é um devenir; tende a um objetivo infinito e renova sem cessar as indagações dirigidas à natureza. O conhecimento é uma conquista que nunca chega ao seu termo. A ciência é o devenir da ciência, podendo sempre ir mais longe. Como a realidade histórica renova a curiosidade do pesquisador, a história e a sociologia só poderiam chegar ao fim se o devenir humano também chegasse ao fim. Todo o conhecimento é uma conquista que nunca chega ao seu termo.

A ciência humana é animada por questões que os cientistas dirigem à realidade. O interesse das respostas depende do interesse das questões. Weber afirma que é preciso ter interesse daquilo que os homens viveram para compreendê-los autenticamente; mas é preciso distanciar-se do próprio interesse para encontrar uma resposta universalmente válida a uma questão inspirada pelas paixões do homem histórico. Nenhuma ciência deverá dizer aos homens como

devem viver, ou ensinar as sociedades como se devem organizar. Nenhuma ciência poderá indicar à sociedade qual é o seu futuro. A primeira negação o opõe a Durkheim e a segunda a Marx.²⁹

Já no seu primeiro texto importante, *A técnica e a ciência como ideologia* (1968), Habermas vai formular os elementos fundamentais da sua nova teoria, enquanto crítica e reformulação do conceito weberiano de racionalização. Ao contrário de Marcuse, ele não acredita na possibilidade de uma “técnica alternativa” ou de uma “outra ciência”: ele está convencido, como Weber, do laço iminente entre a técnica moderna e a *Zweckrationalität* (atividade racional em relação a um fim, ou, na linguagem frankfurtiana, racionalidade instrumental) (...) ele pensa, contra Weber, que essa não é a única forma de racionalidade existente. É aqui que ele vai introduzir a distinção – profundamente inovadora – entre “trabalho”, como esfera da atividade racional instrumental ou estratégica, que inclui subsistemas econômico e estatal, e a “interação” como esfera da atividade comunicacional, incluindo o mundo vivido sociocultural. A ideologia tecnocrática não deve ser criticada em nome de uma tecnologia “diferente” – como faz Marcuse – mas porque ela elimina da consciência humana a diferença entre a ação estratégica e a ação comunicacional, trazendo assim prejuízo ao interesse humano emancipador numa comunicação livre de dominação. O objetivo do pensamento crítico é chamar a atenção para o perigo de que a esfera orientada pela *Zweckrationalität* chegue a absorver toda a atividade comunicacional como tal. (Lowi, 1999: p. 80).

Para Habermas (1980), a ciência se torna o novo mito das sociedades industriais e o apuro técnico é cada vez mais realçado para dar vazão aos ideais de progresso e do Bem-Estar Social. A ciência transformou-se, na atualidade, em veículo ideológico e ocupa o lugar de principal força produtiva. Com efeito, o trabalho tecnificado é o que se apresenta na sociedade manipulatória de racionalidade típica do capitalismo tardio. Habermas (1980) acredita que é impossível o homem moderno abandonar a ciência e a técnica atual. Os padrões de produção e consumo, as formas de organização dos diferentes sistemas e sua complexidade, fazem com que o par ciência-técnica seja cada dia mais necessário. De acordo com Habermas (1980) os trabalhadores quando trabalham, não interpõem entre a intenção e o ato nenhuma mediação que vise alterar, consubstanciar, reverter o que se pretende atingir. Mas, ao contrário, o fim pretendido revela em si mesmo o que se persegue e conforma a ação. Não há, na dimensão laborativa, nenhuma interatividade que permita romper o círculo de ferro da racionalidade instrumental. O mundo se apresenta como algo dado e se oferece para ser moldado segundo as intenções instrumentais da racionalidade humana. Com efeito, a única forma de romper esse círculo de ferro é a realização de uma atividade que expresse a riqueza de mediações não mais disponibilizadas pelo trabalho e

²⁹ Raymond Aron, *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp 466-469.

que se expresse como um agir comunicativo. A linguagem corrente mediatiza a comunicação e permite, desta forma, a emergência de características únicas que rompam a unilateralidade do trabalho e do agir instrumental.

Para Habermas (1980), a teoria do valor não mais dá conta das análises da sociedade. O processo articulador da produção ao deslocar-se do trabalho para a ciência, considera ultrapassada a teoria do valor centrada no trabalho como produtor de valor e na compra e venda da força de trabalho. Considerando apenas os que se aproximam da temática do trabalho, é que se extinguem as classes sociais e os sujeitos históricos do trabalho. A comunicação desintegra os rostos dos sujeitos históricos e homogeneiza os diferentes atores por igualar as práticas discursivas e torná-las independentes de qualquer recorte histórico específico.³⁰

Assim como Habermas, Robert Kurz (1997) realiza uma crítica à centralidade do trabalho. Enquanto Habermas avança em uma crítica ao trabalho em sua dimensão concreta e abstrata, Kurz centra as suas análises apenas na dimensão concreta. Kurz (1997) afirma que o trabalho aos moldes do capitalismo é algo negativo, um sinônimo da perda da liberdade e da identidade humana. Ele é a dimensão do sofrimento, sendo condição fundamental para a felicidade, a liberdade do próprio trabalho. O capitalismo não mais precisa explorar o trabalho, pois as transformações na organização da sua produção começaram a libertar o ser social do trabalho, esgotando-se o masoquismo histórico. Kurz, em uma postura revisionista do marxismo, acredita que a luta de classes não foi outra coisa senão o motor do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Kurz (1997) centra suas análises nos conceitos marxianos de fetichismo e de valor. O fetichismo, acredita Kurz, não é somente uma ilusão ou um fenômeno presente na consciência dos homens, mas uma realidade. O proletariado não foi nada mais do que o principal produto do capitalismo, um resíduo feudal. Kurz (1997) acredita que o movimento operário e suas ideologias não foram além das fronteiras da sociedade do valor. Kurz (1997) acredita que a luta pela democracia constitui-se em falsa discussão. A democracia, como sinônimo de igualdade e liberdade, já se realizou e coincide com a sociedade dos homens sem qualidades.

³⁰ Paulo Henrique Nogueira. Habermas e a não centralidade formativa do trabalho: uma crítica filosófica ao marxismo. Mimeo.

É no âmbito da mercadoria que Kurz (1997) realiza a crítica ao conceito de lutas de classe. No modo de produção capitalista, a mercadoria e a própria democracia capitalista impossibilitam que todas as parcelas sociais sejam iguais. As lutas dos trabalhadores não superaram os conflitos de interesse que se manifestavam nas fronteiras da sociedade da mercadoria, sem procurar superá-la. As afirmações de Kurz possibilitam problematizar a própria intervenção dos trabalhadores no processo estrutural de crise do capitalismo. Ao reivindicar o fim do masoquismo histórico nas dimensões do trabalho concreto, possibilita a realização da crítica da estratégia dos trabalhadores em tempos de crise do emprego. Os trabalhadores passam a ter como utopia o que sempre denunciaram e repudiaram: a exploração e precariedade do trabalho humano. Utopias que passam a se materializar na luta pelo “direito” de serem explorados, na luta pelo “direito” à venda da força de trabalho independente do desenvolvimento dos processos de mais-valia absoluta e relativa tão bem exploradas por Marx e Engels em “O Capital”.

André Gorz (1987) é um crítico do trabalho em sua dimensão concreta. Aponta que como saída para a superação do trabalho alienado a instauração de uma sociedade do tempo livre dentro das fronteiras do capitalismo. Gorz (1987) acredita que com maior tempo livre, os trabalhadores poderiam desenvolver as atividades que achassem convenientes. É o que denomina como “socialismo pós-industrial”, uma sociedade baseada no desperdício mínimo. Ela seria o resultado de uma opção pelo decréscimo da produção social, de se fazer mais e de viver melhor com menos. Para que o tempo que os trabalhadores passam produzindo seja reduzido ao mínimo, são necessárias uma coordenação e uma regulação eficazes dos fluxos e dos estoques, através de uma planificação subdividida. Isso só é possível com um órgão central de regulamentação e de compensação que é o Estado. A alternativa para o sistema é reduzir ao mínimo na vida de cada um o que deve ser necessariamente feito, estender ao máximo as atividades autônomas, coletivas e ou individuais, que têm o seu fim em si mesmas. O Estado deve ter como missão promover a ampliação da autonomia dos indivíduos. E essa é uma luta em que os movimentos sociais têm um papel fundamental na busca de espaços de autonomia nos aparelhos de dominação do capital e do Estado. À custa de tentarem resistir ou se submeter ao poder do Estado, os partidos políticos entraram em decadência. O descrédito dos

partidos, bem como a sua morte, poderiam anunciar o nascimento de um novo Estado, o Estado Total.

Domenico de Masi (2000) também discute a relação entre o tempo livre e o trabalho. A exemplo de Gorz, De Masi (2000) aponta a sociedade do tempo livre como a grande alternativa para a construção de uma sociedade mais humanitária. O aumento do tempo livre é a alternativa futura da humanidade. De Masi (2000) acredita que o grande desafio da humanidade é o enfrentamento da relação social entre aqueles que trabalham e aqueles que não trabalham. Concebendo o trabalho como a materialização da opressão humana, a humanidade deverá ter como objetivo construir alternativas que permitam que 1/3 da população que trabalha desenvolva atividades voltadas para o não trabalhar e 2/3 dos que não trabalham desenvolvam atividades para o trabalhar. O autor centra as suas discussões nas possibilidades de uma sociedade do tempo livre sem a negação do modo de produção capitalista.

b) A aposta na categoria trabalho.

O debate sobre a categoria trabalho não é alvo apenas de críticas. O trabalho ainda é visto como fundamental para a análise da sociedade. Os seus defensores se dividem entre aqueles que o verificam como um princípio para a construção de uma sociedade para além do capital, bem como daqueles que ressaltam a sua importância para a construção de um amplo contrato social que mantenha inalterado o modo de produção capitalista, como Robert Castel. Castel (1998) defende a consolidação de um novo contrato social, uma iniciativa fundamental para a construção de um “capitalismo mais humanizado” e com maior distribuição de renda. A “exclusão” não é a ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada por um todo. Antigos trabalhadores que se tornaram desempregados permanentes, jovens sem futuro, populações mal escolarizadas, sem habitação, mal cuidadas, etc. Não existe uma linha divisória clara entre essas situações. O empregado de hoje pode ser o desempregado do amanhã, o que acarreta a perda de toda uma situação razoável que podia ter anteriormente, habitação, educação, etc. Os excluídos são os vulneráveis que perderam o emprego e saíram do mercado de trabalho, ou mesmo aqueles que conseguiram apenas ocupações precárias. As

incertezas crescem de maneira que os interesses se individualizam. Para Castel (1998), a crise atual é uma crise de integração através do trabalho, sua exploração selvagem não seria capaz de resolvê-la, podendo até mesmo agravá-la. O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante.

A defesa do trabalho para além do capital é realizada em diversos autores. Entre os mesmos estão Antunes (1992), Mészáros (2002), Frigotto (2000) Lucena (2001), Gounet (1999), Kuenser (1987), Machado (1982), Mello (1999), Salm (1980), Saviani (1989) entre outros. O trabalho independentemente de o constante reinventar do capital, é central para a análise e transformação da sociedade capitalista. Os homens exercem o papel mais importante na constituição das forças produtivas. São eles quem decide o que produzir e para quem produzir. São os homens quem fabrica as mercadorias. Na sociedade não faltam riquezas, a questão é que seu domínio é privado e não social. Em outras palavras, o capitalismo produziu e produz muitas riquezas, mas não consegue distribuí-las de forma igualitária, pois se assim o fizesse estaria negando a sua principal característica, que é a acumulação.

Essa reflexão apóia-se em Marx e Engels ao afirmarem que a constituição do ser social o relaciona diretamente ao trabalho. É o trabalho que torna o homem um ser social, aquele que através da produção e reprodução diferencia os homens dos animais, permitindo que o homem seja social. Os homens através do trabalho constroem laços que estão presentes na reprodução da sua própria existência, sendo que parte importante da sua vida social depende do ato laborativo. O trabalho é uma forma de existência exclusivamente humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a

abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção do favo de suas colméias. Mas, o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetuou uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade. (Marx, 1985: pp. 149-150)

Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo do seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado do seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado do meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada pelo trabalho. (Marx, 1985: p. 150)

Engels (1987) discute o trabalho como um mecanismo de humanização que foi inerente à evolução das formas mais primitivas dos homens até os dias atuais. Com a sociedade de classes, o avanço na produção passou a ser, ao mesmo tempo, o retrocesso daqueles que não detêm os meios de produção. Esta afirmação se comprova com a implementação da maquinaria, cujos efeitos são sentidos de modo crescente até a atualidade. Se entre os bárbaros era difícil estabelecer as diferenças entre os direitos e os deveres, com a civilização esta relação transformou-se. À classe que deteve os meios de produção foram atribuídos todos os direitos e à imensa maioria da população quase todos os deveres. Com efeito, os homens deveriam desaprender o que haviam aprendido através de milênios de história, aproximando-se, eles mesmos, dos animais, através de um trabalho irracional, em que não mais se enxergariam naquilo que produziam. A ascensão da maquinaria foi o pilar do revolucionar das condições sociais de todo o planeta, definindo a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria em detrimento da miséria da maioria. Fruto dessa contradição e com o desenvolvimento de um processo de luta de classes, a própria essência do trabalho do homem modificou-se.

Algumas críticas relativas à centralidade do trabalho devem ser vistas com cuidados. Em primeiro lugar, a defesa do trabalho concreto como algo negativo não é nova. Marx e Engels nunca entenderam o trabalho concreto, sob a ótica do capitalismo, como algo positivo. A sua produção é uma crítica que demonstra como a produção capitalista empobreceu o conteúdo intelectual dos homens. O capital tenta reduzir o trabalho vivo e aumentar o trabalho morto, porque ainda depende do primeiro. A técnica não substitui por

completo o trabalho. Aliás, quanto mais se desenvolve, maiores são as suas limitações. Ela é dependente dos homens, uma vez que são os mesmos que a criam. O seu ato de construção é fruto do trabalho humano. Marx afirma que o capital pode eliminar o trabalho, só que ele explode as bases materiais de sua existência, sendo improvável que chegue a este limite. O que determina uma grandeza de valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso.

Ao mesmo tempo, não é nas fronteiras do aumento do tempo livre no interior do modo de produção capitalista que se supera a alienação e as condições desumanas do emprego. A luta dos trabalhadores pela redução do tempo de trabalho tem uma eficácia apenas conjuntural e não estrutural. Sua aplicabilidade varia de acordo com o nível de intervenção do Estado na economia e o nível de subordinação ao qual o país está submetido ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, mantendo-se o caráter recessivo e o abandono crescente de investimentos na produção da máquina de mais-valia acompanhadas do avanço das opções pela reprodução do capital via capital financeiro, a redução do tempo de trabalho encontra limites na geração de novos empregos transformando o cotidiano daqueles que vivem do trabalho em um “tempo livre permanente”.

O aumento do tempo livre não significa a redução do tempo de trabalho. Antunes (1999) afirma que mesmo que se reduza a jornada de trabalho, com a intensificação do ritmo produtivo, um trabalhador que cumpra sete horas por dia terá um tempo real de trabalho bem maior do que outro que trabalhe o dobro das horas, mas numa tarefa de menor complexidade. A luta pela redução da jornada de trabalho implica na redução do tempo opressivo do trabalho, pois a simples redução da jornada pode ocasionar, ao contrário do que pareça, um aumento do trabalho real. No capitalismo, como bem afirma Mészáros (2002), o tempo livre é explorado pelo capital no interesse de sua expansão, como uma mercadoria em que se exploram as atividades do lazer, sejam elas sexo, religião, etc. O tempo de não-trabalho no capitalismo não é realmente um tempo livre. Quanto maior o desenvolvimento de uma civilização, maior a sua distorção, pois atende à esfera exclusiva do consumo. Na ótica do capital, que explora o tempo livre como uma mercadoria, o seu significado tende a se limitar às noções estreitas do mercado, legitimados pela televisão, pela mídia ou pela publicidade. Com efeito, a própria necessidade do consumo passa a ser

manipulada pelos meios de comunicação, determinando que os trabalhadores atendam aos imperativos de um lazer em que sequer são sujeitos.

O trabalho no capitalismo, dentro de uma concepção que subordina o valor de uso ao valor de troca, os trabalhadores são indiferentes àquilo que produzem, pois não mais se enxergam no processo produtivo. Antunes (1999) questiona se o trabalho, ao qual o ser social não mais se vê, ausente de sentido, é um pressuposto para uma vida com sentido fora do trabalho. Ou a única forma de uma vida com sentido fora do trabalho é através de um trabalho com sentido? A discussão do tempo livre e a redução da jornada de trabalho devem observar alguns aspectos fundamentais. Entre eles, qual é a sociedade em que os mesmos devem ser instaurados, e o que e para quem ela produz. Por isso, a emancipação do trabalho não deve ser confundida com o tempo livre. É como Marx afirma no volume VI, parte sétima de O Capital, no capítulo sobre a renda trinitária, que a redução do tempo de trabalho é o ponto de partida para a construção de uma sociedade emancipada, quando uma sociedade fundada no reino das necessidades se coloca como ponto de partida de uma sociedade fundada no reino da liberdade. O reino da liberdade só é possível, quando o reino das necessidades for atingido. É no reino das necessidades que o tempo livre passa a ser cheio de sentido, porque o trabalho passa a ser dotado de sentido, unindo duas coisas que na realidade são uma só.

De fato, o reino da liberdade começa em que o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, o produtor associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, (...) efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (Marx, 1984: p. 942)

O tempo disponível só poderá ser considerado como disponível, quando for voltado para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, propiciando a eliminação

de todo o trabalho excedente acumulado pelo capital e voltado para a produção destrutiva de valores de troca. O salto para além do capital será aquele que incorpore

(...) as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como uma redução radical da jornada de trabalho e a busca do tempo livre sob o capitalismo, desde que esta ação esteja indissolúvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis. Este seria o ponto de partida para uma organização societária que caminhe para a realização do reino das necessidades (esfera em que o trabalho se insere) e deste para o reino da liberdade (esfera em que o trabalho deixa de ser determinado, como disse Marx, pela necessidade e pela utilidade exteriormente imposta), condição para um projeto fundamentado na associação livre dos indivíduos tornados efetivamente sociais, momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano. (Antunes, 1995: p. 81)

A redução da jornada de trabalho, por sinal uma luta histórica dos trabalhadores é algo fundamental e indispensável. O seu limite não é sinônimo da sua impossibilidade. O que se propõe a polemizar aqui é que, por mais importante que seja, a luta dos trabalhadores deve incorporá-la, mas ao mesmo tempo, buscar ir além, tendo como referência a discussão do trabalho dentro do capitalismo monopolista. É necessário discutir como superar a lógica do trabalho alienado, um dos alicerces para a construção de uma sociedade além dos limites do capital. A construção dessa superação passa pelo debate das formas de organização técnica da produção capitalista articulada à noção de qualificação profissional existente na sociedade. Apontar os limites nesse processo é o ponto de partida para a elaboração de alternativas que possibilitem a consolidação de uma lógica de trabalho que transcenda as fronteiras do trabalho alienado.

4.4.2. Transformações estruturais do modo de produção capitalista

A análise das transformações estruturais do modo de produção capitalista nas últimas décadas aponta desafios teóricos àqueles que a analisam dentro de princípios dialéticos. Essas transformações, fruto de iniciativas dos homens de negócios, não acontecem ao acaso ou como fenômenos naturais, mas sim se articulam como estratégias de perpetuação de um modo de vida, um projeto de sociedade em que o que está em jogo é a reprodução do capital. O capital em um movimento contraditório, de conflitos inconciliáveis entre classes, tem um caráter cíclico de apogeu e crises. Quanto maior a

resistência dos movimentos sociais a suas ações, maior a tendência em conceder benefícios sociais visando reduzir os conflitos e as contradições. Por outro lado, em períodos históricos em que os movimentos sociais se desarticulam e oferece menor resistência, apressa-se em retirar aquilo que foi obrigado a conceder. Os homens de negócios criam as crises e, ao mesmo tempo, as estratégias para resolvê-las.

As transformações do modo de produção capitalista apresentam essas características. Elas não são o limiar de uma possível humanização do capital, muito menos de avançadas relações de trabalho que concretizam um “novo trabalhador”, mas sim um movimento conservador cuja reprodução do capital é central. Partimos do princípio que todo e qualquer estudo sobre as transformações do modo de produção capitalista e seus impactos na qualificação dos trabalhadores devem ter como referência as mediações dialéticas existentes entre o um fenômeno local articulado às transformações mundiais do modo de produção. Fenômenos que não são estáticos, mas sim contraditórios. Estudos que devem partir do princípio que as leis do pensamento correspondem quem às leis da realidade. A dialética não é só pensamento: é pensamento e realidade a um só tempo. A realidade é contraditória com o pensamento dialético. A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições, identidade. A razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra.

Nesse sentido, a análise da qualificação dos trabalhadores não se separa das mudanças do modo de produção, das decisões, mediações e contradições que são inerentes ao processo. Conceber dialeticamente esse processo significa estabelecer uma ligação entre as relações sociais e as forças produtivas. É como afirma Marx (1987: p.69) em “A Miséria da Filosofia”, quando em polêmica com Proudhon, que as relações sociais possuem sólidas ligações com as forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, afirma Marx, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, transformando assim todas as relações sociais. Tal afirmação, defendendo rigoroso determinismo econômico em todas as sociedades humanas, foi estabelecida por Marx e Engels dentro do permanente clima de polêmica que mantiveram com seus opositores, e atenuada com a afirmativa de que existe constante interação e interdependência entre os dois níveis que compõe a estrutura social: da mesma maneira pela qual a infra-estrutura atua sobre a

superestrutura, sobre os reflexos desta, embora, em última instância, sejam os fatores econômicos as condições finalmente determinantes.

A dialética também deve ser referência para o debate das formas de organização técnica da produção capitalista e suas contradições e continuidades. A negação dialética é o resultado da luta dos contrários, é objetiva e significa a passagem do inferior para o superior, mas também do superior para o inferior. Na luta dos contrários, o novo que surge não elimina o velho de forma absoluta. O novo significa um novo objeto, uma nova qualidade, mas o novo possui elementos do antigo, os elementos que são considerados positivos na estrutura no novo e continuam existindo dentro dele.

b) Transformações estruturais do capitalismo e seus impactos no campo.

A análise das transformações econômicas estruturais no campo e seus impactos na história da qualificação profissional dos produtores rurais devem levar em conta o profundo processo de transição que ocorre na exploração da terra, um processo dialético e contraditório que apresenta rupturas e continuidades. Vitule (1996) afirma que a dinâmica global da agroindústria está influenciando diretamente a agricultura. A agroindústria alimentar exerce um papel de liderança nesse processo devido ao seu poderio financeiro, sua capacidade de organização, pelas transferências que operam no campo tecnológico, como também pelas suas técnicas organizacionais e comerciais. O capital agroindustrial reestrutura e integra a agricultura ao mercado mundial. O campo vincula-se a redes e conexões diversificadas, que transbordam as fronteiras econômicas, sociais, políticas e culturais das nações.

Problematizar esse processo implica em articular a dialética existente entre a globalização e os impactos no campo. Vilela (1999) afirma que um rápido e radical processo de reestruturação produtiva tem ocorrido em todos os setores econômicos, bem como uma redefinição das estruturas políticas e regulatórias mundiais, as quais têm afetado positiva e negativamente todos os grupos sociais, urbanos e rurais. Como desdobramento desse processo, discute-se o fim do rural, com a constituição de uma nova espacialidade, ainda não muito precisa nessas análises. É um processo que tem como referência a crise da

atividade agrícola mundial e que questiona a estrutura histórica da produção agrícola, nos seus aspectos econômicos, sociais ou políticos. Tendo em vista a globalização, Vilela entende que

Três questões podem ser consideradas como centrais no debate sobre a globalização no setor agroalimentar. A primeira diz respeito ao processo de globalização da economia mundial, a evolução das novas formas de regulação e as conseqüentes mudanças nas formas de organização da produção e sua expressão nos níveis nacional, regional e local. A segunda é um desdobramento da primeira, qual seja, a expressão territorial e local da globalização, tendo em vista que fatores espaciais (locais/regionais) apresentam como nucleares na atribuição de vantagens comparativas (competitivas) aos produtos e processos que, por um lado, inserem-se no mercado de alcance global mas, por outro, possuem uma integração interfirmas localizada. (...) isto tem revitalizado a significância da localidade e da ruralidade, revelando a necessidade de reestruturação das políticas econômicas agrárias na perspectiva da sua inserção em uma nova relação local-global, agora muito mais imbricada e dialética. A terceira dimensão é a da natureza, entendida como meio físico em que se vive. Esta só mais recentemente tem-se tornado objeto de interesse de parte importante da sociedade, principalmente no campo dos chamados “formadores de opinião”, bem como de elaborações mais teóricas, no nível acadêmico (...), e das preocupações estratégicas, no seio das grandes empresas, corporações e conglomerados. Sua incorporação ao debate contemporâneo, longe de ser marginal, constitui-se em aspecto central das novas dinâmicas da relação produção-consumo. (Vilela, 1999: pp. 22/23)

A relação entre o produtor e o consumidor é um processo que deve ser compreendido tendo como referências as transformações estruturais do capitalismo. Mézáros (2002) oferece importante contribuição para essa discussão ao afirmar que o capital inventa o consumidor como uma coisa independente e o capitalista como produtor. Ao adotar esta denominação, esse autor reduz ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. A economia política burguesa do século XX, reflete e legitima a mais anti-social e desumanizante tendência do capital para a eliminação brutal do trabalho vivo no processo de trabalho. Os profundos problemas relativos à força de trabalho, com a redução do trabalho vivo no processo de produção são atribuídos como disfunções temporárias de caráter meramente tecnológico, em que as soluções também se encontram no campo da tecnologia. O desenvolvimento tecnológico aparece como algo neutro e que não pode ser detido. O desemprego é atribuído a esse fator, como se não fosse fruto das decisões humanas. Como algo sobrenatural, a ele ninguém pode se opor.

Mézáros (2002) afirma ainda que o capitalismo nada mais é do que uma sociedade descartável. O sistema produtivo manipula até mesmo os bens duráveis, devendo os mesmos ser lançados no lixo, muito antes de esgotarem a sua vida útil.

A maquinaria do capital se articula de tal forma que serve antes a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos, caso os imperativos do capital assim determinem. Quando uma nova tecnologia é criada, é decretada a morte de todos os instrumentos, máquinas e tecnologia anterior. O desenvolvimento dos meios de produção se opõe às necessidades humanas, pois o que importa é a expansão do capital. O capital não trata o valor de uso e o valor de troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que o primeiro é subordinado ao último. O que interessa é que a transação comercial seja realizada. Assim, “útil” e “utilidade” são definidos em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do valor de troca.

Graziano da Silva (1997) aponta que, na globalização, a marca fundamental é a transformação de empresas multinacionais em empresas transnacionais que operam em escala mundial, o que é muito diferente de empresas que operavam em um número restrito e determinado de países da órbita de influência da sua “pátria originária”. Mas, são empresas que evidentemente têm um Estado por de trás, não são empresas sem “pátria” como querem fazer crer. Dowbor (1997) apresenta posição semelhante ao afirmar que existe uma tendência em considerar as empresas transnacionais como “apátridas”, sem bases nacionais. Isso em parte é verdade, pois não seguem dinâmicas internas e não servem propriamente a nenhum interesse nacional. Porém, ao acirrar as contradições que prejudiquem os seus interesses, aproveitam-se da força política que as suas raízes nacionais lhe conferem, mobilizando, aos seus interesses, os Congressos Legislativos, Executivos e se necessário até a força militar. As atividades dos departamentos jurídicos norte-americanos para proteger os interesses da Microsoft no mundo inteiro, ou a pressão Clinton sobre o governo brasileiro para ser aprovado o contrato com a Raytheon referente à segurança da Amazônia, ou mesmo o tráfico de influência para a privatização da Petrobrás, são exemplos.

O poder das transnacionais reforça-se pelo fato de que se trata cada vez menos de simples empresas que produzem em escala mundial, e cada vez mais de empresas organizadoras da produção, comercialização, financiamento e promoção, com um impacto de reordenamento do universo econômico que vai muito além das fronteiras da propriedade empresarial. As

grandes produtoras de automóveis são exemplos. As mesmas são montadoras que geram um conjunto de relações em que são importantes as patentes, a tecnologia, as marcas. À medida que as transnacionais evoluem do conceito de produtor para o de organizador, passam a organizar um sistema complexo de relacionamentos que envolvem a mídia, financiadores, distribuidoras, advogados e sistemas de pressão política nos países onde exercem atividades. Esses grupos empresariais transnacionais exercem um poder extremamente vasto. Baseados no poderio dos países do Primeiro Mundo, transformam a maior parte dos atores sociais do planeta em meros espectadores que tentam, sempre com atraso, se adaptar de forma menos prejudicial às transformações estruturais do capitalismo monopolista.

Para Graziano da Silva (1998) a transnacionalização entendida como sinônima da globalização é indiscutível e, da mesma forma que se fala no carro mundial, fala-se no frango mundial, no novilho mundial. Um suíno que é engordado na Holanda, possui soja brasileira e trigo canadense em sua ração. A gaiola é de aço indiano e os medicamentos ou são alemães que podem ter sido feitos em qualquer lugar do planeta. Há uma padronização dos sistemas produtivos nessa cadeia, de forma tal a que o frango criado na África é igual ao frango criado aqui ou nos Estados Unidos. Portanto, na cadeia de carne e grãos há, sem dúvida, uma globalização produtiva. São múltiplas as fontes de matéria prima, tanto na origem como no destino, mas há um mesmo padrão produtivo relativamente consolidado, indiferenciado e difundido em todo o mundo.

Graziano da Silva (1998) afirma que quando se articula a globalização à agricultura, não se pode dizer que a última esteja totalmente globalizada. Mesmo os setores que não se vinculam diretamente a essa economia globalizada estão afetados profundamente pela transnacionalização e crescem à sua sombra, ou melhor, nos espaços não ocupados pelas empresas transnacionais. Em suma, o que se globalizou, o que se difundiu em todo o mundo, foi uma maneira de produzir e uma maneira de consumir de parte significativa da população. É como se houvesse uma tendência de continuar a produzir de uma forma mais ou menos padronizada (ou com diferenciações pré-determinadas), mas com possibilidades de grande flexibilização na distribuição e nos serviços que se agregam ao produto. O impacto da globalização sobre a agricultura apresenta-se como uma nova divisão internacional de trabalho. A reconstrução de plataformas exportadoras de produtos agrícolas impulsiona países como Austrália, Brasil e Argentina na direção de retornar a um modelo primário exportador, onde o que está em jogo é exportar em larga escala.

A análise dos impactos da globalização no processo de transformação técnica da produção da agroindústria brasileira foi tema de vários estudos no âmbito da economia

agrícola e da sociologia rural. Entre esses trabalhos podem ser destacados os estudos de Salles Filho & Silveira (1991), Kageyama et alli, (1990), Muller (1989), Veiga (2000), Graziano da Silva (1982), Delgado (1985), Sorj (1980), Rezende (1989), Homem de Mello (1985); entre outros.

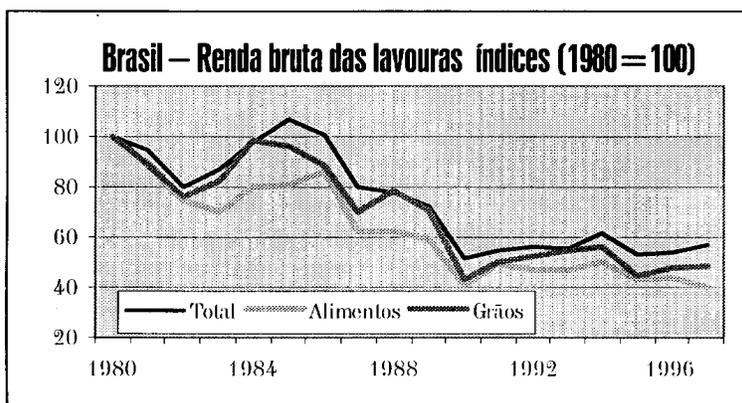
Os efeitos sociais decorrentes desse processo para o Brasil não devem ser negligenciados. Graziano da Silva (1995) oferece importante contribuição ao analisar a massa de pobres e excluídos produzidos pelas profundas transformações sofridas pela agricultura brasileira nas últimas décadas. O mesmo afirma que a pobreza no meio rural deve ser estudada a partir das transformações estruturais que atingiram a agricultura e as populações rurais e que estas são decorrentes, em larga medida, do processo desigual e excludente que assumiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Para Graziano da Silva (1995) o quadro que se apresenta não permite alimentar perspectivas alentadoras e imediatas favoráveis à diminuição da pobreza e da exclusão social no meio rural. Existem limites para a inserção formal dos trabalhadores excedentes do campo no mercado de trabalho urbano-industrial via migrações campo-cidade. Em um processo de crise estrutural, ocorre ausência de crescimento econômico da agricultura e de ampliação da fronteira agrícola, mecanismos estes que nos anos setenta patrocinavam sua inserção social e econômica. O avanço tecnológico poderá trazer conseqüências para a agricultura, especialmente, no que se refere às biotecnologias, à engenharia genética e às tecnologias da informação. Embora estas inovações possam criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural, os novos equipamentos e tecnologias, prestes a serem introduzidos na agricultura, são altamente seletivos em relação ao uso de mão-de-obra e poupadores de força de trabalho, sobretudo quando se trata de trabalhadores com baixa qualificação profissional. A dimensão social da crise provocou um despovoamento do meio rural atingindo diferentes países, independente do nível de desenvolvimento do capitalismo.

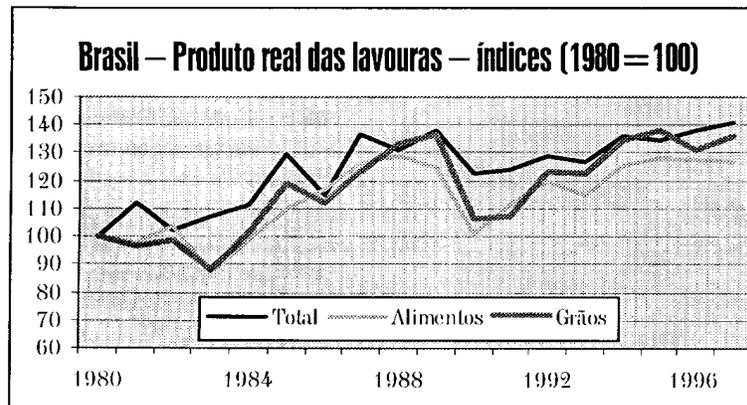
Na França, por exemplo, de um terço entre as duas grandes guerras, a população rural chegou a 6% da população nos anos 90, nos Estados Unidos, a 3% e, no Brasil, apesar de ainda numerosos em relação à Europa e aos Estados Unidos, caiu de 30,8%, em 1980, para 22,4%, em 1991, o que traz sérios problemas para a própria reprodução da “sociedade rural” e coloca em xeque a identidade profissional dos agricultores (Seminário Internacional, 1997). (Vilela, 1999: p.58)

De acordo com Vilela (1999) esse mesmo processo acontece nos países subordinados em relação ao desenvolvimento do capitalismo. O desengajamento do Estado articulado ao enfraquecimento da integração vertical das cadeias outrora administradas relacionado com a elaboração de políticas públicas para o emprego rural, a agricultura familiar e o equilíbrio do desenvolvimento territorial tem concretizado problemas sociais no campo. Os sistemas agroalimentares centralizados, integrados ao mercado global na base de uma produção de massa, encontram, de fato, limites sociais, técnicos, ecológicos e econômicos. Este quadro de crise é assim posto pelo autor:

No Brasil, em particular, o Estado, a partir dos anos 80, principalmente em razão da crise fiscal, tem procurado desvencilhar-se do papel de articulador e financiador do processo de modernização e as políticas públicas começaram a ser desmontadas, provocando forte desorganização dos interesses rurais (Seminário Internacional, 1997). Os reflexos desta crise dão-se em dois campos principais: a trajetória decrescente da renda agrícola de quase todos os produtos (ver figuras que seguem) e o processo perverso de concentração da propriedade fundiária, já exaustivamente debatido por diversos autores. (Vilela, 1999: p.60)



Fonte: Monteiro, 1998. In Vilela (1999)



Fonte: Monteiro, 1998. In Vilela (1999)

b) Transformações na organização técnica da produção.

Debater as transformações estruturais do capitalismo implica em centrar esforços visando também perceber as transformações nas formas de organização técnica da produção. A adoção de diferentes formas de organização técnica da produção afeta diretamente os trabalhadores tanto do campo como da cidade. Tendo como referência categorias dialéticas de análise, partimos do princípio que se constitui falsa discussão analisar como “paradigmáticas” mudanças nas formas de produzir, pois se corre o risco de simplificar algo que é mais complexo do que aparenta ser. As análises propostas por Coriat (1994) e Womack et alli. (1997) apontando para uma transição radical do fordismo ao toyotismo não dão conta de perceber as continuidades presentes no processo. A transição do fordismo ao toyotismo não é paradigmática, ao contrário, o fordismo e o toyotismo possuem as mesmas bases, ou seja, ambos possuem seus alicerces no trabalho alienado. O fordismo enquanto a consolidação de um crescente fetiche da mercadoria apontando para um trabalho fragmentado, autoritário e repetitivo. A tentativa de inclusão de uma parcela dos trabalhadores ao acesso a bens de consumo como contrapartida a condições desumanas de trabalho. O toyotismo como um processo mais “sofisticado” e ainda mais alienante que o primeiro, que aposta na construção de um outro tipo de trabalhador. Para o toyotismo o “homem-total” é sinônimo do “homem-empresa”, aquele que se confunde com os interesses dos homens de negócios, que pensa na empresa 24 (vinte e quatro) horas por dia. O

toyotismo recupera as análises tão bem elaboradas por Marx quando na análise do capitalismo manufatureiro em que problematizou as implicações da atividade laboral se confundir com o lar impondo longas jornadas de trabalho aos trabalhadores. Um outro aspecto que se deve levar em conta faz referência às diferentes dimensões do fordismo e do toyotismo. O fordismo, muito mais do que apenas uma estratégia de produzir, tomou uma dimensão social que se materializou em um projeto de mundo, em um jeito de viver e trabalhar capitalista. Foi nesse sentido a grande contribuição de Gramsci (1976) quando do debate sobre o “Americanismo e o Fordismo”. O toyotismo, por sua vez, não possui a dimensão social do fordismo. Ele é apenas uma forma de organização técnica da produção que varia de empresa para empresa de acordo, principalmente, com o nível de organização dos trabalhadores por categoria produtiva.

Gounet (1999) afirma que o toyotismo é voltado para uma economia em recessão. As mudanças implementadas são voltadas para os interesses dos homens de negócios e não dos trabalhadores. Ao contrário do aumento dos ganhos de produtividade, o que se observa é que a produção eleva-se num mesmo lapso de tempo, mas os salários permanecem iguais. Em termos de ganhos de produtividade, baseia-se na ausência dos conflitos de classe. O capital põe o sistema em funcionamento e eleva a produtividade. O trabalho desenvolve uma maior responsabilidade e polivalência, elevando a produtividade. A partilha significa “um salário mais alto, um emprego garantido, uma qualificação”. Gounet (1999) acredita que a questão é verificar quem tem interesse na colaboração de classes, quem são os verdadeiros beneficiados. Para isso, levanta algumas questões. Em primeiro lugar, as contrapartidas do capital para o trabalho foram criadas para que o sistema funcionasse e não por generosidade. Ford o criou para estabilizar a força de trabalho que se esvaziava na busca de melhores salários. A Toyota o implementou para acomodar o conflito social. O objetivo principal, tanto na Ford, como na Toyota, foi que os trabalhadores aceitassem o sistema. Em segundo lugar, a nova organização do trabalho significa uma intensificação de sua exploração. A compensação não passa de uma modesta redução das taxas de exploração, consentida pelo capital para tentar conter a dinâmica das lutas de classe permitindo que o sistema funcione. Por último, afirmar que se trata de uma partilha de interesses de classe, uma democracia salarial, constitui-se em falsa discussão, que tem

como objetivo estimular os trabalhadores a aceitarem as transformações na organização do trabalho.

O sistema de acumulação toyotista constitui-se num aparato de marginalização, exclusão e de estratificação social. O ponto essencial do toyotismo é a flexibilização do aparato produtivo e dos direitos dos trabalhadores. O sistema é estruturado a partir de um número mínimo de trabalhadores, com o incentivo ao acúmulo de horas extras e à contratação de trabalhadores temporários ou sub-contratados. Um precário mundo do trabalho surge com essas mudanças. Os trabalhadores com o toyotismo continuam na mesma relação descrita por Marx em “O Capital”. Eles permanecem alienados do e pelo trabalho. A realização de múltiplas tarefas não coloca os trabalhadores em nenhuma relação de privilégio sobre o processo produtivo. O reino da alienação produz uma deformidade que confunde os trabalhadores e suas representações políticas. Enquanto imaginam que caminham pelos “jardins da sabedoria” deixam de perceber que estão condenados às “fronteiras da ignorância”, enquanto imaginam que caminham pelos jardins da complexidade ficam presos aos limites da simplificação.

Algumas questões devem ser levadas em consideração. Apesar das características apontadas do toyotismo, uma análise mais geral das formas de organização técnica das empresas capitalistas aponta que existem limites em verificar suas formas de organização. Conceber uma empresa como toyotista ou fordista implica em uma análise do conjunto da atuação da mesma. Em outras palavras, não é porque uma empresa utilize a multifunção ou o estoque zero que necessariamente será toyotista. Compreender uma forma de organização implica não só verificar o que a empresa adota como técnicas de trabalho, mas também o que concede para suprimir os conflitos. O Brasil é um exemplo. Uma das questões ainda não respondidas é qual a forma predominante de organização técnica das empresas nacionais. O país é uma mescla de várias formas de organização da produção que variam de acordo com a região em questão.

Esta afirmação permite indagar algumas características peculiares ao Brasil, não só em termos da organização das empresas, bem como, da escolaridade e qualificação exigida dos trabalhadores. A qualificação e escolaridade exigidas não são homogêneas, mas sim heterogêneas. É importante ressaltar que, embora em alguns setores produtivos precise-se realmente de qualificação diferenciada, em outros a qualificação é um mero requisito

ideológico utilizado para dividir os trabalhadores. Em regiões do Brasil em que existe um exército de reserva de mão de obra com melhor formação escolar impulsiona os homens de negócios a contratar trabalhadores com maior nível de escolaridade mesmo que não seja uma necessidade objetiva para o desenvolvimento das funções. Ao mesmo tempo, em regiões em que o nível de escolaridade dos trabalhadores é mais baixo, as contratações não obedecem a critérios de formação educacional para a obtenção do emprego. Essa afirmação se comprova analisando o perfil dos trabalhadores das indústrias na região de Caçador, Santa Catarina, objeto dessa pesquisa. Apesar do caráter preliminar desta pesquisa, implicando, inclusive, na necessidade de um maior aprofundamento teórico, os contatos iniciais realizados com as empresas da região demonstraram a existência de nível de automação semelhante a centros industriais mais desenvolvidos, como a agroindústria, indústria da madeira e metalurgia. Porém, a maioria dos trabalhadores possui baixo nível escolar, conforme demonstra os dados preliminares levantados nas próprias empresas, conforme demonstra o tabela abaixo.

Tabela 15 - Distribuição dos Trabalhadores da Região de Caçador, conforme o nível de escolaridade

Escolaridade	Número de trabalhadores	Percentual de trabalhadores
Ensino Fundamental Incompleto	12602	39,37%
Ensino Fundamental	7478	23,36%
Ensino Médio	10076	31,47%
Cursos Técnicos	184	0,57%
Graduação	1298	4,05%
Especialização	316	0,98%
Mestrado/Doutorado	28	0,10%
Não respondeu	28	0,10%

Os valores discriminados no quadro acima são relativos aos funcionários pertencentes a 26 empresas da região de Caçador com um total de 32010 (trinta e dois mil e

dez) funcionários que responderam o questionário. É importante observar ainda que os trabalhadores com título de mestre e doutor estão, em ampla maioria, lotados na Epagri. Uma separação levando em conta o ensino fundamental (completo ou não), o ensino médio, cursos técnicos (Senai, Senac, Etc), ensino superior e pós-graduação Lato e Strictu Sensu oferecem os seguintes números conforme o tabela abaixo:

Tabela 16 - Nível de escolaridade dos trabalhadores da região de Caçador SC

Escolaridade	Número de trabalhadores	Percentual de trabalhadores
Ensino Fundamental	20080	62,73%
Ensino Médio	10076	31,47%
Curso Técnico	184	0,56%
Graduação	1298	4,06%
Especialização/ Mestrado/Doutorado	344	1,08%
Não respondeu	28	0,10%

Aprofundando a divisão entre trabalhadores com escolaridade até o Ensino Médio (Fundamental Incompleto, Fundamental Completo e Ensino Médio), curso técnicos (Senai, Senac, etc) e Graduação, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu temos os seguintes números:

Tabela 17 - Escolaridade dos trabalhadores da região de Caçador SC

Escolaridade	Número de Trabalhadores	Percentual de trabalhadores
Até o Ensino Médio	30156	94,20%
Cursos Técnicos	184	0,57%
Superior e Pós-Graduação	1642	5,13%
Não respondeu	28	0,10%

O baixo nível de escolaridade dos trabalhadores de Caçador demonstrado nas tabelas acima deve ser problematizado tendo como referência o processo de transnacionalização da economia que aposta no enfraquecimento dos conflitos e em uma redução brutal dos custos de produção como iniciativa para a superação da crise do capitalismo dos anos 70 (setenta). A busca de novos espaços produtivos se apresenta como uma grande alternativa para os homens de negócios. O que está em jogo é a construção de relações produtivas em regiões em que a compra da força de trabalho seja mais barata. Regiões com sindicatos desorganizados e com pouco poder de reivindicação que compreendam a oferta do emprego como um “benefício que garanta a sobrevivência”. É nas fronteiras desse movimento histórico que se articulam as novas estratégias produtivas dos homens de negócios. Estratégias que apesar de apresentarem um discurso inovador, conclamando o aumento da participação e da sabedoria dos trabalhadores, apresentam as mesmas bases do trabalho alienado que se configura sobre as alicerces do taylorismo.

4.4.3. Trabalho e qualificação profissional.

O debate sobre a educação e o trabalho e seu recorte sobre a formação profissional tem sido alvo de debates. Várias abordagens foram realizadas sobre o tema, especificamente na década de 1980, em que as transformações do mundo do trabalho já apresentavam significativas mudanças no Brasil, desdobrando-se em processos de acumulação de renda e o crescimento de bolsões de miséria. A década de 1990 assistiu a um grande debate que teve a partir das respostas do capital voltadas para uma rearticulação do mercado mundial, o crescimento do desemprego.

Lucena (2001) discutiu que o fenômeno desemprego é um processo de reorganização global da força de trabalho. Um processo que reserva a estabilidade de emprego e seguridade social para poucos profissionais altamente capacitados e condena grandes parcelas de trabalhadores a condições miseráveis de trabalho. O desempregado é uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização. O que se oculta por trás do desemprego não é o fim da centralidade do trabalho, mas a reestruturação do emprego em condições precárias. Para Lucena (2001) o desemprego

tomou uma dimensão abstrata, uma invenção dos trabalhadores e suas organizações representativas: aos homens de negócios, “empregos existem”; o que ocorre é a falta de capacitação da força de trabalho para atingi-los. O desemprego transformou-se num instrumento de chantagem sobre aqueles que ainda trabalham formalmente; uma chantagem que tem como objetivo elevar o ritmo e o tempo de trabalho.

Os programas de formação profissional passaram a coincidir com as teses neoliberais voltadas para a consolidação de uma ordem social voltada para o livre mercado e o desmantelamento do setor público. O sistema educacional deveria promover o conceito neoliberal de “empregabilidade”. A busca de uma maior eficácia em termos de capacitações ligadas aos empregos, uma ação que demonstra a submissão às transformações na organização técnica da produção capitalista. De acordo com Taddei (1999), um dos princípios dos modelos de formação profissional existente no cenário do capitalismo monopolista atual é que o conhecimento tradicional se desvaloriza e volatiliza mais rapidamente do que nas sociedades anteriores. A educação foi eleita como a responsável pelos males do desemprego na sociedade produtora de mais valia.

O debate sobre a formação profissional merece destaque a discussão sobre a politecnicidade. Os anos 80 assistiram à discussão baseada nas obras de Marx, Engels e Gramsci. Ocorreram várias contribuições em estudos teóricos e históricos sobre a relação entre o trabalho social e o significado da formação profissional em Marx. Braverman (1972) ofereceu considerável contribuição em sua célebre nota final sobre a qualificação dos trabalhadores. Sucholdolski (1976) colocou a discussão da abordagem da educação em Marx e seus contemporâneos. Nogueira (1990) debateu as idéias de Marx e Engels sobre a relação entre educação, saber e produção. Machado (1989) problematizou a relação entre politecnicidade, escola unitária e trabalho. Salm (1980) produziu os seus estudos sobre as concepções filosóficas e políticas do conceito de formação em Marx.

Salm (1980) afirmou que os homens de negócios não precisam da escola para preparar os trabalhadores para o trabalho na indústria. A escola não tem nada a ver com a redução do emprego, visto que o problema não está nas diferenças entre trabalhos superiores ou inferiores, mas na manifestação concreta do trabalho. A redução de todo trabalho complexo a trabalho simples não é um mero recurso analítico. O processo de trabalho deverá adequar-se aos objetivos da valorização. As formas úteis de trabalho

concretizam-se de forma a não perturbarem os movimentos do capital. A raiz do problema na educação está na crescente desvinculação entre educação e trabalho e não na subordinação da escola ao capital. Esta separação leva o planejamento educacional a uma contradição insolúvel entre o objetivo da democratização das oportunidades educacionais por um lado e a adequação ao mercado de trabalho por outro. Ao se atender ao primeiro, não se atenderá ao segundo, pois o mercado requer um mínimo de educação para a maioria e o máximo para uma minoria. Enquanto os mundos do trabalho e da educação estiverem separados não se resolverá o impasse. Mesmo o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores não resolve a questão. À medida que aumenta o nível de escolaridade dos trabalhadores, os mesmos descobrem que são forçados a aceitar qualquer emprego de menor salário e complexidade do que para o qual se formaram.

Kuenser (1995) afirmou que a ação pedagógica da fábrica tem por objetivo ensinar exclusivamente o fazer destituído de qualquer explicação sobre o significado do trabalho. É um ensinar o fazer de uma forma fragmentada, com o trabalhador sendo ensinado no cotidiano fabril a desempenhar pequenas tarefas parcelares que não são suficientes para que ele exerça o ofício em outro lugar. Os mecanismos de controle do saber sobre o trabalho são formas pelas quais o capital produz a incompetência técnica e política do operário, como condição essencial para a sua exploração. Os operários desqualificados são os mais facilmente submetidos à dominação do capital, com os quais o processo de dominação se evidencia mais eficiente, embora não se estabeleça uma relação mecânica entre desqualificação e despolitização.

Saviani (1989) afirmou que a noção de politecnicidade deriva diretamente da problemática do trabalho. Toda educação organizada se dá a partir do conceito e do fato do trabalho, portanto do entendimento e da realidade do trabalho. Toda educação tem por fundamento a questão do trabalho. É importante observar que, numa relação entre a educação e o trabalho, o que se tem por referência é a própria importância do homem na transformação da natureza. É isso que diferencia os homens dos animais, visto que os animais têm a sua existência garantida pela natureza e os homens, ao contrário, devem transformá-la para sobreviver. Ajustar a natureza às necessidades humanas é o que é feito através do trabalho. Parte do princípio de que o processo de trabalho ocorra, em uma unidade indissolúvel, dos aspectos manuais e intelectuais. Um princípio dessa afirmação é

que não existe trabalho manual puro, muito menos trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a relação tanto de aspectos manuais como intelectuais. O homem, a partir do momento em que transforma a natureza, que a molda de acordo com as suas necessidades vitais, une tanto as concepções manuais como intelectuais. A separação dessas funções é um produto histórico social, separação que não é absoluta, mas relativa. Isso é uma iniciativa de classe social, visto que o trabalho manual passa a ser inerente a uma parcela da sociedade e o trabalho intelectual a outra parcela. Em termos de trabalho manual, a sistematização dessas tarefas passa a definir as formas dominantes dessas profissões, mas não exclui a função intelectual. O fenômeno da aprendizagem evidencia isso. Se o trabalhador pode aprender e exercer essa atividade é porque ele aplica a sua inteligência nesse processo. Porém, não se concretizam sem o recurso da prática, da ação manual. É por isso que a Ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem o campo da ação. A idéia de politecnia tenta introduzir a compreensão desse fenômeno em termos da contradição que marca a sociedade capitalista e a direção para sua superação.

Para Saviani (1989) a união entre trabalho intelectual e manual só será possível através da superação da apropriação privada dos meios de produção, através da colocação dos meios de produção a serviço do conjunto da sociedade. A idéia de politecnia parte do princípio do questionamento do trabalho dentro do capitalismo. Politecnia significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho. Baseia-se em diferentes princípios, determinados fundamentos. O trabalhador através da politecnia deve compreender as diferentes modalidades do trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. O trabalhador deve se ver vivo, compreendendo o trabalho, como a forma mais humana, a mediação que possibilita a própria existência da humanidade. Não se trata de um trabalhador que é adestrado para o trabalho, que se encaixe para desenvolver esta ou aquela atividade. Ele deverá ter um desenvolvimento multilateral, que conceba todos os ângulos da prática produtiva. Com a produção moderna baseando-se na Ciência, os trabalhadores deverão dominar os fundamentos presentes no trabalho moderno.

Saviani (1989) afirma que a idéia de politecnia parte da necessidade de articulação entre trabalho intelectual e manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, trabalho este que desenvolve os princípios e fundamentos que estão presentes na

organização do trabalho da sociedade capitalista. Não é no âmbito da iniciativa privada que se possibilitará essa transformação, visto que o empresariado além de atentar à separação entre o saber e o fazer, entre o conhecimento material e o intelectual, na realidade compreende o trabalho apenas na perspectiva do ajuste social. Visa a uma formação profissional em que o trabalhador apenas desenvolva as suas tarefas mais rapidamente, da forma como a empresa está organizada. O capital objetiva a permanência do trabalho fragmentado e alienado.

Há de se destacar também, as importantes contribuições de Frigotto (1986), Markert (1996), Celso J. Ferreti, João dos Reis Silva Jr. e Maria Rita N. S. Oliveira (1999), José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e José Luis Sanfelice (2002), João dos Reis Silva Júnior e Jorge Luis Cammarano Gonzáles (2001) além das produções coletivas dos grupos de pesquisas como o do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual produz semestralmente a revista Trabalho & Educação.

A discussão sobre a qualificação profissional deve levar em conta alguns aspectos fundamentais. Em Lucena (2001) afirmamos que o discurso oficial aponta para dois eixos básicos: a melhoria do ensino em todos os níveis do sistema e a adequação da rede pública de ensino técnico vocacional às demandas da esfera produtiva. A subordinação da formação profissional aos interesses do capital no cenário atual do capitalismo monopolista está ocorrendo no Brasil através da qualificação e ensino médio técnico dos jovens e adultos. Desde 1994, os técnicos brasileiros ligados ao Banco Mundial estão introduzindo mudanças no ensino técnico de nível médio, tirando a sua perspectiva formativa e reduzindo-o a treinamento.

Frigotto (1999) apresenta posição semelhante ao afirmar que a formação técnico-profissional (des)organiza-se em três níveis. O nível básico, composto por uma massa de trabalhadores, jovens e adultos, que independente do nível escolar anterior, tem o objetivo de requalificar os trabalhadores ao mercado de trabalho. São cursos que não estão sujeitos à regulamentação curricular, ligados ao Ministério do Trabalho e não mais ao Ministério de Educação. O nível técnico, com uma organização curricular específica e independente do ensino médio. Destina-se a matriculados ou egressos do ensino médio. Por último, o nível tecnológico, destinado a egressos do ensino médio e técnico para a formação de tecnólogos

em diferentes especialidades. Para Frigotto (1999) o Banco Mundial tem atuado em suas determinações relativas à orientação pedagógica, à adaptação e conformação do trabalhador às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção capitalista. No interior da pedagogia da competitividade, centrada nos conceitos de competência e produtividade, ocorrem mudanças profundas na educação e aos processos de formação técnico-profissional. No plano ideológico, desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano individual. Com a ausência de política de emprego e a falta de perspectiva de uma carreira profissional, a sociedade se divide entre os indivíduos empregáveis e os não empregáveis. Para os últimos, resta uma procura interminável por um emprego, um emprego que passa longe do mercado de trabalho formal, configurando-se num cenário de precariedade total e permanente.

A noção de qualificação e capacitação profissional são denominações vistas como sinônimas, quando na realidade possuem dimensões diferentes. A noção de capacitação profissional consiste no simples treinamento para o exercício profissional. É algo que está nos limites do adestramento fabril. As empresas não precisam do ensino formal para esse processo. Em virtude das constantes transformações tecnológicas cabe às mesmas realizarem o treinamento de sua força de trabalho. O fato dos trabalhadores realizarem tarefas mais complexas não significa que se elevou a sua sabedoria, ao contrário, pois o “labor” permanece no interior das fronteiras do trabalho alienado.

Em estudos preliminares verificamos esta tendência presente em visitas às instalações à Epagri (Empresa de pesquisa agropecuária e de extensão rural de Santa Catarina) e à Perdigão. A Epagri foi visitada por oferecer cursos e assessoria técnica a produtores rurais e piscicultores da região da cidade de Caçador. A Perdigão implementa na região o sistema de produção integrada mantendo relações econômicas com produtores rurais. A Epagri³¹, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina, é uma sociedade de economia mista de capital fechado, personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações. A mesma é constituída por uma Administração Estadual, localizada em Florianópolis, 14 Gerências

³¹ Informações retiradas do site: <http://www.epagri.rct-sc.br/index.html>

Regionais, 5 Gerências Estaduais e 242 Escritórios Municipais distribuídos pelo Estado de Santa Catarina conforme demonstra o mapa abaixo.

Figura 21 - Distribuição de atividades da Epagri no estado de Santa Catarina



A Epagri possui uma ação extensionista de acompanhamentos de resultados das tecnologias e técnicas agrícolas produzindo ações diretas com os produtores rurais. Atua em diferentes segmentos que variam entre as análises laboratoriais, centros meteorológicos e oferecimento de cursos profissionalizantes. Os cursos profissionalizantes oferecidos pela Epagri, o Programa Catarinense de Profissionalização de Produtores Rurais e Pescadores, foi criado pelo Governo de Santa Catarina através da Lei no 8.194, de 18 de dezembro de 1990. O Programa tem por objetivos capacitar, através de cursos profissionalizantes, agricultores, pescadores e suas famílias em tecnologia agropecuária, pesqueira, artesanal e gerencial. Os cursos profissionalizantes oferecidos aos produtores são assim discriminados:

- **Agregação de valor:** aumentar a participação do produtor rural e do pescador artesanal na renda gerada pela cadeia produtiva, através da agregação de valor.
- **Agroecologia:** estimular sistemas de produção agropecuários, baseados em práticas agroecológicas, visando a produção de alimentos orgânicos, redução dos custos de produção, preservação dos recursos naturais e proteção ambiental.
- **Agrometeorologia:** conhecer a variabilidade climática e suas interações com o meio, permitindo o melhor planejamento agrícola dentro das flutuações climáticas e do tempo.
- **Aquicultura e pesca:** gerar e tecnologias, visando o desenvolvimento sustentável da quicultura e da pesca, atuando no ordenamento da atividade; no apoio à organização dos piscicultores, maricultores e pescadores; na adequação de sistemas de produção e aumento da produtividade e na viabilização de comercialização e mercados.
- **Apicultura:** promover o desenvolvimento sustentável da apicultura catarinense, visando o aumento da produção e produtividade através de melhoramento genético, prestação de serviços na produção de cera alveolada, produção de rainhas selecionadas e estudo da flora apícola de Santa Catarina.
- **Arroz:** desenvolver e recomendar aos agricultores tecnologias que contribuam para a melhoria da competitividade do arroz catarinense.
- **Batata, mandioca e cebola:** gerar tecnologias agropecuárias, adequando e modificando o sistema de produção, visando aumentar a competitividade da batata, cebola e mandioca, através do modelo de desenvolvimento rural sustentável.
- **Desenvolvimento municipal:** propiciar, através de apoio técnico aos municípios, o processo participativo de planejamento das atividades rurais economicamente viáveis, visando a utilização sustentável dos recursos ambientais.
- **Educação ambiental:** promover ações de sensibilização e de comprometimento da população rural e pesqueira com a justiça social, solidariedade e cidadania, bem como com a preservação, recuperação e manejo ambiental.
- **Estudos básicos:** identificar e caracterizar os problemas ambientais e sócioeconômicos de cada região, buscando a formulação de alternativas viáveis.

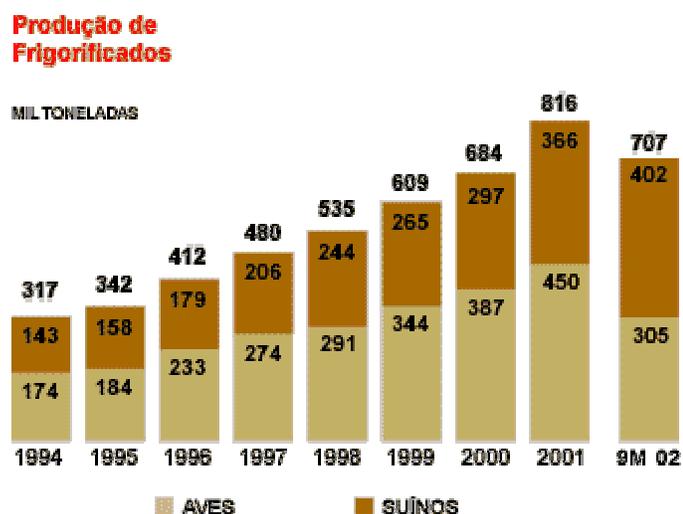
- **Estudos de mercado:** produzir e difundir informações e tendências de mercado, preferências do consumidor, detectando novas alternativas potenciais para subsidiar a tomada de decisão do agricultor familiar.
- **Fruticultura temperada:** desenvolver tecnologias que visem a melhoria da qualidade e da produtividade das fruteiras de clima temperado a um custo de produção que as mantenham competitivas no mercado. Produzir frutas com o uso racional dos insumos agrícolas.
- **Fruticultura tropical:** estabelecer sistemas de produção que permitam a exploração racional e econômica de diversas fruteiras de clima tropical. Avaliar e indicar cultivares, gerar tecnologias nas áreas de práticas culturais, sanidade e fertilidade do solo para fruteiras de clima tropical.
- **Hortaliças:** gerar e difundir tecnologias de produção e comercialização de hortaliças, visando a sustentabilidade do sistema de produção e comercialização de hortaliças, visando a sustentabilidade do sistema de produção e a geração de renda e emprego no meio rural, através de meios de produção que garantam a qualidade e a competitividade das hortaliças e promovam o equilíbrio ambiental.
- **Manejo do solo:** gerar, adaptar e difundir técnicas de adubação verde, de rotação de culturas e de utilização racional de calagem e da adubação mineral e orgânica em sistemas de manejo conservacionista do solo, para as culturas de expressão econômica das unidades familiares de produção do Estado de Santa Catarina, com vistas à redução da degradação e à recuperação e manutenção da capacidade produtiva dos solos agrícolas.
- **Melhoria de sistemas:** divulgar novos sistemas de produção, com viabilidade econômica tendo sempre em vista os cuidados ecológicos e ambientais.
- **Milho e feijão:** gerar, desenvolver e difundir técnicas que minimizem fatores responsáveis pela baixa produtividade das culturas de milho e feijão, por meio da obtenção/recomendação de cultivares melhor adaptadas às condições de cultivo das regiões produtoras, do desenvolvimento de sistemas de cultivos agroeconomicamente viáveis e de estudos de doenças e pragas agrícolas.

- **Pecuária:** desenvolver, adaptar e difundir tecnologias necessárias para o desenvolvimento sustentável da pecuária catarinense, nas áreas de plantas forrageiras, nutrição, saúde, reprodução e manejo animal.
- **Plantas medicinais, aromáticas e ornamentais:** introduzir, avaliar e aclimatar espécies medicinais e ornamentais; desenvolver técnicas agronômicas que viabilizem a produção de mudas e de matéria-prima medicinal, aromática, ornamental; organizar os produtos e desenvolver o mercado de plantas medicinais e aromáticas.
- **Profissionalização:** capacitar e profissionalizar as famílias rurais e pesqueiras nos aspectos técnico, sócioeconômico, ambiental e gerencial, através de processos educativos, dotando-as de novos conhecimentos e habilidades.
- **Recursos florestais:** desenvolver e difundir tecnologias para o desenvolvimento florestal, oferecendo alternativas para as áreas inaptas para a agricultura, gerando empregos nas comunidades rurais.
- **Recursos hídricos:** realizar o levantamento e o monitoramento dos recursos hídricos estaduais; montar um sistema de informações de recursos hídricos; gerar informações para uso racional da tecnologia de irrigação e drenagem; gerar conhecimentos técnicos-científicos para subsidiar os projetos de educação ambiental e adoção de tecnologias e assessorar a elaboração de projetos de irrigação e drenagem.
- **Sementes e mudas:** aumentar a produção de germoplasmas com alta sanidade, visando melhorar a produtividade, qualidade e competitividade das culturas de interesse social e econômico para o Estado de Santa Catarina.

A Perdigão³², fundada em 1934, em Videira, estado de Santa Catarina, é a segunda maior produtora de aves e suínos do Brasil. Sua atuação é concentrada na criação, produção, abate, industrialização e distribuição de produtos de origem animal, massas congeladas, soja e seus derivados, e distribuição de vegetais congelados. Sua estrutura

³² Dados retirados do site www.perdigão.com.br

administrativa é composta de 13 unidades industriais localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás, e 20 centros de distribuição próprios e cinco escritórios no exterior, contando com mais de 23 mil funcionários. A Empresa movimentou R\$ 2,8 bilhões de reais em 2001, negociando 800 mil toneladas de carnes e obtendo um lucro de R\$ 168 milhões. Em 2002 exportou 339 mil toneladas para mais de 70 países. Em setembro de 1994, o controle acionário foi adquirido por um "pool" de Fundos de Pensão que deu origem a uma empresa de capital aberto - Perdigão S/A - e a uma empresa operacional - Perdigão Agroindustrial S/A.



A empresa também investiu nos últimos anos no aperfeiçoamento da sua estrutura administrativa, construindo uma plataforma informatizada que a habilita hoje a iniciar operações no business to business e propicia atuar futuramente nas diversas modalidades de e-commerce. Todas as áreas estratégicas da Empresa estão interconectadas pelo R3 da SAP. A Perdigão implantou, entre 1995 e 1999, um Projeto de Otimização das unidades industriais, aumentando a capacidade produtiva das fábricas em 50% com um investimento de R\$ 272 milhões. A empresa possui em Videira (SC), um Centro de Tecnologia de Carnes, trabalhando na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

A Perdigão está investindo na cidade de Rio Verde no estado de Goiás em um novo empreendimento, denominado Projeto Buritis, com potencial para se constituir em

uma das maiores produtoras de grãos do Brasil e um dos maiores complexos agroindustriais do mundo e vem operando desde junho de 2000. A empresa aponta que esse projeto dimensionado para ampliar em 30% a capacidade atual de produção de frigorificadões e gerar um faturamento de cerca de R\$700 milhões, em 2003, quando estiver operando a plena capacidade. No total, estão sendo investidos R\$550 milhões no complexo, sendo R\$400 milhões efetuados pela Perdigão e o restante pelos produtores rurais e transportadores integrados. Em 2003, quando estiver operando com plena capacidade, o novo complexo irá desconcentrar a produção nas unidades do Sul. O Projeto Buritis é um dos exemplos da experiência de produção integrada no ramo da agroindústria no Brasil.

As relações entre a história da educação dos pequenos produtores rurais envolvidos na produção integrada articulados às transformações estruturais do capitalismo monopolista tem sido pouco investigada no Brasil. Apesar do caráter preliminar que apresentamos os resultados de nossas pesquisas em virtude, principalmente, do pouco tempo para o seu desenvolvimento, permite-nos a elaboração de algumas hipóteses que acreditamos poderão influenciar o surgimento de novas pesquisas.

Partimos da hipótese que a estrutura da produção integrada foi elaborada sob forte influência do toyotismo. Até então, boa parte das pesquisas sobre a inserção do toyotismo no Brasil³³ apontam o processo para a segunda metade da década de 1980. Podemos dizer que o toyotismo no país não ocorreu de forma completa, mas sim, com a utilização das empresas de algumas de suas características como estrutura administrativa, estratégias de produção e vendas, etc. O toyotismo no país, nunca ofereceu aos trabalhadores uma política de emprego vitalício a exemplo do Japão. As formas de organização técnica das empresas nacionais consistem em um mesclar de características toyotistas e fordistas, cujos alicerces ainda estão presentes no taylorismo, variando de acordo com a região em que está inserida e, principalmente, da resistência dos movimentos sociais. As pesquisas realizadas sobre as transformações na organização técnica da produção capitalista no país tomaram como referência às mudanças nas indústrias metalúrgicas. O ABCD paulista foi o grande alvo de investigações. Sendo o toyotismo utilizado como uma das respostas dos homens de negócios para superar a crise do capitalismo no final dos anos sessenta, as transformações

³³ Entre as pesquisas que discutem o toyotismo no Brasil estão Antunes (1995), Soares (1998), Faria (1995), Hirata (1993), Salermo (1993), Gitahy (1994), Castro (1990, 1994 e 1995), Brescianni (1997), entre outros.

na organização técnica na indústria automobilística nacional se transformaram no centro das discussões.

Porém, ao contrário do que os estudos apontam sobre a inserção do toyotismo no Brasil na segunda metade dos anos oitenta, verificamos que, considerando a influência do toyotismo na estrutura organizacional das empresas integradas, o mesmo começou a ser implantado no país aproximadamente 20 anos antes do que as pesquisas afirmavam. A Perdigão é um exemplo, desenvolvendo a sua primeira experiência em produção integrada no ano de 1966 com o desenvolvimento de parceria com produtores integrados na produção de aves. A Sadia realizou sua primeira experiência em 1961. Ao invés do toyotismo chegar no país via indústria de automóveis, como se esperava, foi a agroindústria em um olhar dialético aos movimentos estruturais do capitalismo monopolista que utilizou em sua forma de organização as primeiras experiências de produção toyotistas.

Ainda com referência às formas de organização técnica da produção, as empresas japonesas organizadas de acordo com os princípios do toyotismo elaboram relações as quais as empresas mães exercem forte influência nas empresas menores presentes na cadeia produtiva. As mesmas enviam técnicos que exercem rígido controle nas características técnicas das mercadorias em produção. Técnicos que determinam mudanças operacionais, correções administrativas e que tem poder de decisão na hierarquia das empresas satélite superior aos próprios técnicos dessas empresas. Da mesma forma, no ramo agroindustrial do Brasil, a integração ocorre dentro de uma relação em que a “empresa mãe” desenvolve uma relação com os produtores em que determina o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Essa forma de organização concretiza uma relação com os pequenos produtores em que as técnicas de criação de animais são desenvolvidas com rígido controle da empresa mãe. Os técnicos da empresa mãe são incumbidos de treinar os pequenos produtores. Um treinamento voltado para a transmissão de conteúdos e procedimentos que esvazia sistematicamente a independência e o saber dos produtores. Seu objetivo é integrar as atividades do produtor aos interesses da empresa mãe. As empresas mães ao atuarem dessa forma, se articulam ao movimento do capital monopólico que não destrói a pequena propriedade rural, mas a recria sobre outras formas de atuação.

Essa forma de treinamento profissional, presente nas fronteiras da capacitação profissional, proporciona uma relação em que a atuação do produtor rural vai se transformando radicalmente. Há de se convir que a própria noção de “integrado” tem um apelo maior do que realmente representa. O “estar integrado” significa fazer parte de algo maior, uma socialização de interesses e conhecimentos, uma partilha de desafios e resultados. Porém, o processo é mais complexo do que aparenta ser. Ao invés de uma parceria de resultados, o que se desenvolve é uma relação de rígido controle dos técnicos da Perdigão sobre todas as etapas do processo produtivo. A criação de aves é um exemplo. Os produtores são obrigados a adquirir ração da empresa mãe. Os processos de produção são informatizados propiciando o controle de todos os lotes produzidos. Os produtores não possuem liberdade de participar nos rumos do negócio, atuando apenas como pertencentes à cadeia produtiva. O “estar integrado” proporciona a consolidação de uma grande linha de produção rural que envolve mais atores e transcende os muros das fábricas. O produtor rural perde a independência tornando-se totalmente subordinado aos interesses do capital. Consolida-se o princípio do Neotaylorismo, uma expressão de desqualificação profissional para além do taylorismo, que desqualifica, tanto a maioria dos trabalhadores da Perdigão que se vêem mais distantes ainda da tecnologia do processo produtivo, como os produtores que além de proletarizados estão tendo sua profissão esvaziada de conteúdo.

Ao mesmo tempo, em um movimento contraditório, da mesma forma que os técnicos das empresas maiores treinam os pequenos produtores, esperam obter informações baseadas na experiência que são fundamentais para o aprimoramento do processo produtivo como um todo. É o que discutimos em Lucena (2001) o qual denominamos como conhecimento tácito. A realização do trabalho concreto possui os seus mistérios. Toda organização produtiva implica disponibilidade de trabalhadores dotados de atitudes, conhecimentos, capacidades, experiências e saberes, as denominadas qualificações laborais que caracterizam o valor de uso da força de trabalho adquirida.

Elas se desenvolvem de forma empírica, através de um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a atividade laboral. É dificilmente codificável o que dificulta a sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo. O desenvolvimento das tarefas apresenta incertezas técnicas e organizacionais que obrigam o

trabalhador a adotar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. O trabalhador modifica constantemente o conteúdo do trabalho, a tarefa, a utilização da ferramenta, a administração do tempo, etc. O conhecimento tácito é a fonte em que o trabalho real se alimenta e se efetiva.

Esse conhecimento não tem merecido o enfoque necessário, em virtude da dificuldade de o mesmo se expressar. Esses saberes jamais ganharam legitimação que os validasse tanto do ponto de vista epistemológico como, também, econômico, social, político e cultural. Tanto na empresa integrada como na flexível, esta continua a ser a regra. O que distingue o saber da concepção e o que lhe dá legitimidade é a sua formalização, sancionada por um conhecimento social e epistemologicamente reconhecido – materializado num diploma de curso superior – e é por essa virtude que ele se apresenta como não comparável àquele desenvolvido na execução. A incapacidade de formalização que caracteriza o saber da fábrica baseia-se no princípio de equivalência entre linguagem e cultura. O mesmo supõe que o que não é simbolizado, formalizado, equivale a uma falta de cultura. A formalização entendida nessa perspectiva tem como referência uma linguagem própria ao saber já formalizado, e uma idéia de cultura que aponta para a incultura como uma falha de linguagem.

A relação das empresas com o conhecimento tácito é contraditório. A aceitação ou não desses saberes é algo que pode eximi-las de responsabilidades sociais sobre os riscos de sua produção. Se, por um lado, sua aceitação atenta contra um dos princípios da produção capitalista que é o controle total e absoluto da produção pelos gestores do capital, por outro, sua negação consiste num “lavar as mãos” do empresariado em face dos insucessos da produção. Qualquer acidente do trabalho, dano ao meio ambiente, ou problema de funcionamento nas máquinas é atribuído à falha humana, ou seja, à incompetência individual de um ou mais trabalhadores que não cumpriram as determinações da empresa. As empresas, enquanto obtém lucro com as constantes inovações do trabalho, se dão por satisfeita, pois o sucesso de algo que não existe só é tangível pelo conhecimento que é reconhecido. Quando dão certo, e garantem o aumento da produtividade, são atribuídos ao saber reconhecido, aqueles formulados pela engenharia. Em caso de insucesso, como o conhecimento “não existe e não é aceito”, são encarados como obras de desleixo e rebeldia.

Por outro lado, o debate sobre a qualificação profissional possui uma outra dimensão. A qualificação profissional é um conceito de maior abrangência. Em Lucena (2001) afirmamos que o trabalhador qualificado é aquele que constrói uma relação que vai além do desenvolvimento da técnica. Qualificação significa acesso à ciência e a tecnologia. Qualificação é sinônimo de qualidade de vida, cultura, etc. A qualificação não se confunde com o desemprego como de “responsabilidade e competência individual”, até porque é um fenômeno coletivo. Ser qualificado significa compreender a importância e os limites do seu conhecimento na organização técnica e social da produção capitalista. O trabalhador qualificado é aquele que possui uma sólida percepção da sua situação de classe social, sendo fundamental a ação dos movimentos sociais. A qualificação, muita além do tecnicismo, é um fenômeno político que representa a construção de uma consciência dos trabalhadores que visualiza o seu próprio saber como uma ferramenta de resistência e de lutas sociais. A discussão do saber operário como um mero critério técnico – denominado como capacitação – permite que o capital faça o saber dos trabalhadores voltar-se contra os próprios trabalhadores, apropriando-se historicamente do seu conteúdo e perpetuando o trabalho alienado.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi concluída para efeitos de elaboração do presente relatório. Está muito longe, porém, de minimamente cercar o tema trabalho e educação e as possibilidades abertas em relação ao debate sobre a qualificação dos trabalhadores.

O debate sobre a qualificação e a capacitação dos trabalhadores deve levar em conta alguns fatores. Esses termos – qualificação e capacitação – apesar de serem usados como equivalentes, não os entendemos como sinônimos. Lucena (2001) debateu essa questão, explicitando que a noção de capacitação profissional consiste no simples treinamento para o exercício profissional. É algo que está nos limites do adestramento fabril. As empresas não precisam do ensino formal para esse processo. Em virtude das constantes transformações tecnológicas, cabe às mesmas permanentemente viabilizarem o treinamento de sua força de trabalho. O fato dos trabalhadores realizarem tarefas mais ou menos complexas não significa que se elevou a sua sabedoria, ao contrário, pois o labor permanece no interior das fronteiras do trabalho alienado.

Nos estudos preliminares realizados nesta pesquisa - “Educação, formação profissional e empregabilidade em CAÇADOR – SC” -, verificamos esta tendência, presente inclusive na Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina), unidade de Caçador-SC, bem como na unidade da Perdigão em Videira - SC.

A Epagri foi visitada por oferecer cursos e assessoria técnica a produtores rurais e piscicultores de toda região de Caçador. A Perdigão nos interessou por hegemonizar, na região, o sistema de produção integrada entre indústria e produtores rurais. A Epagri possui uma ação extensionista voltada para a pesquisa, transferência e acompanhamento de

tecnologias e técnicas agrícolas e criatórias, com perceptíveis resultados de suas ações junto aos produtores rurais da região objeto de investigação. Atua em diferentes segmentos, tais como: análises laboratoriais; implantação e gerenciamento de centros meteorológicos; oferecimento de cursos profissionalizantes e treinamentos a produtores rurais. Os cursos e treinamentos profissionalizantes oferecidos pela Epagri respondem ao Programa Catarinense de Profissionalização de Produtores Rurais e Pescadores, criado pelo Governo de Santa Catarina através da Lei no 8.194, de 18 de dezembro de 1990. O Programa tem por objetivo capacitar agricultores, pescadores e suas famílias em tecnologia agropecuária, pesqueira, artesanal e gerencial. A variedade desses cursos é substantivamente grande, entre os quais: Agregação de valor; Agroecologia; Agrometeorologia; Aquicultura e pesca; Apicultura; Arroz, Batata, mandioca e cebola; Desenvolvimento municipal, Educação ambiental; Estudos básicos; Estudos de mercado; Fruticultura temperada; Fruticultura tropical; Hortaliças; Manejo do solo; Melhoria de sistemas; Milho e feijão; Pecuária; Plantas medicinais, aromáticas e ornamentais; Profissionalização; Recursos florestais; Recursos hídricos; e Sementes e mudas.

A Perdigão³⁴ foi fundada em 1934, no município de Videira, Estado de Santa Catarina, sendo atualmente a segunda maior produtora de aves e suínos do Brasil. Sua atuação é concentrada na criação, produção, abate, industrialização e distribuição de produtos de origem animal, massas congeladas, soja e seus derivados, e distribuição de vegetais congelados. Sua estrutura administrativa é composta de 13 unidades industriais localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás e 20 centros de distribuição próprios e cinco escritórios no exterior. Conta com mais de 23 mil funcionários diretos. A Empresa movimentou R\$ 2,8 bilhões de reais em 2001, negociando 800 mil toneladas de carnes e obtendo um lucro de R\$ 168 milhões. Em 2002 exportou 339 mil toneladas para mais de 70 países. Em setembro de 1994, o controle acionário foi adquirido por um "pool" de Fundos de Pensão que deu origem a uma empresa de capital aberto - Perdigão S/A - e a uma empresa operacional - Perdigão Agroindustrial S/A.

A empresa investiu nos últimos anos no aperfeiçoamento da sua estrutura administrativa, construindo uma plataforma informatizada que a habilita, hoje, a iniciar

³⁴ Dados retirados do site <http://www.perdigão.com.br/>

operações no business to business e proximamente nas diversas modalidades de e-commerce (comércio eletrônico, via internet). Todas as áreas estratégicas da Empresa estão interconectadas pelo R3 da SAP. A Perdigão implantou, entre 1995 e 1999, um Projeto de Otimização das unidades industriais, aumentando a capacidade produtiva das fábricas em 50%, com um investimento de R\$ 272 milhões.

A empresa acabou sendo incluída na pesquisa por sua importância para os produtores rurais de Caçador – SC. A unidade produtiva à qual os produtores rurais se vinculam, principalmente como integrados, é a de Videira, onde a empresa possui um Centro de Tecnologia de Carnes, trabalhando na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Não houve condições de aprofundarmos os estudos sobre a produção agroindustrial integrada em sua articulação com as transformações estruturais do capitalismo monopolista, particularmente no que diz respeito à qualificação profissional dos produtores rurais envolvidos. Apesar de já existir um grande acúmulo de estudos e discussões sobre a produção integrada rural no âmbito da Economia e da Sociologia Rural, trata-se de tema ainda a ser investigado na área de Educação, especialmente no que diz respeito à formação profissional dos trabalhadores rurais.

Os estudos históricos que realizamos sobre a formação profissional no setor agroindustrial na região oeste catarinense aponta para uma situação que merece novos e aprofundados estudos: se as informações da Perdigão forem procedentes, o setor agroindustrial foi um dos primeiros a introduzir, juntamente com a estrutura da produção integrada, as bases do toyotismo no Brasil. Como os resultados obtidos ainda são de caráter preliminar, novos e mais profundos estudos precisam ser feitos, pois a comprovação dessa informação pode trazer implicações quanto ao período e a forma como ocorreu a chegada das tecnologias de produção japonesa no Brasil. As pesquisas sobre as transformações na organização técnica da produção capitalista no Brasil geralmente tomam como referência as indústrias metalúrgicas, principalmente tendo o ABCD paulista como objeto das investigações. Sendo o toyotismo utilizado como uma das respostas para a superação da crise do capitalismo monopolista no final dos anos sessenta, as mudanças na organização técnica na indústria automobilística nacional se transformaram no centro das discussões.

Porém, ao contrário do que os estudos apontam sobre a introdução do toyotismo no Brasil na segunda metade dos anos oitenta, verificamos que, considerando a influência do toyotismo na estrutura organizacional das empresas integradas, este começou a ser implantado na produção agroindustrial brasileira aproximadamente 20 anos antes de sua introdução no setor metalúrgico e automobilístico.

Os relatos históricos da Perdigão informam que a sua primeira experiência em produção integrada começou a se dar a partir do ano de 1966, com o desenvolvimento de parceria com produtores integrados na produção de aves. Essa empresa não foi pioneira na implementação dessa estrutura e organização produtiva, pois as informações coletadas informam que a Sadia iniciou as experiências de integração na criação de aves em 1961. Se essas informações estiverem corretas, ao invés do toyotismo chegar no país através das indústrias metalúrgicas e automotivas, foi o setor agroindustrial quem introduziu as primeiras experiências de produção toyotista no Brasil.

Ainda com referência às formas de organização técnica da produção, merece destaque que as empresas japonesas, organizadas de acordo com os princípios do toyotismo, elaboram relações em que as empresas mães exercem forte influência nas empresas satélites presentes na cadeia produtiva. As mesmas enviam técnicos que exercem rígido controle nas características técnicas das mercadorias em produção. São esses técnicos que determinam mudanças operacionais, correções administrativas e que tem poder de decisão na hierarquia superior aos próprios técnicos das empresas satélites. Da mesma forma, no seguimento agroindustrial investigado na região de Caçador, a integração ocorre dentro de uma relação em que a “empresa mãe” desenvolve uma relação com os produtores onde a empresa integradora determina o que produzir, como produzir e para quem produzir. Essa forma de organização desenvolve uma relação com os pequenos produtores em que as técnicas de criação de animais são desenvolvidas com rígido controle da empresa mãe. Seus técnicos é que são incumbidos de treinarem os pequenos produtores. Um treinamento voltado para a transmissão de conteúdos e procedimentos que esvazia sistematicamente a independência e o saber dos produtores. Seu objetivo é integrar as atividades do produtor aos interesses da empresa mãe. Ao atuar dessa forma, a nova agroindústria se articula ao movimento do capital monopólico que não destrói a pequena propriedade rural, mas a recria sob outras formas de atuação.

Essa forma de treinamento profissional, presente nas fronteiras da capacitação profissional, proporciona uma relação que tende a transformar radicalmente a atuação do produtor rural. Há de se convir que a própria noção de “integrado” tem um apelo maior do que realmente representa. O “estar integrado” significa fazer parte de algo maior, uma socialização de interesses e conhecimentos, uma partilha de desafios e resultados. O processo, porém, é muito mais complexo do que aparenta ser. Ao invés de uma parceria de resultados, o que se desenvolve é um rígido controle técnico imposto aos produtores em todas as etapas do processo produtivo. A criação de aves é um exemplo. Os processos de produção são informatizados propiciando o controle de todos os lotes produzidos. Os produtores não possuem liberdade de participar nos rumos do negócio, atuando apenas como pertencentes à cadeia produtiva. O “estar integrado” proporciona a consolidação de uma grande linha de produção rural que envolve mais atores e transcende os muros das fábricas. O produtor rural perde a independência tornando-se totalmente subordinado aos interesses do capital.

Em um movimento contraditório, da mesma forma que os técnicos das empresas maiores treinam os pequenos produtores, através desses mesmos técnicos as empresas esperam obter informações baseadas na experiência que são fundamentais para o aprimoramento do processo produtivo como um todo. É o que se denomina como conhecimento tácito: um conhecimento que se desenvolve de forma empírica, através de um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a atividade laboral. Um conhecimento dificilmente codificável, mas extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo.

Entendemos que esse processo, ainda em curso, consolida o princípio de um neotaylorismo que não passa de uma expressão de desqualificação profissional para além do taylorismo, que desqualifica, tanto os técnicos da Perdigão que se vêem mais distantes ainda da tecnologia do processo produtivo, como os produtores que além de proletarizados estão tendo sua profissão esvaziada de conteúdo.

A pesquisa desenvolvida aponta para uma crescente precarização dos produtores rurais no Estado de Santa Catarina. Não só pela consolidação de baixos índices escolares dos trabalhadores, como por processos que desqualificam os trabalhadores retirando o

conteúdo do seu trabalho e instaurando uma forma de gestão empresarial, cujos alicerces ainda são o taylorismo.

Na prática, a perspectiva toyotista aqui implementada e adequada ao “jeitinho brasileiro”, só discursivamente conclama a necessidade de elevada qualificação e escolarização, pois na prática a qualificação e escolaridade exigidas não são homogêneas, mas sim heterogêneas. Embora em alguns setores produtivos precisa-se realmente de qualificação diferenciada, em outros a qualificação é um mero requisito ideológico utilizado para dividir os trabalhadores. Em regiões do Brasil onde existe um exército de reserva de trabalhadores com melhor formação escolar, os homens de negócio contratam trabalhadores com maior nível de escolaridade mesmo que não seja uma necessidade objetiva para o desenvolvimento das funções. Ao mesmo tempo, em regiões onde o nível de escolaridade dos trabalhadores é mais baixo, as contratações não obedecem a critérios de formação educacional para a obtenção do emprego.

Essa desvinculação entre a escolaridade e qualificação do trabalhador como pressuposto para a empregabilidade foi empiricamente ensejada pela análise do perfil dos trabalhadores das indústrias do município de Caçador, no Estado de Santa Catarina, objeto da pesquisa aqui relatado. Apesar do caráter preliminar do trabalho desenvolvido, implicando, inclusive, na necessidade de um maior aprofundamento da questão em discussão, as entrevistas realizadas com empregadores e empregados de empresas da região, demonstraram a existência de um nível de automação semelhante a centros industriais mais desenvolvidos, notadamente em setores como a agroindústria, o complexo industrial da madeira e metalurgia. Os dados obtidos revelam uma situação inequívoca quanto a escolaridade como necessidade para a empregabilidade: a maioria dos trabalhadores empregados possui apenas as quatro séries iniciais do ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. São Paulo: FEA/USP, 1998. 20p.

- ABRAMOVAY, R. *Comentário de Ricardo Abramovay*_ (ao texto: a irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola de Claus Germer). São Paulo: USP-FEA, 1996. Trabalho apresentado no Seminário de Economia Política da Agricultura, Campinas, IE/UNICAMP, 1996.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. Um aspecto da economia de Santa Catarina. A economia ervateira. O estudo da Companhia Industrial. Florianópolis: UFSC, 1979. (Dissertação de Mestrado).
- ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*_ 2a . edição. - Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. 220p.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* - Campinas: Ed. Cortez, 1995. 155p.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. - São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258p.
- ARON. R. *As etapas do pensamento sociológico*. SP: Martins Fontes, 1997.
- ARROYO, M. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, T. T. da (org.) *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- AURAS, Marli. *A Guerra Sertaneja do Contestado: organização da irmandade cabocla*. Florianópolis : Cortez, 1984.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis : UFSC, 1995.
- AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858 - Segunda Parte*. Rio: INL, 1953. p. 251.
- BAUMAN. Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. R.J.: Zahar Editores, 1999.
- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?*. São Paulo: Boitempo, 2000. 98p.
- BIHR, Alan. *Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise*_ São Paulo : Boitempo Editorial, 1998. 287p.
- BLEICHUVEL, Ecleides de Fátima. Duas instituições e um projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina (1917-1945). Porto Alegre : PUC do Rio Grande do Sul, 2000 (Dissertação de Mestrado em História).

- BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense*. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- BRAVERMAM, H. *Trabalho e Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro : Zahar, 1980. 379p.
- BRESCIANNI, Luís Paulo, Os Desejos e o Limite: Reestruturação Industrial e Ação Sindical no Complexo Automotivo Brasileiro, In Leite, Márcia de Paula, *O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil*, Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1997. p. 31-111.
- BRYAN, Newton Antonio P. *Educação, Trabalho e Tecnologia em Marx*. Texto para Discussão. Campinas: UNICAMP, FAE, DASE. 39p.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues, SANTOS, Silvio Coelhos dos, et. al. *Povo e Tradição em Santa Catarina*. Florianópolis: Edeme, 1971.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. João Maria – interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo : Nacional, 1960.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro : Vozes, 1998. Parte VII, p.415-494.
- CASTRO, N. A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japaização de ocasião? *Novos estudos CEBRAP*, n.37, 1993
- CASTRO, N. A. Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva. *Revista São Paulo em Perspectiva*. V. 8, N. 1, 1994.
- CASTRO, N. A.; GUIMARÃES, A. S. A. *Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90*. Lua Nova, n.22, 1990.
- CHESNAIS, François. O Capitalismo de Fim de Século, In COGGIOLA et. alli. *Globalização e Socialismo*. São Paulo : Xamã, 1997. p. 7-34.
- CICHERO, Lorenzo. *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925)*. Porto Alegre, 1925.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar ao Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*; Tradução de Emerson S. da Silva. - Rio de Janeiro : Revan : UFRJ, 1994. 209p.
- CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1982.

- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Por uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina.** Chapecó : UNOESC, 1995.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo.* Tradução de Lea Manzi. Rio de Janeiro : Sextante, 2000.
- DELGADO, G. C. da. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.* S.P, Editora Hucitec, 1985, 240p.
- DOWBOR, L. *A Reprodução Social.* São Paulo, 1997. Mimeo. 124p.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Santa Catarina.* v. XXXII. Rio: IBGE, 1959.
- ENGELS, F. *A Dialética da Natureza.* São Paulo : Paz e Terra, 1987. Apêndice, pp. 215-238.
- FARIA, Maria da Graça Druck, *Terceirização: (Des) Fordizando a Fábrica.* – Campinas, São Paulo: Tese de Doutorado, Unicamp, 1995.
- FERRETI, Celso João, SILVA JÚNIOR, João dos Reis e SALES, Maria Rita N. *Trabalho, formação e currículo: para em que vai a escola?* SP : Xamã, 1999.
- FRIGOTTO, G. A Educação e Formação Técnico-Profissional Frente à Globalização Excludente e o Desemprego Estrutural. In In SILVA, H. S. *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização.* São Paulo: Vozes, 1999. p.218-238.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva.* SP: Cortez, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real.* 4.ed. São Paulo : Cortez, 2000.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade.* São Paulo: Unesp, 1991. 177p.
- GITAYI, L. Inovação Tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. In *São Paulo em Perspectiva.* V.8, n. 1. 1994.
- GOODMAN, D.; WATTS, M. *Globalising food: agrarian question and global restructuring.* London: Routledge, 1997. 381p.
- GOODMAN, D.; WATTS, M. Reconfiguring the rural or fording the divide?: capitalist restructuring and the global agro-food system. *The Journal of Peasant Studies*, v. 22, n. 1, pp. 1-49, Oct. 1994.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo.* Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987. 203p.

- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. S.P. Boitempo Editorial, 1999. 117p.
- GRAZIANO da SILVA, J. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M. A. da; VILELA, S. L. de O. ed. *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998. pp. 29-42
- GRAZIANO da SILVA, J. *A Modernização Dolorosa*. R.J. Zahar ed., 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et alli. *O Emprego Rural e a "Commoditização" do Espaço Agrário*. Mimeo, 1997.
- GRAZIANO da SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia Rural, 34, 1996, Aracaju – SE. *Anais...* Aracaju, SE: SOBER, 1996. pp. 71-90.
- GRAZIANO da SILVA, J. Urbanização e Pobreza no Campo. In: RAMOS, P. e REYDON, B.P. (Org.) *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas, Edições ABRA, 1995. pp. 127-150.
- Guia do Estado de Santa Catarina de 1938*. Florianópolis: Livraria Central, de Alberto Entres, 1935.
- Guia do Estado de Santa Catarina de 1938. Industria Extrativa*. Florianópolis: Livraria Central, de Alberto Entres, Suplemento para o ano de 1938.
- Guia do Estado de Santa Catarina de 1941. v. 1 Industria Extrativa et v. 2 Parte Commercial*. Florianópolis: Livraria Central, de Alberto Entres, 1941.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto ideologia. In.: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. *Textos escolhidos*. Trad. Zeljiko Loparic e Andréa Maria Altino de Campo Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980. P. 313 — 343. (Original alemão) (Coleção Os pensadores).
- HABERMAS, Jürgen. Trabalho e Interacção: notas sobre a filosofia do espírito de Hegel em Iena. In.: *Técnica e ciência como "Ideologia"*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997. P. 11 — 43. (Original alemão).
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*, 6 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 1996. 349 p.

- HAYEK, Friedrich A. *O Caminho da Servidão*, 2 ed. - São Paulo: Editora Globo, 1977. 234p.
- HEINSFELD, Adelar. A Questão de Palmas entre o Brasil e a Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe. Joaçaba : UNOESC, 1997.
- HIRATA. H. Novos modelos de produção, qualidade, produtividade. In *DIEESE, Os trabalhadores e o programa brasileiro de qualidade e produtividade*, n.1., set./1994, 1994, p.39-49.
- HIRATA. H. *Sobre o “modelo japonês”*. SP: Edusp, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A Era do Capital 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 459p.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914 -1991*. São Paulo : Companhia de Letras, 1998. 598p.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios 1875 -1914*; Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546p.
- HOLLOWAY, John. PELÁEZ, Eloína. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. In *Revista Outubro*. São Paulo : 1998, n° 2. pp.21-30.
- HOMEM DE MELLO, F. *Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso?* S.P., E.E. Fipe/Pioneira. 1985, 200p
- IANNI, Octávio. *A Era do Globalismo*, 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997. 225p.
- JOLLIVET, M. Le développement local, mode ou mouvement social? In: *Société Française d’Economie Rurale*, Paris, oct. 1984.
- JOLLIVET, M.; EIZNER, N. org. *L’Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996. 399 p.
- KAGEYAMA, A et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In Delgado, G.; Gasqueus, J. G. e Villa Verde, G. M. *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília, IPEA, n° 127, 1990, pp. 108-225.
- KUENSER. A. *Educação e trabalho no Brasil: O estado da questão*. Brasília: INEP/MEC, 1987.
- KUENSER. A. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995. 205p.

- KUENZER, A.Z. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação e Sociedade**. Campinas, a. XXI, n. 70, p. abr. 2000.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2ª ed. SP : Perspectiva, 1978.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 394p.
- LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: a Terra, o Homem, a Economia*. Florianópolis: 1968.
- LAGO, Paulo Fernando. *Gente da Terra Catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1988.
- LAURENTI, A. C. A Terceirização da execução dos trabalhos diretos na agricultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju-SE. *Anais...*: Aracaju-SE, SOBER, 1996. pp. 15-50.
- LÊNIN, Vladimir Ilich - *O imperialismo: fase superior do capitalismo*; tradução Olinto Beckerman. 4. ed. - São Paulo: Global, 1987. 127p.
- LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. Tradução Catherine Marie Matthieu. São Paulo : Nobel, 1988. 231p.
- LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval e SANFELICE, José Luis. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- LOWI. M. Habermas e Weber. In *Revista Crítica Marxista n.9*. SP: Xamã, 1999. pp. 79-86.
- LUCENA, C. A., LOMBARDI, J.C., FERRI C. Educação, qualificação profissional e empregabilidade em Caçador SC. *Anais da III Jornada do HISTEDBR*. Americana: Unisal, 2003
- LUCENA, Carlos A. *Os tempos Modernos do Capitalismo Monopolista: um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissional dos seus trabalhadores*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação : Unicamp, 2001.
- LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos - Crimes e Aberrações da Religiosidade dos nossos Caboclos*. Florianópolis: 1952.
- MACHADO, C. R. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. SP : Cortez, 1989.
- MACHADO, L. R. S. *Educação e Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Autores Associados, 1982. 154p.
- MARKERT, W. (org.). *Trabalho, qualificação e politecnia*. Campinas, SP : Papirus, 1996.
- MARSCHALL, *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. [Livro 4]

- MARSDEN, T. ; MURDOCH, J. *Reconstituting rurality: the changing countryside in an urban context*. London: UCL, 1994.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. *Journal of Rural Studies*, V. 11, n. 3, 1995. pp. 285-296.
- MARSDEN, T. Creating space for food: the distinctiveness of recent agrarian development. In: GOODMAN, D. ; WATTS. *Globalising food: agrarian question and global restructuring*. London: Routledge, 1997. pp. 169-191.
- MARSDEN, T. et alli. *Constructing the countryside*. London: UCL, 1993.
- MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. *Sociologia Ruralis*, V.32, n. 2/3, pp. 209-230, 1992.
- MARX, K. *Capítulo VI (inédito)*. São Paulo : Ciências Humanas, 1985. 169p.
- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857 ~ 1858*. Volume 2. 10 ed. Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- MARX, K. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 254p.
- MARX, K. *Miséria de la Filosofia*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987. 215p.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984. 305p.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*; Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988. 294p.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*; Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. 301p.
- MARX, K., ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. 119p.
- MARX, K., ENGELS, Friedrich. *Crítica da Educação e do Ensino*. Portugal : Moraes Editores, 1978. 265p.
- MELLO, A. F. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 286p.
- MÉSZARÓS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MÉSZARÓS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial: Editora da UNICAMP, 2002

- MÉSZARÓS, I. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. - São Paulo : Ensaio, 1996. 147p.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo : Duas Cidades, 1974.
- MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1989, 149p.
- NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*;_tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. pp. 86-95
- NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro : IBGE, 1981.
- NOGUEIRA, K. A. *Educação, saber e produção em Marx e Engels*. SP : Cortez, 1990.
- NOGUEIRA, P. H. Habermas e a não centralidade formativa do trabalho, uma crítica filosófica ao marxismo. Mímeo.
- OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado*_ São Paulo : Brasiliense, 1994. 322p.
- OLIVEIRA, M.R.N.S. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre a formação técnica e formação tecnológica. **Educação e Sociedade**. Campinas, a. XXI, n. 70, p.40-62, abr. 2000.
- ORO, Eliseu. *História de Descanso-SC*. Descanso: 1986.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- PINAZZA, L. A. A questão ambiental no agribusiness. In: SILVEIRA, M. A. da;
- POCHMANN. M. *O emprego na globalização*. S.P: Boitempo Editorial, 2001.
- POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: **Para uma história do oeste catarinense**. Chapecó : UNOESC, 1995.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do contestado** - 1911-1916. São Paulo : Ática, 1981.
- RAMOS, M.N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.23, n.80. p. 405-427, set.2002.
- REZENDE, G. C. *Agricultura e Ajuste Externo o Brasil: Novas Considerações*. R.J., PPE, 1989.

- RIBEIRO, Darci. Os Índios e a Civilização. Petrópolis : Vozes, 1977.
- RIESEMBERG, Alvir. *Nhá Marica, Minha Avó – um estudo de aculturação*. Curitiba: Roesner, 1969.
- ROLDÁN, M. *Globalización o Mundialización*. Argentina: Mundo Contemporáneo. 1999. Capítulo 2, pp.73-113.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820 1821)*. Rio de Janeiro : Ariel, 1935.
- SALERMO. R. S. *Reestruturação produtiva e sindicatos*. XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 1993.
- SALLES FILHO, S. L. M. & SILVEIRA, J. M. F. J. *Relações agricultura/indústria, complexos agroindustriais e a dinâmica concorrencial*. 1991
- SALM. C. *Escola e Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 112p
- SAVIANI, D. *Sobre a Concepção de Politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. 50p.
- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo : EPU : EDUSP, 1974.
- SCHREINER, Rudolpho W. *Palmitos 1926-1931 – Reminiscências de seu 1º Professor*. Trad. COLLISCHONN, Wolfgang Hans. Lajeado: 1996.
- SENAI. <http://www.sc.senai.br/educacao.jsp> (acesso em 01.02.2003).
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis e GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. *Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade*. SP : Xamã, 2001.
- SILVA, T.T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte : Autêntica, 1999.
- SOARES, J. L. *Sindicalismo no ABC paulista: reestruturação produtiva e parceria*. D.F.: Outubro – Centro de Educação Popular, 1998.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Ed. Zahar, R.J.,
- SUCHOLDOLSKI, B. *Teoria Marxista da educação*. Lisboa, Estampa, 1976.
- TADDEI, E. H. “Empregabilidade” e Formação Profissional: A “Nova” Face da Política Social da Europa. In SILVA, H. S. *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. São Paulo: Vozes, 1999. pp. 340-367.
- THOMÉ, Nilson. “As Mudanças, de Mala e Cuia”. In: THOMÉ, Nilson. *A Evolução do Novo Contestado. Aspectos Gerais da Evolução Social, Econômica e Cultural do*

- Povo do Contestado durante o Século XX, na configuração do Homem do Contestado Contemporâneo*. Caçador: UnC, 2003 (Inédito).
- THOMÉ, Nilson. *Isto é Caçador: Estudo Geográfico do Município*. Caçador – SC : Imprensa Universal, 1978.
- THOMÉ, Nilson. *No Coração do Contestado; geografia do Município de Caçador*. Caçador – SC : Prefeitura Municipal de Caçador : Instituto Histórico e Cultural da Região do Contestado, 1994.
- THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado*. Caçador : Universal, 1980.
- THOMPSON, E. P., O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In SILVA, Tomaz T. et. alli. *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.
- UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Programa de Qualificação Profissional 2001**. Caçador, 2001.
- VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador-SC : Universidade do Contestado-UnC, 1998.
- VARELLA, Jucy e Nilson Thomé. *Notas para a história de Caçador*. Caçador – SC : A Imprensa Catarinense, 1972.
- VEIGA, J.E. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, E. (et alii) *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*. Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. pp. 173-200
- VILELA, S. L. *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998.
- VILELA, S. L. O. *Globalização e Emergência de Múltiplas Ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado*. Tese de doutorado: IFCH/UNICAMP, 1999.
- VITULE, M. L. de L. *Agricultura e globalização*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1996.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Estante Paranista 21. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. *O Comércio da Madeira e a atuação da Brazil Railway no Sul do Brasil*. In: Boletim IHGEP - v. XLII. Curitiba : IHGEP, 1984.

WOMACK, James P, et alli. *A Máquina que mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997. 347p.

A N E X O S

ANEXO 01

Indústria, Comércio e Serviços no *Guia do Estado de Catarina* – 1938-1940

1. A Indústria no *Guia do Estado de Catarina* – 1938-1940

Com base no *Guia do Estado de Santa Catarina*, dos quais pôde-se consultar os volumes *Suplemento para o Ano de 1938* (1938) e *Parte Commercial do 2º Volume do Ano de 1940*, publicado em 1941 pela Livraria Central, de Alberto Entres, instalada em Florianópolis, pode-se ter uma visão panorâmica da economia da região, possibilitada pelo registro dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços que funcionavam nos municípios da região do Contestado. A título de exemplo, na seqüência serão arrolados os estabelecimentos existentes entre 1938 e 1940, nas sedes e nos distritos dos então municípios de Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Curitibanos, Itaiópolis, Cruzeiro, Mafra e Porto União, e constantes nas edições do *Guia do Estado de Santa Catarina*. Os estabelecimentos foram aglutinados e organizados por Nilson Thomé em alguns ramos de atividades, mantendo a grafia da época, a partir dos anúncios constantes do Guia (*apud* THOMÉ, 1993, pp. 12-14).

Moinhos coloniais, depois das indústrias ligados ao setor madeireiro eram o segmento de maior movimentação econômica da região do Contestado. No *Guia do Estado* estavam anunciadas as seguintes unidades: Attilio Faoro & Filhos, Dante Moscini, João Bresciani e Alescio Bortolon (em Caçador); Alberto Ruhner, Augusto Soller, e Eduardo Wagner (em Rio das Antas), Hononaro Jacomini, e João Recker (em Iomerê); Duncan Dario, Walter Tramboni, Santo Ogliari & Irmãos, André David Brandalise & Irmãos, Luiz

Stapazzon, e Francisco Vanz (em Videira); Geronimo Debastiani, e Irmãos Demeneck (em Abdon Batista); Emilio Bergamini (em Tangará), José Bisbatti, e José Zortéa (em Capinzal); Germano Trennepohl (em Piratuba); Otto Bianchi (Estação Uruguai), Moinho Concórdia, Pedro Zottis, e Rafael Missio (em Concórdia), Egeler & Cia. (em Cruzeiro), Agostinho M. Sobrinho, Felix Rogalski, Francisco Arpubowski, Henrique Babireski, João Maria de Souza & Cia., Noack & Cia., P. Landowski, Fischer & Cia., Gustavo Schroeder Sobrinho, H. Jordan & Cia, Jacob Kawa, Paulino Furtado de Melo, e Romão Pichebilski (em Canoinhas); Pasternak & Cia. (em Itaiópolis); e Geisler & Hable, e Germano Woche (em Mafra).

Tijolos: Adolfo Walkert e André Beker (Campos Novos), Antônio Marcon (Videira), Antonio Pelizzaro e Pagnoncelli, Barrison & Cia. Ltda. (Capinzal), Freitag & Irmão (Piratuba), Antonio Spilcka e Paulo Veigel (Estação Volta Grande), Favassa & Crema, e Vitorio Mortam (Concórdia), Vitória Pedrotti, Alfredo Lemser, Heraclides Vieira Borges e Guihl & Lugisland (Cruzeiro), Aldo Tarlombani, Estefano Walesko, Manoel José Martins e Pedro Frederico Graeff (Porto União), Agenor Krailling, Albino Voigt, Antonio Dranka, Bernardo Kindler, Guilherme Gonchorowski, Guilherme Schroeder, e Severo Almeida (Canoinhas).

Curtoumes: Campos Novos (de Júlio Granzotto), em Videira (de Binotto & Irmão, e de Adolfo Casagrande), em Tangará (de Luiz Tomazzi e de João Menoncin), em Piratuba (de Ataliba Kaiser), na Estação Uruguai (de Ângelo Boff), em Cruzeiro (de Aquilles Pedrini), no Irani (de José Fazolla), em Bom Retiro (de Felipe Bomm), em Curitiba (de Faustino Sbravatti), em Erval Velho (de Hermínio Tonial), em Caçador (de Silvio Santi e de Bruno Zillel), em Mafra (de Erico Weber e de Roberto Bannach), em Porto União (de Aleixo Lell & J.A., de Roggy & Cia., e de Machitzki), em Canoinhas (de João Schindler), em Capinzal (de José Vicari, de Antonio Mecanini, e de G. Menoncin) e em Itaiópolis (de João Koppe e de Silveira da Motta).

Torrefações de café: as de João Freitas e de Guella & Irmãos, em Cruzeiro; a de Emilio Altmann, em Bom Retiro; a de Francisco Schelbaner, em Itaiópolis; as de João Joekel e de Malquíades Fernandes, em Mafra; a de Pedro Nodari, em Videira; e as de Lourenço Carvalho Gomes, de Salomão Kury, de Dino Strivieri, de Humberto Zarantoniello e de Zaran Toniello & Cia., em Porto União.

Frigoríficos de Luiz Dal'Oglio & Filhos (na Barra Fria), de Saule Pagnoncelli & Filhos (em Herval d'Oeste), Giocondo Tagliari (em Tangará) e de Freitag, Assmann & Cia. (em Piratuba). As **fábricas de banha** de Fritz Lorenz (em Videira) de Carlos Prater, de Otto Egers e de Pedro d'Alcântara Schmidt (em Porto União).

Fábricas de bebidas: da Cantina Indústrias Reunidas Ouro (Ouro), de Plínio Schneider (Ibicaré), de A. W. Stein (Ipira), de Romazini, Longo & Cia. (Videira), de José Bertneck (Mafra), de Edmundo Bortoli, Guella, Balvedi & Irmãos, de Simom Bonato & Cia. (em Volta Grande), e de Frederico Witte (Cruzeiro). Já como **fábricas de gasosas**, classificavam-se: de Adelmyr Pressanto (Caçador), de Farino Pasqual (Rio das Antas), de Augusto Haensch (Canoinhas), de Ruprecht Lorfler (Canoinhas), de José Migliavaca (Concórdia) e de Eugênio Witter (Porto União). Como **fábricas de cervejas**, eram indicadas: de Adolfo Czernay (Porto União), de João Scheller e de Rupprecht Loeffler (Canoinhas), de Álvaro Kaminski (Itaiópolis) e de Fischer & Pohl (em Ipoméia).

Fábricas de vinho: de Domingos Sorgatto, de Fischer & Adolfo, e de Luiz Sorgatto (Caçador), de Hermann Junger, da Sociedade de Vinhos Catarinense Ltda., de Aleixo Tocolini, da Portella S/A, de Romanzini, Longo & Cia., e da Sociedade de Cooperativas Conceição, (Videira), de Alexandre Tomazoni (Capinzal), da Cooperativa São Luiz e da Cooperativa São Paulo (Iomerê), da Sociedade Cooperativa Agrícola de Consumo e da Cooperativa Agrícola Mixta (Pinheiro Preto), da Cantina Vinícola Rio Bonito e de Segundo Brun (Tangará), de Atilio Ferri & Cia. (Rio Uruguai, em Piratuba), de Antonio Rossa, de Paulo Bernardoni e de Antonio Tenório Cavalcanti (Curitibanos)

Outras: no Município de Porto União a **fábrica de camisas** de João Afonso Beppler, a **charqueada** de José Francisco Pereira, as **tipografias** de Bruno Behr, João Pereira Gomes Sobrinho e de José Pacheco Cleto, as **oficinas mecânicas** de Alfredo Metzler & Irmãos, de Carlos Knipschild, e de Werner Malicha, além de grande número de **fábricas de queijos e manteigas**, de Aloísio Weber, de Augusto Drissen, de João B. Carneiro, de José Freiburger, de José Schreiner, de Max Krepski, e a **fábrica de alcatrão vegetal** de André Brandt.

O Município de Mafra anunciava os **engenhos de erva mate** de Bernardo Stamm, H. Douat & Cia., H. Jordan & Cia., J. Procopiack & Irmão, e a Sociedade das Cooperativas de Produção de Mate de Mafra.

Em Videira, onde se destacavam, também, a **fábrica de cadeiras e escovas**, de Augusto Demartini; a **fábrica de caramelos**, de Farinon & Pascoal; a tanoaria, de Constantino Cretani. Em Campos Novos, anunciava-se a **fábrica de fósforos** de Tranqüilo Decarli (na localidade de Erval). Em Cruzeiro, também apareciam as **oficinas mecânicas** de Ernesto Peters, Francisco Lindner e Ortigara & Cia. Em Mafra, a **fábrica de cabos para ferramentas**, de Armando Voss; a **fábrica de palhões para garrafas**, de José Kuss, e a **fábrica de rebolos**, de Mauricio Caillet.

2. O Comércio e os Serviços no *Guia do Estado de Catarina* – 1938-1940

As atividades econômicas genericamente enquadradas como “comerciais”, no final da década de 1930, dividiam-se em: casas de secos e molhados, casas de gêneros alimentícios, casas de fazendas e armazéns, relojarias e joalherias, farmácias, bar e bilhares, botequins, sorveterias, papelarias e livrarias, açougues, agências de automóveis, bicicletas e motocicletas e ateliers fotográficos.

No setor lojista, o destaque fica por conta dos mercadores e mascates “turcos”, como eram chamados os imigrantes sírio-libaneses que, através da estrada-de-ferro traziam mercadorias de São Paulo, Ponta Grossa e Curitiba para comercializarem “a domicílio”. Ainda no final da década de 1920, alguns destes descendentes de árabes instalaram-se com suas lojas nas cidades da região, constituindo-se nos principais comerciantes estabelecidos.

No setor dos serviços figuravam: o transporte rodoviário de cargas e de passageiros, caixeiros despachantes, hotéis, dormitórios, pensões, selarias, restaurantes, agências e correspondentes bancários, oficinas mecânicas, sapatarias, funilarias, ferrarias, alfaiatarias, barbearias, tinturarias e lavanderias.

No *Guia do Estado de Santa Catarina*, nos volumes *Suplemento para o Ano de 1938* (1938) e *Parte Commercial do 2º Volume do Ano de 1940* (1941), não foi possível a recuperação das informações sobre o comércio. Pode-se, porém, obter um quadro geral dos estabelecimentos constantes como serviços.

A **iluminação por energia elétrica** era fornecida por Alex Volkert (Campos Novos), Renato Gomes (Videira), Emílio Bergamini (Tangará), Arnaldo & Cia. (Herval d'Oeste), João André Dadalt (Arcoverde), José Zortéa (Capinzal), Leopoldo Ko Freitag (Piratuba), Augusto Bresola (Barra do Leão), Germano Debastiani (Abdon Batista), Canoinhas Força e Luz S/A (Canoinhas), Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S/A (Mafra). Além destas, mencionadas, temos que a energia elétrica de Porto União vinha do Salto Palmital, de União da Vitória. Três Barras dispunha da energia fornecida pela Lumber Company. Em Caçador, o serviço era prestado por Atílio Faoro & Filhos.

Alfaiatarias: Francisco Feijó, e Estevan Scheur (Porto União), Adão Pirvarski, Ayres Gelke, Cirilo Schiochett, Ernesto von Linsingenn, Estaislau Tiska, Francisco Woitowski, Francisco Zemann, Gregória Duma, Jorge Pscheidt, José Minini Filho, Jovino Peters, Pedro Grosser, Sebastino Fracchini e Teodoro Mazai (Mafra), Alberto Krieger, e Alceu Carsten (Curitibanos), Alberto Incerti, Estanislau Radomanski, e Hugo Calliari (Cruzeiro), Francisco Balena, e José Barbisan (Concórdia), Antonio Bugardt, Antonio Mamil, Augusto Langer, Bernardo Gapski, Boleslau Brener, João Gapski, José Prockmann, e Narciso Prockmann (Canoinhas), Alcides & Atilio Calliari (Campos Novos), Alberto Lehr, Pompeu Calliari, e Silvio Rotava (Videira), Recieri Bressan (Pinheiro Preto), Arnaldo Calliari (Capinzal), Evaldo Swarowski, Leonardo Freiburger, Wescelau Lavandoski, Rodolfo Brandes e Silvério Junkewiski (Caçador e Rio das Antas).

Ferrarias: Albino Belotto, Otávio Bortolon, Werner Zita (em Caçador), Antonio Ronda, Emilio Schroeder e Luiz Fae (Rio das Antas), Willy Heine (Iomerê), Antonio Tezza, Antonio Dallazen, Germano Strapazon, Augusto Fuhr, Guilherme Menegotto (Videira), João Bruno Basco, Luiz Menegotto (Campos Novos), Rodolfo Pedrini (Herval d'Oeste), Antonio Roseghini (Itapuí), Benjamin Marin, e Bruno Tiribento (Tangará), Leopoldo Lermann (Piratuba), Antonio Gomes, David Maior, Germano Mohr, Henrique Fuerst, Francisco Pazda, João Petschhof e José Hoffmann (Canoinhas), José Cavolan, e Luis Dionísio Breda (Cruzeiro), Fredolino Rambo (Bom Retiro), Francisco Komuchena (Itaiópolis), Carlos Schelbauer, José Fritsch, Leopoldo Mann, e Max Langer (Mafra), Leonardo Kiellar e Wenceslau Zipperer (Porto União).

Selarias e sapatarias: Estanislau Wisloski e Silvio Santi (Caçador), Willy Kurzzer Adolfo Casagrande, Graciolli & Della Roca, e Oto Schleider (Videira), Argemiro

Alves Fagundes, Altir Mello, e Júlio Granzotto (Campos Novos), Geldelino Medeiros (Abdon Batista), João Nogara, João Menoncin, e Luiz Tomazi (Tangará), Bareto & Cia. (Capinzal), Atílio Bartolin, Mazareno Brusco, Osório Dalla Costa, e Nazareno Brusco (Concórdia), Clemento Trizzoto (Cruzeiro), Felipe Bomm (Bom Retiro), Eugenio Muraro (Ipira), Albino Atz (Irani), Faustino Sbravatti, e João Manoel (Curitibanos), Antonio Reddin, Emilio Weber, Nicolau Hencho, Gabriel Kalinowski, João Júlio Dutra, João Langowski, João Licnelski, José Minini, Pedro Jurquewicz, Roberto Bannach, Antonio Reddin, Emilio Weber, e Nicolau Hencho (Mafra), e Malchitzki & Cia. Ltda. (Porto União).

Funilarias: Francisco Vezaro e José Arl (Caçador), Guilherme Chem (Videira), Guilherme Dannemann e Hugo Zimmer (Canoinhas), José Langer (Concórdia), Artur Kaefer e Franz Hoeffke (Cruzeiro), e Alberto Wormsbecker (Mafra).

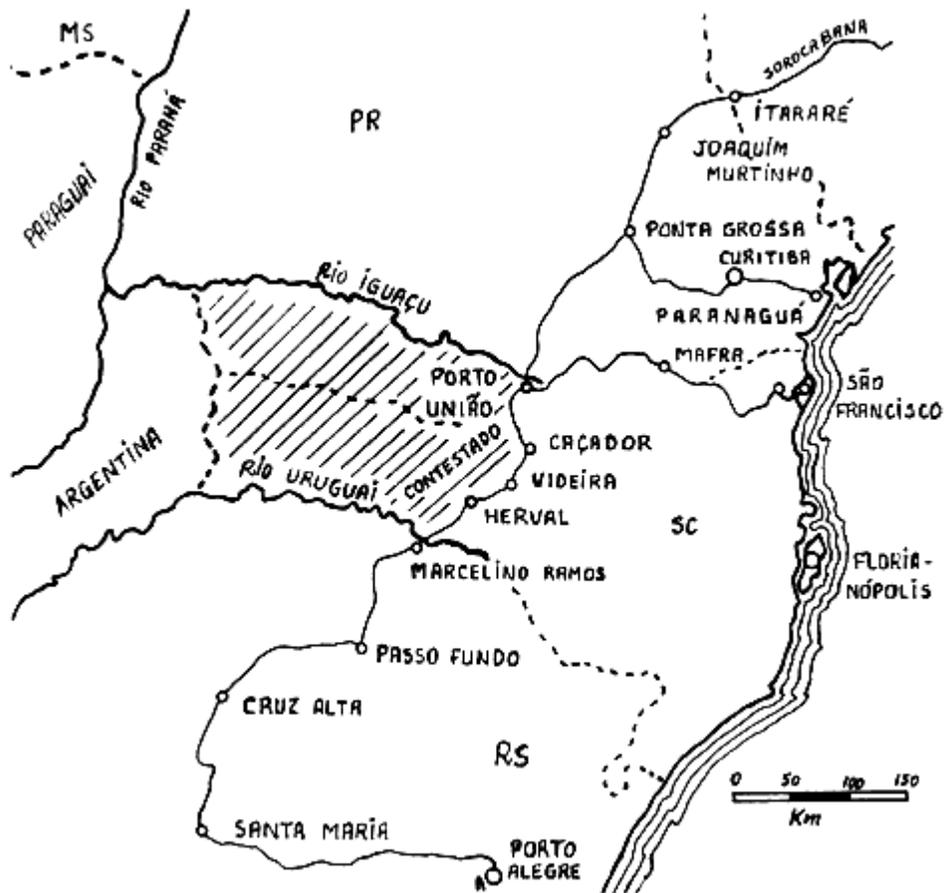
Rede hoteleira, que em geral também atuava como restaurantes: Em **Porto União:** Hotel Albion (de José Davi de Oliveira), Hotel Avenida (de Salustiano Costa), Hotel Gody (de Cândido Godoy), Hotel Iguaçu (de Pedro Salomão), Hotel Internacional (de Rafael Benghi), Hotel Brasil (de Vicente Santa Clara), Hotel Mück (de José Mück) e Hotel Porto União, de Elí Rautenberg. Em **Mafra:** Hotel Bornemann (de Willy Zimmermann), Hotel Excelsior (de Rodolfo Löffler), Hotel São João (de Jordão David) e a Pensão de Alzira Silveira. Em **Itaiópolis:** Hotel Buba (de Antônio Buba), Hotel Sternadt (de Walter Sternadt) e o Hotel de Lucas Martinechem. Em **Curitibanos:** Palace Hotel (de Hugo Bernardoni), Hotel Popular (de Ernesto Bernardoni) e Hotel Regina (de Fioravante Rossa). Em **Cruzeiro:** Hotel Avenida (de Jorge Ribeiro), Hotel do Comércio (de Guilh Maier Andreta), Hotel Glória (de Pedro Marques), Hotel Familiar, Hotel de Eduardo Hoffmann (em Bom Retiro) e Hotel de Fredolino Pletsch (em Papuã, depois Treze Tílias). Em **Concórdia:** Hotel Concórdia (de Alberto Boff), Hotel do Comércio (de Atalacio Regimento) e Hotel Popular (de Emilio Kerber). Em **Canoinhas:** Hotel Scholze, Hotel Wagner, Hotel de Nicolau Humibhuk, Hotel Ritzmann, Hotel Wagner (de Alfredo Wagner) e Hotel de Silva & Berezoski. Em **Campos Novos:** Hotel Brasil (de Lisbelo Teixeira), Hotel Familiar (de Ângela Dácio) e Pensão, de Paulina Fontes. Em **Caçador:** Hotel Avenida, Hotel Basílio Ciffro, Hotel Belotto, Hotel Borracina, Hotel Bordignon, Hotel União, Hotel dos Viajantes e o Hotel Simoni, mais a Pensão Alemã, a Pensão Caçador e a

Pensão Internacional, além do Hotel Central e do Novo Hotel (no Distrito de Rio das Antas), o Hotel Princesa Isabel (em Ipoméia) e o Hotel Santa Rita (na Taquara Verde). Em **Iomerê**: Hotel Nhoato e Hotel São Luiz. Em **Videira**: Hotel Vitória (de Daniel Petry), Hotel Avenida (de Maurício Conte), Hotel Familiar (de Bubi Omissolo), Hotel de Alberto Reichert e Grande Hotel. Em **Herval d'Oeste**: Hotel Paiva e Hotel União (de Pedro Paludo). Em **Pinheiro Preto**: Hotel de Isidoro Beloto. Em **Tangará**: Hotel Rio Bonito (de Luiz Langer). Em **Capinzal**: Hotel Atlântico (de Palmiro Germani). Em **Piratuba**: Hotel Kopp (de Valentin Kopp Filho).

Exportadores de erva mate, comerciantes que adquiriam o produto cancheado e o revendiam aos engenhos: Alfredo Mayer, Antônio Simplício, Bento José de Lima, Dorcilio Santos, Durval Machado, Emiliano Abrão Seleme, Emilio Ritzmann, Ernesto Buschmann Júnior, Feres Coury, Francisco Alves Pereira, Federação das Cooperativas do Mate, Gabriel Seleme & Filhos, Guilherme Roeder, Gustavo Schroeder Sobrinho, H. Jordan & Cia., Irmãos Zaniolo, Jacomino Casella, João Jantsch & Cia. Ltda., João Schindler, Miguel Procopiack, Paulo Wiese, Pedro Abrão Seleme, Rufino Fernandes Ferreira, Samuel Medeiros e Teodoro Humenhuk.

ANEXO 02

Ferrovias São Paulo – Rio Grande do Sul: Mapa e Cronologia



Datas principais

- 1875 - Trilhos ligam São Paulo a Sorocaba, 104 km
- 1885 - Inaugurada a Curitiba-Paranaguá (PR)
- 1890 - Iniciadas as obras da EFSPRG, em Santa Maria (RS), rumo a Itararé (SP)
- 1894 - Inaugurado o primeiro trecho da EFSPRG, entre Santa Maria e Cruz Alta (RS), com 142 km

1894 - Curitiba-Paranaguá atinge Ponta Grossa (PR)
1895 - Sorocabana atinge Itapetininga (SP)
1900 - Inaugurado trecho de 132 km da EFSPRG no Paraná, entre Ponta Grossa e Rebouças
1904 - EFSPRG inaugura 132 km de Rebouças a Porto União (PR), no rio Iguaçu
1905 - Inaugurado trecho gaúcho de Cruz Alta a Passo Fundo, a 336 km de Santa Maria
1906 - EFSPRG inaugura trecho paranaense de Joaquim Murtinho a Jaguariaíva
1908 - Inaugurado trecho de Joaquim Murtinho (PR) a Itararé (SP), de 134 km
1909 - Sorocabana atinge Itararé. O presidente Afonso Pena inaugura o primeiro trecho da EFSPRG no Contestado: 103 km entre Porto União da Vitória (PR) e Taquarasl Liso, hoje Presidente Pena (SC). Trilhos atingem Rio Caçador (SC) em julho e Rio das Pedras em setembro.
1910 - Terminados trechos faltantes no Paraná (Ponta Grossa a Joaquim Murtinho), no Contestado e no norte gaúcho. A ponte provisória de madeira em treliça*, sobre o rio Uruguai, é inaugurada a 17 de dezembro, último dia do prazo para a construção. A primeira composição regular percorre os 1.403 km de Itararé a Santa Maria, à velocidade média de 30 km/h e 41,6 km/h nos trechos melhores. Rampa máxima: 2,99% e raio mínimo: 917 m, exceto no RS. Total da viagem de São Paulo a Porto Alegre: 72 horas (exceto paradas e 4 baldeações em Itararé, Porto União, Marcelino Ramos e Santa Maria), ao longo de 2.152 km.
1911 - Enchente leva a ponte de madeira sobre o rio Uruguai, reconstruída a seguir em metal
1913 - Ramal de São Francisco, previsto para ligar o litoral catarinense a Assunção, Paraguai, atinge Marcílio Dias, no km 204, e torna-se alvo dos jagunços. A construção fica paralisada até 1915
1917 - Ramal de São Francisco atinge Porto União na EFSPRG. Brazil Railway entra em concordata e o governo cancela a Transparaguiaia

FONTE: <http://www.vfco.com.br/ferrovias/efsprg/18contestado03.htm>

ANEXO 03

INDUSTRIAIS DA MADEIRA – DÉCADA DE 1930³⁵

Para registro, segue a relação de empresas obtidas por Nilson Thomé em sua pesquisa, mantendo-se a organização da exposição por regiões e estações, somente organizando os dados em parágrafos diferenciados para facilitar o reconhecimento.

Na região de São João dos Pobres e de São João de Cima (que hoje correspondem aos Municípios de Matos e de Calmon), na época pertencendo ao Município de Porto União, mas economicamente vinculada a Caçador, em 1936 existiam as seguintes serrarias: Intertop & Cia., A. Moletta & Cia., Irmãos Kurtz, Artur de Paula & Souza, Longo & Irmão, João Rotta & Filhos, Pedro Pizzato & Filho, Rigoletto Conti, G. Chaerck & Moro, J. Meyer & Filhos, Domingos Locatelli & Irmão, Fernando Martini, Carlos Donner e Gunter & Foltz.

Na parte Norte do Município de Caçador, nas proximidades das estações ferroviárias de Presidente Pena e Adolfo Konder, em 1936 existiam seis serrarias, pertencentes a: João Rotta & Filhos, Francisco Santi, Ernesto Schumann, Salin Queiroz & Cia., Decarli & Dalcanalle e Gumercindo Carneiro.

Na parte Sul da cidade de Caçador, nos então distritos de Rio das Antas e de Princesa Izabel (este, depois rebatizado para Ipoméia), que hoje compõem o Município de Rio das Antas, em 1936 estavam instaladas as serrarias de: Alberto Graeff, Luiz Sella, Avelino Sella & Irmão, Stefano Bonetti, Luiz Dalcanalle, Guerino Bodanesi, Alfredo Turck, Ernesto Kirschenner, Otto Körth & Cia., Basilio Grolli, José Domingos Loss,

³⁵ Este anexo está baseado em THOMÉ (1995, pp. 47-50)

Reinoldo Höerlle, Pedro Morghenstern, Tereza Soletti, Falcão, Morelli & Cia., Castelli, Lambert & Pasini, Paulo Castelli, Domingos Pierdoná & Irmãos, João Weickfres & Cia., Busato & Cia., Dario Pacheco dos Santos, Frederico Soletti, José Rigo e Miguel Wascerowski.

Nos dois anos seguintes, a estas se acrescentariam as serrarias de: Albano Schneider, Irmãos Caregnatto, Busato Martins & Cia., Carlos Reichmann & Cia., Miguel da Costa Falcão, Clemente Grando, Aristeu Anjos e Anselmo Tramontini & Cia.

No distrito-sede de Caçador e no distrito de Taquara Verde, nos anos de 1936 e 1937, estava instalada a maior parte das serrarias da região, registrando-se as de: Irmãos Bertotto, Hugo Honaiser, Kirinus & Cia., Gehrard & Kirinus, Edvino Blauth, Trotman & Ramos, Joanin Zanchi, Carlos Reichmann & Cia. Ltda., Augusto Mokfa & Cia., Irmãos Deboni, Hilário Baú & Cia., Pedro Grandene & Cia., Alfredo Cachoeira, Waldemar Fauth, Jacob & João Carraro, Irmãos Gioppo, Ernesto Bolson, João Stefani, Busato, Martins & Cia., João Soter Mattoso, Aristeu Anjos, Antonio Granemann, João Piazzera, V. Suzin & Cia., Ottmar Fleck, Valdemar Graeff, Graeff & Subtil, Drissen & Irmãos, Hugo Berndt, Reichmann & Kurudz, A. Alongoni & Cia., Giovanni Colombo, Américo Wordell, Aléssio Bortolon & Cia., Albano Schneider, Fernando Badotti, Dziccinny & França Ltda., Langer & Kobilanski, Irmãos Kurtz, Eliseo Bertotto, Augusto Teóphilo & Cia.

Em 1937 Primo Tedesco instalava sua pioneira fábrica de pasta mecânica.

Entre 1938 e 1940, nos distritos de Caçador e de Taquara Verde, mais as serrarias de: Lacerda & Coelho Ltda., Augusto Goenke & Cia. Ltda., André Ceni, Basso & Breda, Busato, Comazzetto & Cia., Decarli & Dalcanalle, Graeff & Schimdt, João de Paris, Lothário Pereira, Miguel Hartmann, Mattoni & Irmãos, Slomp, Bertoncello & Cia. Ltda., Vitório Comazzetto, Venturino Zardo, Braulio Rodrigues da Cruz e João Stedile.

Fábricas de caixas de Irmãos Kurtz, Hugo Honaiser, Indústria de Madeira Caçador Ltda., Langer & Kobilanski e Graeff & Schmidt.

Instalação da grande empresa Indústria e Comércio Busato Ltda., com fábrica de caixas e as serrarias coligadas denominadas São Luiz, São José, São Pedro, Santo Antonio e Santo Elpídio.

Como maior comerciante de madeiras (à época chamados "mercadores de madeiras"), apareceu Frederico Joaquim Reichmann.

Em 1938, surgiu a primeira fábrica de cabo roliços para vassouras em Rio das Antas, instalada por Dario Pacheco dos Santos.

Na parte setentrional da Região do Contestado, junto à margem esquerda do Rio Iguaçú, por onde corriam os trilhos do Ramal de São Francisco da EFSRG, na metade da década de 30 estavam instaladas dezenas de outras pequenas serrarias, que embarcavam a madeira nas estações ferroviárias mais próximas, como nos mostra o "Relatório da RVPSC de 1937":

Nas estações de Nova Galícia e de Porto União haviam oito serrarias, pertencentes a Arthur Werle, José Chvirk & Cia., Teixeira Soares & Cia., Fernando Moeker Filho, Carlos Rechid, Rudolf Rockemback, José Pacheco Cleto.

Na estação de Lança, as unidades de Dodany Rocha, Irineu Araujo e Pedro A. Schmidt.

Em Poço Preto: Thomazi & Irmãos e Gasparini & Irmãos.

Na estação de Valões: Rodrigues Intorp, José Sinder, A. Knopecka, Thomazi & Irmãos, Rodolfo Senn, Eurico Paul e Gasparin & Irmãos.

Na estação de Felipe Schmidt: Raimundo Christiani, Thomazi & Irmãos, H. Schwartz & Cia., Valdomiro Baptista, Benjamim Talamini e Bertolino Gabardo.

No Km. 379 e nas estações de Paciência e de Santa Leocádia: Luiz Sperandio, Francisco Panek, Mamed Cadôr, Raimundo Barão Filho & Cia. Ltda., Constante Fruet, José Ferreira Gringo, Castor Rotella.

Na estação de Lagoa: J. Bettega & Cia., Galli Gugelmin, Irmãos Vaccari & Cia., Ivan Ulrich & Filho, Júlio Portes, Galdino de Souza, Adolfo Pereira, J. Ferreira Sobrinho, Fioravante Collodel e J. Afonso Ferrez.

Na estação de Taunay: Antonio Weinhardt & Cia., M. Simeão & Cia., Radk Koch e Antonio Kasemodel.

Na estação de Canoinhas, 36 serrarias promoviam embarques da produção, pertencentes a: Irmãos Fernandes & Cia., Otto Friederich, Estanislau Wojciekowski, Alberto Kohler, Francisco N. Fuck, Koch & Fuck, Koch & Irmão, Heyse & Irmão, Bento

José de Lima, Irmãos Zaniollo, Otto Herbst, Alberto Tokarski, Francisco Stoeberl, Benedito Linzemeier, Max Olsen, Henrique Lessmann, José Pereira do Vale, Afonso Zipperer, Rufino F. Ferreira, Itiberê da Cunha & Cia., Luiz Dranck, Emiliano Seleme e João Kiminick.

Na estação de Marcílio Dias: Wiegand Olsen, Valdomiro Olsen, Alberto Woigt e Otto Kohler.

Também no Ramal de São Francisco, de Três Barras a Barracas, passando pelas estações de Bugre, Canivete e Turvo, haviam as serrarias de Salim Zattar, Vva. Gavazzoni, Júlio C. Portes, A. Ritzmann, Alage Medeiros & Cia., Pizzatto, Pollati & Cia., Irmãos Nadolny, Ludovico Nadolny, Afonso Ritzmann, Aurelio Sambuski, Pedro Train, Wenzel Kahlhofer, João B. Pigatto, Antonio Cordeiro, Firmino Pacheco, Jorge Fiattes, Buch, Lorena & Cia., Emilio Everes, Amintas Becker, Joaquim de Mello, Mauricio Caillet, S. Maia, A. Pauli, B. Slompo, J. Hering, Ildefonso Mello e Montenegro & Pauli.

Os carregamentos na estação de Mafra eram promovidos por 21 serrarias: Carlos Lubel, Antonio Ferreira, Miguel José, Gregorio Woel, Heyse Irmãos, Luiz J. Pichwers, Pereira & Irmãos, Ewaldo Sabatke, Carlos Schmidt, Augusto Popp, Ernesto Wassmandorff, Alfredo Herbs, Ewaldo Helmann, Idelfonso Mello, Francisco Pigatto, Braz Moreira, Sternardt & Irmãos e Alfredo Wornn. Na estação de Avencal: Heyse & Irmãos, Wolff, Irmãos & Cia., Pereira & Irmãos, José Cassias Pereira, Luiz Jovino Picksius, Carlos Sprott e Gregorio Woel. Na estação de Rio Preto: Valério, Tauscheck & Cia., Eurico Quast, Francisco Schwarz, João Zeithaunmer, Otto Rensoing, José Bley Sobrinho, Bento M. de Lima, Vva. Lima & Filhos e Tauscheck & Cia.

Na estação de Rio Negrinho, haviam 28 serrarias: Luiz Olsen & Cia., Jorge Zipperer & Cia., Frederico Lampe & Cia., Carlos Weiss & Irmãos, José Dranka, Ernesto Scheide, F. Wandowski, José Penkal, Rukel & Irmãos, José Hantschel & Irmãos, Reczigel & Irmãos, José Baimel, Paulo Richter, Hengelberto Stuber, Ricardo Dums, Liebel & Filhos, Otto Knopp, Ignacio Kolbeck, Max Simm, Pscheidt & Irmãos, Rodolfo Tureck, Léo Olsen, Valentim Rojaniwski, José Schroeder, Campolim Kurchbauer, Eduardo Neidert e Vva. Castilhos. Na estação de São Bento: Afonso Jung, Otto Roesler, Antonio Kasemodel. E na estação de Rio Vermelho: Gustavo Hulmann e Carlos Schwartz.

Ainda na linha tronco da EFSPRG, no médio e baixo Vale do Rio do Peixe, quando as terras marginais pertenciam aos municípios de Campos Novos e de Joaçaba, nos primeiros anos da década de 30 a empresa ferroviária tinha cadastradas 85 serrarias, assim distribuídas:

Na estação de Perdizes (hoje Videira), as 19 serrarias que embarcavam a produção pertenciam a: Renê Frey & Irmão, Bizol, Argenta & Cia., Fioravante Belicanta, Angelo Locatelli & Filho, Irmãos Anciutti, Santo Ogliari & Irmãos, Antonio Marcon, Guerino Coli, João Andrezza, Pasqual & Ribeiro, José Nercolini, Pedro Lorenzoni e Angelo Tonati.

Na estação de Pinheiro Preto, o único era Pedro Lorenzoni.

Na estação de Rio Bonito (hoje Tangará), 25 serrarias movimentavam o tráfego: João Peroto, Albino Schmidt, Fuganti, Morosowski & Cia., Massosch Nardi, Scherer Loëff, Rodolfo Mathias, Guilherme Passold, José Khum, Vergilino Pacheco, Manoel Figuerô & Cia., Picolli & Cia., Benedito Bevilaqua, João Winkler, Baptista Degeroni, Carlesso & Piccolli, Francisco Gallafassi, J. Grassi & Passini, Reichmann & Kurudz, João Menezes & Cia., Mendes Fornasari, João Perroto & Cia., Antonio Oneda, Santo Beal, Paulo Balbinotti e Arnoldo Kogler.

Na estação de Gramado: Irmãos Caregnatto, Clemente Grandi & Tonato, Romulo Toin, Anjos Menezes & Cia.

Na estação de Bom Retiro: Aurelio Piovisan, Emilio Dagnoluso, Fereti & Irmão e Luiz Verona.

Na estação de Herval (concentrando as atuais cidades de Herval d'Oeste e de Joaçaba): S. Pagnoncelli & Filhos, José Casagrande, Ricardo Chieradia, Casagrande & Bortolon, Angelo Guerra, Henrique Pickles, Ladislau Czeck, José Rupp, Massignan & Irmãos e Primo P. Bigin.

Na estação da Barra do Leão: Augusto Brizola, Businio Paloski e Antonio B. & Irmãos.

Na estação de Rio Capinzal (hoje cidades de Capinzal e de Ouro): Teodorico Brun & Cia., Domingos Pelizzaro, José Paza & Irmãos, Benjamin Colla, Cleto Toaldo e Mansueto Dombroz & Irmão.

Na estação de Rio do Peixe (hoje Piratuba e Ipira): Freitag & Irmãos, Ernesto Hachmann & Filho, Bender & Irmãos, Riffel Plagé e Fiorillo Faé.

Na estação da Barra do Pinheiro: João Siviero, Francisco Pedro Santos, Domingos Marin, Luiz Faversoni e Alberto Busato.

Além destas unidades, cadastradas pela EFSPRG, existiam na Região do Contestado outros empreendimentos do ramo madeireiro, que se valiam do transporte fluvial para o escoamento da produção, tanto de toras como de madeiras serradas, aproveitando a força das águas dos rios Iguaçu e Uruguai e de alguns de seus principais afluentes.

ANEXO 04

Os Industriais da Madeira dos Anos 40³⁶

O quadro da divisão territorial administrativa de Santa Catarina apresentava para o Planalto, no início da década de 40, pequeno número de municípios, com grandes extensões: Caçador, Campos Novos, Curitibanos, Canoinhas, Cruzeiro (atual Joaçaba), Concórdia, Mafra, Porto União, Itaiópolis, Lages, São Joaquim, São Bento (depois São Bento do Sul), Bom Retiro e Chapecó. Eles eram formados por muitos distritos que, nos anos seguintes, foram objeto de fusões, extinções, de desmembramentos, promovendo emancipações para a constituição de novos municípios.

Na Região do Contestado (Centro-Oeste) e englobando também a Região Serrana e o Extremo-Oeste, relacionamos as empresas pioneiras no extrativismo florestal, na indústria e no comércio de madeiras e derivados, existentes na primeira metade do século, relação da qual destacamos os principais estabelecimentos existentes no ano de 1940, para firmá-los nesta História como artífices da devastação da Floresta da Araucária e integrantes do processo de desenvolvimento da Indústria da Madeira nesta parte do Estado.

São Bento do Sul

No Extremo Nordeste, em 1940, o Município de São Bento do Sul (denominava-se “São Bento”) incorporava o distrito de Rio negro (hoje Município). Já neste tempo evidenciava-se a vocação da região para a indústria moveleira.

As principais serrarias do distrito-sede eram as de: Antonio Simões de Oliveira, Henrique Kiloner, Germano Neubauer, Teodoro Schwatz & Cia., Engerberto Pcheid, Martim Zipperer & Cia., Ernesto Pcheid, Inácio Kohlbach, Jorge Rueckl, e Valentin

³⁶ Transcrito de THOMÉ (1995, p. 58-63).

Rujanowski. Os destaques eram para as fábricas de caixas de Antonio Kaesemodel e de Afonso Kaesemodel, para a fábrica de artefatos de nó-de-pinho de Carlos Zipperer Sobrinho, para a fábrica de escovas, pentes e pincéis de Augusto Klimeck S/A, para as fábricas de móveis de Schwartz & Buckmann e de Artur Pfützenreuter (vime) e para Max Siedschlag, com vasos de xaxim e artefatos de nó-de-pinho.

Rio Negrinho

Em Rio Negrinho, havia as serrarias de Antonio Kaesemodel, Frederico Lampe & Cia., e de Geraldo Quast. Há registro da fábrica de móveis de Schwartz & Buckmann. Destavam-se: Luiz Olsen S/A (serraria e fábrica de caixas), Jorge Zipperer & Cia. (fábrica de cadeiras e de caixas), e a Cia. M. Zipperer, com serraria, fábrica de tacos, de móveis e de artefatos de madeira.

Campo Alegre

No Planalto Norte, no município de Campo Alegre, havia as serrarias de: Oscar Schwarz, Max Greipe, Leonardo Blaskowsky, Amadus Fuckner, Pedro Tauscher, Jorge Linzmeyer, Endler & Fuckner, Cunha & Zeni, Antonio Fuckner, Teodoro Schwarz & Cia., Bento M. de Amorim, Henrique Gruber, Paulo Jürgensen e Teodoro Ender.

Eram consideradas importantes também as empresas de Oto Rudnick (tamancaria), Amandus Fuckner (fábrica de fósforos), Emilio Ahrens (móveis), A. Ernesto & Cia. (fósforos) e as carpintarias de Paulo Rudnick e de Albano Wölner.

Mafra

Era muito significativa a produção madeireira em Mafra, em 1940, que englobava os distritos de Avencal e Erveira, sendo que as primeiras empresas somente com serrarias eram: Ruthes Peters Ltda., Evaldo Uhlmann, Pereira & Irmão, Wolfgang Kurchbauer, Heyse & Irmão, Jorge Antonio Fiates, Eduardo Kalbross, Francisco Pigatto, João M. Hau, José Ranck, Sternadt & Irmãos, e Leopoldo Henrique Olsen.

A empresa João Batista Pigatto & Cia. Ltda. tinha serraria, fábrica de caixas e fábrica de cabos de vassoura. Além de serraria, a empresa E. Wassmandorff S/A tinha

fábricas de tacos, de esquadrias e compensados. Armando Voss fabricava cabos para ferramentas.

Como fabricantes de móveis destacavam-se: Eugenio Fritsch e Ernesto Lehmann. Como marceneiros e carpinteiros, atuavam: José Cozer, Frederico Horn e Oscar Lehmann. As principais barricarias eram as de: Hugo Werner, Alfredo Schulz, Antonio Leite Bastos, Emilio Evers, Germano Neudorf Neto, Guilherme Witt Filho, Gustavo Witt e Paulo Risenberger.

Canoinhas

Em 1940, o município compreendia o distrito-sede de Canoinhas, mais os de Três Barras, Colônia Vieira, Paula Pereira e Papanduva. Ali existiam 54 serrarias, três laminadoras, cinco fábricas de caixas, quatro fábricas de móveis, além de carpintarias, fábricas de carroças, de tacos e de artefatos de madeiras.

O destaque maior era para a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, em Três Barras, neste ano incorporada ao patrimônio da União. Neste distrito, além da Lumber, estava sediada a serraria de Afonso Ritzmann.

Em Canoinhas, com serrarias, fábricas de caixas e de tacos, havia: Carlos Itiberê da Cunha & Cia. Ltda., Irmãos Zaniolo, Otto Herbst, Bento de Lima & Irmãos, Wiegando Olsen, e Irmãos Fernandes & Cia. Com marcenarias, os destaques eram: Carlos Schwarz, Henrique Voigt, Jorge Thoma, Oto Klosterhoff, Oto Richter e Volker Volrath.

Na condição de produtores e esportadores de madeiras, estavam em atividade: Alberto Kohler, Alberto Tokarski, Albino Succow, Alfredo Herbst, Artur Voigt, Alberto Voigt, Alberto Wosgrau, Antonio Reusendel, Augusto Krueger, Benedito Linzmayer, Bento José da Silva, Bernardo Crestani, Bernardo Olsen, Colodel & Fernandes, Constante Fruet, Emiliano Abrão Seleme, Estanislau Wojciekowski, Evaldo Schwartz, Francisco Fuck, Francisco Goestmayer, Fermino Soares Lima, Francisco Stobel, Heise & Irmãos, H. Schwartz & Cia., Henrique Lessmann, Henrique Stobel, Irmãos Crestani, Inácio Kuminski, João Batista Pigatto, José Pereira do Vale, João Allage, José Grosskopf, José Hennig, Kohler & Friedrich, Max Olsen, Luiz Sperandio, Manoel Estevão Furtado, Otto Friedrich, Paulo Wiese, Pedro Abrão Seleme, Raimundo Barão & Filho, Radke & Koch, Rufino Fernandes Ferreira, Raimundo Crestani, Regina Hiller, Ricardo Diener, Roberto

Ehlke, Salin Zattar, Thomasi & Irmãos, Tomaz Ostroski, Waldemiro Olsen, e Viese & Irmãos.

Porto União

Na margem esquerda do Rio Iguaçu, em Porto União, predominavam as serrarias de pinho, imbuia e cedro, destacando-se em 1940: Alberto Winkler (fábrica de camas), José Mack (fábrica de móveis), Ind. Matéria Papel Ltda. (pasta mecânica), A. Lell & J. Roggy (cabos de vassouras), e as carpintarias de Otto Julio Lange e de Frederico Falk. Além do distrito-sede, o município compreendia os distritos de Caúna, Matos Costa, Poço Preto e Valões, e mais as localidades de São Pedro, Nova Galícia, São Miguel, Lança, Calmon, Presidente Pena (na divisa com Caçador) e outras menores.

Destacavam-se as serrarias de José Sinder, Anastácio Knopka, Reichardt, Paul & Cia., Oto Sohnell, Artur Werle, José Casimiro Swirski & Celinski, Irineu Araújo, Valter Jensen, José Buogo, Irmãos Klodzinski, J. A. Roggy, Miguel Forte, Pedro A. Schmidt. No distrito de Matos Costa: Jacob & João Cararo, A. Molete & Cia., Carollo Irmãos & Cia. Ltda., Emilio Henkel & Nicolau Zimmer, Estevam R. do Nascimento Júnior, Fernando Martini, Gabriel Chaerki, Jacó Mayer & Filhjos, Salim Guérios & Cia., Ernesto Schumann, Francisco Santi, João Rotta & Filhos, Jorge Hilker, Pedro Pizato & Filhos, e Otávio Paes Carneiro.

Chapecó

Criado em 1917, o “velho Xapecó” continha em seu território, do meio-Oeste até a fronteira com a Argetina, grande número de distritos e localidades, que a partir de 1940 se transformaram em novos municípios. Os registros deste ano indicam a existência das seguintes serrarias no então distrito-sede: Aquiles Tomaselli, Afonso Schefer, Amadeu Maggiorini, Cia. territorial Sul Brasil, Dalarosa & Silva Cia., Domingos Baldissera, Fioravante Casonata, Guilherme Sartori, João Pedro Sotelli, Josué Anoni, Nilo Sudbrzke, Pascoal Moro, Pedro Loss, Raedelle & Silva, e Teston & Irmão. Em Passarinhos, localizavam-se: Angelo Sartori e Avelino Triches. Em Xaxim, Irmãos Lunardi. Em Serrinha, Nestos Grando. Em Mondai: João Giordani e Osvaldo Anderson.

No Distrito de Guatambú: Alcides Zandavalli, Casemiro Lasori, Danto Trave, Eugenio Sordi, João Batista Dal Piva, João Oro, José Santinelli, Matias Lourenço e Ressler Marchiori. Em Caxambú, estavam as serrarias de: Zandavalli & Irmãos, Demétrio Alves da Silva, Modesto Silva, entre as principais.

Videira

O município de Videira foi criado em 1944, com os distritos de Perdizes, Tangará (ex-Rio Bonito), parte do Espinilho (ex-Coração de Jesus) de Campos Novos, mais os de Vitória e Iomerê (ex-São Luiz) de Caçador e, com parte do distrito de Ibicaré (ex-Itapuí) de Joaçaba; depois, criou os distritos de Arroio Trinta e de Marari. Além das serrarias pioneiras de José Formighieri e de René Frey (1935), existiam em 1940 as serrarias de: Irmãos Anciutti, Angelo Locatelli, Bobstrin Scarpinelli & Cia., Dal Pascoal & Ribeiro, Fioravante Belicante & Filhos, José Nercolini, Santo Oglari, e Morozini, Richard, Sachet & Cia. Neste mesmo ano, destacavam-se as fábricas de caixas de: Bisol, Argenta & Cia., De Marco Argenta & Cia. Ltda. e René Frey & Irmão. Havia ainda a fábrica de cadeiras de Augusto De Martini.

Nos anos seguintes, em Videira, os destaques da indústria madeireira foram duas serrarias instaladas pela Ponzoni, Brandalise S/A, depois Perdigão S/A, em 1947, e mais uma fábrica de caixas em 1950. Criada em 1940 com serraria e fábrica de caixas, a Bisol, Bellani & Cia. Ltda. fundiu-se em 1957 com a Sociedade Industrial Madeireira Ltda. (esta criada em 1944), dando origem à Industrial Madeireira Ltda., ampliando as atividades para laminados, compensados e beneficiamento. A Ind. e Com. De Martini Ltda. foi fundada em 1948, mudando para Ind. e Com. Carelli Ltda., com serraria, fábrica de cadeiras e beneficiamento, em 1950. Em 1948, foi criada a De Marco Argenta & Cia. Ltda., passando a sociedade anônima no mesmo ano, com serraria, beneficiamento e fábrica de caixas, tacos, cabos de vassouras e esquadrias.

Tangará

Junto à estação ferroviária de Rio Bonito surgiu o povoado que, com este nome, foi elevado à condição de distrito por Campos Novos; em 1944, passou a pertencer ao então criado município de Videira e teve a denominação alterada para Tangará. Mais tarde, em

1949, foi instalado o município, formado pelos distritos de Tangará (sede) e Marari. Temos que em 1940, em Rio Bonito, localizavam-se as serrarias e fábricas de caixas de Bisol, Argenta & Cia. e da Sociedade de Madeiras Catarinense Ltda., além das serrarias de: Angelo Ponzoni & Cia., Antonio Weiss & Cia. Ltda., Francisco Nardi & Carlos Masochi, Guerino Colla, José Grassi, Thibes & Cia. Ltda., Produtora de Madeiras Ltda., Valentin Golner, e Zanotto & Cia. Ltda.;

Na sua evolução econômico-industrial, em 1949, quando transformou-se em município, Tangará destacava suas serrarias: Irmãos Nardi & Cia., Rodolfo Mathias, Francisco Nardi & Carlos Mazzochi, Palestrin, Scarpinelli & Cia., Bisol, Bellani & Cia. Ltda., Perusolo Irmão & Cia. Ltda., Produtora de Pinho Ltda., Raymundo Bassi, Indústria de Madeiras Rio Bonito Ltda., Sociedade Catarinense de Madeiras Ltda., Antonio Slongo, João Bevilaqua & irmãos, João Júlio Schenneicker, José Grassi, Kogler & Irmãos, e Pisani & Cia. Havia também as fábricas de caixas de Francisco Zanotto, da Rio Bonito S/A e da Sociedade Catarinense Ltda. Destavam-se também: a fábrica de carroças de Domingos Pazzeto; as barricarias de Lino Mariani, dos irmãos Aruari e de Simionato & Cia; a fábrica de pasta da Sociedade Pasta Mecânica Rio Bonito; as carpintarias de Guilherme Pertussati, de João Cherubin & Cia. e de Orlando Dalamaria.

Baixo Vale do Rio do Peixe

A área geográfica localizada no Baixo Vale do Rio do Peixe, mais parte do Alto uruguaí catarinense, pertencia em 1940 aos municípios de Cruzeiro (hoje Joaçaba), Campos Novos e Concórdia, concentrando dezenas de pequenos distritos, hoje praticamente todos transformados em municípios, cada um com sua própria História.

Em Campos Novos, no ano de 1940, eram consideradas importantes as serrarias de Buzini, Paloschi & Cia. e a de Ricardo Buzini & Cia., ambas em Umbú, a de Elias Malamud & Hijos (também com fábrica de cabos de vassouras), a de Santo Beal, mais a fábrica de caixas de Frey & Mayer, além daquelas existentes em seu território, mas neste trabalho com localização atribuída a seus distritos.

Capinzal (ex-Rio Capinzal) era distrito de Campos Novos em 1940, quando tinha no rol das principais serrarias: Antonio Bombassaro & Irmão, Augusto Bresola, Francisco

P. dos Santos, João Siviero, Mansuetto Dambrós, Romildo Basolin, Santos, Almeida & Cia., Bernardi & Zuanazzi e Felisberto & Silvio Santos.

Para a História, Piratuba (ex-Rio do Peixe) registra nos tempos em que também pertencia a Campos Novos, a existência das serrarias de: Antonio Zortéa Primo, Benjamin Colla, Freitag, Assmann & Cia. Ltda., Luiz Faversani, Teodomiro de Brun & Cia, Freitag & Irmãos, Edmundo Müller, Otto Blanck, Lando & Irmãos, e Pagnoncelli Hachmann & Cia. Ltda., esta também com fábrica de caixas, além da carpintaria de Alnizio Haupt.

No distrito de Erval (ex-Arcoverde), ligado a Campos Novos, em 1940, estava a fábrica de fósforos de Tranquilo De Carli, a carpintaria de Carlos Dambrowski, e as serrarias de Ângelo Baldissera, de João André Dadalt, de Pagnoncelli, Casagrande & Bortolon, e a de Raul Suplicy de Lacerda & Cia., esta também com fábrica de caixas.

Com referência a Concórdia, tinha-se como serrarias mais importantes, as de Irmãos Venzon, Magnani & Ghlen, e de Olivio Zolett.

Também em 1940, em Itapuí (hoje Ibicaré), destacavam-se as serrarias de Vicente Aleci, Afonso Bennamann, e Hommerding & Irmão, além da fábrica de caixas de Francisco Kandeler.

Em Cruzeiro (hoje Joaçaba), os principais estabelecimentos madeireiros eram as serrarias de Walter Zigeli, Henrique Pichler, Egeler & Cia., Serraria Papuan, Serraria Santa Clara, mais a fábrica de camas de Ernesto Bumtkiel, e as fabricas de móveis de Manoel Francio e de Rodolfo Kückn. Ainda em 1940, em Catanduvás, despontavam as serrarias de Muelhaus & Cia., Henrique Pichler, Pagnoncelli Bortolon & Cia. Ltda., Pedrini Primo Bigim e Ladislao Cech.

Sobre a indústria da madeira de Joaçaba, destacavam-se as serrarias de Manoel Francio, Atilio Balvedi e Irmãos Mariano, criada em 1942, depois ampliada para fábrica de móveis e caixas, que em 1944 mudou para Indústria de Madeiras S/A e, em 1947, recebeu a denominação de Romano Massignan S/A; e a fundação da Móveis Willy, em 1946.

Curitibanos

Dos anos anteriores a 1940 têm-se os registros das serrarias de Faustino Sbravati, Juvenal Silva, Angelo Rossa, Alfredo Lemser, Napoleão Poeta de Moraes, Romulo Tonin, e

muitas outras, estabelecidas nos seus vários distritos que a partir de então se emanciparam, assim creditando-as aos novos municípios aos quais cedeu grande parte de seu território.

No pioneirismo da indústria da madeira de Curitiba constam entre os principais empreendimentos todos aqueles localizados nos novos municípios, mais: Marombas Ltda., Cartão Sbravati, Fósforos Catarinense S/A, Brochmann Polis S/A, Madeiras Pellizzaro, Felisbino Oretiz Ltda., Madeiras Popinhak S/A e Madeireira Brocardo Ltda.

ANEXO 05

Madeireiros Caçadorenses - Décadas de 1940 e 50³⁷

Durante a década de 40, nas localidades de Rio das Antas e de Ipoméia, enquanto ainda pertencentes ao município de Caçador, além das empresas relacionadas no capítulo anterior, instaladas nos anos 30, surgiram mais as serrarias de: Irmãos Tonato Ltda., Rodolfo Barzotto, Tacolin & Cia., José Dal Paschoale, Ind. de Madeiras Rio Preto Ltda., Fioravante Mezzano, Luiz Bortolini, Benjamin Raizer, Irmãos Napp & Emanuel Ltda., Irmãos Mezzano, Pasquali & Moragua & Cia., Angelo Zacanaro, Bertaso & Cia., Fábrica Flora Ltda., Arlindo Christ, Madeiras Industrializadas Ltda., Comazzetto, Bortolotto & Cia. Ltda., Irmãos Napp Ltda., Ernesto Kirschner S/A, e Ema Pohl.

Também datam deste período, em Rio das Antas e em Ipoméia, as fábricas de pasta mecânica de: Fernando Penacioni, Indústrias de Madeiras Rio Preto Ltda., Bazei & Cia. Ltda., Pasta Mecânica Rio Antense Ltda., Stefano Bonetti. A fábrica de móveis de Simonato & Caramori surgiu em 1941; a fábrica de móveis dos Irmãos Caramori, em 1947; a fábrica de caixas da Ind. Madeireira Rio Antense Ltda., em 1944; a tanoaria de José Domingos Carletto, e a carpintaria de Tadeu Iantas, em 1947. A ampliação das indústrias de beneficiamento de madeiras aconteceu só na década seguinte, com a fábrica de camas da Madeiras Industrializadas S/A, e as fábricas de móveis de: Francisco Andrascka, João Caramori, Walmor Ely, e Carletto, Deitos & Cia. Ltda.

³⁷ Transcrito de THOMÉ (1995, p. 63-66).

No Distrito de Taquara Verde, entre os anos de 1941 e de 1942, ampliando a lista de empresas relacionadas no capítulo anterior, foram registradas as serrarias de: Augusto Formighieri, Ducan Clemente Davi, Abdalla Thomé, Empresa Corbelini Ltda., Idelfonso Mello, Lebelein & Schüller, Normando Baú, Zanchi & Carraro, Henrique Romagna & Cia. Ltda., Castelli, Lambert & Pasini, Alfredo Bratz, Alfredo Gomez, e ainda, a fábrica de caixas de Lacerda & Coelho Ltda.

A região de Taquara Verde, que compreendia também as terras que hoje compõem o Município de Macieira, registrou a instalação de novas empresas, de 1943 ao final da década, como as serrarias de: Argemiro Pegoraro & José Salamoni, Busato, Comazzetto & Cia., Ind. Formighieri Ltda., Irmãos Coelho de Souza, Locatelli, Damo & Forlin, Luiz João Baú, Marini & Cia. Ltda., Ricardo Busini, União de Indústria Madeireira Ltda., Irmãos Baú, Leonel Pompermaier, Leopoldo Orestes Busquioli, Antenor Araújo, Bortolini & Tasca Ltda., Adami, Piccoli & Cia. Ltda., Alberto Zoller & Filhos Ltda., Bortolo Dal Pizzol, Castelli & Grando, Ceratti & Cia. Ltda., Francisco Albano Hauer, João A. Zanchi, Maximino Busato & Filhos, Perez & Casagrande, Roveda & Capuani Ltda., Schüller, Christ & Cia. Ltda., Serraria Busini S/A, Serraria Sublime Ltda., Teófilo Cunha S/A, Zart & Filhos, Francisco Busato & Augusto Colla, Palaoro & Guzella, Serraria Record Ltda., Christ & Dalazém Ltda., José Barpp, Serraria Cruzeiro Ltda., Schmitz, Borghetti & Cia. Ltda., Arno Lebelein, Américo Zaro, Ernesto Tasca, Ind. Theofilo de Oliveira e Souza, Madeireira Faoro Ltda., e Alexandre Tramontini & Filhos.

Além das serrarias, algumas movidas a força hidráulica e outras a vapor, umas com serra-Centro e outras com serra-Tissot, também se instalaram no Distrito de Taquara Verde nos anos 40: as fábricas de pasta mecânica de Schüller & Dupont Ltda., Fábrica de Pasta Mecânica Taquara Verde Ltda., Mello & Cia., Eliseu Bertotto & Irmãos, União de Indústrias Ltda., Zita & Cia. Ltda. Baú & Gava, Pedro Hartmann, e Francisco Bertoto; a fábrica de papelão de Bortollo & Dal Pigol; a fábrica de caixas e a laminadora de Theófilo Cunha S/A; a fábrica de aberturas de Francisco Dalalaste; e, na localidade de Serraria Grande, a Indústria Pantaleão Hoffmann S/A, com serraria, laminadora e fábrica de caixas.

No distrito-sede de Caçador, nos anos de 1940 e de 1941, surgiram as serrarias de: Florencio Busato, Girolando Busato & Filhos, Rodrigues & Favarin, Humberto Busato & Irmãos, Kirschner, Sbroglio & Castelli, Domingos Pierdoná & Irmãos, Granemann, Irmãos

& Cia. Ltda., Ernesto Dzccinny, Irmãos Tonatto Ltda., José Alberto Stefanos, Reichmann & Kurudz, Paschoal Moreno, Godofredo Guilherme Mattge, José Dallagnol, Argemiro Pegoraro & irmãos, Stefanos, Tonett & Bonett Ltda., Normando Baú, Albino Sbroglia. Alberto Fleck, Florencio Busato & Irmãos. Foram nestes dois anos que surgiram ainda: a Fábrica de Palitos Record Ltda., a fábrica de papelão de Primo Tedesco, as carpintarias de Luiz Favarin, de Adão Frey e de Otávio Bortolon, a fábrica de vassouras de Antonio Rigo, as fábricas de caixas de Luiz Steurer e da Madeirense do Brasil S/A. Como mercadores de lenha e de madeiras, registraram-se: Silvio Santi, Cia. Florestas e Madeiras do Brasil (matriz em Curitiba), Madureira & Cia. Ltda. Mattoni & Drissen Ltda., Alberto Mattos e Aristeu Porto Lopes.

Na década de 40 já não existiam mais muitos dos negócios implantados nos anos 20 e 30. As pequenas serrarias instaladas junto aos pinhais eram desativadas tão logo cessassem as ofertas das árvores, muitas delas tendo sido revendidas a outros recém chegados. As empresas, na grande maioria de administração familiar, constituíam-se e dissolviam-se rapidamente. A exceção ficou por conta dos empresários de larga visão de futuro, que reinvestiam seus lucros na aquisição de cada vez mais terras e pinheiros.

O ano de 1942 marcou não só a criação de novos empreendimentos, como a ampliação das atividades de diversas empresas que, além de manter as serrarias, passaram à fabricação de pasta mecânica, de papelão, de caixas desarmadas e ao beneficiamento do pinho serrado. Foi o caso, por exemplo, de José R. Adami, que além de ter serrarias em sociedade com Müller e com Piccoli, investiu como mercador de madeiras. A Langer & Kobilanski destacava-se por manter serraria, fábrica de caixas e indústria de beneficiamento. Miguel Hartmann tinha serraria e fábrica de papelão. Ottmar Fleck explorava serrarias, fábrica de caixas e beneficiamento. Frederico Reichmann, além de mercador, explorava uma serraria individual e outras em sociedade com Victor Kurudz. A Indústria de Madeiras Caçador Ltda. mantinha fábrica de caixas, beneficiamento e atuava como mercador, o mesmo acontecendo com Irmãos Kurtz e com Irmãos Honaiser. Primo Tedesco dedicava-se à fabricação de pasta mecânica e de papelão. Graeff & Schmidt investiam simultaneamente em serrarias, fábricas de pasta e de papelão. A grande potência era a Ind. e Com. Busato Ltda., com quatro serrarias, fábricas de caixas, indústria de beneficiamento, atuando ainda como mercador. Entre as principais famílias que se

associaram para a produção de pinho serrado, constavam: Decarli & Dalcanale, Tonett, Stfane & Benetti, Sbroglia & Castelli, Slompo & Bertoncello, Deboni & Colla, Comazzetto & Busato, Lacerda & Coelho de Souza.

Além das já citadas, em 1942 constituíram-se em Caçador mais as serrarias de: Salin, Guerios Ltda., Severino Barbieri, Rodrigues & Favarin, Luiz João Baú, Irmãos Röcker, Normando Baú, Hilário Baú, Gerhard & Kirinus, Ernesto Benetti, Carlos Reichmann & Cia. Ltda., Albano Schneider, Irmãos Deboni, e Pasquali & Maragua, algumas delas transferidas dos distritos de Rio das Antas e de Ipoméia, depois de serrados os pinhais. Registram-se, ainda, as fábricas de pasta mecânica de Eliseu Bertotto, e de Irmãos Bortolon, as fábricas de papelão de Pelaes & Hartmann, o ingresso no município do mercador Emilio Finger, a marcenaria de Angelo Castanheira, a carpintaria de Humberto e Marfin Bortolon e, por último, as novas serrarias de Ernesto Bolson e de Vitório Comazzetto.

Em 1943, surge a Companhia Laminadora Caçador Ltda. (compensados e laminados), a Sociedade Madeireira Douat Ltda. (fábrica de caixas, beneficiamento e mercador de madeiras), a fábrica de móveis de Drissen & Irmãos, as fábricas de pasta mecânica de Irmãos Kurudz, Kimak & Cia., Pasta Mecânica Pinho & Cia. Ltda., e de Busato, Dalmas & Cia. Neste ano são registradas as fábricas de papelão de Ernesto Dziccinny, Albino Guilherme Shmidt, Zata, Stedile Ltda. e de Schüller & Dupont Ltda. e as novas serrarias de: Cachoeira & Baú Ltda., Castelli, Lambert & Pasini, Irmãos Coelho de Souza Ltda., Lebelein e Schüller, José Reichmann, Stefanos, Tonetto & França Ltda., Francisco Albano Hauer Júnior, Ricardo Busini & Cia. Ltda., Irmãos Benetti, e Castelli & Grando. Formou-se a empresa Adami & Cia. Ltda. para atuar na fabricação de caixas.

A "Capital Brasileira da Madeira" continuava crescendo vertiginosamente. O ano de 1944 marca a formação da S/A Castelli Ind. e Com. (serraria e mercador), da Laminadora Coelho de Souza Ltda., da Sociedade de Indústrias e Construções Ltda. (fábrica de móveis e esquadrias), da Frederico Reichmann S/A (fábrica de caixas). Neste ano instalaram-se as serrarias de: França & Cia. Ltda., Serraria Santo Antônio Ltda., Ernesto Busato, Gringo & Filhos Ltda., Deparis & Cachoeira, Comazzetto & Tonet Ltda., Aurélio Costa, Ind. Formighieri Ltda., Locatelli, Damo & Forlin, Frederico Busato, Teresa Soletti, Francisco Santi, e novas unidades de João Rotta & Filhos, Ernesto Schumann e da

Cia. Laminadora Caçador. Ainda em 1944, ingressaram na fabricação de pasta mecânica: Busato, Palmas e Cia. Ltda., Francisco Santi, Albino Schmidt, Pedro Alberto Hartmann, Luiz Bortolini, e Baú, Gava & Cia. No ramo de fabricação de móveis instala-se Erico Klaumann, no ramo de fabricação de carroças Adão Frey, na fabricação de papelão Bortolo Dal Pizol, na fabricação de caixas a Ind. Madeireira Aurora Ltda. e, como mercadores, surgem: Prado & Kimak, Marins & Bargaen, e Querino de Paris.

Em 1945, constituem-se: Companhia Brasileira de Madeiras Ind. e Com. (três serrarias e fábrica de caixas), as fábricas de móveis de Raizel Ltda. e de Salomão Ribas, e a fábrica de caixas da Empresa Inds. Castelli Ltda. Nesta metade da década também surge a marcenaria de José Peretto e o escritório de mercador de Moura Abreu & Cia. As novas serrarias foram as de: Antonio Amorim Filho, Driessen Ltda., Fernando Badotti, Frederico Reichmann S/A, Serraria Catarinense Ltda., Sorgatto & Cia. Ltda., Peres & Casagrande, e João Müller da Silva.

O ano de 1946 marcou a transformação da Madeireira Douat (de limitada para sociedade anônima), com fábrica de caixas, indústria de aplainados e mercador, a formação da Serraria Guarani Ltda (empreendimento de Antonio Comazzetto), a criação da Caixotaria e Aplainados Castelli S/A, a fábrica de caixas da S/A Fábrica de Caixas Santa Maria, a indústria de esquadrias de Norberto Costa, e a instalação das novas serrarias, pertencentes a Cia. Ind. e Com. Timbó, Driessen S/A, Irmãos Schneider, Ernesto Kirschner S/A, Zardo & Cia. Ltda., Nilo Christ, Leonel Pompermaier, Antenor Araújo, e Antonio Grigio & Urbano Cesca.

Dois fatos novos surgiram na indústria madeireira em 1947: a instalação de marcenaria pelos comerciantes Gomes Irmãos Ltda., e a fábrica de móveis de vime de Irmãos Demin Ltda. No ano seguinte, 1948, aparecem: a fábrica de carroças de Belotto & Antonioli, a fábrica de móveis de Acelino Marques, a firma Laminadora Imperial Ltda. (serraria e laminadora), e as serrarias de: Aurélio Costa & Filhos, Formighieri & Barbieri, Francisco Busato & Augusto Colla, Irmãos Cachoeira, Ricieri Zandavalli, Serraria Caçador Ltda., Serraria Caçanjurê Ltda., Maximino Busato & Filho, Palaoro & Guzela, e Schüller, Christ & Cia. Ltda.

O ano de 1949 marcou o ingresso no mercado da fábrica de móveis de Carlos Klaumann, da marcenaria de José Peller, das serrarias de Lúcia Santi, Afonso Bertoncello e

de Alberto Zoller & Filhos Ltda., e dos mercadores Thomé & Irmão, e Ind. Com. Madeiras Planalto Ltda.

Com raízes no final da década de 40, no período compreendido de 1950 e 1955 surgiram as serrarias de: Alcides Tombini, Arno Lebelein, Augusto Colla, Henrique Formighieri & Filhos, José Casagrande & Filhos, João Slompo Neto, Madeireira Sulina Ltda., Maximino Thibes Carlin, Narciso Borghetti, Onélio F. Menta, Pasqual Rotta & Filhos Ltda., Serraria Cruzeiro Ltda., Serraria Cruzeiro do Oeste Ltda., Schmitz & Borghetti, Tulio Lorenzini, Vicente Dondoni, Bertasi & Damo, Cachoeira & Cia., que viriam somar-se às anteriores. Também surgiram: a indústria de aplainados Inds. de Madeiras Thomé Luiz Ltda., a fábrica de esquadrias Schumann & Filhos, a Carpintaria São José Ltda., a Carpintaria Santelmo Ltda. e a carpintaria de Anselmo Perlin. E ainda a registrar, as fábricas de pasta mecânica de: Cofferi Paula Ltda., Dal Bianco & Filippon, Antonio Bortolon & Irmãos, Bortolon & Benetti, e Pasta Taquarense Ltda. No ano de 1956, a Victorio Poletto & Cia. se instalou com a fábrica de cabos de vassourase como mercador. João D'Agostini e João Pirolli instalaram serrarias, e como mercador também surge a Karl Veit & Cia. Ltda.

ANEXO 06

A Indústria Madeireira dos Anos 1950- 60³⁸

Como muitas das empresas relacionadas anteriormente deixaram de existir ainda durante o período, realizamos um levantamento geral nos arquivos da Prefeitura Municipal de Caçador, para conhecer as que estavam, efetivamente, em funcionamento no ano de 1958, classificando-as por atividades.

Serrarias

Adami S/A Madeiras, Alberto Zoller, Filhos & Cia. Ltda., Alcides Tombini, Augusto Colla, Benjamin Raizer, Caixotaria Castelli S/A, Castelli & Grando, Ceratti & Cia. Ltda., Cia. Laminadora Caçador, Ernesto Bolson S/A, Ernesto Kirschner S/A, Ernesto Schumann, Hilário Baú & Cia. Ltda., Irmãos Röcker Ltda., João D'Agostini, João Slompo Neto, José Barpp, José Casagrande & Filhos, José Salamoni, Laminadora Imperial S/A, Lino Zanchi, Luiz Favarin, Madeireira Campina Ltda., Madeireira Comazzeto S/A, Maximino Thibes Carlin, Narciso Borghetti, Narciso Rotta, Nilton Comazzetto S/A, Onélio F. Menta, Ottmar Fleck, Pascoal Rotta & Filhos, Reinoldo Lebelein, Salim Guerios & Cia., Schüller, Dupont & Cia. Ltda., Serraria Cruzeiro Ltda., Serraria Cruzeiro do Oeste Ltda., Serraria Guarani Ltda., Serraria São Jorge Ltda., Serraria São Sebastião Ltda., S/A Castelli Ind. e Com., e Victório Poletto & Cia. Ltda.

Fábricas de Pasta mecânica

³⁸ Transcrito de THOMÉ (1995, p. 77-80).

Alberto Zoller, Filhos & Cia. Ltda., Alcides Dal Bianco, Antonio Bortolon, Indústrias Damo S/A, Irmãos Kurtz, Irmãos Schumann Ltda., Narciso Rotta, Schüller, Dupont & Cia. Ltda., Serraria Guarani Ltda., S/A Castelli Com. e Ind.

Fábricas de Papel e Papelão

Primo Tedesco Ltda., Kimak & Cia.

Laminados e Compensados

Companhia Laminadora Caçador, Laminadora Imperial S/A.

Fábricas de Palitos

Fábrica de Palitos Record Ltda.

Fábricas de Caixas

Adami S/A Madeiras, Alcides Tombini, Caixotaria Castelli S/A, Companhia Brasileira de Madeiras, Irmãos Kurtz, Ottmar Fleck, Severino Busato, Madeireira Douat S/A e Victório Poletto & Cia. Ltda.

Aplainados e Cabos de Vassouras

Alberto Zoller, Filhos & Cia. Ltda., Alcides Tombini, Hilário Baú & Cia. Ltda., Ind. de Aberturas Peretto & Cia. Ltda., Ind. de Madeiras Bartz Luiz Ltda., Irmãos Rodi Ltda., Madeireira Douat S/A, Madeireira Reinehr S/A, Ottmar Fleck, Somacal & Cia. Ltda. e Madeireira Marumbi Ltda.

Esquadrias, Camas, Móveis

Companhia Brasileira de Madeiras, Inds. de Madeiras Santa Cecília Ltda., Ind. de Madeiras Kasper Ltda., Irmãos Demin Ltda., Laminadora Imperial Ltda., Pierdoná & Cia. Ltda., Sociedade Indústria e Construções Ltda., Somacal & Cia. Ltda., Victório Poletto & Cia. Ltda.

Carpintarias, Marcenarias, Estofarias

Anselmo Perlin, Carpintaria Brasil Ltda., Genézio Cruz, Humberto Zingler, José Heberle, Kool & Rombant, Nicolau Pelaes, Orlando Busato, Pierdoná & Cia. Ltda.

Mercadores

A. Florestal Ltda., Antonio Rotta, Borghetti & Cia. Ltda., Cachoeira & Cia. Ltda., Deparis Ltda., Emilio Saviero, Ernesto Bolson S/A, Ernesto Kirschner S/A, Francisco Machado & Cia. Ltda., Hilário Giacomazzi, Imada & Cia. Ltda., Ind. Campo Alto Ltda., Irmãos Hirst Ltda., Irmãos Röcker Ltda., Karl Veit Ltda., Madeireira Comazzeto S/A, Madeireira Douat S/A, Madeireira Reinehr S/A, Narciso Borghetti, Pinho Santa Cecília Ltda., Serraria São Miguel Ltda., S/A Castelli Com. e Ind., Soletti & Cia. Ltda., José Figueroa & Romeu Sorgatto, Pascoal de Jesus Lopes, Vitório Fávero.

Outros

Além destes empresários, registrados na Prefeitura Municipal, existiam outros atuando na indústria madeireira, cujos nomes encontramos na relação dos correntistas do antigo Banco INCO com esta classificação, que no Município estavam registrados como exercendo atividades diferentes ou encerrando suas firmas, a saber: Madeirense do Brasil, Frederico Reichmann S/A e J. Sguario Ind. Com. Madeiras S/A (fábricas de caixas), Carpintaria São João e Carpintaria São José (carpintarias), Beneficiados Guáira Ltda. (beneficiamento de madeiras), Aléssio Bortolon, Stefano Bonett e Jordano Dal Bianco (fábricas de pasta mecânica), Guerino Tartari e Santo Lorenzoni (fábrica de vassouras), José Domingos Carletto (tanoaria), Walter Schultz & Cia. Ltda. (fábrica de goma laca), e as serrarias de: Zardo & Cia. Ltda., Serraria Dinamarca Ltda., Sebastião Camargo de Lacerda, Casagrande & Cia. Ltda., Carlos A. Barzotto, Donato Ribeiro.

Novas Indústrias

Reportando-nos aos livros de licenças existentes no arquivo do Município, neles encontramos as indústrias da madeira que foram constituídas em Caçador depois de 1958,

destacando que nesta fase seguinte foram inúmeros os casos de empreendimentos que se fundiram ou que se dissolveram.

No ano de 1959, surgiram as serrarias de: Domingos Gabardo, Eligio João Cofferi, Hilário Pierdoná & Filhos, Madeireira Aliança, Schmitz & Borguetti, e Madeireira Rio Verde S/A. Constatam as fábricas de pasta mecânica de: Bortolon & Pereira, Domingos Brusco e de Germano Zir. Também surgem: a fábrica de caixas de Frederico Reichmann S/A, e a fábrica de camas da Imbuia Pinho Ltda.

Na virada da década, em 1960 aparecem as serrarias de: Lebelein & Cia. Ltda., Arthur Barichello S/A Com. e Ind., Hugo Leo Christ. As novas fábricas de pasta mecânica são as de: Bonet & Cia. Ltda., João Zanchi e Lugindo Dalasta. Surge a Indústria de Madeiras Marpi Ltda. (móveis e esquadrias), José Kool (marcenaria), Adami & Cia. Ltda. (nova serraria Tissot) e a Madeiras Beneficiadas Santelmo Ltda.

Entre 1961 e 1962, foi registrada a Madeiras Castelli S/A (serraria e mercador), a Cia. Comazzetto de Madeiras Gerais (compensados), a serraria de Vva. Augusto Colla & Cia. Ltda. (sucessora de Augusto Colla), as carpintarias de Erwin Kind, Dorvalino Zanol, Florindo D'Agostini e de Victorio Iantas, as fábricas de camas de Aplainados Abdalla Ltda. e de Fernando Bayer, as marcenarias de José Alves Marques, Lino Sperotto e de Indústria Sperotto Ltda., as fábricas de pasta mecânica de Izario Argenta, Pasta Sadia Ltda., Papelão Caçador Ltda., a Serraria Tiroleza Ltda., e como mercadores: Ramos & Cia. Ltda. e Zanotto & Cia.

No ramo integrado das marcenarias, carpintarias e estofarias, surgem em 1963 as empresas de: Adriunfo Spuldaro, Diesel & Wilczch, Irineu Pierdoná, Urbano Diesel e Reovaldo Leão. Neste mesmo ano foi criada a Madeireira Boa Vista Ltda., a Serraria Pavelski Ltda., a laminadora e serraria de Madeireira Lorenzoni Ltda. e a fábrica de pasta mecânica da Vva. Matilde Perin Damo (ex-Damo S/A).

Em 1964 foram constituídas as serrarias de: Serraria Cerro Azul Ltda., Grando & Filhos Ltda., Heinrich & Arndt, Serraria Jangada Ltda., Serraria Cometa Ltda., Serraria Monte Líbano Ltda. e Serraria Nossa Senhora Aparecida Ltda. Surgiu neste ano a Fábrica de Pasta Thomé Ltda., a Estofaria Mauá Ltda., a Ind. e Com. de Madeiras Oeste Ltda. (aplainados), a Ind. de Aberturas Compensadas Ltda. (fábrica de portas), a Ind. e Com.

Francio Ltda. (fábrica de esquadrias). Substituindo a antiga Fábrica de Palitos Record Ltda., surgiu a Laminadora Tupi S/A (lâminas e palitos).

Da metade da década de 60 em diante, dezenas de serrarias paralizaram suas atividades, sentindo o esgotamento das reservas florestais nativas. De 1965 a 1967, surgiram apenas as marcenarias de Alceno Prass, Anselmo Perlin, Hercilio Vieira e Maildo Moschetta, a fábrica de pasta mecânica Ind. e Com. Castelhana Ltda., e Silvestre Popia registrou-se como beneficiador de madeiras.

A geração da "jovem guarda" dos anos 60 identificava como expoentes da indústria madeireira, as famílias: Baveldi, Adami, Tedesco, Zandavalli, Francio, Thomé, Roveda, Rotta, Costa, Grando, Buba, Salamoni, Comazzetto, Peretto, Seleme, Moro, Baú, Tombini, Casagrande, Zanchi, Busato, Barichello, Menta, Bolson, Bortolon, Colla, Castelli, Deboni, Dupont, Poletto, Dourado, Soletti, Borghetti, Kurtz, Fleck, Pierdoná, Lebelein, Röcker, Rossetti, Sordi, Paganelli, Pavelski, Sperotto, Barpp e outras.

Nos anos 70 já quase não se falava das famílias mais antigas que se destacaram na indústria madeireira, muitas delas por se ausentarem do Município ou por abandonar a atividade, como: Mattoso, Pegoraro, Raizel, Zardo, Wordell, Pasini, Tortato, Carraro, Schüller, Schumann, Ribas, Kirschner, Abdalla, Busini, Benetti, Christ, Corbelini, Coelho de Souza, Drissen, Dalcanale, Damo, De Paris, Dupont, França, Fauth, Graeff, Germani, Honaiser, Gioppo, Hauer, Kobilanski, Kirschner, Kimak, Reichmann, Kurudz, Langer, Lacerda, Kasper, Bertoncetto, Zoller, Formighieri, Cachoeira, Pasini, Schneider, Dziccynni, Kirinus, Rigo, Hartmann, Guerios, Stefanos, Schmidt, Lambert, Gringo, Santi, Favarin, Sbroglio, Napp, Carneiro, entre as citadas neste trabalho.

ANEXO 07

A Indústria Madeireira na região do Contestado – meados da década de 1990³⁹

O período compreendido entre a metade do século e os anos 90 teve marcos caracterizadores da exaustão do pinheiro e do início da era dos pinus em toda a Região do Contestado, e não apenas na zona produtora de Caçador, paralelamente ao surgimento de novos municípios, originários de distritos que se emanciparam impulsionados pelo progresso. Diversos empreendimentos dos ramos madeireiro, papeleiro e moveleiro, vieram gerar empregos e riquezas, promovendo o desenvolvimento sócio-econômico regional, dentre os quais mencionamos alguns dos mais importantes:

Enquanto Três Barras recebeu a Rigesa Celulose, Papel e Embalagem Ltda., Canoinhas ganhou novo impulso com a produção gerada por cerca de 50 empresas, destacando-se: Indústria Madeireira Zaniolo S/A, Madeireira Raimundo Dambroski Ltda., Madeiras São Francisco Ltda., Empresa Fuck S/A, Irmãos Zugmann S/A, Procopiack Compensados e Embalagens S/A, Madeireira Ludovico Dambroski Ltda., Wiegando Olsen S/A, São João Madeireira Ltda., José A. Fuck & Cia. Ltda., Madeireira Água Verde Ltda., Antonio Tiszka, Com. e Ind. Seleme Ltda., Madeireira Paul Ltda., Dambroski Madeiras e Móveis Ltda., Scheuer Gracheski Ltda., Cia. Canoinhas de Papel, entre outras.

³⁹ Transcrito de THOMÉ (1995, p. 88-89).

O destaque para Monte Carlo foi a Imaribo S/A Indústria e Comércio, ficando para Campos Novos: Hegino Andreazza Madeiras S/A, Madeireira Indio S/A, Madekin S/A, Madeiras Incofasil Ltda., Madeireira Dal Pai S/A, Madeireira Portoalegrense Ltda., Madeireira Bess Ltda., Zortea Brancher S/A e a fábrica de papel Iguaçu Celulose Papel S/A.

Dos desmembramentos de Lages, importantes para Correia Pinto foram a PCC - Papel e Celulose Catarinense S/A e a Madeireira Maziero Ltda. e, para Otacílio Costa, foram a Igaras Papéis e Embalagens Ltda. (ex-Manville) e a Madeireira Kaiser Ltda. Lages sempre sediou grandes empresas, com o setor capitaneado pelo grupo Batistella.

Para Santa Cecília, além da menção às empresas mais antigas, como a Indústrias Bonet S/A, a Irmãos Scariot Ltda. e a Indústria Waely Ltda., vieram dar-lhe impulso: Poletto S/A Com. e Ind., Madezorzi S/A, Móveis Waely Ltda., Papel Frascal Sul Ltda., Lâminas Compensadas Sul Ltda., Orlando Scariot & Filhos Ltda., Polpa de Madeiras Ltda., Papel Franscaman Ltda. Fábrica de Móveis Leopoldo S/A, Rohden S/A, Marely Móveis Ltda. e Nakayama Madeiras Ltda. e outras mais recentes. No novo município de Timbó Grande ficaram as unidades da Indústrias Bonet S/A e da Irmãos Zugmann S/A.

No destacado pólo produtor de Curitibanos, instalaram-se muitos empreendimentos, dentre os quais mencionam-se: no ramo papeleiro, a Cadoriti de Papel e Celulose Ltda. (matriz em Caçador), a Marombas Ind. e Com. Ltda. e a Inds. de Cartão Sbravatti S/A; na fabricação de fósforos, a Indústria Fósforos Catarinense S/A; no ramo de móveis, a Móveis Santos Ltda. e a Móveis Triunfo Ltda. Na produção de madeiras serradas e beneficiadas: Antonio Popinhak Madeiras S/A, Madeireira Popinhak Ltda., Madeireira Brochmann Polis S/A, Agro-Industrial Felisbino Ortiz Ltda., Achyles Pellizzaro & Cia. Ltda., Pellizzaro Madeiras Ltda., Faedo & Cia. Ltda., Madeireira Brocardo Ltda., Madeiras Marisol Ltda., e as empresas: Pinubras, Bom Jesus, Irmãos Faedo, Sonda, Indipinus, Incloza, Grome, e Pinho Catarinense Ltda.

Desmembrando-se de Curitibanos, ficaram em São Cristóvão do Sul: Laminadora São Cristóvão Ltda., Madeireira São Cristóvão Ltda., S/A Fósforos Gaboardi, Madeireira MontAlegre Ltda., e Gaboardi Industrial de Madeiras Ltda. E dentre as principais empresas que ficaram em Ponte Alta do Norte: Seiva S/A Florestas e Indústrias (antiga Cifsul),

Madeira Varaschin S/A, Madeira Rio das Pedras Ltda., Madeira Tangará Ltda., Casagrande Madeiras Ltda., Madeira Larialex Ltda. e Estil Móveis e Decoração S/A.

Na produção madeireira de Itaiópolis: Agro-Industrial Poço Claro Ltda., Madeiras Selva Ltda., Irmãos Wagner Ltda., Madeira Cici Ltda., Ocilio Weinert, Irmãos Franco Ltda., Madeiras Taruma Ltda., Vila Bárbara Madeiras Ltda., Sociedade Industrial Exportadora, Volnei Santos, Angelo Pereira, Madeira Piazero Ltda., Madeira Nilair Ltda., Madeira Bittencourt Ltda., Irmãos Victorino Ltda., Irmãos Pinto & Cia. Ltda., Casemiro Figueiredo e Madeiras São João Ltda., além de outras serrarias.

Instalaram-se em Lebon Régis as serrarias de: Antonio Deboni & Cia. Ltda., Comper Madeiras Ltda., Serraria Jangada Ltda., Raulino Bonatti e Madeira Schneider Ltda. Entre os destaques, temos: Sopasta S/A (Tangará), Madeira Guzzi Ltda. (Pinheiro Preto), Giacomet S/A (Ponte Serrada), Madezatti S/A (Catanduvás), Zortea S/A Compensados e Esquadrias, Dorvalino Dambros & Filhos Ltda., Hachmann S/A, Madeira Pinhal Grande Ltda., Madeira Irmãos Angelim Ltda. (Capinzal).

Em Videira, merecem atenção: Imasa Industrial Madeira S/A, De Marco Argenta S/A, Ind. e Com. Carelli Ltda., Madebom Madeiras Ltda., Irmãos Zimmermann Ltda.

Em Joaçaba, cita-se o grupo Remor, com a Madeira Marcelinense Ltda. (indústria em Curitiba), a Remor S/A e a madeira Joaçaba S/A, mais a Organização Líder Ltda., a Pinho Industrial Grando Ltda., a Serraria Caçadorzinho Ltda., a Stratmann & Cia. Ltda., Willibaldo Reinher, Celeste Bragagnolo, Saule Pagnoncelli S/A e Waldomiro Ceron & Cia. Ltda. Em Herval d'Oeste, a Grando, Ceconello & Cia., a Madeira Rover Ltda., Madeiras Arenhart Ltda., entre as de significativa produção.

Aproveitando a modalidade de incentivos fiscais do imposto de renda, em Fraiburgo o grupo Frey promoveu reflorestamentos com macieiras que, ao produzir, caracterizaram o município como “Capital Brasileira da Maçã”. Ali também implantou serraria, fábrica de caixas, a Papelose Industrial S/A (hoje pertencente ao grupo Trombini) e a Renar Móveis Ltda.

A base madeireira do Planalto Norte destacou: Incomad Madeiras Ltda. (Major Vieira), José A. Fuck & Cia. Ltda. (Monte Castelo), Madeira Beira Rio Ltda. e Madeiras Esperança Ltda. (Papanduva). Em Rio Negrinho: Batistella Ind. e Com. Ltda., CVG Cia.

Volta Grande de Papel, Olsen & Fischer Ltda. e Madeireira Evaristo Ltda. Entre os destaques de Mafra, constavam: Faquivali Madeiras Ltda., Ind. Madeiras Mafra Ltda., Madeireira Cassias Ltda., Madeireira Ewaldo Uhlmann Ltda., Madeireira Três Estados Ltda., Rauen Industrial de Madeiras Ltda., Madeireira Heyse Irmãos Ltda., Serpol Ltda., Artepava Ltda., Waldemar Brandalise, Madeiras Soli Ltda. e Mariol Ltda.

No novo Município de Vargem Bonita (ex-Catanduvras e ex-Joaçaba), o destaque foi a Celulose Irani S/A, implantada na Campina da Alegria, em 1941.

Em Pôrto União: Madeireira Miguel Forte S/A, Madeireira Santa Cruz Ltda., Albert Wagner Ind. e Com., Compensados Novacki Ltda., Compensados Fibra Ltda., Compensados Santa Catarina Ltda., Fama de Portas Ltda., Indústrias Novacki Ltda., Ramon Ltda., Indústria Pinho Brasil Ltda., Madeiras São Pedro Ltda., Madeiras Santo Antonio Ltda. e muitas outras.